

OLGA BRITES

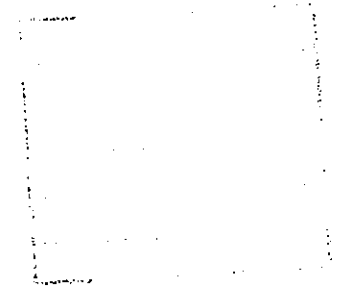
IMAGENS DA INFÂNCIA
São Paulo e Rio de Janeiro,
1930 a 1950

Doutorado em História

PUC – São Paulo

1999

OLGA BRITES



IMAGENS DA INFÂNCIA
São Paulo e Rio de Janeiro,
1930 a 1950



Tese apresentada à Banca Examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
como exigência parcial para obtenção do título
de Doutora em História, sob a Orientação da
Prof^a Dr^a Dea Ribeiro Fenelon.

BANCA EXAMINADORA

M. M. M. M. M.

F. R. R. R. R.

C. A. A. A. A.

L. L. L. L. L.

M. R. R. R. R. R.

RESUMO

Este trabalho discute imagens de infância, em São Paulo e no Rio de Janeiro, dos anos 30 a 50. Para isto, analiso questões referentes às políticas públicas e ações de instituições privadas, dirigidas à infância, objetivando observar através dessas diferentes vozes o cruzamento de interesses e projetos visando à constituição de um corpo infantil forte, garantia de produtividade e riqueza para o futuro da nação. Nesse sentido, há um debate que atinge particularmente crianças pobres, com a intenção de tirá-las das ruas, consideradas lugares de vícios e criminalidade, e submetê-las àquele padrão ideal.

Um projeto de normatização da família e, nela, da criança também atingiu outros setores sociais, como crianças e famílias de classe média. No entanto, nesse caso, o acesso a serviços, lazer, consumo, escolaridade e cultura letrada esteve significativamente presente. A imagem de infância ideal foi construída a partir de crianças desse nível social: brancas, bem vestidas, saudáveis, estudiosas, alimentadas convenientemente, que mantinham uma relação constante com o médico e pertencentes às famílias que consumiam potencialmente alimentos, roupas, móveis, moradia e lazer.

As indicações de produtos a serem consumidos, naquele período, tinham na mulher o alvo principal. O apelo à infância representou construir estratégias de convencimento para compra de produtos que apelavam para valores e temas como conforto, saúde, lazer e alimentação.

AGRADECIMENTOS.

Esta tese não se realizaria sem o apoio de instituições e amigos que contribuíram significativamente para sua execução. Por este motivo, agradeço:

Ao CNPQ, pela bolsa concedida durante um período de realização deste trabalho.

À CEPE/PUC, pelo apoio institucional que me deu através de horas de capacitação docente.

Aos professores Drs. Cornélio Pedroso Rosemburg, Fumika Peres e Keiko Ogura Buralli, da Faculdade de Higiene e Saúde Pública/USP, Setor Materno-Infantil, que conversaram comigo sobre questões deste trabalho e me emprestaram materiais significativos para esta pesquisa.

Na Cruzada Pró-Infância, obtive apoio expressivo de José Nelson de Oliveira e Freitas que, infelizmente, faleceu no desenrolar desta pesquisa, e Rosa Costa. Além de colocarem à minha disposição materiais para a pesquisa, José Nelson se dispôs a longas conversas sobre a instituição.

Na Divisão de Orientação Técnica (Secretaria Municipal de Educação), contei com a ajuda de Ana Maria R. S. Massa, Ruth L. Covello, Sidoni Chamoun, que, gentilmente, puseram à minha disposição materiais sobre parques infantis.

No Arquivo Histórico Municipal da Prefeitura de São Paulo, fui gentilmente atendida por Luiz Soares Camargo.

No Arquivo Histórico do Estado de São Paulo, contei com a colaboração de Lauro Ávila Pereira, sempre prestativo e eficiente, sem renunciar à dimensão do relacionamento pessoal.

Na Central de Documentação e Informação Científica Prof. Casemiro dos Reis Filho (CEDIC/PUC), pude sempre contar com o apoio de Ana Célia Navarro de Andrade e Viviane Tessitore. Graças a elas e à Professora Yara Aun Khoury, Diretora do órgão, pude trabalhar ali de forma mais amorosa. Emerson Scaringi e Simone Silva Fernandes se prontificaram, em diversos momentos, a auxiliar em tarefas da pesquisa.

No Centro Técnico de Preservação da Memória (Museu da Saúde), agradeço a colaboração de Jandira Lopes de Oliveira e Vilma Ferraz de Souza.

Agradeço ainda o apoio dos professores do Departamento de História da PUC/SP, pela compreensão e solidariedade com que me trataram durante este período, em especial, à professora Maria Auxiliadora Guzzo, pelo carinho e pela atenção durante este percurso, oferecendo ajuda e solidariedade em momentos difíceis da vida acadêmica. Além desses amigos, outros professores da PUC/SP foram

extremamente atenciosos, dentre eles, Eliane Hajaj Govueia e o pessoal da APROPUC.

A Carlos Alberto Guzzo, funcionário da secretaria da Faculdade de Ciências Sociais da PUC/SP, pela atenção e pela ajuda extremamente importantes para esta pesquisa, em vários momentos de impressão dos capítulos, além de oferecer apoio diante dos problemas com o computador.

A Eduardo Vanso Kawanishi, que tornou a etapa final do trabalho mais tranqüila. Sua quieta mas eficiente presença foi fundamental no momento de escanear imagens e imprimir a Tese.

José Hermes Martins Pereira foi auxiliar de pesquisa, que ofereceu ajuda percorrendo os arquivos da cidade. Além disso, ele se dispôs a dar assessoria em casa de edição do texto.

Agradeço à Banca do Exame de Qualificação desta pesquisa, formada pelas Prof^{as} Dr^{as} Estefania Fraga e Maria do Rosário Cunha Peixoto, pelas leituras atentas e cuidadosas deste trabalho e sugestões extremamente pertinentes.

Muitos amigos estiveram presentes, oferecendo apoio intelectual e afetivo.

Maria do Rosário Cunha Peixoto foi amiga durante muitos momentos, incorporou-me à sua vida familiar em situações extremamente difíceis. Na vida acadêmica, tenho dividido com ela sala de aula, o trabalho no PEC e outras atividades.

Heloisa Faria Cruz, amiga querida desde muito tempo, tem oferecido apoio significativo em diversos momentos de minha vida profissional e afetiva, lendo e dando contribuições valiosas para este trabalho e o convívio com ela na PUC/SP tem sido marcado por experiências intelectuais de grande valor.

Laura Antunes Maciel tem sido grande amiga, com quem mantenho relações de profundo afeto e compartilhei momentos felizes do Doutorado, dividindo com Carlos Eduardo, Maurídice, Carlos Alberto e Felipe alegria em vários encontros depois das aulas da pós-graduação na PUC/SP. Laura foi ainda extremamente atenciosa, lendo cuidadosamente versões desta pesquisa e oferecendo sempre muitas sugestões para o trabalho, além de emprestar ou indicar leituras pertinentes e estratégicas.

Denise Bernuzzi Santana e Hermetes Reis de Araújo me emprestaram microfilme de **Vida Doméstica**, facilitando significativamente meu trabalho com aquele periódico. Denise ainda fez leitura atenta de parte deste trabalho, sugerindo alterações, o que significou apoio e estímulo durante este percurso.

Com Zélia Lopes da Silva e Maria Antonieta Antonacci, compartilho desde muito debates acadêmicos, além de contar com sua solidariedade e amizade.

Jaime Rodrigues me emprestou materiais para esta pesquisa, tendo feito muitas indicações durante seu trabalho pessoal de pesquisa em diversas instituições. Ele e Glaucia foram presenças afetivas valiosas neste caminho.

Leila foi amiga que socorreu em diversos momentos no uso do computador, a quem agradeço pela disponibilidade e generosidade.

Ivone Cordeiro Barbosa foi companheira na cidade de muitas conversas, cinemas, etc, além de ter oferecido grande incentivo para a finalização deste trabalho.

Mirna e Cássia, além da amizade que dividimos em diferentes momentos da vida, ofereceram-se insistentemente e generosamente para contribuírem nas tarefas gerais de finalização do trabalho.

Muitos outros amigos me proporcionaram momentos de alegria e descontração, tornando o trabalho desta pesquisa mais prazeroso, casos de José Adão, André, Reinaldo, Gislaíne, Cândido, Hebe, Cássia e Emília.

Graça e Claudio deram apoio afetivo e técnico, ocupando longas horas de seu fim de semana, ajudando na compra de computador e instalando-o. Sem eles, não poderia "me virar" com essa tecnologia.

Marcos Silva foi presença marcante, lendo, acompanhando de perto vários momentos deste trabalho, oferecendo sugestões, foi amigo que incentivou a finalização desse trabalho em diversas situações. Também contribuiu significativamente na utilização do micro-computador.

A Dea Ribeiro Fenelon, orientadora e grande amiga, atenta a muitas dificuldades, que ocupou longos momentos de sua vida profissional orientando este trabalho, um agradecimento muito especial. Suas sugestões sempre foram muito valiosas. Devo-lhe a finalização desta pesquisa. Tenho consciência do imenso trabalho que lhe dei num momento em que ela merecia caminhos mais fáceis. A ela, dedico estes resultados.

Agradeço aos alunos da PUC/SP, que colaboraram para a realização deste trabalho através de empréstimo de materiais e discussões importantes: Pietra, Jacyra e Daniela. Pietra, que trabalha na Jonhson & Jonhson, possibilitou acesso aos materiais daquela empresa; Jacyra e Daniela, pesquisadoras na Eletropaulo, facilitaram o uso de materiais daquela empresa.

No percurso deste trabalho, vivi diversas perdas, entre elas, a morte de minha mãe, Celina de Freitas Brites, extremamente dolorosa. Sempre atenta e se controlando para manter sua autonomia, ela evitou ocupar-me em diversas circunstâncias em que necessitava de amparo, pensando e torcendo pela finalização desta pesquisa. A ela, dedico estes resultados finais com a certeza de que muito do nosso convívio foi recuperado neste trajeto.

Aos meus irmãos Décio, Elza e Roberto, que, de formas diferenciadas, torceram pela finalização deste trabalho. Com minha sobrinha Nicole, vivi momentos intensos de afeto nas conversas e nos passeios. Além disso, ela tem sido bastante generosa com a tia nas caronas. Aos meus outros sobrinhos, pelo convívio amoroso: Fábio, Debora, Samuel, Gil, Guilherme, Juliana e Leandro. Aos meus cunhados Cândida e Nicolas. Este trabalho chega ao fim comemorando também o nascimento de minha sobrinha-neta Izabela, esperando que ela seja saudável e feliz. Assim, reproduzo aqui os argumentos tão fortemente utilizados quando se fala da criança em diferentes momentos históricos.

Evidentemente, todos os problemas que este trabalho possui são da minha inteira responsabilidade.

ERRATA

BRITES, Olga – Imagens da Infância – São Paulo e Rio de Janeiro, 1930 a 1950. Tese de Doutorado em História, apresentada à PUC/SP. São Paulo, digitado, 1999.

Página	linha	onde se lê...	leia-se:
Índice	6.	Citada	Citadas
5	nota 10	Política	Políticas
7	1	§	sem §
9	20	visava	visava a
19	8	retrabalhado	retrabalhados
21	27	da própria	a própria
26	16	de campo	no campo
33	nota 11	propostos	propostas
34	nota 13		Esses aspectos se fazem mais presentes em:
40	16/17	associando-os à	associando-os a
42	14	era tratadas	eram tratadas
43	nota 36	e criador O Século Perdido. Edição Citada.	e o papel de criador O Século Perdido. Rio de Janeiro, MEC/ USU/ Amais, 1997.
45	9	científicas.	Científicas,
49	nota 52	dirigidos	dirigidos
52	24	visando	visando a
56	16	constava	constavam
60	nota 85	Políticas	Políticas
64	14	à cinema, teatro e bailes	ao cinema, ao teatro e a bailes
67	11	as crianças recebem	as crianças recebiam
	12	nutrizes	nutrizes
73	11	a escassez	à escassez
77	3	à controle	ao controle
	10	visando o	visando ao
78	16	Daí,,	Daí,
	23	buscava	buscavam
91	16	Lapa,	Lapa
92	23	presente	presentes
	nota 168	Szwarcz	Szwarcz
96	2	e que isto	e isto
98	12	consultas	consultas
104	nota 200	quais eram	quais eram
105	3	Julgadas	julgadas
	5	devem	deveriam
	22	recomenda	recomendou
106	nota 204	transformação	transformação
		Serviço de	Serviço de

108	15	Órfãos e São	Órfãos em São
111	nota 215	sendo sendo	sendo
113	7	(2 últimas linhas)	(desconsiderar)
	18	espancamentos	os espancamentos
114	12	continnham	continham
126	nota 23	entretando	entretanto
			(incorporar 4 linhas anteriores)
128	22	atendida,	atendida.
132	17	narrativa, a	narrativa
135	30	realçado,	realçado, salientando-se,
146	5	Nova,	Nova
151	nota 94	deixas	deixadas
156	nota 113	fote	forte
157	nota 113	caracdterística	característica
160	27	papéisda	papéis da
161	11	publicação	publicação.
172	29	que melhor	que mais
184	4	brasileirosdesse	brasileiros desse
	nota 3	rediconal	redacional
186	8	que e	que se
188	12	padres	padres.
195	20	se apareciam	se pareciam
	23	desdobrando-sena	desdobrando-se na
196	10	anúncio	o anúncio
200	35	Ter	ter
202	nota 38	brasil	Brasil
208	nota 56	medicamento	medicamento
209	24	do pátria	da pátria
210	nota 61	35 e 36	59 e 60
212	nota 62	37	61
216	nota 68	Ter	ter
232			(todas as notas, até a página 248, devem ter acrescentada uma centena)
233	nota 106	XX.	XX. Rio de Janeiro, Forense/Universitária, 1987.
235	nota 108	vínculos	veiculados
236	nota 110	feita	feita a
251	7	condição	condição de
259	20	paulo	Paulo
260	5/6	Tese de Doutorado	Dissertação de Mestrado
264	14	XX. XX.	Rio de Janeiro, Forense/Universitária, 1987.
265	17	1910/1910/	1910/1920/
268	39	Raquel	Raquel

ÍNDICE GERAL

Introdução: Infância e Imagem	1
Imagens de Crianças: Algumas Experiências	29
Crianças em Olhares da Imprensa	112
Crianças na Propaganda	183
Considerações Finais	249
Fontes Citada	254

"As crianças são as flores que enfeitam a vida, a graça, a alegria ruidosa, o sol festivo do lar, cheias de candura e louçania, às quais devemos assistência quotidiana. A criança é o complemento da felicidade conjugal, é o selo, a bem dizer, da união sponsálica, é o selo, a sublimação, a concretização do amor, o traço de união da família, razão de ser da espécie. Ela espiritualiza e santifica o ambiente familiar. A vida sem crianças é o mesmo que jardim sem flores, ou a flor sem perfume, a religião sem fé, a tarde sem arrebol, o céu sem estrelas. Monteiro Lobato disse ser a criança o objeto precípua dos seus cuidados e carinhos."

(Problemas Comuns da Infância, Rio de Janeiro, DNCr 1956 -- Coleção DNCr, 149).

"Mammy, o braço dói de escrever e tinha um liquidificador de 3 velocidades, sempre quis que a Sra. não tomasse trabalho de espremer laranja, a máquina de tricô faz 500 pontos, a Sra. sòzinha faz muito mais. Um secador de cabelo para Mammy! gritei, com capacete de plástico mas passei adiante, a Sra. não é desses luxos, e a poltrona anatômica me tentou, é um estouro, mas eu sabia que minha Mãezinha nunca tem tempo de sentar. Mais o quê? Ah sim, o colar de pérolas acetinadas, caixa de talco plástico perolado, par de meias, etc."

(Carlos Drummond de Andrade, "Carta a Uma Senhora")

INTRODUÇÃO: INFÂNCIA E IMAGEM.

Esta pesquisa se dedica a discutir imagens da infância em São Paulo e no Rio de Janeiro nos anos 30, 40 e 50.

Refletir sobre esse tema é um desafio que enfrento desde a realização de meu Mestrado na PUC/SP¹. Trabalhando com a revista **Sesinho**, estudei a articulação entre uma produção literária e periodística dirigida para a infância por um órgão – o SESI – que a destinava a filhos de industriários, atingindo também diferentes setores da população e expressando-se através de múltiplas linguagens, como desenhos, quadrinhos, textos e fotografias.

A partir dessa experiência, considerei a possibilidade de explorar na pesquisa para Doutorado imagens da infância presentes em diversos periódicos contemporâneos de **Sesinho**, através de múltiplas fontes referentes ao tema indicado. Nesse momento, senti a necessidade de ampliar a discussão anteriormente feita, indo além de uma revista e um órgão representativos da produção de Imprensa e da atuação junto à infância, refletindo sobre outras propostas em andamento no social, que expressavam formas de conceber a infância.

Tanto em **Sesinho** como noutros materiais que passei a estudar, ocorria a produção de matérias para crianças por adultos. Nesse sentido, a criança não aparecia de imediato como sujeito de sua própria ação: ela era refletida a partir de concepções e desejos que os adultos expressavam sobre suas trajetórias de vida.

Minha preocupação preliminar foi investigar como a criança era representada no social, quais imagens eram construídas a respeito de sua condição. Entendi essas imagens como projetos e representações socialmente elaborados enquanto soluções, caminhos e direções para problemas identificados. Essas elaborações indicavam a vigência de uma historicidade em que a criança era encarada como ser digno de atenções por parte de órgãos governamentais e vozes da sociedade civil – Imprensa, associações, intelectuais, etc.

A partir dessas preocupações, coloquei-me as seguintes questões: De qual criança se falava? Como ela era representada no social? Quais os caminhos propostos para a superação dos problemas apontados? Como se articulavam as diferentes vozes dedicadas à infância?

Nos anos 90 do século XX, observo em vários pontos da cidade de São Paulo o aumento significativo de crianças que pedem esmolas em esquinas, faróis, restaurantes, oferecendo pequenos serviços, limpando carros, vendendo objetos em

situações diferenciadas. À noite, muitas crianças que deveriam estar dormindo, encontram-se pedindo comida, vendendo amendoim, flores e outros objetos. Essa não é uma realidade apenas de São Paulo, pois é observada também no Rio de Janeiro e em outras grandes cidades.

Muitas vezes, surpreendo-me com a indiferença com que elas são tratadas pela população, que incorporou essa dimensão como parte da paisagem urbana. Quando em bandos, são vistas como perigosas. É habitual pessoas fecharem as janelas de seu carro ao se aproximarem de faróis, quando encontram muitas dessas crianças.

Elas se misturam à paisagem degradada da cidade, seus lugares ermos, sombrios, assustadores. Por vezes, intimidam; em algumas circunstâncias, ao pedirem ajuda, usam o argumento das diferenças sociais: não me esqueço de circunstância em que estava de carro, com uma sobrinha, nas proximidades da Avenida Paulista, quando, ao pararmos num farol, uma criança nos abordou com o argumento de que éramos diferentes socialmente dela pois estávamos de carro, enquanto ela estava ali, desprotegida pelas condições de vida. Nesse exemplo, ficam evidentes esperteza e consciência das diferenças sociais pela referida criança, associadas à consciência da culpa experimentada por setores da classe média em relação à miséria, aspectos que se distanciam muito de imagens homogeneizadoras da infância associada à inocência e pureza.

Muitos dos problemas assinalados em relação à infância nos anos 30, 40 e 50 foram repostos ou até ampliados na segunda metade do século XX. Mantêm-se as crianças como sujeitos sociais que vivem no seu cotidiano as experiências das desigualdades sociais.

No contexto neo-liberal do ocaso do século XX, os horizontes para essas crianças são cada vez mais sombrios. Vozes como a de Vicente Paulo da Silva, Presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), são raras, ao assinalar na Imprensa, na comemoração do Dia da Criança, as circunstâncias do viver infantil bem afastadas dos discursos que tentam idealizar a imagem da infância:

"Há cerca de 4 milhões de crianças no Brasil que nada têm a comemorar neste Dia das Crianças. De um lado não faltam variados brinquedos e roupas; mas, de outro, 12 de outubro é apenas véspera de 13, em que não irão à escola, não se divertirão nem viverão em paz. Será mais um dia de duro, penoso, indigno e revoltante trabalho infantil.

São meninos e meninas, de 7 a 15 anos, que vivem sob humilhação, sofrimento e risco de vida. Não têm sonhos

¹BRITES, Olga - *Infância, Trabalho e Educação - A Revista Sesinho (1947/1960)*. Dissertação de Mestrado em História, defendida na PUC/SP. São Paulo, Digitado, 1992.

marcados pelas histórias infantis; eles próprios são gatas borralheiras e super-heróis, em contato precoce com uma realidade que não deveriam viver".²

Vicente Paulo da Silva aponta imagens da criança que não têm direito à escola, ao lazer e ao consumo, tão presentes quando se fala em parques infantis e propaganda, e assinala uma situação de exploração do trabalho da criança, num momento em que o desemprego de adultos é alarmante. Ao mesmo tempo, aponta esforços na tentativa de superação desses problemas, dentre eles, os da Fundação Abrinq e do Projeto Travessia.

Nesse mesmo número do jornal, artigo abordou a experiência de meninas que trabalhavam como domésticas, vivendo experiências de intensa exploração do trabalho, sem registro em carteira, sem frequentar escolas ou abandonando estudos³.

Esses relatos são úteis para reflexão quando se pensa nas experiências infantis em outros períodos da História do Brasil, tentando, de alguma forma, contribuir para a transformação do presente vivido por estas crianças e na expectativa de que as imagens de beleza e felicidade, tão valorizadas quando se falava do consumo e de outras experiências do universo infantil, sejam mais que figuras de retórica.

Politizando a discussão sobre horizontes do universo infantil, Déa Ribeiro Fenelon apontou aspectos significativos do viver a infância, denunciando a incapacidade para resolver os problema das crianças, referindo-se a elas

"abandonadas sem moradia certa, sem família, vivendo nas ruas, empurradas a todo tipo de vícios, e sendo exploradas de todas as maneiras. Até mesmo no trabalho infantil precoce, clandestino e semi escravo, em pequenos e grandes empreendimentos em todas as regiões do país, que as tira da escola, no campo e na cidade".⁴

Fenelon assinala a falta de prioridade dos governos brasileiros no que diz respeito a essas questões, considerando o estudo histórico sobre o tema uma forma de mostrar essa criança marginalizada, estigmatizada, *"abandonadas e sem família, os órfãos de pais vivos".⁵*

² SILVA, Vicente Paulo da – "Dia das Crianças Trabalhadoras". *Folha de São Paulo*. São Paulo, 3, 12 out 1998

³ "Meninas Fazem Carreira em Casa de Família". *Folha de São Paulo*. São Paulo, 3 (Caderno 4), 12 out 1998.

⁴ FENELON, Dea Ribeiro – "Um Olhar Sobre o Passado Para Garantir o Futuro do País". Resenha de *História Social da Criança Abandonada*, de Maria Luiza Marcílio (São Paulo, Hucitec, 1998). *Jornal da Tarde*. São Paulo, 2 (Caderno de Sábado), 16 jan 1999.

⁵ MARCÍLIO, Maria Luiza - *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo, Hucitec, 1998.

Embora iniciando esta pesquisa antes da publicação desse comentário de Fenelon e do livro a que ela se refere, procurei estudar a infância evidenciando diferenças sociais e relações de poder.

No começo, busquei discutir a propaganda nos anos 50, em diferentes revistas. Mesmo considerando a publicidade importante material na construção de imagens da infância, na medida em que trabalhava com valores e desejos articulados a outros projetos, percebi que esse material não era suficiente para estudar o tema proposto porque apontava diferentes questões também presentes noutros espaços sociais.

Verifiquei que várias imagens construídas naquele momento sobre a infância estavam presentes em períodos anteriores, numa espécie de "escada rolante" que exigia recuos no tempo para poder melhor avaliar a historicidade de certas experiências⁶. No entanto, não pretendo cultivar o "mito das origens"⁷ em que a História seria refletida a partir da noção de progresso⁸, onde o tempo linear e contínuo concebia um começo e fim de determinadas experiências. Identifico-me com a noção de experiência formulada por Thompson, na qual, as ações não são pré-determinadas e os sujeitos sociais aparecem como diversos e múltiplos⁹.

Uma imagem de infância elaborada no período referido era a da criança bela e saudável, pois o que estivesse fora desse padrão era considerado desvio que precisava ser corrigido. Isso aparece tanto na esfera de políticas públicas como na imprensa e em diferentes tipos de propaganda. A mortalidade infantil era uma preocupação constante dessas tantas vozes sobre infância, assumindo uma dimensão de normatização de práticas no universo familiar. A pobreza, com seus hábitos e costumes, era rejeitada ou destinada à reforma. Ao mesmo tempo, parcelas de camadas populares desejavam atendimento em diferentes espaços de sua existência (Saúde, Educação, Consumo), indo ao encontro daqueles diagnósticos e das políticas deles derivadas.

Tais práticas populares foram freqüentemente desqualificadas como justificativa para as ações feitas em nome de racionalidade, cientificidade e outros valores invocados por aquelas políticas.

⁶ WILLIAMS, Raymond – **O Campo e a Cidade na História e na Literatura**, Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo, Cia. Das Letras, 1989.

⁷ BLOCH, Marc – **Introdução à História**. Tradução de Maria M. Miguel e Rui Gracio. Lisboa, Europa-América, 1965.

⁸ BENJAMIN, Walter – "Sobre o Conceito de História", in: **Magia e Técnica, Arte e Política**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo, Brasiliense, 1985, pp 222/232.

⁹ THOMPSON, E. P. – **A Miséria da Teoria**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

Apesar de certa resistência preliminar em trabalhar com políticas públicas dirigidas para a infância, por considerar que a pesquisa corria o risco de priorizar uma política institucional que visse no Estado o sujeito social privilegiado¹⁰, harmonizador das relações entre diferentes grupos e porta-voz dos diversos sujeitos, percebi, no entanto, que não podia ignorar sua atuação, uma vez que elas marcavam presença de forma significativa quando se discutia infância naquele período. Ao mesmo tempo que o Estado se apresentava como doador, ele recebia múltiplos influxos de diferentes práticas sociais, enfrentando até certa disputa na primazia de argumentos e atitudes por parte de organismos e instituições, casos da Cruzada Pró-Infância, em São Paulo, ou da Imprensa, que se colocava como vigilante, conselheira e proponente de iniciativas.

Os anos 30 representaram marco fundamental porque nesse período uma série de realizações dirigidas à infância foi implementada, como os parques infantis na cidade de São Paulo, a Cruzada Pró Infância, também naquela cidade, e o Departamento Nacional da Criança, instituído pelo governo federal nos anos 40. Isso não representa afirmar que tudo que se pensava sobre a infância foi inaugurado naquele momento, mas refletir sobre esse período como de implantações de propostas que estavam em andamento embrionário no social desde tentativas anteriores.

Não tive a pretensão de esgotar as possibilidades de estudo quando abordei parques infantis, Cruzada Pró-Infância e o Departamento Nacional da Criança. Dissertações e Teses foram já defendidas abordando especificamente esses tópicos, trazendo elementos fundamentais para a discussão de tais órgãos¹¹. Eu não poderia,

¹⁰ Cf. os comentários de:

CHAUÍ, Marilena – “Apontamentos para uma Crítica da Ação Integralista Brasileira”, in: CHAUÍ, Marilena e FRANCO, Maria Sylvia Carvvalho – **Ideologia e Mobilização Popular**. Rio de Janeiro, CEDEC/Paz e Terra, 1978.

V. também:

LENHARO, Alcir – **Sacralização da Política**. Campinas, Papyrus, 1986.

¹¹FARIA, Ana Lúcia Goulart - **Direito à Infância - Mário de Andrade e os Parques Infantis para as Crianças de Família Operária na Cidade de São Paulo**. Tese de Doutorado em Educação, apresentada à FE/USP. São Paulo, Digitado, 1993.

FONSECA, Cristina de Oliveira – **Modelando a Cera Virgem - A Saúde da Criança na Política Social de Vargas**. Dissertação de Mestrado em História, defendida na UFFI. Niterói, digitado, 1990.

KUHLMANN JR., Moisés – **Educação Pré-Escolar no Brasil (1899/1922) - Exposições e Congressos Patrocinando a “Assistência Científica”**. Dissertação de Mestrado em Educação, PUC/SP. São Paulo, Digitado, 1990.

DE PAULA, David Ferreira - **A Infância e o Poder - A Recreação no Parque Infantil e sua Implicação Social**. Dissertação de Mestrado em História, defendida na UNESP-Assis. Assis, Digitado, 1993.

entretanto, ao estudar a infância no Brasil, ignorar também aquelas propostas, pois correria o risco de perder de vista projetos significativos para o social.

Dei continuidade ao trabalho refletindo sobre outras imagens do universo infantil presentes também em periódicos como **Vida Doméstica**, **Fon-Fon!**, **O Cruzeiro** e **Manchete**, destinadas à família, que pudessem sugerir modos de ver, nomear e direcionar a infância. Eram publicações de periodicidade mensal (a primeira) ou semanal (as demais), com preferência pelo público feminino (**Vida Doméstica**) ou pretendendo atingir um espectro familiar de consumo (as outras).

Também pesquisei jornais diários como **O Estado de São Paulo** e **Diário Popular**, cujo ritmo de publicação marcava um caráter diferente em suas notícias devido à preocupação de cobrir o dia-a-dia da cidade e do país, posicionando-se em debates e interferindo na vida política através de sua condição de instrumento da opinião pública.

Em seu começo, esta pesquisa pretendia dedicar-se apenas à São Paulo, núcleo demográfico e econômico em expansão, com pretensões cosmopolitas e modernizantes, além de ser a cidade onde eu moro e trabalho, tendo maior facilidade de acesso a Arquivos Históricos e outras instituições de pesquisa. Ponderei o peso estratégico também do Rio de Janeiro na formulação de imagens da infância, tendo em vista que muitos periódicos aqui discutidos (especialmente as revistas) foram publicados naquela cidade, sede do governo federal à época, abrigando órgãos como o Departamento Nacional da Criança (DNCr), e importante centro de produção e divulgação de Imprensa, com alcance nacional, sede de Congressos e eventos similares (Congresso Eucarístico, de 1922, Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, mesmo ano), além de fundamental referência nacional na criação de instituições dedicadas à infância, como o Instituto de Proteção à Infância, fundado pelo médico e filantropo Moncorvo Filho em 1899, jardins de infância, escolas maternas e a primeira creche do país, em 1889¹². Foi nesses contextos que muitas interpretações e propostas sobre o infantil foram elaboradas, com grande capacidade de se articular com outras áreas do país.

As imagens de infância geradas naquelas duas grandes cidades não eram, entretanto, exclusivas delas. Mas, tendo em vista seu grande espaço de

PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco – **Políticas Sociais e Corporativismo no Brasil: O Departamento Nacional da Criança no Estado Novo**. Tese de Doutorado em História, defendida na UFFl, Niterói, digitado, 1992.

VIEIRA, Livia Maria Fraga – “Mal Necessário: Creches no Departamento Nacional da Criança (1940/1970)”. **Cadernos de Pesquisa**. São paulo, Fundação Carlos Chagas, 67: 3/16, nov 1988.

¹² KUHLMANN JR., Moysés – **Infância e Educação Infantil – Uma Abordagem Histórica**. Porto Alegre, Mediação, 1998.

interferência na vida nacional, São Paulo e Rio de Janeiro serão referências básicas desta pesquisa. As conclusões alcançadas, no entanto, não dizem respeito apenas a tais metrópoles. Muitos dos projetos sobre infância que foram discutidos no Brasil durante os períodos considerados se articularam a propostas internacionais e sofreram direcionamentos locais. Não pretendi sequer esgotar as imagens de infância naquelas duas cidades, limitando-me a discutir algumas de suas formulações estratégicas para pensar aquele tema.

Ao estudar essas cidades, é importante perceber a dimensão de segregações sociais representadas pela ocupação do espaço. Em São Paulo, o crescimento vertiginoso na virada do século XIX para o século XX teve como uma de suas faces os ricos habitando bairros nobres da cidade - Jardins, Higienópolis, Campos Elísios - e os pobres sendo expulsos para novos bairros (Brás, Moóca, Bom Retiro, Belenzinho, áreas "para além dos rios Tamanduateí e Tietê"), que não contavam com infraestrutura básica (saneamento, esgotos)¹³.

No entanto, essa separação de espaços não conseguiu expulsar os pobres de lugares da cidade onde eles construíam estratégias de sobrevivência¹⁴.

Junto com o procedimento da segregação, ocorria uma identificação da pobreza com a barbárie, desejando transformar a cidade de acordo com uma ordem burguesa que desqualificava experiências significativas dos pobres no espaço urbano. Essa foi uma prática comum às duas grandes cidades¹⁵. Ao condenar cortiços e outras habitações populares, negavam-se experiências e modos de vida dos sujeitos em nome de Ciência e Técnica, numa perspectiva autoritária de remodelação da cidade. As habitações populares foram condenadas como expressão de caos, desordem, ausência de privacidade, doença.. As crianças eram usadas, em muitos

¹³ MACIEL, Laura Antunes - "A Educação Sanitária Semeia, A Raça Colherá o Fruto", in: VASCONCELLOS, Maria da Penha C. (Coord.) - **Memória da Saúde Pública - A Fotografia como Testemunha**. São Paulo/Rio de Janeiro, HUCITEC/ABRASCO, 1995, pp 19/58.

¹⁴ DIAS, Maria Odila Leite da Silva - **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**, São Paulo, Brasiliense, 1984.

Sobre esta questão ver ainda:

SANTOS, Carlos José Ferreira dos - **Nem Tudo Era Italiano: São Paulo e Pobreza (1890 - 1915)**. São Paulo, Anablume/FAPESP, 1998.

¹⁵ CHALHOUB, Sidney - "Classes Perigosas", in: **Trabalhadores - Classes Perigosas**. Campinas/São Paulo, Associação Cultural do Arquivo Edgar Leuenroth (UNICAMP/ IFCH)/SMC (São Paulo), 1990, pp 2/21.

NEVES, Margarida de Souza - "O Povo na Rua - Um Conto de Duas Cidades", in: PECHMAN, Robert N (Org) - **Olhares sobre a Cidade**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1993, pp 135/155.

VELLOSO, Pimenta Mônica - **As Tradições Populares na Belle Époque Carioca**. Rio de Janeiro, Ministério da Cultura, FUNARTE/Instituto Nacional do Foclore, 1988.

ROLNICK, Raquel - "São Paulo, Início da Industrialização: O Espaço e a Política", in: KOWARICK, Lúcio (coord.) - **As Lutas Sociais e a Cidade - São Paulo, Passado e Presente**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. pp 75/94.

dos argumentos, como expostas a toda sorte de promiscuidades e por elas seria necessário transformar aquele estado de coisas. Dessa forma, era justificado que os lares fossem devassados e os sujeitos pesquisados ou removidos para instituições disciplinares: os loucos iam para o Hospital de Alienados, as crianças indesejadas para o Instituto Disciplinar da cidade, etc.

Se no início do século, a intenção era sanear, expulsando a população pobre de determinadas áreas urbanas, nos anos 30, ocorreu uma maior intervenção do Estado. É de 1930 o Plano de Avenidas de Prestes Maia para a capital paulistana, abrindo grandes avenidas, desapropriando e dando nova feição à cidade. A intervenção do Estado no espaço urbano criou novas realidades em relação à habitação na cidade.

A década de 40 abrigou grave crise de habitação. Se antes a questão era a ausência de moradias “higiênicas e salubres”, naquele novo momento, ocorria falta de moradias para alugar. Os aluguéis, extremamente altos para o padrão de vida da classe trabalhadora, foram congelados através de lei em 1942. Isso levou proprietários a se desinteressarem pelo investimento em moradias de aluguel, provocando despejos dos moradores, expulsando mais uma vez a população de baixa renda. Jornais de “organizações populares” denunciaram habitação e transporte como grandes problemas da população pobre¹⁶.

Nos anos 50, a questão da desidratação infantil ainda era considerada um problema para a cidade de São Paulo, resultando num índice de mortalidade infantil elevado. Apontava-se precariedade no abastecimento de água potável, na rede de esgoto e no destino do lixo, problemas que atingiam diretamente a infância porque não eram devidamente administrados pelo poder público. A coleta do lixo na cidade e sua adequada destinação beneficiavam apenas um terço da população. Os outros dois terços eram os lugares preferidos por moscas e outros insetos, responsáveis pela diarreia infantil, dentre outros males. A população mais pobre da cidade era a mais prejudicada por morar em locais próximos a depósitos e chácaras que usavam o lixo como adubo. Miséria, fome e favela faziam parte desse quadro.

A população da capital de São Paulo em 1940 era de 1.326.261 habitantes. Em 1950, esse número se elevou para 2.198.096, de acordo com o recenseamento. Em 1958, conforme o Departamento de Estatística do Estado, o número de habitantes da capital atingia a cifra de 3.417.208. Com relação à infância, em 1950, a população

¹⁶ BONDUKI, Nabil Georges – “Habitação Popular :Contribuição para o Estudo da Evolução Urbana de São Paulo” in: VALLADARES, Licia do Prado (Org.) - **Repensando a Habitação no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, pp 135/168.

de zero a quatorze anos era de 639.436. Em 1958, essa cifra atingia 942.175, dados que revelam o aumento significativo da população infantil.

Ainda em relação aos anos 50, o tema da metropolização passou a ser usado para caracterizar São Paulo, abrangendo intenso crescimento urbano, grande especulação imobiliária, novos espaços públicos em construção (como o Parque do Ibirapuera e a instalação do Monumento às Bandeiras, de Brecheret), ciclo de exposições e outras atividades em comemoração ao Quarto Centenário da Cidade (1954), sem abolir os contrastes que incluíam até uma periferia como expressão de "urbanização desurbanizante", pois desprovida de equipamentos públicos, infraestrutura e serviços de transporte adequados¹⁷.

Nesse período, havia uma série de órgãos oficiais, destinados aos cuidados com a infância. Naqueles dedicados à saúde escolar, funcionavam Dispensários de Puericultura. As alunas do Curso Normal do Instituto Caetano de Campos, através do centro de Puericultura, procuravam trabalhar a prática da prevenção à doença na infância em estágios realizados em consultório médico e lactário e no próprio centro. Faziam visitas domiciliares, para orientações e observações do desenvolvimento infantil. Como esse, funcionavam ainda, o Dispensário de Puericultura Padre Anchieta, no Brás, e o Carlos de Campos, anexo ao Instituto Profissional Feminino do Brás. Em 1950, foi criado o DAIM – Departamento Municipal de Assistência a Infância e Maternidade -, subordinado à Secretaria de Higiene, que visava combater a mortalidade infantil, oferecendo orientação às futuras mães¹⁸. Essa questão não era exclusiva dos anos 50; estudos e coletâneas mais recentes apontaram problemas semelhantes no início do século, afetando diretamente a estimativa de vida das crianças¹⁹.

Os anos 30 foram especialmente significativos na cidade de São Paulo porque foram criadas diversas instituições de peso como a Escola Livre de Sociologia e Política e a Universidade de São Paulo, responsáveis por pesquisas e estudos sobre a cidade e o país, evidenciando a forte presença de intelectuais, ligados ou não a tais

¹⁷ MAYER, Regina M. Proserpi – **Metrópole e Urbanismo – São Paulo, Anos '50**. Tese de Doutorado em, FAU/USP. São Paulo, digitado, 1991.

¹⁸ CASTRO, Paulo de Carvalho e – **Contribuição para o estudo da Administração dos serviços locais de higiene infantil na Capital do Estado de São Paulo**. Tese de Livre-Docência da Cadeira de Técnica da Saúde Pública, defendida na FHSP/USP. São Paulo, mimeografado, 1994.

¹⁹V. documentos sobre cortiços e condições de saúde, editados no volume:

PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael - **A Classe Operária no Brasil - Condições de Vida e de Trabalho, Relações com os Empresários e o Estado**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

Consultar também:

RIBEIRO, Maria Alice - **História sem Fim...** São Paulo, EDUNESP, 1993.

instituições, no espaço público que elaborava novas imagens de infância e convivia com aquelas provenientes de outras instituições e órgãos.

Comecei a trabalhar com imagens de infância a partir de materiais de propaganda extraídos das revistas **O Cruzeiro** e **Manchete** e do jornal **O Estado de São Paulo** entre os anos 30 e 50, englobando posteriormente outros textos e imagens das revistas **Vida Doméstica** e **Fon-Fon!**, publicações como **Infância** e textos e imagens da Faculdade de Saúde Pública da USP e do Museu da Saúde de São Paulo.

Uma dimensão das imagens de infância fortemente recorrente nesses diversos materiais foi a da Saúde, projetando para o futuro a perspectiva de uma nação forte e promissora desde que suas crianças fossem devidamente cuidadas. Essa faceta esteve associada ao tema da preparação do trabalhador do futuro e do homem novo²⁰, evidenciando a grande dimensão do investimento na infância nos anos 30 e 40. Ao mesmo tempo, esse investimento esteve ligado ao contexto político de um Estado apoiado em temas como classe trabalhadora, Legislação Trabalhista, preocupação com família e infância e argumentos de racionalidade e modernidade, que englobavam pesquisas e inquéritos sobre condições de vida (alimentação, Saúde, moradia). Na década de 50, houve continuidade e ampliação de políticas anteriores (o Ministério da Educação e da Saúde foi desmembrado em dois, p. ex.), além de consolidação de incrementos percentuais majoritariamente urbanos na população e ampliação de mercado e consumo, manifestando grande crescimento da publicidade, com a cidade sendo apresentada na condição de lugar prioritário do consumo²¹.

Essas imagens de infância estiveram sempre vinculadas à presença da mulher como mãe, reafirmando uma relação umbilical que não se restringia apenas ao período de gravidez.

Na cidade de São Paulo, o assunto fazia parte de discussões sobre modernidade, progresso, civilização, racionalidade e higiene pública, apelando para o concurso de vários especialistas (engenheiros, médicos, psicólogos, pedagogos, etc.), os quais se expressavam, no caso de imagens da infância, em discursos disciplinares e moralizadores, objetivando atingir especialmente as mães das camadas populares²².

²⁰ OLIVEIRA, Lúcia Lippi, VELLOSO, Mônica Pimenta e GOMES, Ângela Maria Castro – **Estado Novo – Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

²¹ Sobre incrementos percentuais da população urbana, calculados a partir de Censos Demográficos, ver: PATARRA, Neide L. – “Dinâmica Populacional e Urbanização no Brasil: O Período Pós-30”, in: FAUSTO, Boris (Dir.) – **Economia e Cultura (1930/1964)**. São Paulo, DIFEL, 1984, pp 247/268 (História Geral da Civilização Brasileira – III – O Brasil Republicano – 4).

²² Ao mesmo tempo que a questão da higiene pública discutia facetas de moradia das famílias proletárias, o que envolve todo um discurso moralizador sobre o papel da mãe e uma especial preocupação com as

Médicos, pedagogos, artistas, fotógrafos, jornalistas e publicitários falavam da infância, elaboravam projetos interpretativos e apresentavam propostas no sentido de educar informalmente família, criança e mãe e a sociedade como um todo, distribuíam conselhos e normas tendo em vista um vir-a-ser da sociedade, pensando na criança enquanto realizadora de um projeto que consagrava a sociedade idealizada.

Os debates sobre saúde infantil eram freqüentemente associados a problemas de Cultura e Lazer. Daí, a necessidade de também procurar materiais sobre imagens da criança na ação governamental referente àqueles espaços, o que me levou a discutir parques infantis na cidade de São Paulo.

Os espaços destinados à infância foram analisados como instrumentos de dominação por parte de adultos e instituições, visando a formar adultos domesticados e disciplinados, com a criança tratada como ser mais exposto ao controle, dada a sua condição de menoridade, reafirmada por poder público, instituições e família²³.

Em contrapartida, é possível repensar a necessidade da pura dominação:

"(...) não há oposição em bloco ao mundo da criança".²⁴

No último sentido, Benjamin evocou o confeitiro de Barcelona que, ao fabricar bonecas, colocava em seu coração uma bola de açúcar, com o brinquedo expressando o poder dos sentidos. Sem renunciar à análise de relações de poder, é preciso levar em conta formas de reapropriação pela criança e família de espaços, instituições, discursos e imagens.

Os parques infantis tiveram presença significativa em São Paulo a partir dos anos 30. Busco verificar suas formas de conceber a infância através de imagens específicas. É importante destacar que os parques infantis foram implantados pelo Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal paulistana, no contexto da política cultural promovida por Mário de Andrade à frente daquele órgão, englobando a idéia de guardar tradições e preservar memórias da infância que se perdiam na cidade em crescimento. Havia certa apropriação da cultura popular naquele projeto para, depois, devolvê-la à população²⁵. Preservar a cultura popular significava também afastá-la de um modo de vida considerado deteriorado pelas experiências da pobreza.

crianças, a jornada de trabalho e os salários não permitem que os operários sequer cuidem dos seus filhos. Para as mulheres pobres e sem maridos, a escolha é entre o cuidado com os filhos e a sobrevivência." SILVA, Regina Helena Alves da - *São Paulo - A Invenção da Metrópole*. Tese de Doutorado em História Social, defendida na FFLCH/USP. São Paulo, Digitado, 1997.

²³ LIMA, Mayumi Souza - *A Cidade e a Criança*. São Paulo, Nobel, 1989.

²⁴ BENJAMIN, Walter - *Reflexões: A Criança, O Brinquedo, A Educação*. Tradução de Marcus Vinicius Mazzari. São Paulo, Summus, 1984.

²⁵ FENELON, Dea Ribeiro - "Políticas Culturais e Patrimônio Histórico", in: CUNHA, Maria Clementina Pereira da - *O Direito à Memória - Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo, DPH, 1992, pp 29/33.

Procuro refletir sobre parques infantis, periódicos, Cruzada Pró-Infância e órgãos e projetos governamentais como dimensões de uma cultura que se forjava no espaço social e condenava certas práticas também culturais, que se traduziam em hábitos e costumes da população pobre.

Trabalhar com a historicidade do próprio conceito de cultura é fundamental para não a discutir fora do tempo e do espaço²⁶. A cultura pode ainda ser abordada como trabalho, a que todos têm acesso, em oposição a uma cultura que aliena pela falta de entendimento, sem qualquer relação com o cotidiano²⁷. A própria separação entre uma "cultura popular" e outra "de elite" deve ser vista com cuidado pois, muitas vezes, quando se discute a primeira, ela é aproximada daquilo que é conhecido como "folclore" enquanto tradição, preservação de comportamentos ditos populares – festas e outras atividades. Um risco contido nesse procedimento é o de aproximar a cultura popular da tradição como aquilo que apenas se conserva, sem pressupor rupturas, transformações, podendo ela ser reapropriada pelos grupos dominantes para preservar o social, folclorizando aquilo que, antes, era manifestação popular porque se opunha a concepções burguesas de pensar o mundo e representava ruptura, diferente de qualquer homogeneização. A esse respeito, é muito significativa a crítica de Pessanha ao Monismo, cujo

*"(...) caminho leva à Verdade e ao Absoluto, assim isso representa caminhos fáceis para o autoritarismo e a violência, se constituindo num único padrão de racionalidade. Já o pluralismo é democrático porque trabalha com a diversidade contra a ortodoxia que conduz ao imobilismo e é a-histórica."*²⁸

Na argumentação que fundamentou a instalação e o funcionamento desses parques, o tema da saúde era extremamente significativo, fazendo-se presente nos atos que os criaram e nos escritos de Nicanor Miranda, que foi chefe da Divisão de Recreio e Parques do Departamento de Cultura daquela cidade, em diálogo com alguns dos periódicos indicados. A preocupação com a saúde da criança também serviu de argumento para justificar a criação de diferentes Postos de Saúde na cidade de São Paulo.

Cabe lembrar que o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi criado em 1937, com a participação de Mário de Andrade, dentre outros intelectuais.

²⁶ WILLIAMS, Raymond – **Marxismo e Literatura**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

²⁷ BOSI, Alfredo – "Cultura como Tradição", in: BORNHEIM, Gerd, et al. – **Cultura Brasileira – Tradição/Contradição**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar/FUNARTE, 1987, pp 31/58.

²⁸ PESSANHA, José Américo Motta – "Cultura como Ruptura", in: BORNHEIM, Gerd, e tal – **Obra Citada**, Edição Citada, pp 59/90.

Diante disso, considero significativo trabalhar com a infância nos anos 30,40 e 50, destacando temas que dizem respeito à saúde como dimensão estratégica na construção de imagens da criança, associada a consumo, desenvolvimento social e padrões de beleza.

Estudar historicamente imagens da infância significa discutir concepções de tempo histórico que cada sociedade tem (seu futuro desejado, suas potencialidades presentes, seu passado de problemas a serem superados). Também significa entender como cada sociedade se imagina em termos de culpas e erros, analisar de que forma ela pretende alocar seus recursos em relação a diferentes gerações e certas concepções de planejar esse futuro. Incluí, ainda, debater como a sociedade idealiza certos padrões de perfeição para si mesma, englobando discutir que a infância não é um outro dos adultos e sim uma parte que a eles se liga permanentemente, tanto pelos laços de parentesco como, num plano coletivo, pelos compromissos entre gerações. Indica também representações de poderes na sociedade, abrangendo quem pode fazer o quê. A potencialidade atribuída à criança é o que a sociedade deseja de si mesma, sendo, portanto, a infância uma espécie de auto-representação idealizada da sociedade.

Também tenho ligação pessoal com o tema por ter lecionado para crianças de 1ª a 4ª série, em Guarulhos, do final dos anos 70 a meados da década seguinte, convivendo com os seus sonhos, desejos e sentimentos no cotidiano escolar, bem como com um dos serviços públicos a elas destinados. Discuti esse universo com minhas colegas Professoras e explicitou-se, então, a necessidade de afirmar a criança como dotada de experiências históricas dignas de atenção (projetos a elas destinados nos campos de Saúde e Educação, vivência de condições de classe, etnia, faixa etária), configurando-se a complexidade do mundo infantil, que exige reflexões a partir de diferentes ângulos de estudo, inclusive a História.

Importa saber de qual infância se fala. A criança abordada como tema nos diferentes materiais pesquisados é muitas vezes ainda um bebê, tendo em vista a sua fragilidade e o risco da mortalidade em seu primeiro ano de vida. Daí, a criança aparecer através da mãe, responsável pelos cuidados com ela. Tanto nos materiais visuais como nos textos, a mãe é apresentada como guia e protetora da infância, a ela se dirigem médicos e outros especialistas que falam sobre o assunto, bem como anúncios publicitários e campanhas governamentais. Comentar a criança, assim, é também abordar mãe e família.

Nicanor Miranda, que chefiou a Divisão de Educação e Recreio do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, realizou essa

importância da mãe no que se referia às questões infantis, colocando-a mesmo como auxiliar do Estado na missão de cuidar das crianças:

*"O papel supremo das mães é conhecer tão objetivamente quanto possível os filhos, eliminando ao julgar, todo e qualquer sentimentalismo, para poder conhecê-los, como efetivamente são; corrigir suas más tendências, convertendo-as em boas, preparando-os; assim não para que possam ser felizes individualmente, bastando-se a si próprios, à sua família e aos seus amigos, mas possam ser felizes, amando os seus semelhantes, cooperando com eles, na medida do possível, em todos os sentidos, e sob todos os pontos de vista, em benefício da nação e, principalmente da humanidade."*²⁹

Além de bebês, apareceram também naqueles materiais crianças mais crescidas, chegando mesmo à adolescência, como se observa nos textos sobre parques infantis e na publicidade.

Uma questão significativa para esta pesquisa é a dos suportes de linguagens (textuais e visuais) das imagens da infância. Há uma tradição historiográfica geral bem mais forte de trabalhar com fontes textuais, coerente com políticas de formação profissional que priorizam a análise da escrita. O apelo a recursos interdisciplinares tendeu a reforçar aquela tradição, configurando algumas apropriações de soluções lingüísticas para o espaço da pesquisa histórica³⁰.

O trabalho com fontes visuais se dá nesta pesquisa por uma exigência do tema e da própria documentação, onde fotografias e desenhos ocupam significativo espaço. As fontes textuais são igualmente importantes neste trabalho na medida em que discuto imagens da infância, uma vez que o nível verbal também elabora imagens, colocando diferentes linguagens em diálogo.

Compreendo que fontes textuais e visuais não se excluem, antes se interpenetram: fotografias são publicadas com legendas, textos são editados com ilustrações de desenhos ou fotografias, cartazes utilizam simultaneamente palavras e recursos iconográficos para transmitirem suas mensagens. Metz salienta mesmo que a oposição entre caráter seqüencial do texto (sucessão das palavras) e dimensão simultânea do iconográfico (apreensão global de cada imagem) merece ser

²⁹ MIRANDA, Nicanor – "O Papel Supremo das Mães". *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo. Departamento de Cultura, 23 (208/209): 207/211.

OLIVEIRA, Rita de Cássia Alves – *Colonizadores do Futuro – Cultura, Estado e o Departamento de Cultura do Município de São Paulo (1935/1938)*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, apresentada à PUC/SP. São Paulo, digitado, sem data.

³⁰SILVA, Marcos A. da - "O Trabalho da Linguagem". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 6 (11): 45/61, set 1985 / fev 1986.

relativizada, uma vez que múltiplas mensagens são mistas - quadrinhos, cartazes - e recursos de uma são apropriados frequentemente pela outra³¹.

As imagens visuais são apresentadas de diversas formas, tendo em vista o uso que se faz, por exemplo, na propaganda, do desenho como recurso narrativo e da fotografia, utilizada mais sistematicamente a partir dos anos 50, num estilo sofisticado de se veicular mensagens.

A propaganda faz parte desse contexto, explorando certa modernidade, anunciando-se como expressão da mesma, definindo pares de opostos (confortável/obsoleto, novo/velho, bom/mau). Nesses termos, ultrapassa uma dimensão de apêndice da Economia, revelando-se como aspecto da vida cultural ao trabalhar costumes e valores da população. Ela dialoga com os desejos das pessoas e, no plano da opinião pública, com o direito à satisfação daqueles desejos – o direito ao conforto, à beleza, à novidade... Evidentemente, esses direitos e desejos se situam num mundo de relações de poder e propriedade, donde envolverem tensões e frustrações, sem se restringirem, todavia, ao plano da mera alienação.

A reflexão sobre Cultura aqui desenvolvida procura abordar dimensões do viver social que não se compartimenta em "Economia, Política, Sociedade", antes pensando sobre o sujeito enquanto vivendo experiências diversificadas que o tornam plural e complexo. Não se pretende restringir Cultura à dimensão do espírito, nem abordá-la como superestrutura, optando-se por pensá-la enquanto capaz de discutir "modos de vida global"³². Daí o estudo da propaganda ser possível para o Historiador preocupado com a problemática das múltiplas experiências sociais.

Ao trabalhar com peças publicitárias como uma das facetas de construção de imagens da infância, procuro refletir sobre sua presença na cena social.

Ibáñez salienta que a propaganda faz diferentes produtos perderem a sua essência: sucos de laranja industrializados tendem a se afastar da fruta, vinhos perdem suas referências originais como bebida e se confundem com destilados; qualidades efetivas do que é anunciado não são referidas, alternando-se verdade e falsidade; nada é necessário, tudo é desejável³³. Nessa perspectiva, a criança da propaganda - personagem ou alvo - deixa de ser sua efetiva realidade e passa a depender de idealizações derivadas das relações de mercado.

³¹METZ, Christian - "Além da Analogia, a Imagem", in: METZ, Christian, et al. - **A Análise das Imagens**. Tradução de Luiz Costa Lima e Priscilla Vianna de Siqueira. Petrópolis, Vozes, 1972 (Novas Perspectivas em Comunicação - 8).

BARTHES, Roland - **O Óbvio e o Obtuso**. Tradução de Isabel Pascoal. Lisboa, Edições 70, 1984.

³²FENELON, Dea Ribeiro - "Cultura e História Social - Historiografia e Pesquisa". **Projeto História**. São Paulo, PUC/SP, 10: 73/90, 1993.

³³IBÁÑEZ, Jesús - **Por una Sociología de la Vida Cotidiana**. Madrid, Siglo Veintiuno, 1994.

Foucault, no primeiro volume da **História da Sexualidade**, salienta os regimes de verdade que são pertinentes a produções discursivas, cuja multiplicação intensifica poderes³⁴. Nessa perspectiva, a problemática levantada por Jesus Ibáñez (alternância verdade/falsidade, perda do necessário em favor do desejável) pode ser interpretada como parte de uma produção social de sentidos, ajudando a entender a presença da publicidade – e de outros campos argumentativos – no quadro de outras relações sociais. Entendo que a postura analítica de Foucault é a mais abrangente no que se refere a discutir as imagens de infância aqui analisadas como produção social.

Quando se fala em infância e propaganda, torna-se difícil circunscrever o espaço físico de elaboração de materiais. Publicidades de diferentes produtos foram, freqüentemente, provenientes de suas regiões de origem (vinhos gaúchos, p. ex.) ou, até, de outros países³⁵. É por este motivo que a atual pesquisa lança mão de periódicos editados no Rio de Janeiro (**Vida Doméstica**, **Fon-Fon!**, **O Cruzeiro**, **Manchete**), embora aborde também experiências paulistanas.

Essas imagens de infância elaboradas pela propaganda circularam socialmente. Para serem interpretadas em termos históricos, elas requerem diferentes tipos de articulação com outras fontes que construíram imagens de crianças.

Uma característica que se depreende das propagandas é a de expansão do mercado de produtos industrializados, com especial ênfase em setores como alimentos, remédios, vestuário, eletro-domésticos e mobiliário. Anunciar tais produtos era um indício dessa expansão, que se desdobrava em busca de mais consumidores. O uso desses artigos aparecia freqüentemente associado a características sociais como modernidade e ascensão, dando um ar de distinção para seus possuidores.

A família era o alvo dessa investida na expansão do mercado consumidor e a criança, sem aparecer diretamente como compradora, foi habitualmente evocada como justificativa para esse universo. Assim, ela apareceu crescentemente como destinatária ou usuária de diferentes artigos, associando-lhes seu aspecto de felicidade e confiança no futuro. Havia um sentimento de otimismo e grandes esperanças articulado às promessas da modernidade que o consumo oferecia.

Evidentemente, o crescimento do consumo de produtos industrializados também significava o aumento da produção industrial, que a publicidade expunha e

³⁴FOUCAULT, Michel - **A Vontade de Saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Graal, 1980.
V. também:

- "Verdade e Poder", in: **Microfísica do Poder**. Organização e Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro, Graal, 1979, pp 1/14.

³⁵KLINTOWITZ, Jacob - **Arte do Comércio - São Paulo**. São Paulo, SENAC, 1989, 3 volumes.

louvava, engajando em seus parâmetros todo o universo dos consumidores, transformados em fiéis representantes desse novo mundo. O elogio da indústria, certamente, não vinha apenas da publicidade nem de outros materiais das revistas. Tratava-se de valor fortemente defendido por políticas governamentais e por falas empresariais, além de encontrar defensores no mundo da arte e do pensamento, sem esquecer setores dos movimentos de trabalhadores fascinados por alguns de seus termos. É o caso, então, de identificar a particularidade desse assunto no universo das revistas, associado que era aos temas de família e infância.

Essa imagem geral da modernização, onde se inseriam imagens de infância, também englobava a introdução de técnicas e produtos novos no meio social: o uso do cheque, o emprego de eletrodomésticos e outras dimensões de tecnologia no lar eram temas de campanhas ou peças publicitárias de caráter quase didático. Certamente, cheques só poderiam ser usados por adultos. Quando se tratava de eletrodomésticos e outros itens de tecnologia doméstica, no entanto, era habitual a presença de crianças, em anúncios, manipulando aparelhos, o que demonstrava sua praticidade e "universalidade" no espaço familiar, tratando a criança também como motivo a mais para o consumo.

A referência às novas tecnologias domésticas remeteu para o importante tema da família num mundo em transformação. Tanto em publicidades como em matérias textuais dos periódicos e falas governamentais, muitas foram as menções a essas mudanças em andamento no cotidiano social, englobando os papéis da mulher como administradora do lar e educadora dos filhos, por um lado, e trabalhadora em diferentes tipos de empresas, por outro. As tensões introduzidas por essas inovações na sociabilidade remetiam para debates sobre a maior ou menor adequação de uma mãe permanecer em seus papéis tradicionais (gerência do lar, educação dos filhos) ou aderir ao mercado de trabalho que se abria para ela, introduzindo a questão das relações entre a elogiada modernidade e o apelo a tradições. Essas referências foram dirigidas a mulheres de classe média urbana, uma vez que mulheres pobres já trabalhavam fora do lar - camponesas, operárias, etc.. Políticas públicas da época, como a implantação dos parques infantis e creches, afirmavam suprir uma ausência materna do lar já definida.

Nesse universo do elogio à modernidade, o mundo infantil era estabelecido a partir de múltiplas relações, que abrangiam da escola à saúde, passando por políticas públicas que diziam respeito a esses e outros itens. Na medida em que se multiplicavam instituições como unidades escolares e postos de saúde, além das

Klintonowitz reproduziu anúncios de vários periódicos que circulavam nacionalmente e não eram editados

orientações lançadas em periódicos dedicados a família e infância, a criança se transformava cada vez mais em objeto de observação e aplicação de princípios que se impunham socialmente em nome de ciência, modernidade, progresso, tendo em vista garantir um estoque de seres saudáveis (daí, as campanhas contra a mortalidade infantil) e disponíveis para as novas necessidades sociais. Havia investimentos públicos (especialmente, políticas de saúde e educação) e olhares da sociedade civil dirigidos para a infância, provenientes de arte, literatura, periodismo, associações e outros organismos. Se esses tratamentos da temática infantil apontavam para um futuro (da nação, do indivíduo), é importante levar em conta o presente de sua implementação, as articulações que eram estabelecidas entre o mundo da criança e outras facetas da experiência social do período considerado.

Outro traço marcante desse momento diz respeito à expansão dos meios de comunicação (periódicos, rádio, cinema, televisão), constituindo-se numa espécie de rede de educação informal e permanente da família, onde a criança ocupava crescente espaço, particularmente, no universo dos meios audio-visuais. As revistas não desfrutavam de um papel de vanguarda técnica naquele universo - ocupado por rádio, cinema e, a partir dos anos 50, televisão -, antes se caracterizando pela extensiva presença de textos, atuando como olhar crítico da tradição verbal sobre aqueles outros códigos de comunicação. Ao mesmo tempo, elas possibilitavam uma atitude de preservar e retomar referências (o colecionismo das revistas, prática então inacessível no que se referia a filmes, muito anterior à existência de audio e videocassetes), garantindo formas de convívio para o consumidor muito mais prolongadas que as permitidas por aqueles outros meios.

Cabe pensar sobre o processo de produção de imagens da infância como parte da atividade do imaginário e da representação, o que não se confunde com a falsidade ou a mentira. Imagens são práticas que não se reduzem à ilusão ou quimera, no sentido discutido por Baczko, que abrange tanto a produção como a manutenção de sua força simbólica no social, potencializando-a³⁶. Tais representações e símbolos, quando produzidos, também colocam em questão problemas de disputas sociais. Daí, a importância de entender a questão do imaginário como associada a problemáticas de poder, aumentando a sua capacidade de mobilização³⁷. O imaginário não é algo falso; ele constrói realidades e é construído por elas:

em São Paulo.

³⁶BACZO, Bronislaw - "Imaginação Social", in: **Anthropos-Homem**. Porto, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, sem data, pp 296/332 . (Enciclopédia Einaudi - 5).

³⁷Oliveira afirma que os parques infantis, entre 1947 e 1955, "aumentaram de 9 para 50, o que aponta seu peso político junto à população". Isso exemplifica como interesses institucionais eram satisfeitos em articulação com demandas efetivas da população.

"A função do símbolo não é apenas instituir uma classificação mas também introduzir valores, modelando os comportamentos individuais e coletivos e indicando as possibilidades de êxito dos seus empreendimentos"³⁸.

Trabalhando materiais de propaganda, textos e imagens da Imprensa ou discursos governamentais, penso na construção de símbolos que expressavam necessidades e desejos circulantes na sociedade, voltando para a população como normas e sendo retrabalhado por ela de diferentes formas.

A prioridade no que se referia à saúde da infância tinha importância, na perspectiva de quem escrevia, desenhava ou fotografava, indicando uma compreensão do corpo humano como espaço de investimentos (cuidados, treinamentos, encaminhamentos), cuja rentabilidade se expressava na garantia de um futuro para a criança, sua família e sua pátria. Daí, o destaque ao controle sobre doenças fundamentais na infância, bem como cuidados com higiene e alimentação. Em sentido paralelo, dava-se muita atenção para Lazer e Educação, que, junto com Saúde, serviam de base para uma compreensão da infância como etapa de preparação humana para o futuro.

Algumas facetas atribuídas ao infantil estiveram presentes nesses debates sobre crianças brasileiras de forma recorrente: futuro, inocência, pureza, ignorância, universo de investimento (saúde, educação) para obter melhores resultados, beleza, associação ao adulto (dependência), fragilidade, potencialidade (vir-a-ser).

Nos diversos materiais aqui trabalhados, seja em revistas ou jornais anteriormente mencionados, a preocupação com a saúde da criança era tema que se repetia, quer em suportes visuais (fotografia e desenho em propaganda, p. ex.), quer em textos. As propagandas exploravam força e vigor através de anúncios de alimentos ou remédios e a saúde se fez presente mesmo quando os produtos anunciados eram móveis, companhias de seguros, imóveis, eletrodomésticos, inseticidas e outros artigos ou serviços.

Tal repetição sugere faces para a reflexão. Aparentemente, certos materiais se esgotam de imediato para a pesquisa porque são "sempre iguais", mas existe uma prática social de conviver com essas repetições, que exige esclarecimentos do estudo. As repetições, portanto, são significativas para se pensar sobre projetos para a infância. Repetir exaustivamente a informação em diversos materiais tinha como

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos - "Dos Parques Infantis às Escolas Municipais de Educação Infantil: Um Caminho de Cinquenta Anos". **Escola Municipal**. São Paulo, SME, 18 (13): 11/18.

³⁸BACZKO, Bronislaw - *Obra Citada*, p 311.

pressuposto a necessidade de fazê-los serem aceitos e preservados, tomando habitual a prática indicada.

Há também um pressuposto de que a mortalidade infantil se devia à ignorância das mães, conforme observado por Maria Alice Ribeiro. Essa Autora diz ainda que colocar a culpa nas mães

“era no mínimo escamotear a questão, deixando de lado a situação de miséria em que viviam os trabalhadores pobres na cidade de São Paulo”. ³⁹.

Alegando preocupar-se com a saúde na infância, a Secretaria de Saúde Pública e da Assistência Social publicou o **Livro das Mãezinhas**⁴⁰, dirigindo-se às mães no que se referia à educação dos filhos e divulgando regras de Puericultura.

Esse material valorizava a mãe que tinha um filho robusto, sadio e não fraco ou doente; incentivando-a a recorrer à intervenção de médicos e especialistas - contra as opiniões de vizinhos, parentes ou *“pessoas ditas entendidas”* -, ao aleitamento materno como o mais adequado e a introjetar minuciosos ensinamentos sobre a prática da amamentação. Tal discussão estava sintonizada com discursos médicos, falas governamentais e outras publicações, principalmente, na revista **Infância** e noutros periódicos que se dedicavam a temas de Puericultura.

A criança passou da imagem bela e ideal de pureza e de verdadeiro anjo, ao seu oposto de demônio, perversa, irreconhecível porque não se enquadrava nos horizontes do universo burguês, projetados para ela no mundo moderno. No entanto, ali estavam os potenciais de transformação nacional: futuro do trabalho como valor maior, oposto ao mundo da ausência de compromisso, da doença, da feiúra.

A beleza física não se traduzia apenas em ser robusto, ela trazia símbolos palpáveis de sucesso. No branco de olhos azuis, estava a promessa do futuro. Na criança, depositavam-se expectativas de um vir-a-ser superador de todos os males contemporâneos – pobreza, doença, criminalidade, ausência de escolaridade... O potencial de transformação estava na infância, era através dela que a História se fazia como espetáculo e o Reino de Deus se materializava.

Também na criança, concretizavam-se ritos da sociedade contemporânea, como casamento, batismo e primeira-comunhão. Ela representava a vida e, simultaneamente, era portadora dos perigos da morte. Afirmava-se constantemente, através da criança, o que se devia afastar, censurar, reprimir. Quando a criança adoecia, a nação carecia de tratamento em nome da razão científica, alheia à

³⁹ RIBEIRO, Maria Alice Rosa - Obra Citada, Edição Citada.

superstição. Ela era vítima de adultos desinformados, indolentes e ignorantes, devendo ter, em contrapartida, a feição da sociedade moderna, em que o ritmo alucinante se misturava ao crescimento rápido, eficaz e promissor.

Nessa perspectiva, na criança representavam-se a visão edênica, paradisíaca e também a demoníaca, julgando-se necessário criar espaços de reclusão para os indesejados.

Considerava-se necessário salvar a criança, afastando aquilo que não se desejava no social, como os ignorantes e os desinformados, que expunham os pequenos à morte. Para tanto, entravam em cena educadores, médicos e Imprensa, numa ação conjunta, que representava salvação, proveniente de Ciência e Conhecimento, emissários da luz.

Assustadoras imagens da morte eram representadas em cartazes de Saúde, que exploravam cores fortes como vermelho e negro, com a presença daquela personagem expressa em caveiras, as quais acompanhavam mulheres e crianças, moralizando práticas e hábitos, desejando mudar procedimentos. Em contrapartida, identificava-se a vida com uma nova ordem, que devia dar espaço à Ciência e à Generosidade esclarecida.

Em nome da infância, dialogavam médicos, educadores, Imprensa.

Imagens de beleza, alegria, harmonia na família e na sociedade serviam como mecanismo de despolitização, que se traduzia em “progresso, ordem e disciplina”. A família devia, através da criança, estar sintonizada com esse projeto excludente e discriminatório em relação àqueles que se desviavam dos valores afirmados e ofereciam possibilidades como luta, resistência e outras formas de atuação que não fossem submissão e ausência de crítica.

O corpo infantil doente foi entendido como expressão das doenças da Nação, donde torná-lo saudável representar a garantia da Nação forte e discipliná-lo ser disciplinar da própria Nação⁴¹. O apelo de médicos, educadores, e outras vozes, em nome da infância saudável, traduzia-se numa cruzada a favor da criança, debatendo projetos, declarando intenções, explicitando, por vezes, o que era condenado, tendo em vista a idéia de uma nação produtiva e disciplinada.

A propaganda caminhou, em algumas ocasiões, num sentido inverso ao da valorização da pobreza, onde se depositavam sentimentos de humildade, sacrifícios, abnegação, renúncia, tão valorizados em algumas narrativas que colocavam o pobre

⁴⁰ PIZA, Wladimir de Toledo – *O Livro das Mãezinhas*. 7ª ed.. São Paulo, Serviço de Propaganda e Educação Sanitária, 1962.

⁴¹ LENHARO, Alcir – *A Sacralização da Política*. Edição Citada..

como redentor, convivendo com pequenos recursos mas valorizado no sacrifício, na justeza do caráter.

As famílias pobres foram admiradas a partir desses atributos, sendo a riqueza freqüentemente apresentada como desumana, ambiciosa e perversa. O Estado, tal como a família, foi caracterizado através da proteção que livrava o trabalhador de sua condição ignorante, racionalizando suas práticas. A imagem construída por esse Estado foi a da nação que precisava superar uma condição infantil de ausência de conhecimentos, maturidade e saber. A criança simbolizou, através de sua presença grupal em eventos comemorativos (quando foi apresentada desfilando, uniformizada, disciplinada, braços, pernas, cabeças e troncos sintonizados, harmonizados, soldados da pátria, estampas da nação desejável), signos da docilização dos corpos. Essa militarização corporal estava em consonância com o corpo saudável, "higienizado e eugenizado".⁴²

A imagem harmonizada do corpo expressou a ausência dos conflitos sociais, a plena integração de projetos dos adultos e crianças, como se fosse esse o sonho de realização infantil.

A mulher como dona de casa e mãe fez parte da construção da imagem de infância assistida, educada e cuidada. O discurso médico-sanitarista que atribuía ao aleitamento materno vantagem em relação à amamentação mercenária fez-se presente desde meados do século XIX⁴³.

Assim como o corpo infantil era vigiado e encaminhado para práticas esportivas, tendo em vista a Eugenia, o corpo feminino era preparado para a procriação. A mulher, na condição de esposa e mãe, devia estender os cuidados, agindo filantropicamente em associações beneficentes.

Ao mesmo tempo, insistir sobre o fato de que a mãe devia amamentar leva a supor que a prática já não era tão observada pelas mulheres, que os afazeres domésticos e o trabalho fora do lar levavam a mulher a abandonar o aleitamento o mais cedo possível. Nesse sentido, o incentivo ao aleitamento adquiriu caráter de movimento no social para que a mulher voltasse a antigos hábitos. Foi nessas circunstâncias que a criança apareceu como ser social dependente e frágil, necessitando de cuidados, mobilizando família, poder público e especialistas a falarem sobre ela.

⁴² Sobre os temas de docilização e militarização dos corpos, ver: Idem, Idem.

A Alemanha Nazista foi referência quando se trabalhou a militarização do corpo e, junto com os demais regimes fascistas, é evocada como exemplar na prática de esportes.

⁴³ RAGO, Margareth – *Do Cabaré ao Lar – A Utopia da Cidade Disciplinar (Brasil, 1890/1930)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

O aumento no volume de alimentos artificiais em São Paulo desde 1890 foi atribuído por Ribeiro ao crescimento da população e à escassa produção de alimentos⁴⁴. Essa Autora procurou explicitar as razões que levavam à mortalidade infantil, combatendo um discurso médico que atribuía tal situação à ignorância das mães, apontando como responsável o elevado custo daqueles produtos e a sua escassa oferta. Guzzo Decca discutiu atribuição causal à ignorância popular de responsabilidade por questões de insalubridade, como agentes físicos, químicos e biológicos, na higiene das fábricas, procedimento que levava a uma perspectiva educativa de transformar hábitos e costumes dessa população através de soluções racionais⁴⁵

A mortalidade infantil denunciava as precárias condições em que vivia a cidade. Sem ela, tudo pareceria ocorrer da melhor forma possível, sem problemas.

Nesta pesquisa, as relações entre adultos e crianças não serão reduzidas a uma dimensão de mera retórica da dominação, embora essa retórica também se aproveite daquelas necessidades infantis e adultas para implantar a sua lógica. Vale lembrar a perspectiva de Walter Benjamin em relação à experiência: ao invés de álibi contra qualquer ação, criado em nome do já vivido e fracassado, a experiência pode e deve ser recuperada como tentativa, busca do novo, aposta no futuro⁴⁶. O futuro nem sempre confirmou o vir-a-ser programado para as crianças naqueles projetos, levando em conta diferentes trajetos que as pessoas percorreriam.

Tirar a criança da rua, foi projeto que ganhou força no social quando se falou, por exemplo, dos parques infantis, destinados às famílias pobres, voltados para a recreação infantil orientada; aí também, a saúde foi objeto de preocupação, haja visto que a presença do médico e da educadora sanitária era anunciada (e muitas vezes, não-cumprida) como fundamental, a assistência médica e as atividades de educação higiênicas deveriam estar (e muitas vezes, não estavam) ali presentes, o lanche e o copo de leite deveriam ser (e muitas vezes, não eram) ali distribuídos como perspectivas da formação da criança.

No segundo semestre de 1996, em campanha para a Prefeitura da cidade de São Paulo, o partido do então prefeito Paulo Maluf, o PPB, teve como candidato Celso Pitta. Sua sofisticada propaganda, graças à presença de famosos publicitários e de gordas verbas gastas, chamava a atenção para o "Leve Leite" como programa "eficaz" de governo, que atendia às crianças nas escolas. Enquanto isto, os professores

⁴⁴ RIBEIRO, Maria Alice Rosa - Obra citada, edição citada.

⁴⁵ GUZZO DECCA, Maria Auxiliadora - Obra Citada, Edição Citada.

⁴⁶ BENJAMIN, Walter - "Experiência", in: **A Criança, o Brinquedo, a Educação**. Tradução de Marcus Vinícius Mazzari. São Paulo, Summus, 1984, pp 23/25.

estavam insatisfeitos com os baixos salários e não havia uma preocupação social efetiva no sentido de recuperação das crianças pobres. Na mesma cidade de São Paulo, em 1935, o então prefeito Fábio Prado anunciava a distribuição do leite nas escolas, sendo este, portanto, um argumento que há muitos anos era utilizado no Brasil, procurando-se atingir a todos os adultos através de saúde e alimentação infantis.

Outra questão pertinente a imagens de infância foi a divulgação de retratos infantis em revistas do período. **Vida Doméstica** e **Fon-Fon!** foram periódicos que investiram nesta dimensão. A visão pública da infância ali predominante não era a da pobreza, do abandono, da miséria, da morte; pelo contrário, os retratos de crianças simbolizavam felicidade da família, a procriação era projeto no casamento, saúde e robustez infantis eram sinônimos de criação bela. Tais retratos estavam em sintonia com imagens da infância cultivadas naqueles periódicos e noutros espaços sociais, idealizando uma imagem da criança em termos de condição social. A divulgação dessas fotografias também servia como exibição da família que observava as prescrições de cuidado com a infância⁴⁷.

No entanto, a insistência na publicação destes materiais, que também apelavam para a saúde da infância, revela que o quadro não era bem este, pelo menos para a maioria da população. Os filhos fotografados eram aqueles que pertenciam aos casais bem-sucedidos, havendo uma insistência em publicar a profissão dos pais como símbolo de sucesso: médico, engenheiro, advogado.

No caso da infância saudável, a mãe surgia nessa argumentação como figura poderosa, que detinha ou devia conquistar o saber fazer no sentido de evitar a mortalidade infantil. A natureza da criança era tratada como frágil, precisando ser modelada corporal e espiritualmente. Na divisão sexual dos papéis, onde o homem deveria trabalhar e a mulher cuidar do lar, a mãe era o ser ativo que mantinha a família unida, homogênea, sem conflitos. A família, nesta perspectiva, não estava subordinada apenas ao pai.

Se nas sociedades burguesas o patrimônio material devia ser provido pelo homem, a mulher possuía o patrimônio afetivo, cuidando da casa e da saúde dos filhos. Ela era responsável pela estampa da família estável, feliz e o trabalho da

⁴⁷ Sodré apontou o freqüente procedimento de publicar fotografias como fonte de rendas para a imprensa brasileira até esse período.
SODRÉ, Nelson Werneck - **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro, Graal, 1977.

mulher, como lembra Michelle Perrot, de "perfil profissional é transformado em qualidades naturais"⁴⁸.

A saúde da criança, nesses debates, estava ligada a princípios eugênicos de fortalecimento da raça, com o casamento apresentado como uma instituição que evitava degenerações, enquanto o alcoolismo e a sífilis, provenientes de sangue ruim, deviam ser combatidos publicamente. As propagandas absorviam estes problemas e devolviam-nos à população, apresentando soluções imediatas das dificuldades no plano do mercado.

As famílias pobres, como apontou Perrot, foram as mais atingidas por essas políticas porque vistas como incapazes de realizarem seus papéis, sobretudo no que se referia aos filhos. Os médicos invadiam a privacidade da família, em nome de visar à saúde das crianças.

Buscar refletir historicamente sobre as imagens da infância é pensá-la na constituição de um ser social. A Medicina e o Estado, voltando-se para a criança, alegavam assegurar o "*bom desenvolvimento*" da raça, o público intervinha no privado, argumentando garantir ao convívio social o retorno do saudável, apresentado como dimensão da Nação forte. Foi através da criança, em larga escala, que o público penetrou na vida privada, sendo ela o ser que mobilizava tantos argumentos - de médicos, governantes, professores, pais... O médico entrava, assim, na casa, invadindo cozinha, sala, quartos, banheiro, prescrevendo normas do viver saudável. O professor enviava mensagens, através dos alunos, para os demais membros da família.

Kuhlmann Jr. destaca a consolidação da presença médica nos debates sobre infância a partir dos anos 10/20, associada a lutas contra a mortalidade infantil e à expansão do uso da mamadeira, que se deu a partir do trabalho de pasteurização do leite de vaca. Essa presença médica ocorreu também em escolas, órgãos de pesquisa, iniciativas de educação popular e creches. Ao mesmo tempo, salienta criticamente pesquisas históricas que atribuíram peso excessivo à voz médica naquele processo, evocando a necessidade de se levar em conta a importante presença de outros campos de conhecimento, como Antropologia, Sociologia, Engenharia, Arquitetura, Direito e Educação, que se articulavam permanentemente⁴⁹. Além dessa perspectiva, o livro de Kuhlmann Jr. ajuda a refletir sobre experiências históricas anteriores a 1930 que foram extremamente significativas no que se refere a políticas

⁴⁸PERROT, Michelle - "Os Atores", in: PERROT, Michelle (Org.) - **Da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial**. Tradução de Denise Bottmann e Bernardo Joffily. São Paulo, Cia. das Letras, 1991, pp 89/304 (História da Vida Privada - 4).

voltadas para a infância, contribuindo para reafirmar que aquela data não é inauguração de tudo⁵⁰.

A questão do aleitamento materno não foi só construída por um poder médico que queria controlar a saúde na família mas também, através da imagem da mulher que amamentava, acalentava sonhos de uma visão imortal do núcleo familiar.

Nos primeiros anos de vida, a criança era tratada como ser assexuado (os concursos de robustez infantil traziam a criança seminua, de fraldas), pois o que importava era o seu peso. Ao mesmo tempo, a Psicanálise começava a discutir, desde fins do século XIX, a sexualidade infantil, que demoraria a atingir essas esferas de opinião pública⁵¹.

Se, por um lado, médicos adentravam espaços da privacidade em nome de garantir a saúde das crianças, no Estado de São Paulo, desde a proclamação da República, surgiram leis que visavam a atender os menores na cidade. Era através de auxílio às instituições particulares que se afirmava pretender assistir crianças pobres. Essas instituições deveriam amparar as crianças, funcionando como substitutas da família na educação das mesmas; os trabalhos de campo apareceram como forma de docilizar os "rebeldes", uma vez que, até então, a indústria estava pouco desenvolvida na cidade de São Paulo⁵².

Instituições assistencialistas atuaram em São Paulo, anunciando ter como projeto atender às crianças pobres. Foi o caso da Cruzada Pró-Infância, que, no interior deste trabalho, será discutida através de sua revista *Infância* e, especialmente, seus projetos sobre saúde e parques infantis.

Junto com os valores de modernidade e mercado, abrangendo Cultura e Saúde, cabe salientar a importância assumida pelo temário de Ética e Religiosidade na construção de imagens de infância, principalmente nos periódicos, associando-se a questões relativas à família e à infância como preparação do mundo justo no futuro. A infância apareceu nessas revistas como universo de pureza, a ser protegido e encaminhado no mundo moderno, para melhor desfrutar de suas conquistas (como itens de consumo e universo da técnica), enfrentando suas barreiras - violência, perda

⁴⁹ KUHLMANN JR., Moysés – *Infância e Educação Infantil – Uma Abordagem Histórica*. Edição Citada.

⁵⁰ Outros pesquisadores debateram essa pluralidade de experiências anteriores a 1930, como: GUZZO DECCA, Maria Auxiliadora – Obra Citada, Edição Citada.

RAGO, Margareth – Obra Citada, Edição Citada.

⁵¹ FREUD, Sigmund - "Cinco Lições de Psicanálise". Tradução de Durval Marcondes e J. Barbosa Correa, in: *Cinco Lições de Psicanálise e Outros Textos*. São Paulo, Abril Cultural, 1978, pp 1/36 (Os Pensadores).

⁵² CRUZ, Heloísa de Faria - "Mercado e Polícia", in: *Trabalhadores em Serviços: Dominação e Resistência*. São Paulo, Marco Zero/CNPq, 1990, pp 59/71 (Onde Está a República?).

de referenciais na tradição, etc.. O espectro religioso que figurou nesses materiais se vinculava ao Catolicismo, sugerindo uma maneira de associar essa esfera da experiência a práticas uniformes, onde alternativas e diferenças não foram consideradas.

A partir dessas questões, o presente estudo se divide nas seguintes partes:

O primeiro capítulo, Imagens de Crianças: Algumas Experiências, discute questões referentes a imagens de infância divulgadas a partir da ação governamental (parques infantis em São Paulo, Departamento Nacional da Criança – especificamente, creches) e de mobilização de setores da sociedade civil (Cruzada Pró-Infância, Imprensa). Essas propostas se assemelharam em alguns momentos, ao enfatizarem dimensões da infância feliz, forte e promissora e ao evidenciarem que a construção de imagens da infância naqueles setores possuía fortes enraizamentos no social. Sobre os parques infantis, trabalhei com documentação produzida pela Administração Municipal paulistana - Atos, Relatórios - e escritos de Nicanor Miranda, Chefe da Divisão de Parques e Recreio, responsável por aqueles parques, além de materiais de Imprensa. A Cruzada Pró-Infância - cuja designação remete para uma identidade de campanha a favor de certas propostas, sendo significativo que a instituição, em São Paulo, tenha assumido tal nome, sugerindo o empenho no tratamento da infância, além de remeter para os significados da palavra na tradição do Cristianismo, demonstrativa de vínculos com perspectivas cristãs de cuidado com a infância - foi estudada principalmente a partir de sua revista **Infância**, em articulação com o noticiário de Imprensa. O DNCr, órgão da administração federal (Ministério da Educação e da Saúde), atuante em todo o território nacional, coordenando em todo o país a assistência médica à infância, adolescência e maternidade, foi abordado especialmente a partir da Imprensa e de bibliografia analítica referente a creches. Essas várias instâncias divulgavam imagens da criança como ser frágil, debilitado, correndo o risco de descambar para a criminalidade, carente de cuidados especiais bem como temas que remetiam para Alimentação, prática de Exercícios Físicos, Eugenia, Saúde.

O segundo capítulo, Crianças em Olhares da Imprensa, debate problemas da pesquisa através dos periódicos como **Vida Doméstica** e **Fon-Fon!**, publicados no Rio de Janeiro, porém com circulação nacional, e órgãos da Grande Imprensa paulistana, como **Diário Popular** e **O Estado de São Paulo**. A Imprensa é significativa para trabalhar imagens da infância uma vez que sua dinâmica editorial (lançamento de novos números num prazo determinado) renova relações com o público leitor, inclusive quando repete temas, assumindo um caráter pedagógico informal no que se refere à formação de uma opinião. Trata-se, conseqüentemente, de

importante via de acesso à construção de propostas no social, no universo letrado. Na Imprensa, a criança foi permanentemente remetida ao universo da família – e, ainda mais, da mulher como mãe – e da Assistência. Por outro lado, é um mundo apoiado em diversidade de materiais expressivos, como textos, desenhos e fotografias, englobando, paulatinamente, o emprego da cor, recursos que trouxeram várias significações para os temas aqui tratados. As revistas indicadas trabalharam mais com imagens idealizadas da infância, enquanto os jornais diários exploraram dimensões como instituições que cuidavam de menores, delinqüência e ações governamentais, aspectos mais explorados no primeiro capítulo. Evidentemente, os periódicos estavam sintonizados com práticas oficiais, propondo mesmo soluções para alguns problemas apontados por eles.

O terceiro capítulo, Crianças na Propaganda, aborda material publicitário do período extraído das revistas citadas e de **O Cruzeiro**, **Manchete** e **Propaganda**, além dos jornais **O Estado de São Paulo** e **Diário Popular**. A propaganda trabalha com os desejos do público, indicando valores e normas, projetando a realização de sonhos e fantasias, fortalecendo o mercado e também englobando o direito aos produtos exibidos. No caso da criança, ela reitera valores presentes noutros espaços argumentativos (reportagens, fotografias, etc.), colocando também novas questões para a reflexão sobre o social, como a idéia de aventura, sucesso, praticidade e economia. Além disso, a publicidade desempenha importante papel na memorização, através de seus mecanismos de repetição. Junto com as próprias peças publicitárias, abordei também materiais literários que fizeram referências ao universo do consumo, sugerindo críticas, exclusões, frustrações, sofrimentos.

A Imprensa é uma referência permanente nesta Pesquisa, levando em conta seu papel de formadora de opinião pública nas sociedades contemporâneas, sendo freqüentemente articulada a outros suportes da experiência social. O segundo capítulo concentrou-se mais naquele universo do periodismo, discutindo aspectos de sua produção e explorando seu apelo à infância ligada ao universo familiar específico, remetendo a experiências sociais de um universo socialmente privilegiado, sem deixar de considerar em alguns momentos o mundo da pobreza, num processo de constituição recíproca.



Infância, dez/1993.

IMAGENS DE CRIANÇAS: ALGUMAS EXPERIÊNCIAS.

Imagens de infância foram e são elaboradas e divulgadas em diferentes espaços e por múltiplos agentes sociais. Objetivando discutir Imagens de Infância no Brasil dos anos 30 e 40, reflito sobre diferentes vozes que pensaram a criança e sugeriram estratégias de conduta e práticas educativas, visando à formação para uma vida adulta saudável e para uma sociabilidade do sucesso.

Trabalhando com diversos materiais, fundamentalmente Imprensa e projetos governamentais, percebi interesses que se cruzaram e pouco se distanciavam, numa ação conjunta que tendia a homogeneizar propostas para a infância. Os materiais pesquisados, instrumentos e registros de experiências¹, se colocavam como porta-vozes do interesse da Nação. Cuidar da criança significaria, então, garantir-lhe um futuro promissor e corrigir desvios da Nação naquele presente, eliminando resquícios que remontavam ao passado colonial e atingiam aquele momento e que eram responsáveis por doenças e mortes.

Sem pretender esgotar o tema e dando voz a diferentes sujeitos, procuro desvendar propostas, desmistificar discursos e tornar visível um sujeito: a criança. Ela não tinha autonomia em diversas circunstâncias para discutir e escolher caminhos, dependendo da família em muitas situações, especialmente, quando se falava do bebê. Para percebê-la, há necessidade do diálogo com materiais elaborados por educadores, médicos, juristas, governo, Imprensa, todos eles construindo a imagem social do empenho na eliminação dos problemas que atingiam diretamente a criança: morte precoce, falta de escolaridade, ausência de assistência médica adequada, etc.. Várias propostas ganharam força: parques infantis, organizações privadas (Cruzada Pró Infância, Liga das Senhoras Católicas), Legião Brasileira de Assistência, asilos espalhados pelas cidades, Juizados de Menores.

Através dessas diferentes propostas, foi possível perceber que o empenho em relação à criança era fortemente construído em relação à saúde física e moral. Ser criança representava o perigo da morte, da criminalidade e do abandono. Educá-la e assistí-la significavam uma preparação para outros destinos, que também eram da sociedade em conjunto.

Preocupada com instituições públicas e privadas, discuto projetos de parques infantis da cidade de São Paulo, da Cruzada Pró-Infância e materiais elaborados pelo Departamento Nacional da Criança (DNCr.), atenta às imagens de infância que eles buscavam construir. A imprensa também teve presença significativa nesse processo

na medida em que estava articulada a interesses mais amplos - classes sociais, projetos de governo, argumentos científicos e jurídicos, etc.. É impossível falar sobre infância sem tratar de diferentes esferas governamentais porque elas formularam e aplicaram múltiplas políticas para esse campo, correlacionadas com a atuação de outros setores da sociedade, como Imprensa (incluindo materiais publicitários) e associações. A contrapartida também é válida: esses setores da sociedade civil interagiram com políticas governamentais, encaminhando demandas e solicitando apoios, preparando terreno para múltiplas iniciativas nesse campo, ultrapassando uma condição passiva.

Mário Lins, Secretário da Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo, pronunciou discursos em que se referiu ao governo de Vargas como aquele que zelava pelo aperfeiçoamento da raça, realizando por todo o país um programa de proteção à maternidade, à infância e à adolescência:

*"Firmado nos dados e nos conhecimentos modernos, fornecidos pela Medicina e pela Higiene, o Governo Nacional empenha-se decididamente na valorização do elemento humano nacional e no preparo eugênico e racional da infância e da juventude para que elas possam enfrentar e vencer as inegáveis dificuldades da vida social contemporânea."*².

O argumento da Modernidade, identificada com a Medicina e a Higiene, apresentou o "Governo Nacional" como legítimo porta-voz. A racionalidade, outra face do moderno, foi evocada especificamente em relação a infância e juventude, faixas etárias caracterizadas como reserva e garantia para o futuro da nação. Admitir a existência de *"inegáveis dificuldades da vida social contemporânea"*, alvo de *"conhecimentos modernos"*, *"Governo Nacional"* e *"preparo eugênico e racional"*, não significou ouvir diretamente a voz dos próprios supostos interessados nas medidas referidas - os setores populares -, mantendo-se, portanto, como falas de Estado, de profissionais ou de instituições de Saúde, da Assistência Social e da Imprensa:

*"E, assim, completa-se o perfeito aparelhamento do Estado Nacional para a tarefa de preparar as novas gerações brasileiras, através de órgãos especializados que detenham a saúde do seu corpo e robusteçam a têmpera do seu caráter e orientem a sua formação intelectual."*³

¹ VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo, PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha e KHOURY, Yara Maria Aun - *A Pesquisa em História*. São Paulo, Ática, 1989 (Princípios - 159).

² *O Estado de São Paulo*, 1 jun 1940, p.7.

³ *Idem, Idem.*, p 7.

Desde 1931, Getúlio Vargas conclamava em discursos para o cuidado com a saúde dos trabalhadores, especialmente de mulheres e menores. Dessa forma, ele se apresentava como governante que procurava colocar o Brasil em destaque no conjunto das nações.

Essas propostas não representavam meras doações governamentais, havia uma mobilização efetiva dos trabalhadores para conseguir melhores condições de vida através de seus movimentos autônomos⁴. Tais pronunciamentos identificaram problemas efetivos entre mulheres e crianças, direcionando-os para o reforço de ações governamentais.⁵

Após a criação do DNCr, em 1940, no Ministério da Educação e da Saúde do Estado Novo, visando implantar um programa de assistência materno-infantil⁶, foi lançada em São Paulo a pedra fundamental da Casa Maternal e da Infância, descrita como obra voltada para a assistência social a mães e filhos. A lei que criou aquele organismo federal incluiu entre seus tópicos a necessidade de surgirem instituições similares em cada estado brasileiro, a fim de atuarem conjuntamente⁷. Os argumentos daquela lei em prol de "*evitar dispersão dos esforços*" e "*orientação técnica e uniforme*" evidenciaram centralismo administrativo, atribuindo à lei federal capacidade de implementar políticas e resolver problemas, com as esferas governamentais federais, estaduais e municipais atuando conjuntamente na preparação do futuro. Na Imprensa paulistana, São Paulo aparecia como "*locomotiva*" e os demais estados como "*vagões*" arrastados por aquele estado.

A presença de entidades desligadas dos órgãos governamentais nesse processo de enfrentar problemas de infância figurou em comentário da Imprensa paulistana:

"A infância e a juventude devem ser objetos de cuidados especiais, diz a Carta Magna Brasileira, porque é preciso criá-

⁴ PAOLI, Maria Célia – "Os Trabalhadores Urbanos na Fala dos Outros – Tempo, Espaço e Classe na História Operária Brasileira". in: - LOPES, José Sérgio Leite (Coord.) – **Cultura & Identidade Operária – Aspectos da Cultura da Classe Trabalhadora**. Rio de Janeiro, UFRJ/Marco Zero, sem data, pp 53/101.

Em linha paralela a essa discussão, Pereira salientou que o corporativismo atendeu a efetivas demandas da população.

PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco – **Políticas Sociais e Corporativismo no Brasil: O Departamento Nacional da Criança no Estado Novo**. Dissertação de Mestrado em História, UFFL. Niterói, digitado, 1992.

⁵ VARGAS, Getúlio - **A nova política do Brasil - Da aliança liberal às realizações do primeiro ano de governo**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1930/1931.

⁶ PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco – **Políticas Sociais e Corporativismo no Brasil: O Departamento Nacional da Criança no Estado Novo**. Edição Citada.

⁷ Cabe lembrar que o Instituto de Puericultura de São Paulo começou a ser implantado em 1938.

los são de corpo e espírito para a crescente grandeza do Brasil.

O futuro de uma nação depende da educação dos seus filhos, daí a necessidade de dar a maior assistência possível à infância, amparando-a, protegendo-a de todas as formas afim de que mais tarde seja o orgulho e o esteio de seu país.

Esse problema complexo é hoje bem compreendido pelos poderes públicos, que não têm descuidado dessa missão grandiosa de amparar os seus futuros cidadãos.

Mas, não só aos poderes públicos compete tratar destes problemas, mas sim a todos os brasileiros patriotas que concorram com a sua atividade para o progresso de nosso querido país".⁸.

O poder público é, assim, caracterizado como eficiente e prestativo, atento aos problemas da infância, merecedor do apoio de entidades da sociedade civil e conclamando a população para uma mobilização nacional em nome de patriotismo e do futuro da nação.

A Cruzada Pró-Infância, instituição ligada à sociedade civil, funcionando a partir de 12 de agosto de 1930, era entidade sem fins lucrativos que, através de sua revista **Infância**, apresentava temas e questões que expunham os problemas da criança. Com o objetivo de corrigí-los, arrolava soluções que considerava as mais adequadas, sendo que o espaço reservado ao discurso médico era bastante significativo nesse mensário. A Associação de Educação Sanitária criou uma Comissão de Combate à Mortalidade Infantil, que se transformou na Cruzada Pró-Infância. Rememorando seu surgimento, **Infância** arrolou um contexto paulistano marcado por crescimento da cidade, imigração a partir de várias procedências, carência de serviços públicos "(abastecimento, transportes, saúde, educação, lazer, etc.)", infância como vítima desse quadro, combate à mortalidade infantil e assistência à mãe e à criança. Educadoras sanitárias, lideradas por Maria Antonieta de Castro, convidaram Pérola Byington, com experiência anterior junto à Cruz Vermelha nos Estados Unidos da América, para a criação e manutenção da entidade, compondo a diretoria da Cruzada Pró-Infância nos cargos de diretora-secretária e diretora-geral, ladeadas por Maria Conceição Cardoso de Melo (diretora-tesoureira) e Magdalena Sampaio de Oliveira (vice-diretora)⁹.

⁸O Estado de São Paulo, 16 out 1940, p 8.

⁹Saúde. São Paulo, 27 jan 1977 (Suplemento do Diário de São Paulo)

Dentre as políticas implantadas na gestão de Fábio Prado como Prefeito de São Paulo (1934/1938), figura a criação do Serviço de Jogos e Recreio em janeiro de 1935. Na implantação do Departamento de Cultura (maio de 1935), o ato 861 evidenciou o envolvimento do órgão com

*"educação, artes, esporte, ciência, pesquisa, bibliotecas, parques infantis, fiscalização de instituições recreativas e divertimentos públicos, restauração e publicação de documentos antigos e históricos."*¹⁰.

O ato 1146, de 1936, definiu cinco divisões, três sub-divisões e nove seções do Departamento de Cultura: Divisão de Expansão Cultural (Seção de Teatros, Cinemas e Salas de Concerto e Seção de Rádio-Escola), Divisão de Bibliotecas (Sub-Divisão Técnica e duas Seções sem designação), Divisão de Educação e Recreio (Seção de Parques Infantis e Seção de Estádio, Campos de Atletismo e Piscinas), Divisão de Documentação Histórica e Social (Sub-Divisão de Documentação Histórica, Sub-Divisão de Documentação Social e Estatísticas Municipais e Seção Gráfica) e Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos (Seção de Turismo e Seção de Divertimentos Públicos)

Nesse contexto, criou-se a Comissão Municipal de Parques Infantis¹¹. Eles estavam ligados, portanto, a um setor que não era diretamente vinculado à Educação: suas intenções em relação à infância eram recreação, higiene e prevenção de *"distúrbios sociais"*.

Mais recentemente, os parques infantis foram analisados como destinados a filhos de operários, buscando mostrar quanto as diferentes tendências dos movimentos de trabalhadores pleiteavam para seus filhos creches e jardins de infância. Essa perspectiva analítica tendeu a dar grande importância à criação dos parques infantis, valorizando-os positivamente ao assumir o discurso de alguns intelectuais dos anos 30 no Brasil, afirmando que, nos parques infantis, as crianças eram sujeitos de sua própria ação, ao contrário de outras instituições, que não ofereciam espaços para jogos, brincadeiras, etc.¹², realçando menos os aspectos de

Suplemento de Saúde, fev 1981 (Suplemento Especial do **Jornal do Imigrante** – Edição Comemorativa – Cruzada Pró-Infância).

Infância. São Paulo, Cruzada Pró-Infância, dez 1993.

¹⁰ OLIVEIRA, Rita de Cássia Alves – **Colonizadores do Futuro**. Edição Citada, p. 57.

¹¹ DE PAULA, David Ferreira – **A Infância e o Poder**. Edição Citada.

Antes da gestão de Fábio Prado, atividades similares às desenvolvidas pelos parques infantis vinham sendo propostos pelo Educador Fernando de Azevedo e o prefeito Anhaia Melo criou alguns parques em seu curto governo no início dos anos '30.

AZEVEDO, Fernando de – **A Evolução do Esporte no Brasil – Praças de Jogos para Crianças – Congresso de Educação Physica**. São Paulo, Melhoramentos, 1930.

¹²Faria discute o tema destacando a atuação dos comunistas.

disciplinarização e controle das classes trabalhadoras¹³. A primeira via reitera argumentos da administração pública e de intelectuais que a apoiavam à época, enquanto a outra - independentemente de se concordar com os termos de sua análise - tem o mérito de ousar interpretar criticamente o assunto.

Essas iniciativas sociais levam a refletir sobre a própria criação de uma outra instituição na esfera federal, o Departamento Nacional da Criança (DNCr), em 1940, parte da política do governo Vargas, como forma do Estado chamar para si realizações nessa área, incorporando projetos já apontados como necessários no social.

O Departamento Nacional da Criança nasceu em 1940; em 1941, surgiu o SAM - Serviço de Assistência a Menores -, ligado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores e voltado para a criança abandonada e delinqüente; a Legião Brasileira de Assistência, LBA, é de 1942; SESI e SESC foram criados em 1946¹⁴.

Alguns médicos e outros intelectuais e representantes do poder público afirmaram que antes de 30, pouco se fez pela maternidade e pela infância no Brasil, numa perspectiva de promover ações do Estado a partir de tal momento, como nos pronunciamentos de Oscar Clark e Olinto de Oliveira, que utilizaram dados da mortalidade infantil para justificar os seus argumentos.¹⁵ Olinto de Oliveira teve significativa trajetória no poder público como diretor da antiga Inspetoria de Higiene Infantil, tendo sido depois nomeado diretor da Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância - órgão criado em 1937 como uma das divisões dos serviços federais de saúde¹⁶ - e ainda diretor do Departamento Nacional da Criança. Por sua vez o governo de Vargas, junto com suas políticas específicas, apelou para médicos e mulheres generosas no sentido de ampliação das obras de filantropia, evidenciando que as modernas ações de assistência social não abriam mão de práticas e agentes tradicionais naquela área - generosidade, solidariedade, mulheres.

A criação do Departamento Nacional da Criança foi justificada como atendendo às necessidades vividas pela infância, consideradas insuficientemente observadas porque os setores que dela cuidavam eram subordinados à área de Saúde Pública. O DNCr procurou estimular a ação de estabelecimentos particulares, fiscalizando-os. Também incentivou-se a implantação de Postos de Puericultura no

FARIA, Ana Lúcia Goulart - **Direito à Infância - Mário de Andrade e os Parques Infantis para as Crianças de Família. Operária na Cidade de São Paulo.** Edição Citada.

¹³PAULA, David Ferreira de- **A Infância e o Poder.** Edição Citada.

¹⁴VIEIRA, Livia Maria Fraga - "Mal Necessário: Creches no Departamento Nacional da Criança (1940/1970)". Edição Citada.

¹⁵FONSECA, Cristina M. Oliveira - **Modelando a Cera Virgem: A saúde da criança na política social de Vargas.** Dissertação de Mestrado em História, ICHF/UFFL. Niterói, Digitado, 1990.

¹⁶Idem, Idem..

país, incluindo consultórios de higiene infantil, exames e orientação pré-natal e lactários. Houve dotação de verba anual para a construção de maternidades, hospitais infantis e postos de Puericultura. Caberia também a instituições particulares verbas, administradas e distribuídas pelo Conselho Nacional de Serviço Social. Cada Estado contaria com uma repartição para dirigir os serviços de proteção à maternidade e à infância. Cada município constituiria Junta para tratar de interesses de mães e crianças em sua área.

O DNCR deveria cuidar da mortalidade infantil, considerada uma questão fundamental, além de observar tópicos atinentes à alimentação, higiene pré-natal e assistência ao parto¹⁷. A imagem construída do DNCR foi de ligação com a opinião pública, dentro do contexto ditatorial em que ele atuava. Alegando atender a pedidos, o órgão publicou folhetos e outros materiais educativos. A intervenção governamental no sentido de orientar famílias no cuidado com a criança, portanto, foi apresentada na condição de algo que a população desejava e esperava, como se isso legitimasse a atuação do Estado naquela direção

O argumento de "*aprimoramento da raça*" foi usado em diversos momentos por representantes do governo e autoridades médicas como dimensão importante do atendimento à criança, sendo a saúde identificada com o conhecimento e os cuidados com a saúde da criança tratados como parte importante da atuação governamental.

Analisar aspectos significativos dessas diferentes propostas, que pretendiam atingir famílias, empresas, escolas e outras entidades, significa observar as dimensões da infância nelas trabalhadas, identificando problemas vivenciados por famílias e crianças naquele momento.

Atuando num mesmo período (a partir dos anos 30), a Cruzada Pró-Infância e os Parques Infantis tinham uma dimensão de caráter assistencialista¹⁸. Formulavam propostas tendo em vista atender à população pobre da cidade. No caso dos parques infantis paulistanos, pretendia-se atingir prioritariamente os filhos de trabalhadores da indústria. A Cruzada Pró-Infância, através de cartas e narrativas divulgadas em sua publicação *Infância*, indicava que ela se dedicava a um setor da população com dificuldades de sobrevivência maiores ainda que as identificadas na clientela dos parques infantis municipais e pretendendo diminuir os efeitos mais visíveis da miséria - fome, doença, desemprego -, com propostas de levar a criança a brincar, a cuidar de

¹⁷Freqüentemente, o jornal *O Estado de São Paulo* publicava notas sobre estatística sanitária do estado, que revelavam a grande quantidade de crianças mortas na capital, demonstrando esse tipo de preocupação na opinião pública.

¹⁸A Cruzada Pró-Infância continuava a existir na cidade de São Paulo até 1998.

higiene e saúde, a educar-se e alimentar-se. O DNCr procurava regulamentar creches e trabalho infantil em diferentes Estados da federação.

Imagens da infância, nessas perspectivas, estavam muito ligadas ao anúncio da pobreza como um problema a ser enfrentado. Várias vozes contemporâneas, provenientes dos governos federal, estaduais e municipais, setores assistenciais privados, Imprensa e núcleos científicos, apontavam a Saúde como a questão primordial no debate sobre a Infância, criadora de condições para o estudo, o trabalho futuro e a prevenção da delinqüência, donde esse tema se fazer presente nas mais diversas dimensões de imagens de infância aqui abordadas. A mortalidade infantil era o exemplo mais palpável dos problemas trazidos pelo descuido com a saúde da criança, representando fragilidade e prejuízo para a nação, uma vez que havia uma identificação entre corpo e alma da criança e da nação.

As imagens de infância divulgadas pelos parques infantis paulistanos, pela revista **Infância** e pelo DNCr se cruzaram em vários aspectos. Havia uma caracterização da criança como ser necessitado de atenções especiais porque frágil, debilitado e carente em vários planos de sua existência, inclusive no moral. Daí, as diferentes propostas de assisti-la. Tanto os parques como as creches, outras unidades supervisionadas pelo DNCr e aquela revista concebiam um cuidado especial com as crianças. Tirá-las da rua, vista como lugar de promiscuidade, vícios, delinqüência e ausência de trabalho, aparecia como proposta saudável.

As preocupações com a alimentação passavam pelo aleitamento materno, indo até à merenda oferecida como garantia de formação de cidadãos saudáveis. Os cuidados eram extensivos às famílias das crianças. Daí a presença anunciada, através dos parques, da Educadora Sanitária, que deveria percorrer as casas, orientando as famílias nas atenções com higiene e saúde. O trabalho da Cruzada Pró-Infância também pretendia atingir as famílias e, nelas, especialmente as mulheres, donde a própria divulgação da revista **Infância** alcançar um público letrado e de elite, num contexto de ascensão política de elites femininas (como pode ser exemplificado nas figuras de Pérola Byington, Carlota Pereira de Queiroz e Bertha Lutz) com uma série de reportagens que orientavam nos cuidados com os filhos. O DNCr, igualmente, publicou diferentes materiais dirigidos à família, atribuindo-lhe responsabilidades por Saúde e Educação dos filhos, o que significava a entrada de órgãos governamentais e privados como agentes "colaboradores" na formação da infância, juntamente com a estrutura familiar. Nesse passo, aqueles órgãos construíam auto-imagens de eficácia, modernidade, generosidade, competência e racionalidade.

De acordo com a política adotada pelo setor de Parques Infantis da Prefeitura Municipal de São Paulo, as crianças deveriam freqüentar os parques usando sacolas

onde levariam material de uso pessoal (toalha de banho, escova de dentes, guardanapo)¹⁹. A imagem que se transmitia das crianças vivendo em tais condições era a da alegria por entrar em contato com estilos de vida que elas não podiam usufruir em seus lares. Ao mesmo tempo, o perfil apresentado de família dos parqueanos era o da precariedade de condições de vida, carente de recursos adequados para cuidar de suas crianças e destituída de qualquer saber que pudesse orientá-las. No entanto, os procedimentos realizados nos parques infantis e em outras entidades similares (Cruzada Pró-Infância, creches, etc.) deveriam ser trazidos para o interior da família, domesticando assim suas práticas. Isso se dava através de preparação de meninas, adolescentes e jovens adultas para a maternidade, tema presente em diversas publicações, e convites às mães para que freqüentassem os cursos de Puericultura que eram oferecidos.



O que são os Parques e Recantos Infantis – Prefeitura Municipal de São Paulo –
Secretaria de Educação e Cultura, 1949.

Nos parques, realizavam-se revistas individuais de asseio e também aulas práticas sobre como escovar os dentes, cortar as unhas, etc., exames de sanidade periódicos, afastamento dos suspeitos de estarem doentes, a prática da pesagem das crianças, medições, vacinações. Investigavam-se as condições higiênicas do meio social e, como prolongamento de suas atividades, realizava-se a assistência higiênica

¹⁹Conforme: VII Congresso Brasileiro de Higiene. São Paulo, Sem, Indicação de Editora, dezembro de 1948.

domiciliar²⁰. Essas práticas já eram recomendadas desde os anos 20, como se observa na discussão sobre aquisição de hábitos de higiene pelos alunos da escola primária, que mencionava revista diária dos alunos, pesagem periódica, lavagem das mãos, banhos, limpeza dos dentes, *"interrogatório sobre a vida doméstica"* e práticas similares²¹

Havia a intenção de realizar um verdadeiro esquadramento das famílias, percorrendo casas para observar as condições de higiene e saúde, onde

*"se afirmam cada vez mais claramente as relações entre a pobreza, a falta de higiene e a doença, entre o desconforto e as formas diversas de ilegalidade e de imoralidade"*²².

No caso da revista *Infância*, interessava-lhe, além de orientar as mães no cuidado com os filhos, a divulgação dos resultados do trabalho da Cruzada Pró-Infância com famílias pobres. Valorizavam-se naquele momento exames médicos preventivos e educação sanitária como instrumentos que forneceriam a garantia de que as crianças brasileiras estariam salvas do perigo da mortalidade infantil. A Pedagogia era apresentada como campo de conhecimento que ultrapassava uma face apenas livresca, associando-se à Saúde e ao Trabalho. O combate à miséria e à doença elegia o Estado como núcleo a partir de onde essa luta era travada:

"E a Secretaria de Educação é a oficina, onde se forjam as armas que levam à vitória nessas batalhas da inteligência, que se travam nos campos da organização social e educativa".²³

O pressuposto era que, através de Jardins de Infância, Escolas Hospitalares e Escolas Primárias, construir-se-iam gerações saudáveis. Desejava-se criar uma nova cultura que valorizasse a prevenção. Se, no passado, a idéia da limpeza mobilizava para uma atuação saudável, a nova mentalidade educava para a prevenção.

²⁰DANTE, Costa - *A infância e a Recreação*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde/DNCR/Imprensa Nacional - 1942. Nesse estudo, o autor, discutindo aspectos positivos do brinquedo para a criança, refere-se a "jogo de higiene" inventado por um grupo de professores americanos, cujas regras eram as seguintes: a) "tomar banho completo, b) limpar os dentes com escova dura, pelo menos uma vez ao dia, c) dormir com janelas abertas, d) beber a maior quantidade de leite possível, e) comer alguma quantidade de legumes e frutas por dia, f) beber pelo menos quatro copos de água por dia, g) brincar ou jogar ao ar livre durante algum tempo durante todos os dias, h) uma evacuação intestinal cada dia. O juiz do jogo era uma balança da escola". O autor incorpora tal procedimento na atividade com as crianças, visando ao corpo saudável. Ao mesmo tempo podemos avaliar como essas discussões estavam em consonância com os projetos para parques infantis em São Paulo.

²¹ALMEIDA JUNIOR, A. de - "Formação de Hábitos Sadios nas Crianças". *Annaes do Terceiro Congresso Brasileiro de Hygiene Realizado em São Paulo (Novembro de 1926)*. São Paulo, São Paulo Editora, 1929, pp 819/827.

²²BEGUIN, François - "As Maquinarias Inglesas do Conforto", Tradução de Jorge Haijime Oseki, in: *Espaço e Debates*. São Paulo, XI (34): 39/54, 1991.

²³CLARK, Oscar - *Jardins de Infância e Escolas Hospitalares do Distrito Federal*. São Paulo, Livraria Acadêmica/Saraiva & Cia Editores, 1943, p 41.

A Secretaria de Educação do Distrito Federal foi apresentada como "*Nova Jerusalém*" expressando a sua missão salvadora. Através dela, os pressupostos de civilização e progresso se concretizariam, formando uma geração saudável criada pelas escolas, que estariam enfrentando ameaças internacionais.

No Rio de Janeiro, havia um temor especial diante da ameaça da tuberculose, que matava em escala considerável: no ano de 1935, morreram 296 tuberculosos em cada 100.000 habitantes; em 1936, esse número permaneceu na mesma faixa (297); em 1937, o número se elevou para 309; em 1938, para 329 e em 1939, desceu para 323, mantendo-se, em 1940, na faixa de 324²⁴. Diante desse quadro, apelava-se para uma atuação da Secretaria da Educação, visando a eliminar tal situação, que comprometia a imagem de um país promissor. Se o mundo vivia às voltas com os perigos da guerra, o Brasil e, em especial o Rio de Janeiro, vivia os perigos das "*doenças que matam mais do que bombardeios aéreos alemães*" e as cifras que registravam essas mortes serviam para comprovar os dados. Com uma população de 1.800.000 habitantes, morriam de tuberculose a cada ano mais de 6.000 pessoas no Distrito Federal. Registrou-se que a média de vida das pessoas naquele momento era de 39 anos. As crianças fragilizadas fisicamente necessitavam de cuidados especiais em escolas hospitalares. Daí, a valorização da vida ao ar livre, tão enfatizada quando se falava dos Jardins de Infância²⁵. A nutrição seria outro elemento eficaz no combate às doenças e quando se abordava a infância, o leite era lembrado, considerando-se o seu alto valor nutritivo.

A construção de temporalidade (na relação entre passado, presente e futuro) nesses materiais evidencia uma avaliação do presente como eficaz se pensarmos que médicos, poder público e Imprensa estavam atuando ativamente no cuidado com a Saúde da criança mas a mortalidade infantil também fazia parte daquele presente e sua força era destrutiva. Quanto ao passado, representava doenças, mortes, ausência de prevenções, superstições, preconceitos, charlatanismo.,

²⁴ Sobre a tuberculose no Rio de Janeiro em períodos anteriores (de meados do século XIX ao início do século XX), consultar:

SCHWARCZ, Lilia Moritz – **O Espetáculo das Raças – Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil – 1870/1930**. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

Sobre outras doenças, vacinação e vocabulário popular referente à medicalização no século XIX, ver: CHALHOUB, Sidney – **Cidade Febril – Cortiços e Epidemias na Corte Imperial**. São Paulo, Cia. das Letras, 1996.

Além de médicos, dentistas também receberam a atribuição de identificar doenças como tuberculose ou sífilis através da higiene bucal.

SIMÕES, A.Labatut – "Posto Permanente de Higiene Municipal: Sua Organização, Seu Funcionamento e Sua Fiscalização". **Annaes do Terceiro Congresso Brasileiro de Higiene Realizado em São Paulo (Novembro de 1926)**. Edição Citada, pp 449/457.

²⁵CLARK, Oscar - **Jardins de Infância e Escolas Hospitalares do Distrito Federal**. Edição Citada.

"(...) época das comadres experimentadas, das poções aromáticas, dos chás misteriosos, dos conselhos absurdos. Senhora que estivesse grávida, não comeria fruta inonha, não veria macacos e sapos, não usaria chaves nos seios, não passaria por cima de rédeas ou cabrestos de cavalos e não teria um só desejo insatisfeito, sob pena de ver o filhinho nascer defeituoso, manchado e com formas extravagantes de animais repelentes",

combatidos no presente. A ciência das comadres se restringia à

"batidas de pratos aos ouvidos das crianças, bicoradas de galinha, cruzeiras nas costas".²⁶

Esses comentários sobre "comadres" se associaram à desqualificação do que se designou como curandeiros²⁷.

Liane Bertucci apontou a atuação desses curandeiros na cidade de São Paulo em momentos de epidemia, como a gripe espanhola. Tal atuação foi denunciada por periódicos como **A Rolha** e **O Parafuso**, condenando aqueles sujeitos, associando-os à políticos e burgueses, que usavam seus serviços e os protegiam, criticando um serviço de Saúde que não implantava práticas adequadas àquele grave momento. Bertucci, analisando esses periódicos, observou o quanto eles atribuíam à presença dos curandeiros o caráter de dimensão da ordem burguesa, culpabilizada por permitir a atuação daqueles sujeitos e por deixar de fornecer elementos adequados para que a população pobre se instruisse e pudesse prescindir daquelas práticas²⁸.

Luc Boltanski, comentando a sociedade francesa, observou a dificuldade das camadas populares para compreender o discurso médico. Um contraponto foi a identificação da prática de auto-medicação a partir de indicações anteriores dos próprios médicos, o que o autor considerou como uma modalidade de popularização desse saber. Assinalou também a irritação médica diante de falas de populares sobre seus próprios corpos, o que julgou evidenciar pretensão de monopólio do saber por aqueles profissionais e significativa distância entre classes populares e médicos, distância que diminuiu apenas quando os pacientes pertenciam a grupos sociais

²⁶"Passado, Presente, Futuro". **Infância**. São Paulo, 10, jul de 1936, p 4..

²⁷Hahner salientou a importância da Medicina Popular mas apontou sua incapacidade em relação a doenças que matavam muito no Rio de Janeiro - tuberculose, tifoide, paratifóide e difteria. HAHNER, June - **Pobreza e Política**, Edição Citada.

²⁸ BERTUCCI, Liane Maria - **Saúde: Arma Revolucionária**. São Paulo, 1891/1925. Campinas, CMU/UNICAMP, 1997..

A Autora também destacou a crítica popular ao Serviço Sanitário da Cidade de São Paulo, sua ineficiência e o excesso de formalidades administrativas, que dificultavam o acesso da população aos seus recursos.

privilegiados. Nesse contexto, Boltanski considerou o curandeiro um membro das classes populares, freqüentador desse meio social e nele recrutado, cujo valor, para aquelas classes, deveria ser reconhecido por uma elite científica, superior a médicos comuns²⁹.

Essas questões colocadas por Boltanski podem ajudar a pensar sobre o ponto de vista das camadas populares diante do saber médico e políticas de Saúde, evidenciando-se a circulação de saberes nas sociedades e o caráter socialmente necessário, distinto de ignorância ou atraso, das práticas populares.

A crítica aos curandeiros deveu-se também ao fato de que esses sujeitos tiveram grande atuação durante um bom tempo da História do Brasil, na colônia e no império, até porque a qualificação do profissional da área médica era bastante precária e recente. No final do século XIX, o país tinha três escolas de Medicina e, em 1920, havia nove, funcionando em Minas Gerais, Paraná, Distrito Federal, São Paulo, Pará e Pernambuco.

Os institutos de pesquisa sobre saúde tinham um papel mais relevante ainda que as Escolas de Medicina: Instituto Bacteriológico (São Paulo, 1892, dirigido por Adolfo Lutz), importante na implantação da política sanitária do Estado; Instituto Butantã (São Paulo, 1899, dirigido por Vital Brasil), para produzir vacinas e soros anti-pestosos; Instituto Soroterápico Federal (Rio de Janeiro, 1899, cabendo sua direção a Oswaldo Cruz), tendo destaque no combate a endemias e sendo a base para o Instituto de Manguinhos, "*uma escola de professores e pesquisadores*"³⁰.

O Sindicato dos Médicos do Brasil, os Conselhos de Medicina e a Associação Médica Brasileira foram criados na década de 40, transformando a prática médica em atividade mais controlada em diferentes regiões do Brasil. O Ministério da Educação e Saúde nasceu em 1930, através do decreto nº.19.402, de 14 de novembro de 1930. Antes disso, sua área de atuação era de competência do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Um exemplo dessa atuação médica no campo das moléstias infantis foi a Clínica Infantil do Ipiranga, em São Paulo, fundada em 1931 e começando a funcionar em 2 de janeiro de 1932 em nome da luta contra a mortalidade infantil, elogiada pela imprensa por realizar obra de caridade, dimensão importante de patriotismo, apontando positivamente a necessidade de educação sanitária³¹. Para afirmar a

²⁹BOLTANSKI, Luc - *As Classes sociais e o Corpo*. Tradução de Regina A. Machado, Organização de texto de Regina A. Machado e Maria Andréa Loyola Leblond. Rio de Janeiro, Graal, 1989.

³⁰ SINGER, Paul, CAMPOS, Oswaldo e OLIVEIRA, Elizabeth Machado de - *Prevenir e Curar - O controle social através dos serviços de saúde*. Seleção e Coordenação de Fernando Lopes de Almeida e Francisco Rego Chaves Fernandes. Rio de Janeiro, Forense Universitária, , 1981.

³¹*O Estado de São Paulo*, 13 set 1942.

qualidade dos serviços prestados, publicavam-se resultados dos atendimentos, número de injeções aplicadas, de banhos ultra-violeta ministrados e a quantidade do leite oferecido, demonstrando eficiência no atendimento. O Ipiranga, à época, era identificado como bairro operário, fator associado às altas taxas de mortalidade infantil. Aquela clínica era apresentada como instituição modelar na cidade de São Paulo³².

Essas instituições atuando desde os anos 30 continuaram a funcionar na década seguinte, ampliando instalações (com gabinete médico, lactário, berçário), aperfeiçoando sua atuação, caracterizando uma implantação no social que ultrapassava a conjuntura política do Estado Novo³³.

Ao lado da insistência em cuidar da criança para garantir o trabalhador do futuro e como desdobramento dessa postura, apontava-se também a garantia de uma velhice tranqüila.

Esse período foi marcado por práticas médicas autoritárias, nas quais as questões referentes à saúde era tratadas como caso de polícia. Ocorria um controle repressivo sobre a lepra, por exemplo, utilizando-se a polícia para obrigar suspeitos a fazerem exame diagnóstico, com o objetivo de isolar os doentes.³⁴

A lei 378, de 13 de janeiro de 1937, criou o Departamento Nacional da Saúde, assumindo funções importantes nesse campo no nível federal e também junto aos Departamentos estaduais congêneres.

A preparação do pessoal de saúde voltou-se mais para especializações estratégicas por exigência do governo federal, tanto na Saúde Pública como na Puericultura, sendo a preparação desses profissionais feita até então no Estado de São Paulo pelo Instituto de Higiene.

Em 1942, criou-se o SESP (Serviço Especial de Saúde Pública), voltado para assistência médica a pacientes de diferentes faixas etárias, controle sobre doenças transmissíveis, educação sanitária e saneamento básico. O SESP também orientava parteiras leigas e fazia treinamentos em vários setores de saúde e saneamento do meio, além de implantar sistemas de abastecimento de águas e esgotos sanitários, preocupando-se ainda com o ensino de Enfermagem.

Em 1953, através da lei nº 1920, de 25 de julho, surgiu o Ministério da Saúde, encampando as atividades de responsabilidade do Departamento Nacional da Saúde.³⁵

³²O Estado de São Paulo, 15 out 1948.

³³O Estado de São Paulo, 25 nov 1948.

³⁴SINGER, Paul, CAMPOS, Oswaldo e OLIVEIRA, Elizabeth Machado de - **Prevenir e Curar - O controle social através dos serviços de saúde**. Edição Citada.

³⁵Idem, Idem

Os médicos discordavam dos que afirmavam existirem menos doenças no passado, apontando que naquele tempo, morria-se muito de tifo, disenteria, sífilis e outros males, sendo as crianças as maiores vítimas desse quadro, e que mudanças significativas tinham ocorrido a partir de Pasteur, na área médica e biológica, e de Claude Bernard, na Fisiologia. No Brasil, Higiene Infantil e Pediatria³⁶ eram consideradas responsáveis pela melhoria daquela situação.

Outra afirmação recorrente por parte dos médicos era a prática de banhos de mar como forma de manter a saúde, assinalando que esses banhos propiciavam aumento de peso, vivacidade e força.

Também na revista *Infância*, ocorre uma prática de valorizar a atuação do médico contra conselhos de vizinhos, curandeiros e farmacêuticos. Um artigo publicado em *Infância*, "O Melhor Amigo", procurou demonstrar que o médico era alternativa àqueles personagens, aparecendo o profissional de Saúde numa relação de proximidade com a clientela, como um profissional que pretendia vencer distâncias sociais e intelectuais³⁷. A mãe deveria levar o filho ao médico ao menos de quinze em quinze dias, aconselhando-se àquelas sem recursos a freqüência aos Dispensários de Lactentes. A Puericultura ganhou espaço no Brasil a partir da última década do século XIX como conjunto de normas, com fundamentação científica, visando ao crescimento saudável da criança, definida como "*higiene individual e social da criança*"³⁸, apresentada como conhecimento em expansão em todo o mundo, chamando-se a atenção dos Puericultores brasileiros para que estivessem alertas aos problemas específicos do país, como a alimentação³⁹. Ao mesmo tempo, surgiam instituições de amparo à criança como o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, fundado por Moncorvo Filho no Rio de Janeiro em 1901⁴⁰.

³⁶Rocha atribuiu a Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo a introdução da Pediatria Científica no Brasil e criador de seu ensino no país, citando a fundação da Policlínica Geral do Rio de Janeiro, em 1881 como marco inaugural nesse processo, onde foi oferecido o primeiro curso naquela área, em 1882.

ROCHA, José Martinho da – **História da Puericultura e Pediatria no Brasil**. Rio de Janeiro, sem indicação de Editora, 1947.

Seu filho, Dr. Moncorvo Filho, projetou em 1899 o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, no Rio de Janeiro, inaugurado em 14 de julho de 1901 e reproduzido em várias outras cidades brasileiras.

RIZZINI, Irene – **O Século Perdido**. Edição Citada.

O tema da Pediatria, incluindo a preocupação com a infância enquanto sujeito preferencial do saber médico, também aparece em:

RAGO, Margareth - **Do Cabaré ao Lar** A Utopia da Cidade Disciplinar (Brasil, 1890/1930). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985

³⁷*Infância*. São Paulo, 10. jul de 1936.

³⁸ROCHA, José Martinho da – **História da Puericultura e Pediatria no Brasil**. Edição Citada.

³⁹*Infância*. São Paulo, 8, fev de 1936, p 5..

⁴⁰RAGO, Margareth - **Do Cabaré ao Lar**. Edição Citada.

O Puericultor era, nessa perspectiva, aquele que possuía experiência, razão, lógica e conseguia transmitir seus ensinamentos através de uma linguagem acessível a todos. Era uma espécie de soldado a serviço da pátria:

"Somos parteiros e puericultores e ao lado do dever que nos assiste, de aconselhar, inda nos move o da obrigação e sentimentos patrióticos dimanantes de funções oficiais".⁴¹

Esta dimensão patriótica do Puericultor foi destacada em diferentes momentos, valorizando, assim, a ação desse profissional voltado para os interesses mais amplos da infância, garantindo-lhe um futuro saudável, e não somente como aquele que combatia seus problemas imediatos. A criança seria o centro das preocupações do profissional que, dessa forma, sensibilizaria outras vozes para uma atuação que homogeneizasse os cuidados com ela em nome de força, robustez, saúde, enfim. Para o Dr. Edgard Braga,

"Estudar a criança é analisar a alma da nacionalidade".⁴²

O corpo infantil foi, assim, identificado ao corpo da nação, sua parte profunda que não era imediatamente palpável. Cabia aos médicos dar visibilidade àquele corpo, cuidando assim da alma da Nação. Ao mesmo tempo, eram eles que, através de dados estatísticos, informavam a mães, pais e jovens pretendentes ao casamento que a situação das crianças brasileiras era alarmante quando se pensava no problema da mortalidade infantil. A informação tinha a intenção de educar e de prevenir. Assim, o Dr. Edgard Braga, destacava:

"38 milhões de habitantes com uma percentagem de um milhão e cincoenta mil nascimentos por ano (30 por mil) morrem no primeiro ano de vida cerca de duzentos e dez mil, dos quais cento e cinco mil por causas evitáveis"⁴³

Estimular uma relação constante com o médico era a intenção desses argumentos. Ele deveria ser ouvido em diversas circunstâncias da vida da criança, até quando se consumia água mineral. Administrar o cotidiano no convívio com as crianças era o objetivo, já que a vida diária era vista como uma permanente ameaça para a saúde da criança se ela não fosse devidamente administrada pelo poder médico, que oferecia segurança, conforto e alegria às crianças e aos pais. Cuidar da infância desde cedo evitaria a internação posterior em manicômios ou reformatórios, moldando-lhe corpo e espírito.

⁴¹ **Infância**. São Paulo, 8, fev de 1936

⁴² **Idem**, **Idem**, 10, jul 1936, p 4..

⁴³ **Idem**, **Idem**, pp 5/6

O Serviço Nacional de Educação Sanitária e a Legião Brasileira de Assistência também construíram imagens de infância associadas a fragilidade e doença.

No nível estadual paulista, a Seção de Propaganda e Educação Sanitária foi criada em 1938, através do Decreto 9322, de 14 de julho, Artigo 2º. Era um órgão ligado à Secretaria de Saúde do Estado que, dentre outras atividades, publicava material educativo para a população leiga e também para profissionais da área (Professores, Agentes de Saúde, etc.). Suas publicações incluíam cartazes, informes técnicos, romances, coletâneas científicas, folhetos, *folders*, volantes de campanhas de imunização, além de ter produzido chamadas para rádio e televisão⁴⁴.

Imagens de crianças foram exploradas em diversas circunstâncias, divulgando-se a prevenção e o combate a várias doenças. Essas entidades, como educadoras, assumiam a função pedagógica de atacar problemas como a malária e o mal de Chagas. E a criança aparecia como vítima de descuidos dos adultos (doenças venéreas, alcoolismo, desidratação, mal de sete dias, etc.). Em muitos desses cartazes, figuraram desenhos e fotografias de crianças, e eles eram impressos em cores que oscilavam entre contrastes (vermelho/negro/amarelo) e tons sombrios (marron, o negro como símbolo de escuridão, falta de esclarecimentos). Utilizava-se uma grafia trêmula, que associava as doenças a um clima de terror.

Nessas campanhas, o zelo da família foi caracterizado como motivação para cura de tuberculose ou hanseníase e o convívio familiar apareceu como prêmio para a superação desses males, atingindo principalmente o universo da pobreza.

Um resultado dessas campanhas era a propaganda da vacinação.

O alcoolismo era associado principalmente a imagens de fracasso, ausência de força física e moral e desestruturação da família.⁴⁵

Nessas publicações, as figuras de Mãe, Professora e Médico foram respeitadas em função da experiência que detinham e a atitude da criança diante daquelas personagens era de obediência. Além de procurar esclarecer sobre doenças, eles reforçaram hierarquias sociais, educando nos campos de Moral e Civismo.

A criança também foi apresentada na condição de vítima de certos males, como a sífilis⁴⁶. A doença apareceu em cartaz como um personagem que atuava

⁴⁴FERNANDES, Alice Neves, et al. – **Uma Releitura do Passado ou “Os Tempos se Seguem e Parafrazeiam-se”**. Relatório de Pesquisa. São Paulo, Datiloscrito (Instituto de Saúde), 1989.

⁴⁵Um importante exemplo desses materiais é oferecido por:

As Lições de Laurito e Pedrinho. São Paulo, Departamento de Saúde do Estado de São Paulo/ SPES, 1945 (reedição em 1946).

⁴⁶Serviço Nacional de Educação Sanitária - **Sífilis**. Rio de Janeiro, SNES, 1958.

A publicação tinha a função didática de orientar os pais no cuidado com os filhos, podendo ser vista como espécie de cartilha ilustrada.

contra a infância, sempre pronta para atacar, sendo representada com dois grandes dentes, olhos bem abertos e sorrindo. Contra isso, aconselhava-se que as mulheres cuidassem de seus filhos, evitando beijos de adultos em crianças. O beijo foi apresentado como transmissor da doença e recomendou-se que a mulher cuidasse de seu sangue. Numa imagem, apareceu, homem aplicando injeção em uma mulher e o personagem da sífilis, ao presenciar isso, afastou-se assustado, culminando a mensagem com o apelo para que a mulher

"fuja ao remorso e ao vexame, de transmitir a sífilis ao bebê".

Essa apresentação da criança como vítima do comportamento descuidado dos adultos ocorreu no universo da saúde associado à moral e ao controle sobre a sexualidade. O tema foi associado a culpa e castigo, com a imagem atuando em sentido aterrador, demoníaco, destrutivo. Articulou-se Higiene, Família e Moral, objetivando como desfecho desse processo o cuidado em evitar doenças e culpas.

A gravidez foi apontada como outro meio de transmissão da doença. Nesse sentido, aconselhou-se o diagnóstico logo nos primeiros tempos da gestação, incluindo fazer o exame até mesmo antes do casamento para verificar a possibilidade de estar com a doença. A harmonia no lar dependeria da saúde, a doença comprometia a alegria festejada com o nascimento do filho.

O surgimento da Legião Brasileira de Assistência foi associado por Iamamoto e Carvalho ao envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial, apoiando famílias cujos chefes estavam nas funções de combate e também servindo para mobilização a favor do governo. Embora surgindo da iniciativa privada, logo foi assumida pelo governo, patrocinada também por corporações patronais, como Confederação Nacional da Indústria e Associação Comercial do Brasil. A entidade contou com significativa presença de mulheres dos grupos sociais dominantes. Sua função imediata foi de mobilização a favor do esforço de guerra mas ocupou importantes papéis em diferentes funções de assistência social⁴⁷ Materiais publicados pela entidade voltavam-se para a saúde da infância. Num deles, temos a foto de mulher sorridente, segurando bebê, que também sorria para público leitor, com a seguinte mensagem:

"Dado o interesse despertado por esta cartilha, destinada às mães brasileiras, a L.B.A, lança-a agora em nova edição, revista, aumentada e atualizada, esperando encontrar o mesmo simpático acolhimento".⁴⁸

⁴⁷ IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul de - **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 7a. ed.. São Paulo, Cortez, 1990. Edição Citada.

⁴⁸ LBA - **A Criança Sádica**. Rio de Janeiro, 1958, Série Popular, n. 2.

As vantagens dos exames médicos durante a gravidez e a necessidade de consultas médicas periódicas definiam que o parto feliz era resultado de uma boa gestação, assistida por médicos. Esses procedimentos evitariam a mortalidade infantil, uma vez que a sífilis era uma das responsáveis por esse quadro. Aconselharam-se procedimentos higiênicos na gravidez e o exame de sangue que podia revelar a existência da doença. A gravidez assistida pelo médico, em contrapartida, traria paz e tranquilidade para a família. Cuidados gerais foram arrolados no que se referia a roupas da mulher grávida, atenção com os dentes, intestinos, seios e higiene mental. O marido também devia cooperar para que houvesse clima de paz e tranquilidade.

Uma lembrança familiar talvez seja suficiente para relativizar essa imagem positiva que as instituições de amparo à mulher e à criança tentavam criar. No dia 2 de Março de 1950, Hospital Leonor Mendes de Barros, de São Paulo: médicos em formação assistiam Celina de Freitas Brites em trabalho de parto. Uma criança nasceu, enigma!, parecia que dona Celina carregava mais alguém dentro do ventre. Desorientação, correria, pediu-se, então, o auxílio do médico professor, que esbravejou com seus alunos, "*Não vêem que ela tem mais uma criança dentro do ventre!*", Celina desmaiou. Eram filhos gêmeos... Como fazer para criá-los? Já tinha outros dois. O médico se prontificou, "*Me dê então a menina*"; mas Celina reagiu: "*Doar filho meu nunca! Eu criarei, apesar das dificuldades*". Crianças gêmeas, destinos diferentes: o filho homem foi para um Seminário Redentorista aos 8 anos de idade, lá ficou até os 23 anos (era uma forma das famílias com dificuldades financeiras oferecerem uma educação razoável para seus filhos); a filha mulher (eu) também quase entrou para um convento; o outro filho mais velho foi para o seminário, onde não permaneceu por muito tempo. E assim Celina encontrava aliados na educação dos filhos.

Quantas histórias iguais a essa de minha mãe devem ter acontecido no Hospital Leonor Mendes de Barros, o mais popular da cidade, em 1950! Nenhum acompanhamento médico durante a gravidez; hospital e atendimento clínico só na hora do parto... Nesse relato, revejo toda a insistência médica nos anos 30 e 40 no sentido de assumir para si os cuidados com a maternidade e a infância: era para mulheres como minha mãe que o discurso se dirigia, mas não se concretizava necessariamente como anunciado. Vejo também as formas de ajuda na educação dos filhos que vinham, nesse caso, através da Igreja Católica, tendo como justificativa a fé e a salvação das almas. Conhecendo bem minha mãe, sei que não era só o Cristianismo que atuava, era mais o medo de não dar conta daquela tarefa de encaminhar seus filhos, pensando também num futuro mais promissor para eles.

Também a tuberculose, em materiais da LBA, foi apontada como grave doença, representada por figura feminina com dois grandes dentes, nariz proeminente, aspecto repugnante, que corria diante da vacina contra a doença, igualmente humanizada, com olhos, nariz, braços e pés. O cartaz orienta os momentos da vida em que a vacina BCG devia ser aplicada, prevenindo contra as formas de contágio, como a tosse.

A criança apareceu, nesse contexto, como ser frágil, exposto ao perigo da contaminação. As amas e empregadas foram responsabilizadas pelo risco da contaminação dos pequenos: apesar da aparente saúde, podiam ser portadoras da doença, sendo por isso aconselhado que empregados só fossem contratados após raio-X que comprovasse a plena sanidade.

A mesma criança serviu de motivo para a educação contra a raiva canina. A história de Leonora, em texto de Guilherme Herpsel, narrou a experiência de menina muito querida pelos pais. Ela possuía um cachorro, mas não queria vaciná-lo, até que um dos vizinhos morreu, vítima da mordida do animal. Aqui, a criança foi apresentada como responsável pela saúde do cão. Ocorreu uma suposição de que o público infantil, afeiçoado aos animais, também devia tomar certos cuidados no que dizia respeito à saúde dos outros.

Apresentando situações-limite e trágicas⁴⁹ como a morte, esse tipo de material, elaborado de forma didática, tendeu a convencer a família - e, aqui, a própria criança - para que observasse medidas preventivas. Apelaram, portanto, para a emotividade do leitor o qual, amedrontado diante da ocorrência da morte ou de acidentes irreversíveis, agiria de acordo com os preceitos médicos. Não os observar significaria expor à morte pessoas próximas e queridas, o que acontecia, por exemplo, quando uma mãe não cuidava adequadamente de seus filhos⁵⁰.

O jardim de infância foi caracterizado na imprensa como lugar que não só cuidava do espírito, mas também do corpo, onde a ginástica e o esporte eram desenvolvidos⁵¹. As doenças típicas do convívio entre crianças (sarampo e coqueluche, por exemplo) foram consideradas como perfeitamente controláveis pelo médico escolar.

O mesmo jardim da infância foi um espaço privilegiado na imprensa carioca como possibilidade de recreação orientada pela professora, atingindo crianças de

⁴⁹Esse tema foi sucintamente registrado em:

RIZZINI, Irene - **O Século Perdido: Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil**. Rio de Janeiro, Petrobrás/Ministério da Cultura/Universidade Santa Úrsula/Amais, 1997.

⁵⁰Esses materiais da LBA exploraram cores fortes como o vermelho e o negro e a morte, por vezes, apareceu como monstro assustador.

famílias com poder aquisitivo alto. Desse ponto de vista, a criança teria a possibilidade de adquirir ali hábitos saudáveis, estaria ao ar livre e poderia iniciar a sua sociabilidade, convivendo com outras da mesma faixa etária, "*tornando-se dóceis, obedientes, enfim sociais*"⁵². A vida na rua, em contrapartida, foi condenada como lugar dos vícios. Além do mais, em casa a criança estaria exposta aos mimos dos parentes adultos (tios, avós), adquirindo hábitos indesejáveis como subir em muros e janelas, sem ter hora para dormir e acordar. Expressou-se, portanto, todo um programa de sociabilidade, sob o signo da docilidade e da obediência.

O horizonte da infância normatizada, todavia, foi algo divulgado como ideal para diferentes grupos sociais.

Várias teorias orientaram a implantação dos jardins de infância em São Paulo, no Rio de Janeiro e noutras áreas do Brasil no período de 1877 a 1940⁵³. Dentre elas, destacou-se o trabalho de Froebel, que colocava no desenvolvimento intelectual e físico os aspectos fundamentais da aprendizagem. Aprender brincando era uma das perspectivas dos parques infantis, como apontado por Nicanor Miranda⁵⁴.

Na discussão sobre creches, jardins de infância, escolas maternais e asilos destinados às crianças pobres, houve referências à rejeição dos asilos por responderem apenas às necessidades de "*guarda das crianças*", tornando-se depósito de pobres - a organização das creches em São Paulo foi criticada porque próxima desta maneira de atuar.

Os Jardins de Infância, por sua vez, figuraram como laboratórios de Medicina Preventiva. Nesse sentido, o Rio de Janeiro foi lembrado como cidade que favoreceu uma vida saudável, campestre: "*rico em serras, colinas, belas lagoas*"⁵⁵. O fenômeno das aglomerações urbanas foi associado a condições precárias de vida, Escolas Hospitais e Jardins de Infância deveriam servir de exemplo para as escolas primárias.

Já os parques infantis da cidade de São Paulo foram descritos como exemplos do avanço e do progresso, merecendo a administração municipal paulistana, nessa perspectiva, todos os elogios por essa obra de benefício à infância. O uso do espaço da cidade foi motivo de freqüentes discussões pelos interessados na

⁵¹**Vida Doméstica**. Rio de Janeiro, janeiro de 1936. Quem assina o artigo é um médico, Dr. Germano Witirock.

⁵²Idem, Idem.

Kuhlmann Jr. salientou interesses mercadológicos dos donos de escolas na tentativa de conquistar famílias abastadas para seus projetos, diferenciando-os dos órgãos diigidos para pobres (creches, asilos). KUHLMANN JR., Moysés - **Infância e Educação Infantil**. Edição Citada.

O estudo de Kuhlmann Jr. ajuda a situar políticas para a infância em andamento no Brasil desde o século XIX.

⁵³KISHIMOTO, Tizuko Morchida - **A Pré-Escola em São Paulo (1877 a 1940)**. São Paulo, Loyola, 1988.

⁵⁴MIRANDA, Nicanor - **Origem e Propagação dos Parques Infantis**. Edição Citada.

sociabilidade da criança, apontado positivamente na formação do caráter infantil; sua ausência provocaria descontentamento, revolta, inadaptação. Cuidar da infância, vista como elemento da natureza, precisando ser protegido, era também um dever social⁵⁶. A identificação entre criança e natureza fez parte de uma construção social, onde essas entidades e instâncias atuavam permanentemente. Nessas circunstâncias, considero adequada a utilização do conceito de territorialidade, que pressupõe uma relação de reciprocidade entre sujeito e espaço. O espaço urbano carrega uma série de significados sociais também quando se fala da infância; daí, o conceito de territorialidade⁵⁷ abranger a intervenção de diferentes sujeitos, pressupondo tensões, construindo instituições de vigilância sobre a criança e destinação da mesma para um futuro de trabalho, ordem, amor à pátria - creches, parques infantis, escolas, asilos, Juizados de Menores, etc..

Jornais paulistanos divulgavam os parques existentes na capital, apontando perspectivas de ampliação da sua rede em regiões operárias e enfatizando a importância para crianças de estar ao ar livre, valorizando exercícios físicos para os que viviam nos grandes centros urbanos⁵⁸. A verticalização da cidade também preocupava esse periodismo, destacando os brinquedos adequados para a infância, indicando o que usar em diferentes fases da vida, considerando a saúde física e mental das crianças.

Este trabalho da rede de parques infantis ganhou reconhecimento da imprensa paulistana, que caracterizou a capital do Estado como devidamente aparelhada para atender às demandas com relação à infância, numa posição de vanguarda em realizações que consideravam as necessidades infantis. Já o interior do mesmo Estado foi apontado nos mesmos órgãos como necessitando de orientações e intervenções. Assim, foram registradas inaugurações de parques infantis, divulgando-lhes a área útil dos terrenos e suas festas, nas quais reforçavam-se e tomavam-se públicas atividades ali desenvolvidas cotidianamente, como jogos, brincadeiras e bailados, além da execução do Hino Nacional, dimensão patriótica dos eventos, caracterizando a infância como idade em que se educava para o civismo e o amor à pátria. A imprensa paulistana, portanto, abriu espaço para promover ações dirigidas à infância, participando do debate geral sobre esse tema.

⁵⁵ CLARK, Oscar - **Jardins de Infância e Escolas Hospitais do Distrito Federal**. Edição Citada.

⁵⁶ IDEM - **VII Congresso Brasileiro de Higiene**. Edição citada.

A palavra jardim remete para esse universo de identificação da infância com a natureza.

⁵⁷ ROLNIK, Raquel - "História Urbana: História na Cidade?", in: FERNANDES, Ana e GOMES, Maco Aurélio A. de F. (Orgs.) - **Cidade & História - Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX**. Salvador, UFBA, sem data, pp 27/29

⁵⁸ **Diário Popular**, 18/12/1940, e **O Estado de São Paulo**, 27/12/40.

Por outro lado, problemas enfrentados pelos parques infantis da capital paulista podem ser observados através de alguns relatórios que apontaram dificuldades que iam das instalações até falta de pessoal habilitado para desempenhar todas as funções propostas. Além disso, registraram-se queixas das mães contra os banhos diários oferecidos às crianças, alegando que os mesmos poderiam trazer problemas de saúde⁵⁹.

O DNCr foi órgão federal vigilante no acompanhamento de instituições que cuidavam da maternidade e da infância. Substituiu a anterior Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância - que acumulou experiências na área desde 1935 -, ampliando suas atividades. Essa iniciativa, portanto, não era absolutamente nova naquele momento. Dentre suas características, destacava-se o apoio à

"sadia e segura maternidade desde a concepção até à criação do filho",

desdobrado em

*"garantia de seus direitos essenciais no que respeita ao desenvolvimento físico, à conservação da saúde, do bem-estar e da alegria, à preservação moral e à preparação para a vida."*⁶⁰

Essa argumentação pode sugerir uma relação de mero atrelamento da sociedade civil com o Estado, uma vez que o último aparece como tutor de mães e filhos, fonte de direitos que dispensariam iniciativas autônomas da população. Tal interpretação perderia de vista, todavia, a existência de demandas vindas de setores da sociedade desde o início dos anos 30 ou mesmo antes (a Liga das Senhoras Católicas data de 1920), como é o caso da própria Cruzada Pró-Infância, de São Paulo. Onde o processo se revelar diferente de uma via de mão única onde o Estado atuaria sozinho: as articulações entre diferentes vozes da sociedade - sendo mais visíveis as de elites - marcaram o seu trajeto.

O DNCr foi caracterizado pela Imprensa como essencialmente técnico⁶¹. Esse procedimento pode levar a pensar no órgão como racional, neutro, competente para lidar com os problemas da infância, diferenciado de instâncias políticas identificadas como alheias a essas qualidades. Para aquele e outros órgãos da Imprensa, registrar as atividades do DNCr era colaborar com a solução dos problemas que afligiam a infância no Brasil, no contexto do Estado Novo, o qual englobava a atuação repressora

⁵⁹ DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E RECREIO – *Relatório Anual de 1943*. São Paulo, datiloscrito, sem data.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E RECREIO – *Relatório Anual de 1945*. São Paulo, datiloscrito, sem data

⁶⁰ *O Estado de São Paulo*, 14 fev 1940, p 7..

(censura) e produtiva (elaboração e difusão de materiais textuais e visuais) de DIP e DEIPs⁶².

Nessas matérias de **O Estado de São Paulo**, enfatizava-se a atuação do Estado, o que pode parecer surpreendente diante da imagem liberal que o próprio órgão procurava transmitir de si próprio. Cabe lembrar o regime ditatorial então vigente e a referida presença de DIP e DEIPs naquelas funções de controle e difusão acima indicadas, acarretando confundir Jornalismo com Propaganda governamental⁶³.

Outros países foram referência para a Imprensa apontar a existência de órgãos semelhantes voltados para a questão da Infância, embora os problemas brasileiros na área tenham sido identificados como de caráter "trágico", a serem enfrentados pelo DNCr - em especial, a alta taxa de mortalidade. A tentativa de OESP era de demonstrar a mobilização dos órgãos públicos no sentido de resolver os problemas da criança no Brasil.

A Cruzada Pró-Infância merecia grande espaço na Imprensa paulistana, que divulgava suas atividades e campanhas, o que demonstra sintonia de projetos e argumentos, além de apresentar a Imprensa como força significativa na instituição de práticas voltadas para aquele campo de atuação.

Playgrounds foram instalados na cidade de São Paulo a partir do início da década de 30⁶⁴ e parques infantis com essas articulações com Lazer, Saúde e Higiene surgiram no ano de 1935, através do Ato 767, de 9 de janeiro. O texto desse documento enfatizou as relações entre lazer e "*forças morais e espirituais de uma Nação*". Evocou funções de "*atividades lúdicas*" no "*processo educativo e social*", correlacionando a existência daquele tipo de espaço com a "*preservação social e educação sanitária*", visando alcançar

"educação higiênica e social das crianças (...), estreitando o convívio de crianças de todas as classes sociais".⁶⁵

Destacou ainda o papel dos parques na superação das "*más condições higiênicas e morais*", associadas à criminalidade. Mencionou a escassez de áreas

⁶¹ **O Estado de São Paulo**, 8 de abril de 1940.

⁶² GARCIA, Nelson Jahr - **Estado Novo: Ideologia e Propaganda Política**. São Paulo, Loyola, 1982.
GOULART, Silvana - **Sob a Verdade Oficial - Ideologia, Propaganda e Censura no Estado Novo**. São Paulo, CNPq/Marco Zero, 1989 (Onde Está a República?).

⁶³ Além dos estudos de Garcia e Goulart, citados na nota anterior, vale consultar:
SODRÉ, Nelson Werneck - **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro, Graal, 1977.

BAHIA, Juarez - **História da Imprensa Brasileira**. São Paulo, Ática, 1990.

CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lygia - **O Bravo Matutino**. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980.

⁶⁴ **Diário Popular**, 12 dez 1930.

⁶⁵ **Legislação de Parques Infantis**. São Paulo, Departamento de Cultura, sem data.

Nesse trecho, a destinação dos parques infantis foi pluralizada socialmente ("*todas as classes sociais*"), ao contrário de muitos outros argumentos que piorizaram o atendimento de crianças pobres.

livres para jogos em cidades industriais como São Paulo. Determinou-se que a localização desses parques fosse prioritariamente

*"nas proximidades de escolas, de casas de apartamento e nos bairros operários".*⁶⁶

Esses argumentos dão idéia da identificação social feita com relação aos parques infantis: o universo da Educação, visando a recreação, da Saúde e da Disciplina Social. A existência dos parques não eliminava as escolas formais, e foram apresentados até mesmo como alternativa diferenciada a elas, pois propiciariam oportunidades de recreação pouco usuais nas mesmas. Nos parques, a criança encontraria espaço de lazer orientado; nas escolas, pelo contrário, ela seria obrigada a acompanhar o conteúdo das matérias, com pouca possibilidade de exercer atividades lúdicas além das atividades físicas e culturais.

A Educação Física das crianças mereceu especial atenção da Cruzada Pró-Infância⁶⁷. No primeiro número da revista, o artigo "Jogos e Ginástica: Educação Física da Infância" dimensionou-se em nome de uma Educação Física racionalizadora que exigiria a intervenção de *"técnicos competentes e médicos especializados"*, atuando no sentido de evitar

*"perigos decorrentes de excessos, realização de exercícios inadequados à idade ou ao sexo, deformações resultantes de movimentos executados defeituosamente, prática de exercícios em ambiente e hora inconveniente"*⁶⁸.

Afirmou-se que, no país, ainda não havia condições de se obter essa educação racional porque os pais não tinham condições de oferecê-la a seus filhos e também os poderes públicos não atuavam de forma a atingir um coletivo. Os parques infantis foram apontados como necessários e apelou-se ao governo para que tomasse providências nessa direção. A Cruzada Pró-Infância estava articulada às discussões de Fernando de Azevedo, um dos chamados "Pioneiros da Escola Nova" no Brasil, e à ação de Anhaia Mello, que foi prefeito de São Paulo, antecipando-se à política do prefeito Fábio Prado.

⁶⁶ Idem, Idem.

⁶⁷ Kishimoto realça a importância da Educação Física e Higiênica nas propostas educacionais brasileiras desde o final dos anos '20, indicando manifestações de Fernando Azevedo, dos escolanovistas e de simpósios, como a III Conferência Nacional de Educação e no V Congresso Brasileiro de Higiene. KISHIMOTO, Tizuko Mochida - "Recuperando a História da Educação Infantil em São Paulo". *Escola Municipal*. São Paulo, Secretaria Municipal de Educação, 18 (13): 6/10, 1985.

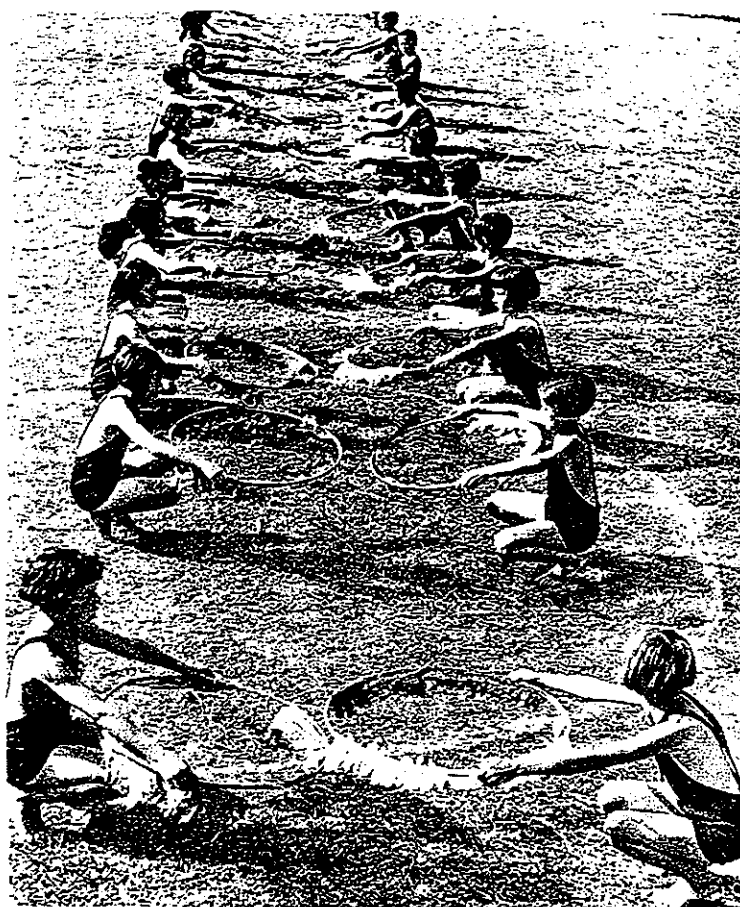
⁶⁸ **A Cruzada pela Educação e Saúde da Criança**. São Paulo, Cruzada Pró-Infância, 1, Setembro de 1933 p 19.

Posteriormente, essa publicação adotaria o título **Infância**.

O parque infantil da Cruzada Pró-Infância foi descrito como preparado para oferecer a educação racional às crianças, com a entidade colocando-se como pioneira nessa atitude, servindo de exemplo para que o poder público tomasse medidas na mesma direção. Através de fotos, a revista destacou a presença do parque infantil da entidade e a grande quantidade de alunos ali inscritos, os quais apareceram de shorts, camiseta e descalços, com o brinquedo orientado fazendo parte do treinamento.

Aquele órgão da Cruzada Pró-Infância funcionava inclusive aos domingos e o sargento Mendes de Araújo orientava o lazer das crianças. Tal atividade tinha, portanto, um caráter militarizado; havia uma concepção de que essa Educação Racionalizadora deveria ser oferecida de acordo com preceitos militares.

As fotografias escolhidas para publicação estavam em sintonia com o projeto da instituição e de seu periódico. Essa prática fotográfica também se manifestava nos Parques Infantis municipais. Trazer essas fotos de crianças praticando exercícios, brincando ao ar livre, alimentando-se e assistidas no plano médico-sanitário legitimava a ação da Cruzada Pró-Infância e de outras instituições que atuavam na mesma linha⁶⁹.



Parques Infantis – Departamento de Cultura s/d.

⁶⁹ A Cruzada pela Educação e Saúde da Criança. Edição Citada

Os anos 30 foram extremamente significativos no que diz respeito à Educação Física no Brasil, tendo em vista a formação do trabalhador saudável e a imagem da política como corpo, donde cuidar do próprio físico ser parte das tarefas políticas da população⁷⁰. Órgãos oficiais foram criados a partir de 1937 referindo-se àquela área de atuação. A política oficial de Educação Física deu-se especificamente na dimensão do Ministério de Educação e Saúde⁷¹. Fernando de Azevedo, importante personagem no debate educacional brasileiro desde os anos '20, destacou, em livro de 1930, tópicos como a prática do esporte combatendo alcoolismo e maus costumes, disciplinando corpo e alma, purificando o sangue, o que demonstra que tal debate estava sendo elaborado na sociedade brasileira muitos anos antes de sua implantação governamental⁷².

Nessa direção, os parques infantis de São Paulo estavam sintonizados com a política nacional de valorização da Educação Física, tendo em vista a formação do trabalhador nacional de acordo com pressupostos que visavam ao fortalecimento do corpo e do espírito. A prática da Educação Física foi associada a um projeto de construção de uma nação forte e saudável. A civilização também era medida pela força de um povo; preparar a infância de acordo com esses pressupostos era cuidar do futuro da nação. Quando se pensava na criança, projetava-se para essa faixa etária a idéia de um coletivo a ser cuidado, o futuro da nação desejável, cartão-postal do Brasil. Se no final do século XX, o culto ao corpo está fortemente associado à beleza física, naquele momento, a Educação Física era intensamente relacionada aos aspectos eugênicos de raça forte igual a nação civilizada.

Havia uma associação estabelecida entre os serviços oferecidos nos parques infantis e o universo social da pobreza, uma vez que os mesmos foram situados principalmente em bairros operários. Esse viés ajuda a compreender as ligações entre Saúde, Cultura e Disciplina Social: a pobreza era tratada como carente daquelas qualidades e a infância aparecia enquanto caminho para a superação dessas necessidades. A imagem de uma infância saudável passava também pela eliminação dos conflitos sociais.

Num comentário do jornal **O Estado de São Paulo**, as crianças pobres foram assim evocadas:

*"Nos grandes centros sociais em progresso da população,
como a nossa cidade, avultam os lares necessitados, escassez*

⁷⁰LENHARO, Alcir - **Sacralização da Política**. Campinas, Papyrus/UNICAMP, 1986.

⁷¹BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues - **"Ser Forte para Fazer a Nação Forte"- A Educação Física no Brasil**. Dissertação de Mestrado em História Social, FFLCH/USP. São Paulo, Digitado, 1991.

⁷²AZEVEDO, Fernando - **A Evolução do Esporte no Brasil**. Edição Citada.

em alimento e higiene, campos propícios à invasão das mais variadas enfermidades, onde as crianças vivem em extrema indigência.

*Não só indigência material mas, ai de nós - miséria moral e física. Pobres pequeninos! Na idade em que para outros tudo são risos e flores, para eles tudo é miséria, pranto, desconforto!"*⁷³.

Associou-se a visibilidade da pobreza ao crescimento da cidade, mobilizando setores da população para o assistencialismo a partir da figura da criança. Junto com isso, havia um projeto para a infância que era da alegria e da felicidade, contra o duplo problema representado por ser criança pobre, julgado ainda maior que as dificuldades de apenas ser pobre.

Designou-se que a chefia do Serviço Municipal de Jogos e Recreios para Crianças passaria a ser exercida por Higienista ou Educador, reforçando a identidade entre parque infantil e esses universos intelectuais e administrativos. Dentre as funções daquela autoridade, constava angariar fundos privados e organizar festas infantis que mobilizassem.

*"o interesse das famílias por essas escolas populares de saúde e de alegria".*⁷⁴

Havia ainda uma perspectiva dos parques de manter os adultos ligados ao trabalho que ali estava sendo desenvolvido, transformando essas atividades em algo que ultrapassasse os limites de um programa governamental, forma de tomar ainda mais eficaz a disciplina social. Por outro lado, a felicidade na infância, segundo tal ponto de vista, dependeria de uma atitude governamental e científica, que estaria resolvendo problemas de desníveis sociais.

Além disso, os parques infantis, na atitude de quem os implementava, apareciam como "*escolas populares de saúde e de alegria*", associando a felicidade a uma infância saudável. Ser feliz, portanto, surgia como algo que vinha da iniciativa governamental, bastando seguir esses parâmetros para alcançar aquele estado.

Os argumentos utilizados na implementação dos parques eram bastante sedutores, deixando a impressão de que havia uma efetiva intenção de resolver aqueles problemas, demonstrando sua capacidade de convencimento.

O mesmo instrumento legal que instalou os Parques Infantis em São Paulo, em 1935, também criou a Comissão Municipal de Recreio, composta por representantes do Serviço Sanitário do Estado, da Diretoria de Ensino do Estado, do

⁷³O Estado de São Paulo, 5 de outubro de 1940, p.6.

Departamento de Educação Física do Estado, do Instituto de Higiene do Estado, um professor de Biologia Educacional do Instituto de Educação da USP e um representante das associações de assistência e proteção à infância. Destacaram-se na composição desse órgão um grande número de pessoas ligadas a entidades estaduais e apenas um representante de entidades da sociedade civil, o que sugere que a Prefeitura não contava com uma estrutura administrativa paralela à do governo estadual, dependendo deste último para implementar o seu projeto. Nesse sentido, observa-se a participação do governo estadual no campo de atuação junto à Infância, concomitante presença do governo federal (DNCr) e de governo municipal (parques infantis). Por outro lado, a pequena representação de órgãos da sociedade civil indicou os limites na busca de apoio na comunidade, que apareceu mais como legitimadora de instâncias estatais e objeto de fiscalização e financiamentos por parte do DNCr.

A preocupação com a promoção de uma Cultura Nacional e o resgate de tradições populares estavam presentes na atuação dos Parques Infantis, traduzidas nas tarefas dos instrutores de jogos e educação infantil:

*"e) - propagar a prática de brinquedos e jogos nacionais, cuja tradição as crianças já perderam ou tendem, dia a dia, a perder; f) - promover a prática de todos os jogos que, pela experiência universal, forem dignos de ser incorporados ao patrimônio dos jogos inspirados nas tradições locais e nacionais".*⁷⁵

A infância, nesse aspecto, era tratada dentro de um projeto de cultura nacional, que, por sua vez, não era autônoma e devia ser fomentada a partir de um centro que avaliava, planejava, supervisionava.

O Ato 861, de 30 de maio de 1935⁷⁶, foi dedicado à organização do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, transformando o Serviço de Parques Infantis em Seção de Parques Infantis.

Algumas das atividades do chefe da Seção de Parques Infantis, eram:

"i) - promover, com a colaboração do corpo docente das instituições escolares municipais, estaduais e particulares um inquérito permanente de pesquisas folclóricas e, mais geralmente, etnológicas, entre a população, recolhendo, assim, as tradições de costumes, superstições, advinhas, parlendas, histórias, canções, brinquedos, sendo os resultados desses

⁷⁴ **Legislação de Parques Infantis.** Edição Citada.

⁷⁵ Idem, Idem.

⁷⁶ **Legislação dos Parques Infantis.** São Paulo, Departamento de Cultura, sem data..

*inquéritos devidamente selecionados, organizados e catalogados em seções distintas e publicados na Revista do Departamento.*⁷⁷

Esse tópico do Ato 861 ampliou o que foi proposto no Ato 767, configurando um projeto de uma espécie de arquivo de cultura popular, como se esta não tivesse condições próprias de sobrevivência, dependendo de uma ação governamental ilustrada. Isso demonstra que os parques infantis faziam parte de uma política cultural mais ampla, que implicava numa certa tutela governamental e erudita sobre a cultura popular. A sugestão de publicar o resultado dessas pesquisas na revista do Departamento de Cultura indica uma circulação desses materiais entre pesquisadores e outros eruditos, sendo a cultura popular transformada em matéria-prima para a cultura de elite, uma vez que dificilmente aquela publicação circulava entre setores populares. Cabe lembrar que, durante esse período, Mario de Andrade desempenhava função central na definição das políticas do Departamento de Cultura, chefiando-o⁷⁸.

Uma imagem de infância veiculada nesses Atos da Prefeitura paulistana designava para aquela faixa etária uma preparação no sentido de entrar em contato com uma cultura nacional; através das crianças, essa cultura estaria sendo preservada.

Escrevendo posteriormente sobre os parques, Nicanor Miranda salientou especialmente a experiência mexicana das "Misiones Culturales":

*"Um dos resultados incontestáveis das 'Misiones Culturales' foi mostrar que alguns jogos e danças tradicionais mexicanos estavam na iminência de desaparecer de certas regiões. Era preciso um incentivo para que esses elementos de patrimônio histórico e cultural não continuassem ameaçados de perecimento. Os Professores de Educação Física prestaram, então, valioso auxílio, ajudando a restaurar os jogos e as danças que já iam caindo no olvido"*⁷⁹.

⁷⁷ Idem, Idem.

⁷⁸ Sobres as relações de Mário de Andrade com o Departamento de Cultura e o SPHAN, consultar: DUARTE, Paulo – **Mário de Andrade Por Ele Mesmo**. São Paulo, HUCITEC/SCCT/CEC, 1977. FENELON, Dea Ribeiro – "Políticas Culturais e Patrimônio Histórico". Edição Citada. OLIVEIRA, Rita de Cássia Alves – **Colonizadores do Futuro**. Edição Citada.

Oliveira dedica parte de seu trabalho à **Revista do Arquivo Municipal**, destacando a importância da Gráfica Municipal no projeto cultural da gestão Fábio Prado, com a publicação daquele periódico – sua principal produção, com tiragem mensal de 2.000 exemplares –, cujo público-alvo eram os "*iniciados nos estudos de cultura brasileira*" (p 97). A revista foi ainda caracterizada como veículo para divulgação das atividades do Departamento de Cultura e de outras instâncias da gestão Fábio Prado.

⁷⁹ MIRANDA, Nicanor - **Origem e Propagação dos Parques Infantis**. São Paulo, Departamento de Cultura, 1941, pp 15/16.

O risco de perder tradições populares infantis fora anteriormente apontado por:

As *Missiones Culturales* foram atividades desenvolvidas no México, quando José Vasconcelos exerceu o Ministério da Cultura, nos anos 20, abrangendo publicações, espetáculos e outras modalidades de difusão da Alta Cultura junto a grupos populares. Também no Fascismo italiano, houve incentivo às atividades folclóricas no contexto do programa *Dopolavoro*⁸⁰. Nos Estados Unidos da América, durante o *New Deal*, foram criados programas de apoio à produção artística nacional e a atividades culturais populares tradicionais. Essa evocação dos três exemplos procura realçar que a preocupação com o popular não era exclusividade brasileira nem de um daqueles regimes políticos especificamente, remetendo, isto sim, para preocupações gerais daquela conjuntura cultural e política.

Miranda estabeleceu ligação explícita entre Parque Infantil, Patrimônio Cultural e Tradição, demonstrando os laços entre esse projeto e as reflexões de Andrade. A imagem da Cultura Popular foi associada às dimensões de fragilidade e carência de orientação, diferenciando-se de qualquer perspectiva autônoma. A ação governamental, nesse contexto, foi justificada como necessidade da cultura popular e as crianças representaram um elo final, na preservação da tradição garantida, enquanto receptoras de seu produto.

Por outro lado, a infância pobre apareceu como potencial ameaça à ordem pública, donde a necessidade de afastá-la

*"de focos de maus hábitos, vícios e criminalidade, para ambientes saudáveis e atraentes"*⁸¹.

Cultura nacional e ordem pública foram estreitamente relacionadas nesse projeto de transformação das crianças em seres normatizados pelos planos de Educação, Saúde e Disciplina⁸². Além da Saúde como importante face de ação, outros aspectos devem ser considerados nesse projeto, em que a Cultura e a Disciplina foram consideradas questões fundamentais.

Um lema repetido em vários documentos referentes aos Parques Infantis de São Paulo afirmava serem suas funções *"assistir, educar e recrear"*⁸³. A infância,

AZEVEDO, Fernando de – *A Evolução do Esporte no Brasil*. Edição Citada.

⁸⁰ PASSERINI, Maria Luisa – *Torino Operaia e Fascismo*. Roma/Bari, Laterza, 1984.

DE GRAZIA, Victoria – "La Taylorisation des Loisirs Ouvriers: Les Institutions Sociales de l'Industrie dans l'Italie Fasciste", Tradução de Claudine Mulard, in: MURARD, Lion e ZYLBERMAN, Patrick (Orgs.) - *Recherches (Le Soldat du Travail)*. Paris, Recherches, 32/33: 209/248, 1978.

⁸¹ "Ato 767", in: *Legislação dos Parques Infantis*. Edição Citada.

⁸² O Ato 1146, de 4 de julho de 1936 retomou em linhas gerais os anteriores, definindo a questão da assistência médica e dentária às crianças regularmente registradas nos parques infantis de São Paulo. Essa providência consolidou a assistência no campo da saúde prestada a partir dos parques.

"Ato 1146", in: *Legislação dos Parques Infantis*. Edição Citada.

⁸³ Um importante exemplo é o texto:

MIRANDA, Nicanor - *O Valor Social dos Parques Infantis*. [São Paulo], datiloscrito, 1936.

objeto das discussões sobre esses parques, era aquela pertencente ao mundo da pobreza, para a qual, fazia-se necessário criar condições de atendimento no sentido de suprir carências sociais e impedir o seu ingresso na criminalidade. Essa imagem da infância foi veiculada, por diversas vezes, na documentação referente aos parques infantis e a outros tópicos de política paulistana para essa área⁸⁴, bem como em outras esferas públicas e outros espaços da sociedade. A política do DNCr, todavia, foi interpretada como

*"mobilização dos 'privilegiados", sob a orientação do Estado, em favor de todas as crianças, e não apenas das pobres, pois mesmo as que provinham das famílias 'mais bem constituídas' poderiam estar sendo mal alimentadas ou educadas."*⁸⁵

Essa dimensão faz-se muito presente nos periódicos **Vida Doméstica** e **Fon! Fon!**, onde a Educação infantil foi objeto de preocupação também para famílias mais abastadas. Nos debates sobre os parques infantis paulistanos, entretanto, privilegiaram-se os populares, sendo explicitados mesmo os filhos de operários e crianças de bairros operários.

O ato de "assistir", nessa perspectiva, não se resumia a tarefas caritativas. Pelo contrário, fazia parte de um debate sobre o moderno Serviço Social, com suas funções de transformação produtiva do universo da pobreza⁸⁶. Daí, a associação entre assistir, educar e recrear como tarefas de construção de um novo adulto desde a infância, através de atividades e instituições novas.

A Imprensa também assinalou como necessidade natural da infância o desejo de brincar ao ar livre, destacando que quem morava em apartamentos (sem espaço

Esse Autor foi diretor do Setor de Parques Infantis do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Outro escrito do mesmo Miranda, discutindo parques infantis, é:

MIRANDA, Nicanor – "Plano Inicial da Secção de Parques Infantis". **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, Departamento de Cultura, XXI, mar 1936.

Ver ainda:

OLIVEIRA, Waldemar e NASH, Jay – "Parques Infantis – Uma Opinião Nacional... E Uma Opinião Estrangeira". **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, Departamento de Cultura, XXXV, maio 1937.

⁸⁴No Ato 767, de criação do Serviço Municipal de Jogos e Recreio para Crianças, destacou-se como um dos papéis dos parques infantis "desviar as crianças de focos de maus hábitos, vícios, criminalidade, para ambientes saudáveis e atraentes".

Legislação de Parques Infantis. Edição Citada, p 6.

Miranda criticou o determinismo do comportamento, defendendo a conversibilidade das tendências, indicando estatísticas de Chicago sobre queda de criminalidade em bairros com playgrounds, além do uso argentino do esporte na luta contra criminalidade infantil. Ver:

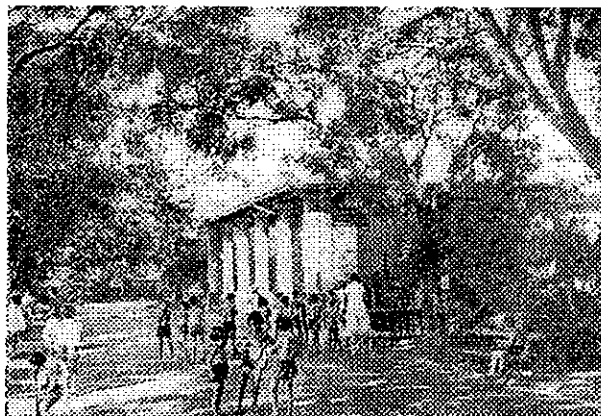
MIRANDA, Nicanor - **O Valor Social dos Parques Infantis**. Edição Citada, p 10.

⁸⁵ PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco – **Políticas Sociais e Corporativismo no Brasil**. Edição Citada p2..

⁸⁶Brites, Olga - **Infância, Trabalho e Educação – A Revista Sesinho**. Edição Citada.

IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul de - **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. Edição Citada.

para correr nem oportunidades para fazê-lo fora de casa), não desenvolvia agilidade e tendências criativas⁸⁷. A moradia em apartamentos, nesse caso, apareceu como uma realidade difícil de ser mudada, cabendo aos adultos oferecer as condições adequadas ao desenvolvimento da criança. O convívio com outras crianças da mesma idade foi enfatizado como algo positivo, uma vez que impedia que elas ficassem circunscritas ao mundo dos adultos, declarado pernicioso para a formação infantil. Ao mesmo tempo, observou-se uma atitude de constante vigilância do adulto em relação aos brinquedos infantis.



Parques Infantis – Departamento de Cultura s/d.



O que são os Parques e Recantos Infantis – Prefeitura Municipal de São Paulo/SP – Secretaria de Educação e Cultura, 1949

Pode-se observar que muitos desses temas figuraram na legislação que regulamentou os parques infantis de São Paulo, na constituição de sua memória - por exemplo, nos escritos de Miranda⁸⁸ -, nos argumentos da Cruzada Pró-Infância e do

⁸⁷ "As crianças querem brincar". *Vida Doméstica*. Rio de Janeiro, fev 1936.

Vale salientar que *Vida Doméstica*, embora editada no Rio de Janeiro, alcançava circulação nacional, demonstrando também que o debate sobre educação infantil não se restringia apenas a São Paulo e ao Distrito Federal.

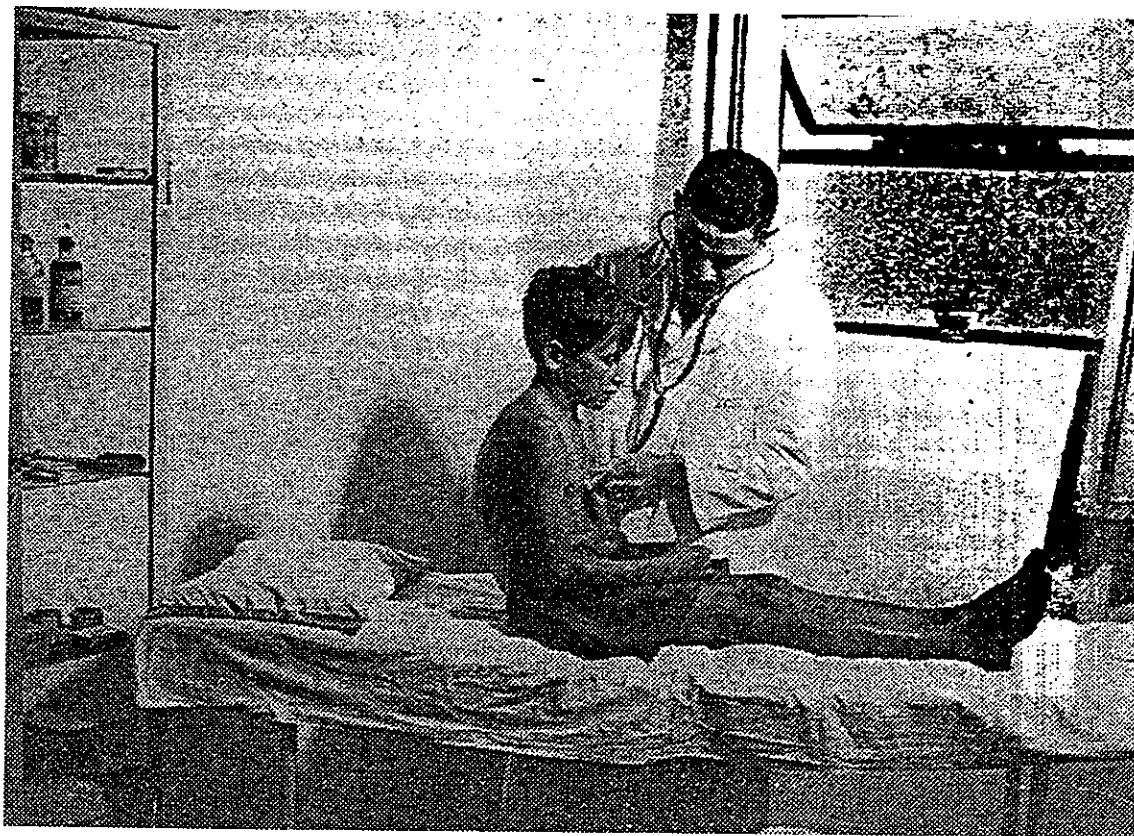
⁸⁸ MIRANDA, Nicanor – *Origem e Propagação dos Parques Infantis*. São Paulo, Departamento de Cultura, 1941.

IDEM - *O Valor Social dos Parques Infantis*. Edição Citada.

DNCr. Isso atesta a presença desse campo temático na opinião pública (uma revista de larga tiragem, outra mais restrita e ligada a entidade da sociedade civil, órgão governamental), inclusive sob a forma de soluções diferenciadas.

Destacou-se ainda a dimensão de sociabilidade da recreação infantil, que deveria ser orientada de acordo com as diversas fases do desenvolvimento da criança. A recreação, nessa perspectiva, teria uma dimensão tão importante para a vida da criança como o trabalho para o adulto, merecendo ser tão bem cuidada quanto a alimentação, com os brinquedos selecionados adequando-se às necessidades infantis⁸⁹.

Esse cuidado com a infância pressupunha práticas que não eram consideradas nada usuais no ambiente familiar dos pobres, como zelo na higiene, atendimento médico e odontológico e alimentação regular.



O que são os Parques e Recantos Infantis – Prefeitura Municipal de São Paulo/SP – Secretaria da Educação e Cultura, 1949

A pobreza urbana não era homogênea, compreendendo diferentes níveis de manifestação. As crianças assistidas nos parques infantis eram filhas de trabalhadores pobres. Havia outras crianças de rua, que não eram absorvidas por aquelas

⁸⁹A recreação infantil continuava como objeto de preocupação de **Vida Doméstica** em seu número de março de 1953, dezessete anos depois da edição especial dedicada à criança onde esses temas foram

instituições e continuaram sendo apontadas como exemplos de perigos e ameaças sociais, configurando uma situação de pobreza muito condenada, na qual a criança era explorada para chamar a atenção da população, do poder público e de diferentes entidades.

A imagem da criança, sensibilizando adultos para uma ação mais eficaz no sentido da transformação de realidades vividas pelos pequenos (doenças, mortalidade infantil, etc.), foi também usada por mães para pedirem esmolas na cidade de São Paulo. Nesse caso, a criança era elemento que despertava a piedade do adulto; daí as mulheres exporem seus filhos para obter recursos, mostrando como as famílias pobres se utilizavam de identidades construídas no social.

A Imprensa condenava tais mães, publicando foto de mulher maltrapilha com criança no colo e outra sentada ao seu lado, referindo-se à presença de "*falsos mendigos*", que usavam crianças para pedir esmolas, apelando para que as autoridades estivessem atentas a essas questões e cobrando uma atitude mais enérgica da própria polícia, que deveria atuar no espaço público, impedindo a presença desses sujeitos indesejados⁹⁰. Pedir esmolas com crianças foi considerado atitude desviante dos bons princípios, principalmente porque se identificava um uso indevido das crianças por falsos mendigos, que chegavam a alugá-las para essas práticas⁹¹. Essa posição demonstra que a questão social ainda era tratada como "caso de polícia", numa perspectiva de controle do espaço urbano que atingia esse setor da população. Os critérios de uma autêntica mendicância foram indiretamente evocados mas não explicitados, servindo apenas para rejeitar os que mereciam o atributo de falsos mendigos, com o valor do trabalho sendo usado como argumento para condená-los: parecia haver empregos para todos, deixando de trabalhar apenas quem não o queria.

Apelava-se para o Juizado de Menores e para a Polícia a fim de preservar o espaço da cidade da presença de crianças pedintes (que atuavam em pontos de bonde, restaurantes e locais similares), identificando os pequenos mendigos com os filhos de imigrantes lituanos, estonianos e sírios⁹². Essa identificação também significou preconceito contra alguns imigrantes, como se a Nação fosse harmoniosa e sem problemas, sofrendo efeitos daquelas figuras sociais rejeitadas, cujo destino

abordados. Ela apareceu em seção intitulada "Noções de Puericultura", assinada pelo Dr. Adauto de Rezende.

⁹⁰ *Diário Popular*, São Paulo, 13 jul 1933.

⁹¹ O item 4 do Art. 147 do Código Penal previa pena de detenção de um a três anos ou multa de 200R\$000 a 1.000R\$000 para quem permitir que o menor "*mendigue ou sirva a mendigos para excitar a comisseração pública*".

Problemas Comuns da Infância. Rio de Janeiro, DNCr. 1956 (Coleção DNCr - 149).

⁹² *Diário Popular*, São Paulo, 28 nov 1930.

deveria ser, desse ponto de vista, o campo, numa espécie de higienização da cidade. Tratava-se de um discurso contra a "malandragem", em nome de moralizar e disciplinar o espaço público⁹³. Os homens imigrantes eram o principal alvo dessas críticas, responsabilizados por mandarem mulheres e filhos para a mendicância.

A presença significativa de mendigos foi detectada em espaços do centro da cidade de São Paulo, num contexto em que essa região era associada à administração pública, comércio e moradias de luxo. Tal escolha foi atribuída a maior circulação de pessoas naquela área, possível clientela, e maior dificuldade de fiscalização contra as suas práticas.

Essas vozes da Imprensa sobre os mendigos evidenciam atitudes de tensão com o Juizado de Menores e a Polícia no sentido de cobrar uma maior atuação desses órgãos, denunciando a inexistência de estabelecimentos adequados para recolher os menores incômodos. Um exemplo de atuação condenada do Juizado de Menores foi a proibição de freqüência de crianças à cinema, teatro e bailes de carnaval em determinados horários, mesmo quando acompanhados pelos "pais zelosos" - estando, portanto, protegidas -, enquanto não se tomava providências em relação àquelas outras exploradas pelos pais ou envolvidas em atos escusos⁹⁴. Esse argumento faz um paralelo entre duas situações sociais muito claras: por um lado, crianças num padrão social suficientemente alto para desfrutar daquela proteção e desses padrões de lazer, e, por outro, crianças em situação de pobreza, o que evidencia a defesa preferencial dos direitos das primeiras.

Posteriormente, apelando para estatística policial-criminal do Estado, o mesmo jornal que fizera aquelas denúncias contra mendigos e usos de crianças publicou resultados sobre a apreensão de menores no Estado de São Paulo, afirmando que ocorrera quase ausência de mendicidade como motivo:

"A exploração dos menores pelos próprios pais, no sentido de transformá-los em ganho fácil, não existe em São Paulo e no Brasil, graças a Deus. Somos um povo pobre - estamos todos cansados de repeti-lo - mas não somos um povo cancerado pela miséria, pelo esgotamento das reservas morais. Ao contrário, é de notar-se esse traço do caráter brasileiro: ainda que não haja no lar desventuroso provisão alguma, em hipótese alguma o chefe dessa família manda os filhos esmolar

⁹³Storch estudou a atuação da polícia na Inglaterra vitoriana, impondo padrões burgueses no espaço urbano.

STORCH, Robert D. - "O Policiamento do Cotidiano na Cidade Vitoriana". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 5 (8/9): 7/33, set 1984 / abr 1985.

⁹⁴*Diário Popular*, São Paulo, 29 mar 1932 e 28 jan 1938.

e pedir, na mais tremenda das degradações, que é a degradação da infância".⁹⁵

A criança devia, assim, ser poupada dessas situações; manter a dignidade na pobreza era preservar as crianças de se exporem nas ruas pedindo esmolas. Em reportagem anteriormente mencionada, essa prática foi registrada e condenada, o que leva a supor que houve uma condenação moral do jornal no que se referia à prática de pedir esmolas, por expor as crianças. Por outro lado, esse procedimento não combinava com uma imagem da cidade construída em diversos órgãos da Imprensa que mencionava a generosidade do povo paulista. A mendicância também não se adequava à estampa de Estado rico e promissor e que vencias suas dificuldades.

Noutra ocasião, o mesmo **Diário Popular** construiu imagens positivas da cidade de São Paulo e de outros grandes centros urbanos brasileiros, afirmando não haver número significativo de mendigos em suas ruas. Desse ponto de vista, atribuiu àquelas cidades caracteres promissores, modernos, zelosos em relação à pobreza. Essa argumentação estava vinculada aos horizontes ideológicos do Estado Novo, que negavam a existência de fracassos e miséria no cenário nacional.

Na caracterização do povo paulista como generoso, a ajuda a menores abandonados foi considerada um dever cívico, destacando a atuação da Liga das Senhoras Católicas em tal perspectiva⁹⁶.

Um símbolo da mulher paulista ligada ao assistencialismo era Leonor Mendes de Barros, esposa de Adhemar de Barros. A ela, foram atribuídas qualidades como generosidade e bondade, configurando-se como uma espécie de modelo ideal para o feminino. Ela estava ligada à Casa Maternal e da Infância, para parturientes pobres, em cuja fundação foi registrada a presença de autoridades civis, militares e eclesiásticas. Noutras ocasiões, Leonor Mendes de Barros foi mencionada em associação com a distribuição de brinquedos. Em hospital que levava o seu nome (continuava a funcionar até 1998), também eram atendidas gestantes pobres.

⁹⁵**Diário Popular**, São Paulo, 23 out 1940. No ano de 1938, a apreensão de menores atingira na capital 241 e no interior, 1473 pessoas. Desses últimos, 1125 eram do sexo masculino, correspondendo a uma porcentagem de 76,2%, e 348 do sexo feminino, 23%. Como razões para essas apreensões, foram indicados: embriaguez, demência, desobediência, desordem, escândalo, insultos, ofensas e provocações, vadiagens, pequenos furtos. Na maior parte dos casos, os jovens foram apreendidos nas ruas, caracterizadas pela degradação dos valores.

⁹⁶**O Estado de São Paulo**, 3 out 1940.

Dois instituições assistenciais surgiram no Brasil dos anos '20: a Associação das Senhoras Católicas (1920, Rio de Janeiro) e Liga das Senhoras Católicas (São Paulo, 1923). Envolveram-se nelas nomes de famílias burguesas de São Paulo e Rio de Janeiro. Visavam a uma "assistência preventiva de apostolado social, atender e atenuar determinadas seqüelas do desenvolvimento capitalista, principalmente no que se refere a menores e mulheres".

IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de – **Relações Sociais e Serviço social no Brasil – Esboço de Uma Interpretação Histórico- Metodológica**. Edição Citada.

Num nível menos radical de pobreza (o universo de trabalhadores), os sujeitos eram tratados como desprovidos de uma cultura que desse conta do universo de suas vidas, o que resultaria tanto da ignorância, como também da perda de tradições, parte das carências a serem supridas pelos professores dos parques infantis⁹⁷.

Nesse campo argumentativo, as crianças não podiam usufruir adequadamente das atividades dos parques devido à falta de alimentação regular em seu cotidiano. Afirmou-se mesmo que

*"Em 1945, a freqüência nos Parques viu-se seriamente ameaçada pela suspensão (sic!) temporária de alguns alimentos integrantes do lanche que é distribuído duas vezes por dia, uma vez que a assistência alimentar fornecida pelos Parques é um dos principais atrativos, pelo estado de desnutrição e de fome permanente em que vivem as crianças pobres do nosso país"*⁹⁸.

Daí, afirmavam os teóricos e administradores dos parques infantis, a importância de se oferecer merenda e almoço.

Atribuía-se à alimentação nos parques infantis importância fundamental. Acreditava-se que essa era uma forma adequada de assistir as crianças e prepará-las sadiamente para esportes e jogos, atividades julgadas imprescindíveis nos parques. Toda a discussão pedagógica e política sobre os parques infantis esbarrava nesse horizonte social palpável da comida como principal atrativo, o que não significava que a clientela não gostasse de lazer e esportes, apenas evidenciava tensões e fissuras no funcionamento do projeto⁹⁹.

⁹⁷ V. comentários sobre Atos 767 e 861. supra.

⁹⁸ DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E RECREIO - *Relatório Anual de 1945*. São Paulo, Datiloscrito, sem data.

⁹⁹ Sobre procedimentos alimentares em São Paulo e práticas racionais nessa área, ver:

ARAÚJO, Oscar Egídio de - "A Alimentação da Classe Obreira de São Paulo". *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, Departamento de Cultura, LXVII, LXVIII e LXIX, 1940.

AMARAL, F. Pompêo do - "A Alimentação da População Paulistana". *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, Departamento de Cultura, LXXXIX/XL, 1943.

PIERSON, Donald - "Hábitos alimentares em São Paulo - Estudo Comparativo". *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, Departamento de Cultura, XCVIII. set/out 1944.



Parques Infantis – Departamento de Cultura s/d.

O tema mereceu destaque em Campanha Nacional pela Alimentação da Criança¹⁰⁰, organizada pela Diretoria da Divisão de Proteção à Maternidade e à Infância, ligada ao Ministério da Educação, que se iniciou em 12 de outubro de 1934, tendo como principal referência os altos índices de mortalidade infantil¹⁰¹. Dentre seus objetivos, constaram:

“a) incentivar a “amamentação natural”, como base insubstituível da saúde do lactente; b) promover o uso do ‘leite’ como base da alimentação da criança precisando ser desmamada; c) promover o uso habitual de alimentos contendo ‘vitaminas’ às crianças de todas as idades; d) diligenciar para que ascrianças recebem ‘alimentos apropriados e em ‘quantidade suficiente’; e) levar às mães nutrízes e às gestantes os benefícios de uma boa alimentação, no interesse dos filhos; f) combater os erros, o pouco caso e a incúria em matéria de alimentação.”¹⁰²

Os promotores da Campanha afirmaram que o assunto ainda não merecera a devida atenção daqueles que deveriam resolver as dificuldades da alimentação infantil. A criança brasileira foi vista por eles como desnutrida. Através de inquéritos e estudos, apontaram ainda que a alimentação do brasileiro era deficitária, situação potencialmente agravada em relação às crianças, e que o governo republicano poderia ter feito mais nessa área.

¹⁰⁰ **Boletim do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo.** São Paulo, Departamento de Cultura, 2, Citado no Processo 77201. São Paulo, 1935.

¹⁰¹ **Vida Doméstica.** Rio de Janeiro, fev 1935.

¹⁰² *Idem, Idem, p 22..*

O Brasil foi comparado desfavoravelmente a outros países, como Rússia, França, Holanda, Uruguai, EEUU e Alemanha. A assistência alimentar à criança, inclusive a distribuição de leite, foi vista como conquista recente da Medicina Social, conclamando o Brasil a observar tais realizações internacionais através da implementação de programas similares e, por fim, apelando para uma alimentação racional¹⁰³.

Os parques infantis, no que se refere à questão alimentar, estavam em consonância com outros argumentos elaborados nesse período pela Cruzada Pró-Infância, pela Campanha Nacional pela Alimentação da Criança e outros órgãos e iniciativas públicos e privados.

Nessas discussões sobre a alimentação da criança, o leite materno foi apresentado como o mais adequado nos primeiros meses de vida da criança, sendo descritas as suas vantagens. Os exames médicos periódicos foram aconselhados, bem como exercícios adequados, brinquedos e formas de se evitar acidentes caseiros.

O Ministério do Trabalho manteve restaurante popular experimental no Rio de Janeiro, visando a

"suprir as deficiências alimentares dos operários dessa cidade a partir de uma orientação racional".

Também Exército e Marinha se propunham a oferecer refeições balanceadas aos soldados, com o objetivo de

*"aproveitar as potencialidades de cada biotipo do soldado e do marujo, a fim de extrair o máximo de rendimento que cada um era capaz de produzir"*¹⁰⁴.

Na documentação gerada nos parques infantis ou com eles relacionada, há uma perspectiva de apontar a população pobre como ignorante, donde suas deficiências alimentares. As pesquisas sobre padrão de vida de famílias proletárias nos anos 30 indicam o alto percentual dos rendimentos familiares destinados à alimentação, o que deslocou a discussão para um plano diferente daqueles mais salientados nas falas sobre irracionalidade dos hábitos populares¹⁰⁵. Como ocorria um

¹⁰³ **Boletim do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo.** Edição Citada.

¹⁰⁴ DE PAULA, David Ferreira - **A Infância e o Poder - A Recreação no Parque Infantil e sua Implicação Social.** Edição Citada. p 195..

¹⁰⁵ SILVA, Zélia Lopes da - **A Domesticação dos Trabalhadores nos Anos '30.** Edição Citada.

A Autora comenta especialmente o texto:

DAVIS, H. B. - "Padrão de Vida dos Operários em São Paulo. **Revista do Arquivo Municipal.** São Paulo, Departamento de Cultura, II (XIII), 1934.

O Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo e a **Revista do Arquivo Municipal**, a ele ligada, desenvolveram atividades similares, que abrangeram dimensões da infância.

Ver também:

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo - **A Vida Fora das Fábricas.** Edição Citada.

alto investimento em alimentação por parte das famílias e elas continuavam mal-alimentadas, fica demonstrado o quanto os seus rendimentos eram baixos.

A partir de 1937, criou-se a função de Educador Sanitário da Prefeitura Municipal de São Paulo, com atuação nos parques infantis, cujos atributos funcionais incluíam pesquisas e inquéritos sociais, o trabalho na educação das crianças, interferindo nos campos de lazer e higiene e procurando desenvolver estratégias de educação do corpo "*forte e sadio*", apto para o mundo do trabalho. Desde 1925, o Curso de Educação Sanitária era ministrado para professoras primárias, as quais passariam a atuar como agentes de Educação Sanitária junto às classes populares. O curso durava aproximadamente 18 meses e as formadas passavam a divulgar Educação Higiênica em escolas primárias, moradias e fábricas, lançando mão de recursos técnicos como fotografia, cinema e exposições¹⁰⁶.



O que são os Parques e Recantos Infantis – Prefeitura Municipal de São Paulo/SP – Secretaria de Educação e Cultura, 1949.

Em 1939, o Instituto de Higiene da USP organizou o Centro de Estudos sobre Alimentação, cujas atribuições eram

"promover e estimular investigações científicas sobre nutrição 'normal' e 'patológica', proceder inquéritos sobre alimentação popular, ensinar a 'ciência alimentar' às várias categorias de profissionais interessados, reunir dados sobre estudos alimentares e relativos a produção, consumo e distribuição dos gêneros alimentícios e definir os meios mais adequados ao 'combate da má nutrição e à nutrição defeituosa' "107.

Inquéritos e estudos foram feitos na cidade de São Paulo, pela Escola de Sociologia e Política e pelo Instituto de Higiene, referindo-se ao padrão de vida

RIBEIRO, Maria Alice – *História Sem Fim...* Edição Citada.

¹⁰⁶ MACIEL, Laura Antunes – *Memórias da Saúde Pública*. Edição Citada.

operário. Daí, a investigação sobre vestuário, alimentação, habitação. Discutia-se que os salários eram baixos e não acompanhavam a elevação dos preços de moradia, vestuário, alimentação. Propunha-se, então, uma série de medidas racionalizadoras, tendo em vista a superação desses problemas, donde a criação de

*"restaurantes coletivos, cozinhas populares, cooperativas alimentares por empresa fabril, etc."*¹⁰⁸

Oscar Egídio de Araújo, nesse artigo, argumentava que, através de atitudes educativas, seriam corrigidas as deficiências alimentares vividas pela classe trabalhadora. Assim, os parques infantis podiam ser vistos como lugares onde se implementavam propostas educativas no sentido de corrigir "desvios" vividos pelos trabalhadores.

A adulteração de alimentos de consumo popular - leite, banha de porco, farinha de trigo, bebidas - foi identificada em São Paulo em período anterior¹⁰⁹, devendo-se levar em conta a possibilidade de tal problema ter continuado.

Esse debate levantou questões significativas para a compreensão do universo da pobreza, trazendo elementos que demonstram outras situações vividas pelos trabalhadores. Assim, as imagens de infância nos argumentos da Prefeitura Municipal de São Paulo sobre os grupos populares na criação dos parques infantis receberam outras luzes a partir daquelas análises, permitindo compreender aspectos do tema para além de ignorância e carência.

Nicanor Miranda caracterizou a existência desses parques como atendendo às necessidades infantis de ar livre, sol e jogos, em discurso paralelo ao universo argumentativo da Cruzada Pró-Infância. Ele evocou Claparède no tema "*brincar de trabalhar*", concluindo que a educação infantil correspondia ao desejo de formar aquele que "*nunca encontrará sofrimento no trabalho e sim alegria e prazer*".¹¹⁰ Isso significava correlacionar o universo de assistir, ensinar e recrear com a formação de uma sociedade do trabalho, ultrapassando as fronteiras nacionais e tendo em educadores e outros pensadores de vários países suas principais bases teóricas¹¹¹.

Miranda também associou os parques a uma clientela pobre, definindo como uma de suas funções a assistência médica, alimentar e sanitária, ou seja, controlar e tratar de moléstias e distribuir leite e outros alimentos contra a desnutrição, além de,

¹⁰⁷MACIEL, Laura Antunes – **Memórias da Saúde Pública**. Edição Citada, p 67

¹⁰⁸ ARAÚJO, Oscar Egídio de – "A Alimentação da Casse Obreira de São Paulo". **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, Departamento de Cultura, t9: 91/116, 1940; *apud*: . **A Vida Fora das Fábricas** Edição Citada.

¹⁰⁹RIBEIRO, Maria Alice Rosa - **História sem Fim...** Edição Citada, p 119.

¹¹⁰ MIRANDA, Nicanor - **O Valor Social dos Parques Infantis**. Edição Citada.

¹¹¹ Além de Claparède, são citados por Miranda Froebel, Pestalozzi, Dewey e outros educadores. MIRANDA, Nicanor - **O Valor Social dos Parques Infantis**. Edição Citada.

paralelamente, vender a baixo preço ou fornecer gratuitamente o uniforme das crianças registradas. Essa atitude governamental estava em consonância com imagens da infância divulgadas em propaganda e artigos de revistas e na própria concepção da sociedade do trabalho, onde o trabalhador era tratado como destituído de uma cultura e de um corpo saudável, atributos que precisava conquistar a fim de estar preparado para o desempenho de suas funções sociais¹¹².

A vida precária das habitações coletivas, o baixo padrão de vida operária, o trabalho feminino fora de casa foram lembrados como fatores que empurravam as crianças para a vida nas ruas, porque propícios a uma ausência de vida saudável, sendo o alcoolismo e a sífilis destacados como elementos viciosos indesejáveis, além da ocorrência de promiscuidade, inexistindo escolas primárias que pudessem lapidar a natureza infantil¹¹³. Faltariam *"alimentação racional, higiene bem orientada"*. Os parques infantis seriam, então, a solução para esses problemas ao proporcionar orientação física e moral adequadas. Eles educariam através de recreação orientada, oferecendo

"ginástica, bailados, palestras, jornaizinhos, biblioteca, teatrinho, festas tradicionais que são meios educativos de alta significação e perfeitamente acessíveis à nossas crianças".¹¹⁴

Tais parques, nesse tratamento da questão, deveriam oferecer ainda assistência médica, alimentar, dentária, higiênica. A argumentação de articulistas da **Revista do Arquivo Municipal**, portanto, repetiu os tópicos dos programas municipais na área. A distribuição gratuita do leite e a merenda foram consideradas elementos fundamentais na instituição, trazendo conforto aos pequenos. O que se observa, portanto, é a perfeita consonância com outras vozes que tematizaram o assunto (Divisão de Parques e Recreio, Cruzada Pró-Infância, **Vida Doméstica**), apesar de suas diferenças institucionais, evidenciando a consolidação dessas imagens de infância em setores de elite da opinião pública.

¹¹²Sobre a sociedade do trabalho e seus conflitos com as culturas que não faziam parte de horizontes burgueses. ver:

BRESCIANI, Maria Stella - "Lógica e Dissonância. Sociedade de Trabalho: Lei, Ciência, Disciplina e Resistência Operária". **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 6 (11): 7/44, set 1985/fev 1986.

¹¹³ Bertucci destacou na Imprensa operária a condenação do alcoolismo como prática entre trabalhadores que os desviava da ação transformadora e revolucionária. Ao mesmo tempo, tal Imprensa criticou o Capitalismo, que dava força para empresas produtoras de bebidas alcoólicas, como Antártica e Bavária, e combateu a falsificação dessas bebidas.

O tema sofreu, portanto, modificações na perspectiva da Imprensa operária, diferenciando-se da moralidade burguesa, numa tradição crítica que remonta, ao menos, a Engels.

BERTUCCI, Liane Maria - **Saúde: Arma Revolucionária**. Campinas, CMU/UNICAMP, 1997.

ENGELS, Friedrich - **A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra**. Tradução de de Anália C. Torres. Porto, Afrontamento, 1975 (O Saco de Lacraus - 4).

Caracterizando os parques como sistema de educação popular, Miranda salientou a necessidade de manter relações com os pais das crianças e mesmo de *"investigar as condições higiênicas do meio social de onde provieram"*. Dessa forma, o Autor correlacionava explicitamente o espaço público com o universo privado da camada social atingida por esse programa, justificando a interferência do primeiro no segundo. A política dos parques infantis, nessa direção, participava do projeto geral, desenvolvido pelo Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, de tornar visíveis os espaços privados, submetendo-os às novas normas de convívio. A infância, nesse sentido, tornava-se estratégica para se pensar o conjunto da sociedade, preparando o futuro e dando acesso a dimensões sociais do presente, como família e lar.

No caso dos clubes de crianças, Miranda enfatizou o seu papel de socialização articulada a valores democráticos, evocando o filósofo norte-americano Dewey. Ele atribuiu aos parques infantis a tarefa de formação do homem brasileiro, *"trabalho que tem que ser iniciado pela criança"*, preparando *"o homem para a vida social e a sociedade para o progresso"*.¹¹⁵ Dessa forma, o Autor procurava demonstrar que a formação da infância também significava a formação do conjunto social, numa espécie de Pedagogia de toda a sociedade.

Na perspectiva das políticas para os parques infantis, cuidar da criança era preparar o futuro dos cidadãos, concebendo a grandiosidade da Nação pela Educação que se conferia ao Povo, sendo este definido pela destituição de bens culturais e materiais. Os parques infantis se relacionavam com o projeto para o conjunto da sociedade, vendo na criança exposta aos perigos da doença um mal a ser combatido. Assim, eles funcionariam também como uma espécie de *"postos de saúde"* no atendimento às crianças. Com esse objetivo, salientava-se a importância da Assistência Médico-Pedagógica, do Ambulatório Central, do Consultório de Pediatria e Higiene Mental. Nesse sentido, havia uma proposta de acompanhamento das crianças,

*"anotando e procurando corrigir os desvios que se apresentam"*¹¹⁶.

Em tais propostas, foram enfatizados aspectos como higiene, saúde, exercícios físicos, recreação, jardinagem, horticultura e atividades artísticas que

¹¹⁴ *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, Departamento de Cultura, jun/jul 1941, p 303.

¹¹⁵ MIRANDA, Nicanor - *O Valor Social dos Parques Infantis*. Edição Citada.

¹¹⁶ V. Ato 1146, de 4.1.1936, que regulamentou assistência médica e dentária nos parques infantis: *Legislação de Parques Infantis*, Edição Citada.
V. também:

incluíam música e dança. Certamente, eram campos e atividades sedutores e que correspondiam, em larga escala, a demandas da população pobre, que encontrava nos parques infantis o atendimento de alguns de seus interesses. Daí a freqüência aos parques ser considerada positiva, indicando-se, inclusive, a impossibilidade de atender a toda a demanda por registros de crianças devido "à falta de material" ou, mais especificamente, à "falta de uniformes"¹¹⁷.



O que são os Parques e Recantos Infantis – Prefeitura Municipal de São Paulo/SP
– Secretaria de Educação e Cultura, 1949.

O registro dessa falta de uniformes e outros materiais remete para os problemas enfrentados pelos parques infantis. De acordo com os Relatórios Anuais da Divisão de Educação e Recreio, os parques experimentavam dificuldades na assistência alimentar devido a problemas com o fornecimento de produtos em tempo de guerra e a escassez de instrutores para Clubes de Menores Operários,

"sistema de distribuição de água insuficiente, rede de esgoto que não satisfaz às exigências modernas, iluminação deficiente, aparelhos sanitários em número diminuto, prédios com paredes rachadas, goteiras, etc.",¹¹⁸

escassez de pessoal na área de Educação Higiênica e falta de médicos, levando as crianças a dependerem da boa vontade dos clínicos daquela unidade administrativa da Prefeitura Municipal de São Paulo¹¹⁹. Esses relatórios ofereceram outra visão dos parques, sob o ângulo dos problemas em seu dia-a-dia, convidando a refletir sobre a existência de propostas ambiciosas e de um cotidiano marcado por limitações.

Houve toda uma estratégia de divulgação dos parques no sentido de convencer acerca dos benefícios por eles proporcionados, indicando instrumentos utilizados como adequados ao desenvolvimento das crianças. Assim, discriminava-se, para as crianças menores, recursos como

O que são os Parques e Recantos Infantis de São Paulo. São Paulo, Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, 1949.

¹¹⁷ DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E RECREIO - **Relatório Anual de 1943.** Edição Citada, p 11.

IDEM - **Relatório Anual de 1945.** Edição Citada, p 5.

¹¹⁸ IDEM - **Relatório Anual de 1943.** Edição Citada, p 8.

"o tanque de areia, o de vadiar, a bola, o material de manipulação, a corda, as ferramentas para o brinquedo na areia que oferecem satisfação e permitem o desenvolvimento dos músculos, a coordenação motora, a criatividade, a descarga de agressividade, a socialização e a cognição".¹²⁰

Essa estratégia argumentativa pressupunha a necessidade na criança daqueles benefícios, como se os pequenos não desenvolvessem criatividade e sociabilidade sem o controle de uma instituição educativa. A recreação ofereceria tais oportunidades às crianças, enquanto forma adequada de fazer com que cada uma

"se expandisse livremente, satisfazendo seus impulsos físicos, mentais e emocionais, de forma a favorecer o equilíbrio da personalidade".¹²¹

Todos esses argumentos tinham como base de reflexão estudos sobre a infância feitos por Autores que marcaram forte presença nos debates sobre Educação, como Froebel, Pestalozzi, Irmãs Agazz, Maria Montessori e Decroly, evidenciando a preocupação de apresentar um embasamento erudito e moderno no campo educacional e psicológico.

Construíram-se também em período subsequente (anos 40) os Recreios Infantis, em áreas bem menores que as dos Parques, atendendo apenas a crianças na faixa etária de 3 a 7 anos. Recantos Infantis representavam nesse último momento outros espaços definidos em praças públicas, com a finalidade de oferecerem áreas livres às crianças de apartamentos. Parques, Recreios e Recantos tinham os mesmos objetivos metodológicos gerais em termos de oferecer à infância espaços de recreação orientada. A expansão da rede de parques infantis e o surgimento de recantos e recreios infantis se deram após 1945 e funcionaram como instrumento de mobilização eleitoral¹²².

Verificou-se em 1938 que mais de duas mil e trezentas crianças foram matriculadas, em aulas diárias, representando aumento significativo em relação aos

¹¹⁹IDEM - **Relatório Anual de 1945**, Cópia Citada, pp 1/2, 21 e 24.

¹²⁰DOT - **A Experiência da Prefeitura Municipal de São Paulo em Educação Pré-Escolar**. São Paulo, DOT, datiloscrito, sem data.

¹²¹ Idem, Idem.

¹²²OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de - "Dos Parques Infantis às Escolas Municipais de Educação Infantil: um Caminho de Cinquenta Anos". Edição Citada.

Essa edição da revista **Escola Municipal** foi dedicada ao tema "50 Anos de Pré-Escola Municipal", enfatizando o caráter assistencialista dos primeiros parques infantis, em contraposição ao que foi defendido como projeto de então (anos 80), voltado para "definir a dimensão pedagógica da pré-escola pública" ("Editorial", p 3).

Essa oposição pode obscurecer a dimensão pedagógica dos projetos pré-escolares anteriores aos anos 80, descambando para Presentismo e propaganda governamental.

anos anteriores¹²³. Assinalava-se a necessidade de exame médico para todas as crianças do parque, o que antes não era tão regular, devido ao fato de que algumas eram freqüentadoras ocasionais. A necessidade de um controle médico sistemático era um argumento sobre uma eficácia no que diz respeito ao ambiente "*ideal de higiene e sociedade que deve prevalecer no parque*". Havia ainda uma freqüência esporádica aos parques de algumas crianças residentes fora da zona demográfica. Nesses casos, elas eram submetidas a rápidos exames e autorizadas a permanecerem o dia todo nesses espaços.

Em relação aos freqüentadores habituais, ocorria um controle da saúde através de exames médicos periódicos. Esses exames eram registrados em fichas que continham identificação, elementos biológicos individuais e de sanidade, evidenciando a importância do fator saúde para a instituição. O crescente controle sobre o ingresso de crianças nos parques infantis era justificado como visando a impedir a propagação de doenças contagiosas¹²⁴.

Foram registradas doenças que atingiam as crianças, como problemas cardíacos, ortopédicos e respiratórios, dentre outros, realizando-se atividades físicas para combatê-los.

As visitas domiciliares eram uma prática destinada a alcançar as famílias das crianças porque as consideravam carentes e sem esclarecimento, donde se observar que o caráter assistencialista da política representada pelos parques infantis incluía também a população adulta em nome do bem-estar de seus filhos. Daí a realização de reuniões periódicas com as mães para discutirem a saúde das crianças.

A invasão da privacidade pessoal e familiar chegou ao ponto de atingir a higiene corporal das crianças, o que se observava especialmente no que se referia ao banho diário. Afirmava-se que ele era necessário no cotidiano do parque para enfrentar a falta de instalações apropriadas nas residências da clientela - ausência de chuveiro, por exemplo¹²⁵.

¹²³DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E RECREIO - **Relatório Anual de 1938**. São Paulo, Divisão de Educação e Recreio, 1938.

Apesar de indicar suas atividades, o **Relatório Anual de 1938** registrou deficiências com relação ao número de médicos existente e escassez de funcionários, o que prejudicaria o alcance de seus projetos.

¹²⁴O tema foi também indicado por Miranda, para quem, na ausência de assistência médica, havia sempre o risco de difundir doenças contagiosas nos parques.

MIRANDA, Nicanor - **Origem e Propagação dos Parques Infantis**. Edição Citada, p 20.

¹²⁵Em dois textos, a miséria dos grupos populares paulistanos foi identificada a modalidades de moradia coletiva, como cortiços, onde as condições higiênicas eram muito precárias:

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de - "Dos Parques Infantis às Escolas Municipais de Educação Infantil: Um Caminho de Cinquenta Anos", Edição Citada.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida - "Recuperando a História da Educação Infantil em São Paulo". **Escola Municipal**. Edição citada, 6/10.

Essa atuação da Prefeitura Municipal de São Paulo em Parques Infantis e Centros de Educação Social e Familiar foi elogiada em *Vida Doméstica*, onde se afirmava que nesses locais a criança recebia

*"assistência completa, cientificamente orientada e educação integral, sendo atendidas nas suas condições físicas, psíquicas e moralmente"*¹²⁶,

destacando a boa aplicação do dinheiro público nessa dimensão. A presença dos Parques Infantis foi interpretada como crescentemente importante, uma vez que se observava tendência constante dos pais trabalharem fora de casa. A revista afirmou assumir uma perspectiva existente no social, que valorizava essas experiências.

Nesse contexto de ações dirigidas à criança, o DNCr dedicou-se a organizar o funcionamento de creches em todo o território nacional, fiscalizando as existentes quanto a adequação de suas instalações, publicando materiais a respeito dos serviços e objetivos das mesmas, discutindo seus caracteres sanitários e educativos, visando ao crescimento da criança e ao atendimento de suas necessidades, abrangendo ainda o treinamento de pessoal¹²⁷. O órgão também desenvolveu inquéritos sobre sua área de atuação, passando a contar, a partir de 1948, com a Divisão de Organização e Cooperação (DOC), Divisão de Proteção Social (DPS), Instituto Fernandes Figueira (IFF), setor de Cursos, Serviço de Educação e Divulgação, Serviço de Estatística e Serviço de Administração, além de Delegacias Federais da Criança em Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte, desaparecidas em 1970, quando o DNCr foi substituído por uma Coordenação de Proteção Materno-Infantil. Ele se relacionou com Clubes das Mães, criados em 1952 no contexto de atuação conjunta com o FISI (Fundo Internacional de Socorro à Infância), fundado em 1946 pela ONU e que, a partir de 1953, passou a chamar-se Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)¹²⁸.

Uma das preocupações do DNCr era evitar que as creches, destinadas aos filhos de mulheres que trabalhavam fora (mães solteiras, mulheres abandonadas, viúvas, casadas pobres) se tornassem novos focos de doenças. Nesses termos, a Educação, até os 6 anos de idade, era vista como tarefa de médicos e higienistas, em consonância com a defesa da escola pública e obrigatória¹²⁹.

Uma importante dimensão da creche, portanto, era educar mães e crianças de acordo com os princípios de Puericultura, embora muitos puericultores

¹²⁶*Vida Doméstica*, março de 1953.

¹²⁷KUHLMANN JR., Moysés – *Infância e Educação Infantil*. Edição Citada.

¹²⁸VIEIRA, Livia Maria Fraga - "Mal Necessário: Creches no Departamento Nacional da Criança (1940/1970)". Edição Citada.

discordassem de sua estruturação por acarretar raquitismo, problemas digestivos e até dificultar o aleitamento materno. Outros desses profissionais, todavia, apoiavam-na, desde que submetida à controle médico e higiênico, contando com um corpo de especialistas que abrangesse médicos puericultores, enfermeiras, auxiliares de enfermagem e assistente social, além de dispor de instalações adequadas, que incluíssem lactário, áreas cobertas e descobertas, etc. O Estado pressupunha que a manutenção dependeria da colaboração financeira de empresas e outras instituições particulares¹³⁰.

As questões referentes à infância e à família no Brasil relacionavam-se com outros projetos internacionais visando o assistencialismo e que, às vezes inspirados em países fascistas – mas não só -, encontravam eco no Brasil. Viagens eram realizadas a esses países por sujeitos envolvidos com os problemas da infância e que, ao retornarem, aqui divulgavam suas intenções (como Olinto de Oliveira, diretor do DNCR, e Gustavo Lessa), evidenciando uma convergência de interesses entre setores da elite administrativa do Brasil e daqueles países.

A princípio, eram privadas as iniciativas internacionais em relação à maternidade e à infância. Ocorre um investimento maior do Estado a partir da Segunda Guerra Mundial, tendo em vista o maior número de mulheres no mercado de trabalho e de crianças órfãs em diferentes países¹³¹. A Puericultura era a base dos conhecimentos científicos sobre maternidade e infância. As creches eram oferecidas por empresas e instituições particulares e cabia ao Estado auxílio técnico e financeiro.

Outro organismo, onde atuavam intelectuais conservadores brasileiros, era a Liga Brasileira de Higiene Mental, LBHM, fundada no Rio de Janeiro, no ano de 1923, que defendia os princípios da Eugenia e congregava psiquiatras, visando à formação do homem saudável - "*branco, racista, xenófobo, puritano, chauvinista e antiliberal*"¹³².

A Comissão Nacional de Proteção à Família, criada em 1939 e atuante até julho de 1941, associou-se a debates sobre o tema, influenciando na organização e no projeto geral do DNCR.

¹²⁹Idem, Idem.

¹³⁰Idem, Idem.

As discussões de Vieira sobre o DNCR localizam historicamente instituições voltadas para a infância, ao mesmo tempo que trabalham a creche como organismo fundamental de atendimento à criança nesse período. Enfatizam ainda o papel normatizador e disciplinador da instituição sobre as mulheres pobres, contribuindo significativamente para a pesquisa sobre o universo da infância no período que abordam.

¹³¹IDEM – "Mal Necessário", Edição Citada.

¹³²IDEM - Obra Citada, Edição Citada.

A Autora se baseou em:

COSTA, Jurandir Freire - **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

O DNCR foi criado não só com o intuito de proteger a mulher e a criança, mas também de normatizar e domesticar a família de acordo com o modelo "nuclear e patriarcal", dirigindo-se a situações e agentes que não expressavam a simples continuidade daquele modelo, como mães solteiras, viúvas ou abandonadas e crianças sem genitores¹³³.

O incremento à creche, apesar de sua constituição ter sido objeto de controvérsias, esteve vinculado à necessidade de corrigir situações sociais consideradas difíceis, como delinquência juvenil, abandono de crianças e jovens, desintegração da família, etc.. Sua implementação expressou também um posicionamento contra as "criadeiras", profissionais que cuidavam dos filhos de trabalhadoras pobres¹³⁴. Tais criadeiras eram vizinhas, às vezes idosas, que tomavam conta de crianças mediante um pagamento. Justificava-se a rejeição a esse trabalho pela probabilidade dessas mulheres serem possíveis portadoras e transmissoras de doenças, por terem hábitos condenáveis e porque moravam em favelas ou cortiços, ignoravam os procedimentos adequados para a criação dos pequenos e pensavam apenas nos ganhos que podiam obter desse trabalho. Daí., sua clientela se caracterizar como um grupo de crianças raquíticas e apáticas, doentias, apegadas ao uso de chás e rezas que não conseguiam resolver problemas como a diarreia, donde as criadeiras serem responsabilizadas pelo alto nível da mortalidade infantil, numa espécie de demonização daquelas mulheres, como se fossem bruxas da nova sociedade urbana e industrial.

Esses procedimentos interferiam numa sociabilidade construída pelas camadas populares, que buscava várias estratégias de sobrevivência. Ao mesmo tempo, tais discursos normatizadores tentavam anular solidariedades construídas, sem questionar a prática médica efetivamente existente naquele momento (distante, cara, pouco acessível para os pobres), sempre valorizada como saída para os problemas. Nessa perspectiva, era o saber médico que devia estar presente em todas as horas da vida da mãe e da criança, curando e prevenindo, interferindo em hábitos e costumes, desqualificando procedimentos e se legitimando como autoridade que sabia, higienizando, civilizando, comportando-se como polícia dos bons costumes. Afirmar isso não significa, evidentemente, dispensar nem desvalorizar cuidados médicos, mas demonstrar a relação de superioridade e soberba que se pretendia em relação às pessoas pobres. Autoridades governamentais e setores de elite na sociedade civil

¹³³VIEIRA, Livia Maria Fraga - Obra Citada, Edição Citada.

¹³⁴ Sobre essa discussão, ver:

ANDRADE FILHO, Odilon de, BARROS FILHO, Sebastião e HIRTH, Maria Bernadete Pereira - **Creches - Organização e Funcionamento**. Rio de Janeiro, DNCR, 1956 (Coleção DNCR).

consideravam esse campo de experiência humana como problema a ser resolvido, rejeitando práticas alheias aos termos da cientificidade, disciplina e ordem.

Os projetos e debates sobre creches participaram da elaboração de imagens sobre a infância, reforçando questões mais amplas presentes nas discussões sobre o tema naquele momento, como mortalidade infantil, pobreza, mães trabalhadoras, intervenção do Estado. No último sentido, é importante lembrar o contexto de críticas ao Estado liberal nos anos 30 e 40, paralelas ao fortalecimento de argumentações de cunho corporativista, surgindo uma outra imagem de Estado que sustentava incorporar novos sujeitos à cena política e social. Daí, o puro assistencialismo filantrópico ser rejeitado em nome de um Serviço Social com pretensões modernas e a Educação se constituir em campo de peso para a formação do futuro trabalhador¹³⁵.

O DNCR, estimulando o funcionamento das creches, combatia as críticas à adaptação de prédios para sua atuação, afirmando que eles deveriam receber a visita dos puericultores diariamente, para prevenir o risco de contágios. Contra a acusação de que as creches afastavam a criança das mães na fase de amamentar, a instituição responsabilizava o trabalho fora do lar como verdadeiro motivo do abandono das crianças, afirmando ainda que as mães desejosas de amamentar teriam essa possibilidade através das creches. Por outro lado, os riscos da amamentação artificial estariam afastados graças

*"aos progressos da dietética, da qualidade dos leites industrializados, dos conhecimentos sobre os mecanismos dos distúrbios digestivos".*¹³⁶

Além desses argumentos, assinalava-se como benefício das creches para as crianças o seu caráter de opção à precariedade das habitações populares, tornando-se substitutas do lar carente porque nelas se encontravam aconchego, carinho, possibilidades de brincar e de adquirir conhecimentos.

Assim como o DNCR, a LBA também propunha oferecer recursos para a construção e instalação de creches, recebendo contribuições de *"pessoas mais afortunadas"* e mensalidades de sócios das instituições. O constante apelo à generosidade dos adultos para com as crianças visava à manutenção das creches através de uma série de eventos (festas, quermesses, rifas, chás de caridade, etc.), que contribuiriam para aquela finalidade.

O DNCR, no seu papel de vigilância e controle sobre essas instituições, realizou inquérito sobre as creches, entre os anos de 1942 e 1946, avaliando as condições de sua atuação no que dizia respeito a múltiplos aspectos de

¹³⁵FONSECA, Cristina M. Oliveira - *Modelando a Cera Virgem*. Edição Citada, p 11.

funcionamento e instalação. Em 29 creches analisadas em todo o país, o que se observou foi o predomínio da assistência particular, fato avaliado positivamente, porque julgava-se que o Estado não poderia assumir todas as responsabilidades por seu funcionamento. Embora o Estado desempenhasse o papel de vigilância, ele estimulava a iniciativa privada a endossar o compromisso de manutenção das creches, o inquérito ainda observando que havia um excesso de responsabilidades para o governo, uma vez que as fábricas não cumpriam a legislação trabalhista referente àquele organismo. Por outro lado, considerava-se que os pais pagavam muito pouco pelo atendimento aos seus filhos¹³⁷.

As crianças assistidas pelas creches situavam-se na faixa de 0 a 12 anos e o inquérito apontava problemas nessa mistura, sugerindo o atendimento para o grupo de 0 a 2 anos. Destacando a importância do médico no que se referia à formação da infância, as creches eram dirigidas por profissionais dessa área, contando ainda com a presença de enfermeira formada, religiosos de ambos os sexos e professoras. Além do médico, era necessária a presença de uma orientadora proveniente da área educativa, portanto devidamente preparada para exercer essa função. Junto com os cuidados observados em relação à criança (banho diário, colocá-la para fazer suas necessidades fisiológicas, disciplinarizando o corpo), orientavam-se mães nos cuidados com os rebentos¹³⁸.

A rede de creches em diferentes cidades brasileiras aumentou nos anos 80, ao mesmo tempo em que diminuía o número de internatos. Muitas instituições do tipo internato, que tiveram atuação durante os anos 40 e 50, ainda continuavam a existir no Rio de Janeiro em fins do século XX, mas houve uma diminuição de seu número. O atendimento oferecido às crianças passou a valorizar a ação comunitária, questionando vieses filantrópicos e caritativos, contrapondo-se ao atendimento em internatos, marcado pelo rompimento dos laços da criança com a família e a comunidade. Dentre as instituições de assistência social, 40% mantinham programas de creches, começando essa atuação na década de 70 e mais sistematicamente, a partir dos anos 80.

Foi nesse período que ocorreram as críticas mais intensas à internação, ao mesmo tempo em que se recorria a projetos alternativos. Em todas as instituições,

¹³⁶VIEIRA, Livia Maria Fraga – "Mal Necessário", Edição Citada.

¹³⁷Sobre creches no período de 1899 a 1922, ver:

KUHLMANN JR., Moysés – **Infância e Educação Infantil – Uma Abordagem Histórica**. Edição Citada.

¹³⁸Hahner assinalou no final dos anos 10 a existência de creches em moinhos, com a intenção de "utilizar o trabalho feminino menos remunerado de maneira mais eficiente", associando, portanto, creches a rebaixamento de salários e expansão da jornada de trabalho.

HAHNER, June E. - **Pobreza e Política - Os Pobres Urbanos no Brasil - 1870/1920**, Edição Citada.

ainda nos anos 80, a questão da saúde era considerada fundamental, tendo em vista que as crianças atendidas pertenciam a famílias pobres, vivendo em precárias condições de moradia, fome, desnutrição¹³⁹. Portanto, argumentos de décadas atrás, apoiados em problemas de existência, permaneceram em pauta. Pode-se concluir que as condições precárias de vida se reproduziram, demonstrando que argumentos governamentais da solução dos problemas da população pobre foram pouco eficazes. Mudaram perspectivas de se pensar as próprias instituições e suas atuações.

Os próprios pioneiros da Escola Nova posicionavam-se pela necessidade de assistir à criança física e psicologicamente, garantindo creches, escolas maternas e jardins da infância, que seriam um suporte para a saúde dos escolares através da preservação de diversas atividades, oferecendo espaços físicos adequados para estas práticas como por exemplo piscinas, estádios, etc., lugares de convívio e solidariedade¹⁴⁰.

Anísio Teixeira, na Conferência Nacional de Proteção à Infância, realizada no Rio de Janeiro de 1933, afirmou:

*"O problema da criança pré-escolar é visto apenas sob o ângulo da saúde física, transformando-se em problema pediátrico e não pedagógico, que aspectos importantes para a educação da criança pré-escolar como crescimento, desenvolvimento e formação de hábitos permanecem estritamente ligados à saúde física, e não se cuida de facetas pedagógicas como habilidades mentais, socialização e importância dos brinquedos"*¹⁴¹.

Este trecho de Teixeira convida a refletir sobre espaços de disputas e tensões entre diversos sujeitos que pensavam a infância no momento. Pelo depoimento de Anísio Teixeira, o saber médico teria assumido um peso privilegiado nessas discussões, em detrimento de pedagogos. Nos periódicos aqui analisados, o médico freqüentemente desempenhava papel de destaque em tais questões, reservando-se a ele grande parte dos artigos publicados, os quais discutiam quase tudo. Abordar o tema do preparo físico, por exemplo, passava por opinar sobre brinquedos e outros aspectos da formação infantil. Esses argumentos sobre Infância demonstram que

¹³⁹RIZZINI, Irene e WICK, Flavio Braune - **O que o Rio tem feito por suas crianças?** Rio de Janeiro, A 4 mãos /Fundação Ford/IBASE, 1990.

¹⁴⁰FARIA, Ana Lúcia Goulart - **Direito à Infância**, Edição Citada.

V. também referências à participação dos escolanovistas nos debates sobre o tema no artigo: KISHIMOTO, Tizuko Morchida - "Recuperando a História da Educação Infantil em São Paulo", Edição Citada.

¹⁴¹ TELXEIRA, Anísio - **Conferência Nacional de Proteção à Infância**. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde Pública, vol. I, p 146.

várias vozes se cruzavam (diferentes profissionais, representantes da Igreja Católica, poderes de Estado, etc.) e, de certa forma, disputavam espaços.

Nessa Conferência Nacional de Proteção à Infância, assinalou-se que um problema comum entre as crianças pobres, na ausência da escola, era a rua. Daí, a necessidade de garantia à escolaridade. Assim, o Dr. A. Almeida Junior se expressou:

"Por isso, só com manter a criança diariamente, durante algumas horas, sob sua vigilância, a escola lhe presta uma assistência moral eficiente, diminuindo-lhes as horas de rua. Pena é que por circunstâncias irremovíveis, no momento, não possa a escola prolongar o seu dia letivo, reduzido à ridícula insignificância de três horas.

*Impõe-se atenuar, ao menos esta lacuna sobretudo pela criação de campos de jogos, em que as crianças venham passar o tempo que a escola lhes deixa livre, e onde desfrutem em ambiente de higiene e moralidade o sagrado "direito de brincar".*¹⁴²

É estratégico nessa fala de Almeida Jr. que a ênfase na eficácia do controle da situação escolar tenha maior peso do que a condenação moral dos males da rua. Nesse sentido, a presença médica no universo educacional relaciona a questão da saúde com a dimensão ideológica de legitimar dispositivos de controle permanente, identificando a escola com a disciplina como vigilância no mundo contemporâneo.

Um exemplo de entidade da sociedade civil anterior ao DNCr e voltada para o atendimento de crianças em São Paulo é oferecido pela Cruzada Pró-Infância, fundada em 12 de agosto de 1930 por um grupo de moradores e lideranças da cidade¹⁴³. A instituição funciona desde então sem fins lucrativos, declarando em 1993 colocar-se ao lado dos Direitos da Mulher e da Criança, promulgados pela ONU, no ano de 1950, e do Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990¹⁴⁴. Entre os objetivos da Cruzada destaca-se o de

¹⁴²São Paulo na Conferência Nacional de Proteção à Infância. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1934, p 530.

¹⁴³Infância. São Paulo, Cruzada Pró-Infância, 1993.

¹⁴⁴Idem, Idem., p 1

Para entender antecedentes do contexto em que essa instituição foi criada, consultar:

ANTONACCI, Maria Antonieta - *Vitória da Razão?* São Paulo, Marco Zero/CNPq, 1993 (Onde Está a República?).

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo - *A Vida Fora das Fábricas*, Edição Citada.

LENHARO, Alcir - *Sacralização da Política*, Edição Citada.

SILVA, Zélia Lopes da - *A Domesticação dos Trabalhadores nos Anos '30*, Edição Citada.

"defender de todos os meios de que dispõe, os direitos da gestante, da mãe e da criança"¹⁴⁵,

visando a combater a mortalidade infantil, questão que serviu reiteradamente como referência nos cuidados com esses sujeitos. A finalidade anunciada da entidade era criar

"recursos para assistência e proteção devido à mãe e à criança"¹⁴⁶.

Maria Antonieta de Castro, que, junto com Pérola Byington, esteve à frente da Cruzada Pró-Infância, era educadora sanitária, circunstância significativa, levando-se em conta a posterior presença desse tipo de profissional nos parques infantis municipais.

É impossível discutir imagens de infância sem se pensar também na mãe e na família, uma vez que a criança foi trabalhada em diferentes propostas tendo a mãe como referencial importante de sua existência.

Em 1930, a Cruzada Pró-Infância realizou a primeira Campanha Pública Brasileira sobre a Importância do Leite Materno. Esse período faz parte de um processo de crescimento da indústria especificamente em São Paulo, empurrando as mulheres cada vez mais para o mercado de trabalho. O que explica as campanhas que visavam ao aleitamento materno como o mais adequado para preservar a saúde da criança, indicando uma tensão entre as necessidades do mercado de trabalho e a manutenção de uma imagem pública da mulher dedicada ao lar e aos cuidados com a criança.

Indiretamente, essas campanhas sugeriam que o Estado moderno, ligado à indústria, não era co-responsável pelas mudanças nas relações familiares e nos papéis da mulher, em contraposição à sua crescente solicitação como supervisor e assistente.

Em 1931, foram criadas a Semana e o Dia da Criança (12 de outubro), nacionalmente adotados por Decreto Presidencial de 1939¹⁴⁷, indicando novos

¹⁴⁵ **Infância**. São Paulo, Cruzada Pró-Infância, 1933, p 1.

¹⁴⁶ *Idem, Idem*, p 2.

¹⁴⁷ Segundo Novaes, desde 1924 o Decreto número 4687 já havia instituído o dia 12 de outubro como o dia da criança em todo o território nacional. Viu-se antes que revista **Infância** atribuiu a oficialização desta data aos anos 30, o que se revela coerente em relação às imagens dessa década como era de modernização.

NOVAES, H. Maria Dutilh – **A Puericultura em Questão**, Edição Citada.

Kuhlmann Jr. situou a definição do Dia da Criança em 1922, no encerramento do II Congresso Americano da Criança.

KUHLMANN JR., Moysés – **Infância e Educação Infantil – Uma Abordagem Histórica**. Edição Citada.

elementos sobre a imagem da infância neste último momento, incluída no calendário cívico do Estado Novo.

Nesse último contexto político, as festas cívicas representaram um momento significativo ao divulgar imagens de união, ausência de conflitos, disciplina e ordem, estampando a imagem de povo feliz e as crianças apareceram ali como símbolos da felicidade. Houve uma preocupação de associar a imagem da infância feliz às realizações do governo Vargas, sendo este apresentado como amigo que gostava das crianças e zelava por elas¹⁴⁸.

O Dia da Criança era evento anualmente noticiado pela Imprensa paulistana, sendo evocado mesmo nas atividades da semana dedicada à questão do "Dia da Criança que Trabalha", reconhecendo-se que o número de crianças trabalhadoras era significativo na cidade. O "Dia do Lactente" também era lembrado naquela semana, registrando a fase da vida em que os cuidados com o bebê eram essenciais. Salientou-se, ainda, o "Dia do Pré-Escolar", reforçando positivamente a existência dos parques infantis na capital, incluindo visita programada ao Jardim de Infância da Cruzada Pró-Infância. O "Dia da Criança que Estuda" era festejado naquele contexto, sendo recepcionados os alunos que obtivessem melhores notas. Entregava-se, ainda, a Taça Cruzada Pró-Infância à Biblioteca que tivesse alcançado maior movimento. Comemorava-se, igualmente, o "Dia da Criança Asilada". A Igreja Católica se fazia presente nesses eventos, sendo reservado à religiosidade o "Dia da Elevação Espiritual".

Nessa seqüência de comemorações, a imagem de Infância divulgada abrangia desde o recém-nascido até à criança em idade escolar, indicando a faixa etária em que tais campanhas e instituições pretendiam atuar. Além disso, esses festejos indicavam intenções de atuação social naquelas várias esferas (estudo, trabalho, asilo), consolidadas pela prática religiosa.¹⁴⁹

¹⁴⁸SCHEMES, Claudia – *Festas Cívicas e Esportivas no Populismo – Um Estudo Comparativo dos Governos Vargas (1937/1945) e Peron (1946/1955)*. Dissertação de Mestrado em História Social, FFLCH/USP. São Paulo, digitado, 1995.

Schemes reproduziu significativo fragmento de notícia divulgada no jornal **O Estado de São Paulo**:
"É um espetáculo emocionante ver com que familiaridade os meninos se dirigem ao Chefe de Governo. Em qualquer lugar em que esteja, em manifestações populares, em festas cívicas, em inaugurações, nos seus passeios, nas suas visitas de inspeção a obras públicas, sempre há crianças que encontram meios e modos de se aproximar de Sua Excelência. E, invariavelmente, recebem a recompensa de um sorriso, de um carinho, de uma palavra amiga".

O Estado de São Paulo. São Paulo, 22 fev 1945, citado na p 65 do texto de Schemmes.

Ainda sobre o tema, consultar:

CAPELATO, Maria Helena R. – *Multidões em Cena – Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo*. Campinas, FAPESP/Papirus, 1998.

¹⁴⁹O DNCR é evocado como órgão importante na instituição anual da Semana da Criança porque centralizador de suas atividades abordando aspectos que dizem respeito às crianças na escola, família e

Decorridos apenas sete anos desde a sua fundação, a Cruzada Pró-Infância já possuía uma significativa presença na cidade de São Paulo através de uma diversidade de espaços criados especialmente para o atendimento de crianças pobres. Assim, em 1932, implantou o primeiro Banco de Leite Materno do Brasil e publicou a primeira revista materno-infantil do país. Dessa forma, se colocou como uma das instituições pioneiras na discussão brasileira desses tópicos¹⁵⁰.

Dois anos depois de instituída, a entidade criava a primeira Cozinha Dietética do Brasil,

*"dotada de vaca mecânica para a pasteurização do leite distribuído às crianças carentes"*¹⁵¹.

Em 1936, foi a vez da instalação de uma rede de quatro Parques Infantis, depois incorporados pelo Setor de Parques e Recreação da Prefeitura. Ainda em 1937, foram implantados dezoito Postos de Puericultura, visando ao acompanhamento de peso e altura das crianças, também estes alocados na Rede Pública de Centros de Saúde.

Essa atuação da Cruzada Pró-Infância mostra que ela estava em consonância com projetos racionalizadores implementados no social, similares aos que seriam implantados em seguida ou concomitantemente nos parques infantis municipais.

Alimentação e higiene foram também preocupações da Cruzada Pró-Infância. Divulgar a imagem da infância saudável era uma perspectiva desta instituição. A criança, de acordo com a Cruzada Pró-Infância e órgãos da Prefeitura Municipal de São Paulo, aparecia no social como alguém que precisava dos cuidados para garantir uma sociedade forte e saudável.

A revista **Infância** surgiu em 1933 como uma publicação mensal que, durante quatro anos,

*"divulgou os princípios básicos de higiene, saúde, informações sobre nutrição e demais aspectos do desenvolvimento integral da criança, com ênfase para as questões psicológicas"*¹⁵².

O seu primeiro número ainda chamava-se **A Cruzada pela Educação e Saúde da Criança**. Os artigos para essa edição versavam sobre "Ensino da Puericultura", "Conselho às mães - Toda Criança Deve Ser Alimentada pela Própria

sociedade, enfatizando a importância da formação da infância. Com a ocorrência da Segunda Guerra Mundial as preocupações em relação à criança são reafirmadas. Para essa discussão, ver:

PIMENTA, Leonardo Antonio - "**Crianças de Hoje. Cidadãos de Amanhã**". Conferência pronunciada na Semana da Criança em Grão Magol (1944). Belo Horizonte - Imprensa Oficial do Estado - 1945.

¹⁵⁰ **Infância**. São Paulo, Cruzada Pró-Infância, dez 1993.

¹⁵¹ Idem, Idem., p 2.

mãe" e "Educação Sexual na Infância". Os colaboradores eram pediatras importantes que atuavam nessa área¹⁵³. Escreveram para a revista **Infância** médicos, nutricionistas e pedagogos, aconselhando as mães nos cuidados sobre alimentação, noções básicas de higiene e lazer.

Através das reportagens publicadas em **Infância**, pode-se observar que a criança de que falava a revista, muitas vezes, ainda era o bebê, que exigia maiores cuidados da mãe e do saber médico, embora as mais crescidas também fossem objeto de sua atenção.

Em seu primeiro número, o redator-chefe era o Dr. Francisco Pompeu do Amaral e atuavam como colaboradores efetivos a Inspetoria da Higiene Escolar e Educação Sanitária e o Serviço de Educação Física da Diretoria Geral do Ensino¹⁵⁴.

Através dos campos de atuação do redator-chefe e dos demais colaboradores da revista, pode-se observar a natureza de suas reportagens e intenções em relação à infância: educar as mães para os cuidados com as crianças, pressupondo uma verdadeira "cruzada" nesta direção. As mães, nessa perspectiva, eram sujeitos sociais que precisavam constantemente de orientação na educação dos filhos. Aí, está implícita a idéia de que elas estavam despreparadas para enfrentar a extrema fragilidade das crianças, por sua vez percebidas como seres sem desejos próprios e incapazes de atuar num mundo que as expunha a perigos constantes.

A contra-capá da revista assim se referia à infância sadia:

"Uma infância sadia é um prelúdio natural para uma mocidade vigorosa, uma garantia para o cumprimento integral da tarefa que cabe ao homem no trabalho universal.

É uma reserva de energia em potencial para o futuro.

Quanto mais crianças sadias tiver uma nação maior será na competição com outras nações, maior nas suas realizações.

Assegurar, portanto, à criança, tanto quanto possível, meios para aquisição, conservação e melhoria das suas condições de saúde é fazê-la triunfar na vida, é ganhar homens validos para a Pátria"¹⁵⁵.

¹⁵² **Infância**. São Paulo, Cruzada Pró-Infância, dez 1993, p 5.

¹⁵³ Pediatras como os Drs. Pedro de Alcântara, Edgard Braga e Francisco Pompeu do Amaral colaboraram na revista.

¹⁵⁴ Além destes órgãos, também colaboravam os Drs. Almeida Júnior E. Braga, L. Splendore, M. Mursa e O. Chiafarelli, ainda o Instituto de Higiene, o Serviço de Higiene Escolar da Diretoria Geral do Ensino e Srs. e Sras. Carlota D. de Queiroz, Leite Bastos, M. Margarido Filho, A. Gonzaga, R. Briquet e W. Oliveira.

¹⁵⁵ **A Cruzada pela Educação e Saúde da Criança**. Edição Citada. p 2.

É possível avaliar, a partir deste texto, os elementos utilizados para convencer em relação à necessidade de uma infância saudável: o trabalho mobilizaria a sociedade no cuidado com seus filhos, a Pátria sensibilizaria os sujeitos para atuarem no sentido de garantir a saúde das crianças, o hoje prepararia o amanhã e isto é o que contaria verdadeiramente para garantir uma nação feliz.

Havia toda uma cultura da concepção do ser criança, nessa perspectiva, que exigia investimentos para solucionar problemas econômicos e sociais. A debilidade na infância, portanto, não era só um problema de âmbito privado, a ser solucionado no interior da família, mas uma questão de ordem pública, que atingia a Economia e a Sociedade no Brasil¹⁵⁶. Era em nome do interesse público que se mobilizava nessa direção.

Desse ponto de vista, para que uma criança nascesse bem, seria preciso que a mãe tomasse uma série de cuidados, como não ser alcoólatra¹⁵⁷ ou sífilítica, para evitar degenerescência. A mortalidade infantil foi também apontada como fator que atingia gravemente a população. Pediu-se, em função disso, maior atuação de higienistas e administradores no empenho para reduzir as causas da mortalidade infantil.

Pérola Ellis Byington assinou editorial no primeiro número da revista da Cruzada Pró-Infância, intitulado "Nosso Programma", explicitando as intenções da publicação e da instituição:

"(...) Com este novo órgão visa a Cruzada Pró-Infância disseminar a experiência conseguida e ensinamentos de todos os médicos, higienistas e educadores, que lutam para a constituição de uma raça forte, de que nos possamos orgulhar futuramente". ¹⁵⁸

¹⁵⁶Duas décadas antes, Lobato já discutira a saúde como questão pública, evidenciando a construção desse tema na cena política e intelectual brasileira:

LOBATO, Monteiro - "Velha Praga" e "Urupês", in: **Urupês** 11a. ed.. São Paulo, Brasiliense, 1961, pp 269/276 e 277/292 (1a. ed.: 1918).

IDEM - "Jeca Tatu", in: **Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital**. 10a. ed.. São Paulo, Brasiliense, 1961, pp 329/340 (1a. ed.: 1918).

Ver ainda a atuação de Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro e noutras regiões do Brasil, evidenciando a saúde como questão da política republicana.

THIELEN, Eduardo Vilela - **Imagens da Saúde no Brasil**. Dissertação de Mestrado em História, PUC/SP. São Paulo, digitado, 1992.

¹⁵⁷June Hahner, citando delegados no Congresso Operário de 1906, considerou o enraizamento do alcoolismo entre trabalhadores, prejudicando sua organização.

HAHNER, June - **Pobreza e Política**, Edição Citada.

Nessa perspectiva, o alcoolismo surgiu como problema social e político, ao contrário do viés moral que caracterizava as críticas mais habituais ao tema.

¹⁵⁸ **A Cruzada pela Educação e Saúde da Criança**. São Paulo, Cruzada Pró-Infância, 1, set 1933, p 3.

Esse texto expressa um tema que percorre os diversos concursos de robustez infantil nos anos 30: a constituição de uma raça forte, questão que remetia para a Eugenia da raça, tão presente no período da ditadura Vargas, prática, portanto, de regimes autoritários, que conseguiu sobreviver a eles¹⁵⁹. O texto também contribuiu para se pensar sobre a questão do corpo como algo que ultrapassa a exclusividade da dimensão biológica, englobando faces culturais, morais e religiosas, que identificam a robustez infantil como "*pedagogia da forma perfeita*", sendo o corpo da criança "*símbolo de pertencimento à nação*"¹⁶⁰

Os concursos de robustez infantil que se realizavam na capital paulistana tinham como objetivo a formação do cidadão saudável, tendo em vista mente e corpo sãos. Alguns deles eram patrocinados pela Cruzada Pró-Infância e faziam parte de um projeto de constituição de raça forte, tão divulgada nos anos 30. Assim, o dia 12 de outubro foi anunciado na revista *Infância* de 1936 como Dia da Raça, Dia da Criança, com texto afirmando: "*Nação forte é que tem filhos fortes*"¹⁶¹.

Tais concursos começaram a ser promovidos no Brasil em 1902, pelo Instituto de Proteção e Assistência à Infância, do Rio de Janeiro, oferecendo prêmios àquelas mães pobres que demonstrassem alimentar bem seus filhos¹⁶².

A revista *Infância* registrou, em 1936, que o Departamento de Educação Física do Estado realizaria no Parque da Água Branca uma demonstração de ginástica com aproximadamente 600 crianças da capital de São Paulo. Na mesma Semana da Criança, a Cruzada Pró-Infância instituiu o Concurso de Robustez Infantil como uma das atividades do Dia do Lactente¹⁶³.

Tratava-se de atividade pública, importante definidora de imagens da infância, exibindo crianças modelares em termos físicos e ultrapassando o debate formal. As crianças, nessa situação, eram transformadas em objetos de competição, o que podia ser muito sedutor para os pais pelo próprio incentivo financeiro oferecido, além da vaidade de ter um filho escolhido como modelo físico, divulgado através da Imprensa.

Os inscritos deviam ter entre 6 meses e 3 anos, estar matriculados em diferentes centros da Cruzada, nos Dispensários do Serviço de Assistência e Proteção

¹⁵⁹Há comentários sobre raça e Eugenia no livro:

LENHARO, Alcir – *Sacralização da Política*, Edição Citada.

¹⁶⁰ VIGARELLO, Georges – "Panóplias Corretoras: Balizas para uma História", in: SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de (Org.) – *Políticas do Corpo – Elementos para uma História das Práticas Corporais*. São Paulo, Estação Liberdade, 1995, pp 21/38.

Ver ainda:

PORTER, Roy – "História do Corpo", in: BURKE, Peter (Org.) – *A Escrita da História – Novas Perspectivas*. São Paulo, EDUNESP, 1992, pp 291/326.

¹⁶¹ *Infância*. São Paulo, Cruzada Pró-Infância, 11, out 1936.

¹⁶² PEREIRA, André Ricardo V. V. - *Políticas Sociais e Corporativismo no Brasil*. Edição Citada.

¹⁶³ *Infância*. São Paulo, Cruzada Pró-Infância, 11, out 1936.

à Infância e órgãos similares e a renda paterna não podia ultrapassar 400\$000 mensais. A referência à renda da família é demonstrativa da faixa social que os concursos pretendiam atingir, podendo-se verificar a existência de algumas famílias que viviam em extrema pobreza, recebendo em média 70\$000 por mês, o que leva a concluir que ganhos como os exigidos no concurso não eram dos mais baixos.

Nas regras do concurso, constou a data da inscrição, além de menção de seleção rigorosa dos candidatos, mas sem a discriminação dos critérios. A comissão julgadora incluía um médico indicado pelo Diretor Geral do Serviço Sanitário, um médico entre aqueles do Centro da Cruzada, um do Instituto de Higiene, um clínico de pediatria e um convidado da Cruzada Pró-Infância.

Ainda segundo aquelas regras, o

*"julgamento será feito mediante critério de cada membro da Comissão Julgadora, prevalecendo a opinião da maioria, verificada por votação".*¹⁶⁴

As fotos de crianças premiadas foram apresentadas, com os bebês aparecendo, na grande maioria, só de fraldas, sentados, firmes, robustos e grandes.

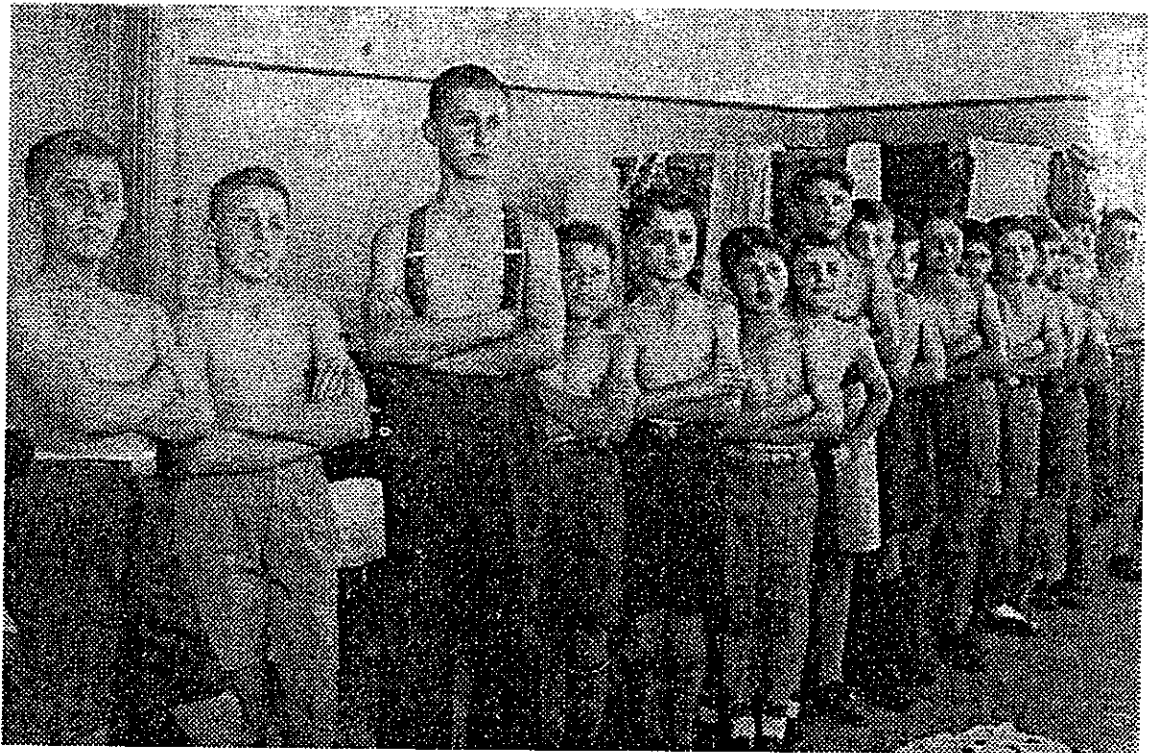
Os prêmios para os primeiros colocados foram doados à Cruzada Pró-Infância por particulares, instituições, firmas comerciais ou ainda por todos aqueles que desejassem fazer ofertas. As crianças vencedoras receberiam ainda diplomas. Inscreveram-se nesse concurso 29 crianças; o primeiro colocado recebeu 150\$000 de prêmio, cabendo aos demais valores menores.

Os concursos de robustez infantil também se estenderam às crianças em idade escolar. A revista **Infância** promoveu o primeiro Concurso de Robustez Escolar do Estado de São Paulo, abrangendo crianças da capital paulistana e do interior de São Paulo, que tivessem entre 7 e 14 anos de idade. As crianças passariam ainda por rigoroso exame médico. Frequência às aulas e aproveitamento dos alunos foram considerados no concurso. As intenções declaradas enfatizavam a questão do *"aprimoramento constante da raça"*. Colaboraram com o concurso os órgãos: Diretoria Geral do Ensino, Departamento de Assistência Social, Departamento de Administração Municipal, Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo e Departamento de Cultura de São Paulo.

¹⁶⁴ Idem, Idem., p 21



Infância, nov/1937



Infância, nov/1937

A Cruzada Pró-Infância enviou circular às Prefeituras do Estado de São Paulo, solicitando apoio para o concurso, apresentado como "*altamente patriótico*".

Infância trouxe fotografias do "Desfile Saúde". Nelas, figuravam os participantes do Concurso de Robustez da Criança do Estado: meninos e meninas em desfile, lembrando as atividades de comemorações cívicas, nas quais grupos

enfileirados "marchavam" pelas ruas da cidade. Os prêmios aos classificados foram entregues no Teatro Municipal de São Paulo, contando o evento com a presença de inúmeras autoridades¹⁶⁵.

O progresso do país e o melhoramento da raça eram aspectos positivos associados também à instalação dos parques infantis da capital paulistana. Nicanor Miranda, quando se referiu ao concurso de robustez infantil realizado no Teatro Municipal de São Paulo no dia 12 de Outubro de 1937, enfatizou essa associação:

*"Ha pouco mais de dois anos milhares de crianças paulistas brincavam nas ruas, nas sargetas e nas calçadas, sujeitos a toda sorte de perigos físicos e morais. Hoje esse número já se acha reduzido. Dai, milhares de crianças afluem, agora, diariamente aos Parques, aos Recreios, às Bibliotecas Infantis que a Prefeitura lhes oferece a troco de sua simples vontade de brincar".*¹⁶⁶

O fato da primeira classificada no Concurso de Robustez Infantil desse ano ser freqüentadora do Parque Infantil da Lapa, serviria, desse ponto de vista, como demonstração de que ali a criança obtinha recursos para uma infância saudável e feliz.

Aquela entrega de prêmios foi feita pelo governador do Estado de São Paulo, demonstrando a presença do poder público em tais eventos, caracterizando a sua participação nos cuidados com a infância, reforçando a importância da atuação de entidades não-governamentais nessa área. A Cruzada Pró Infância também participou do ato através do diretor da revista **Infância**, que era representante da Comissão Técnica do concurso.

Os concursos de robustez infantil eram valorizados porque permitiriam entrar em contato com os problemas de saúde da criança. Esse universo argumentativo da Cruzada Pró-Infância e de sua publicação era coerente com os temas presentes na discussão sobre a implementação e o funcionamento dos parques infantis paulistanos.

A Eugenia ganhou força no Brasil, pioneiro latino-americano nessa área, com a fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo em 1918. O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado em 1929¹⁶⁷, discutiu questões referentes à

¹⁶⁵ **Infância**. São Paulo, Cruzada Pró-Infância, nov 1937.

¹⁶⁶ MIRANDA, Nicanor- **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, Departamento de Cultura, 1937, p 202.

¹⁶⁷ Schwarcz salientou que Miguel Couto, "*Presidente da Academia Brasileira de Medicina e Professor Emérito da Escola Carioca*", defendeu nesse Congresso que "*a mistura racial levaria à degeneração nacional*".

SCHWARCZ, Lilia Moritz - **O Espetáculo das Raças**. Edição Citada.

Antes daquela data, Couto falou sobre degeneração referindo-se ao alcoolismo e realçou a importância da Educação para que fossem superados os problemas do povo brasileiro, citando o exemplo do Japão.

maternidade e infância, e a criação da Comissão Brasileira de Eugenia em 1931. Nessas iniciativas destacou-se a participação do médico eugenista Renato Kehl, apoiando a intervenção do Estado na reprodução humana através de exames pré-nupciais obrigatórios e da esterilização de quem fosse julgado degenerado ou criminoso¹⁶⁸.

O ensino da Puericultura – um tema quase obrigatório em programas e documentos do governo federal e da prefeitura paulistana – foi escolhido já para a primeira reportagem do mensário da Cruzada Pró-Infância, tomando-se, a partir daí, um assunto constante nesse periódico. No artigo "O Ensino da Puericultura", o médico Moraes Barros Filho refere-se à Puericultura como uma das soluções básicas para a Nação, representando uma resposta a problema da Economia nacional, proclamando interessar ao Estado um "*organismo sem defeitos*".¹⁶⁹

O problema da Eugenia da raça apareceu como questão que vinha desde a Antiguidade. Salientava-se que, em Esparta, eram condenadas à morte as crianças anormais: a Puericultura atendia ali, portanto, somente as crianças normais e saudáveis. Naquele momento, de acordo com Barros Filho, a Puericultura pretendia resolver problemas de todas as crianças.

Esse apelo a uma historicidade da Puericultura reforçava o poder que ela almejava alcançar no social, afirmando-o como resultado de longas experiências e evolução e que, naquele momento, democraticamente, significava atender a todos.

Pretendia-se chegar à Eugenia para a "*euforia do organismo - visando à alegria do viver*". Esses objetivos seriam atingidos através da Educação Sanitária, devendo estar presente em todos os lugares para êxito do povo e do Estado. Os centros de Puericultura e Dispensários existentes deviam atender aos sujeitos menos favorecidos, como os proletários, e a mãe de classe média e sua família serviriam de exemplo aos mais pobres. Daí, um investimento do saber médico nas mães que tinham acesso a diversos materiais de leitura, os quais eram direcionados às mulheres que sabiam ler e podiam comprá-los.

O artigo de Barros Filho afirmou que ainda eram insuficientes os meios de divulgação destes conhecimentos¹⁷⁰, indicando a existência de serviços dos Centros

COUTO, Miguel – **No Brasil Só Há Um Problema Nacional: A Educação do Povo**. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, 1927.

¹⁶⁸FONSECA, Cristina M. Oliveira - **Modelando a Cera Virgem**. Edição Citada. Sobre Eugenia, consultar:

SCWARCZ, Lilia Moritz – **O Espetáculo das Raças**. Edição Citada.

¹⁶⁹ BARROS FILHO, Moraes – "O Ensino da Puericultura". **A Cruzada Pela Educação e Saúde da Criança**. Edição Citada, p 4.

¹⁷⁰O tema apareceu freqüentemente em órgãos de grande imprensa contemporâneos de **Infância**, como **Vida Doméstica** e **Fon Fon**.

de Saúde da Inspeção de Higiene Infantil e de Educação Sanitária, onde a Educação desse teor era matéria de palestras e atividades prestadas a domicílio, percorrendo os bairros pobres. No entanto, ele considerou que a Puericultura perdeu contato com seus primeiros serviços, embora ainda atuasse na assistência à infância. A Cruzada Pró-Infância e os Dispensários da Escola Profissional Feminina foram apontados como empenhados em seu ensino. Propôs fazer "eutechnia" para poder pensar em Eugenia.

A Escola Profissional Feminina do Brás, criada em São Paulo, em 1911, acrescentou ao seu currículo, em 1921, os cursos de Economia Doméstica e Puericultura, visando a educar adequadamente as mulheres para a vida no lar. Naquele momento, a proposta não teve repercussão favorável, despertando pouco interesse na clientela. Em 1929, as referidas matérias voltaram para o currículo daquela escola, reforçadas por argumentos higienistas que apontavam a criação de hábitos saudáveis em crianças e adolescentes¹⁷¹.

A Escola Normal Caetano de Campos, em 1925, através de Pedro Voss, transformou a cadeira de Biologia e Higiene (que até 1920 era designada como Anatomia e Fisiologia) em Biologia, Higiene e Puericultura, desdobrada por Fernando de Azevedo em Biologia Educacional, com a criação de um Centro de Puericultura naquela unidade de ensino em 1933¹⁷².

A Cruzada Pró-Infância não estava sozinha nessa tarefa de divulgar ensinamentos da Puericultura, objeto e alvo de difusão em escolas, entidades filantrópicas e serviços médicos em geral¹⁷³. Ela era tratada como devendo ser ensinada aos "novos bárbaros" (os novos habitantes das cidades), com as classes dominantes surgindo como empenhadas num projeto de domesticação dos populares, vistos como incultos e incapazes de falar sobre o próprio corpo¹⁷⁴.

¹⁷¹OLIVEIRA, Sueli Tereza – "Escolarização Profissional Feminina em São Paulo nos anos de 1910, 1920 e 1930". **Projeto História**. São Paulo, PUC/SP, 11: 57/67, nov 1994.

¹⁷²REIS, Maria Candida Delgado – "Crescer, Multiplicar, Civilizar – Destino de Mulher nas Orientações Educacionais Disciplinares (São Paulo, Anos '20 e '30)". **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 9 (19): 81/113, set 1989 / fev 1990.

Reis salientou a ambigüidade na formação feminina oferecida pela Escola Profissional Feminina do Brás, voltada tanto para o preparo técnico como para a atuação no lar, na condição de esposa e mãe.

V. também:

IDEM – **Tessitura de Destinos. Mulher e Educação – São Paulo, 1910/1910/1930**. São Paulo, EDUC, 1993 (Hipótese).

¹⁷³Kishimoto destaca a presença da Puericultura nas escolas normais e em edição temática da revista **Escola Nova**, de 1930.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida - "Recuperando a História da Educação Infantil em São Paulo", Edição Citada.

¹⁷⁴NOVAES, H. Maria Dutilh - **A Puericultura em questão**. Edição Citada., p 13.

Novaes usa alguns Autores (Boris Fausto, Edgar Carone) como lastro histórico de suas pesquisas. Não há um diálogo dessa estudiosa no sentido de se pensar a História fazendo-se também conflituosa, tensa, assim como o social se constituindo. A História serve-lhe de pano de fundo para a discussão da Puericultura no Brasil.

A cidade seria, nessa perspectiva, o foco principal das doenças, da desordem médica.

Resta refletir sobre o significado destas questões quando se pensa a infância no Brasil: Quem, de fato, estes postulados atingiam? Quais camadas da sociedade eram afetadas por eles?

Pretendia-se alcançar a população mais pobre, corrigindo "desvios". Daí, em relação aos padrões de beleza infantil, pensar-se no ser gorducho como sinônimo de vida saudável, na magreza como estar desnutrido, fraco, exposto aos perigos da morte.

Ao mesmo tempo, esses argumentos desempenhavam a função importante de mobilizar setores de elites dirigentes, visando ao desempenho de suas funções num mundo em transformação (indústria, crescimento urbano, massas pauperizadas):

*"(...) Nosso dever é preparar o organismo materno para que ele possa dar ao mundo uma criança mais perfeita. É preciso lembrar que, de filhos sadios, são feitas as Pátrias fortes".*¹⁷⁵

Nesse sentido, a criança foi apresentada como cartão postal do Brasil. Exibi-la robusta era demonstrar a força e o vigor da nação.

Os grupos escolares também foram apontados como matéria de estudo e observação das deficiências da população pobre, alvos importantes de atuação quando se falava em Puericultura e concursos de robustez infantis.

Discurso do Dr. Almeida Junior, feito em Maio de 1933 e também publicado nesse primeiro número da revista, discutiu a questão da fome como algo presente até entre os paulistanos, apesar da *"riqueza, fartura e generosidade"* dessa gente. Referiu-se à visita que fez em 1921 a grupo escolar da capital, observando hábitos alimentares dos seus alunos e constatando a precariedade da dieta, principalmente entre os mais pobres, que conviviam com companheiros que conheciam a fartura. Muitas crianças, observou Almeida Junior, vinham para a escola em jejum e a pobreza alimentar estava presente na escola e no lar. O leite foi apontado como substância altamente nutritiva para a infância¹⁷⁶.

São Paulo consumia, segundo esse médico, 120.000 litros diários de leite (dado de 1921, para uma população de um milhão de habitantes), o que daria 120

¹⁷⁵ **A Cruzada pela Educação e Saúde da Criança.** Edição Citada.

Esse argumento evoca questão levantada na década anterior pelo dentista A. Labatut Simões:

"As próprias crianças representam o papel de mostruários clandestinos aos olhos do estrangeiro. Faz-se mister, pois, uma medida drástica."

SIMÕES, A. Labatut – "Posto Permanente de Higiene Municipal", Edição Citada.

¹⁷⁶ Vale lembrar todo o investimento médico na questão do aleitamento materno e a presença no mercado brasileiro da Nestlé, incentivando o aleitamento artificial, dizendo que seu produto estava mais próximo do aleitamento materno, como estratégia de convencimento para a qualidade de suas mercadorias.

gramas¹⁷⁷ por pessoa, significando que a infância pobre recebia quantia mínima do alimento. O discurso fez um apelo às mães ricas, pedindo que refletissem sobre o que significaria seus filhos passarem fome na escola, angústia que as mães pobres viviam constantemente, situação que julgou não ter-se alterado entre 1921 e 1933 - educadoras sanitárias, importantes personagens no campo da dietética, testemunharam que muitas crianças iam para a escola sem almoço.

A valorização do leite como alimento fundamental na infância era tão significativa que a Cruzada Pró-Infância distribuía em pontos estratégicos da cidade (casas comerciais, cine Metro, etc.) simbólicas garrafas do produto¹⁷⁸. A Imprensa, divulgando essas realizações, pretendia que outros eventos nessa direção fossem estimulados, sugerindo que as pessoas colaborassem com essas campanhas.

Além da desnutrição, outro problema dos pobres, segundo Almeida Junior, era a falta de asseio, do banho. Se tomavam banho, não mudavam de roupa. Nessa direção, os pobres precisariam ser educados, especialmente as crianças, e suas mães deveriam passar a se relacionar com o mundo através de médicos, higienistas, professores, educadores sanitários¹⁷⁹.

Associado à idéia de uma recreação orientada, o brinquedo foi apresentado como necessidade da infância saudável e para isto, Almeida Jr. afirmou:

*"Brincar, não no aperto de um quarto superlotado e sem higiene. Não na tristonha unidade de um fundo de quintal operário. Não nos corredores insalubres dos cortiços. Nem tampouco na promiscuidade desmoralizadora da rua, mãe de todos os vícios e caminho para todas as perdições".*¹⁸⁰

A criança deveria, então, brincar ao ar livre, em espaços arborizados e ensolarados, vigiada pelo educador. O espaço da cidade foi apresentado como aquele que roubou o sol das crianças pobres. Parques e jardins deveriam servir para o lazer infantil, mesmo que isso representasse uma grade danificada, um vidro quebrado.

¹⁷⁷ *Sic!* Deve ser doze centilitros.

¹⁷⁸ **O Estado de São Paulo**, 11 maio 1942.

¹⁷⁹ Rabinbach indicou a campanha "Homens Limpos em Fábricas Limpas" na atuação do Programa da Beleza do Trabalho, desenvolvido na Alemanha Nazista.

RABINBACH, Anson - "L'Esthétique de la Production sous le IIIe. Reich". in: MURARD, Lion e ZYLBERMAN, Patrick (Orgs.) - **Le Soldat du Travail - Guerre, Fascisme et Taylorisme**. Edição Citada, pp 137/171.

Segundo Margareth Rago, abordando o Brasil anterior aos anos 30, a ênfase na higienização dos trabalhadores significava esforço de neutralizá-los politicamente.

RAGO, Margareth - **Do Cabaré ao Lar**. Edição Citada.

¹⁸⁰ **A Cruzada pela Educação e Saúde da Criança**. Edição Citada, p 6



Parques Infantis – Departamento de Cultura s/d.

O programa de Fábio Prado para parques infantis na Prefeitura Municipal de São Paulo ainda não existia quando essa revista foi publicada e que isto pode ser apontado como indicação para que as autoridades públicas se sensibilizassem em relação a essas questões. A Cruzada Pró-Infância, discutindo tais temas, definia-se como entidade que realmente fazia algo pelas crianças, oferecendo espaços para a brincadeira sadia; nessa direção, ela se juntava aos pioneiros que, desde o final dos anos 10 e ao longo da década de 20, chamavam a atenção para os cuidados com a infância.

É sobre a criança pobre que o texto de Almeida Jr. argumentava. Havia uma crítica indireta ao poder público e aos mais afortunados, pelo abandono e miséria em que viviam os filhos da pobreza. No entanto, os pobres nunca foram chamados a intervir com relação aos problemas vividos; aliás, foram tratados como carentes de conscientização, já que destituídos de um saber que os orientasse. Foi na perspectiva do assistencialismo moderno que a instituição (e, através dela, os seus colaboradores) se posicionou(aram):

"No intuito de guiar as pessoas caridosas, sempre prontas a levar seu auxílio aos que sofrem, 'A Cruzada' resolveu criar esta secção, em que reunirá casos em que sua colaboração se torna necessária".¹⁸¹

Assim, a revista divulgava situações em que a pobreza era revelada¹⁸². A publicação desses casos é importante para se avaliar o nível de pobreza de alguns

¹⁸¹ A Cruzada pela Educação e Saúde da Criança. Edição Citada, p 29

¹⁸² Em outros números consultados, não foram encontradas referências a essa seção: agosto de 1935, outubro de 1936, dezembro de 1936, abril de 1935, abril de 1936, agosto de 1937, novembro de 1937, dezembro de 1935, julho de 1937.

moradores da cidade, que apelavam para uma instituição que tinha como princípio fundamental a assistência aos pobres. Também são úteis para se pensar sobre o olhar da própria instituição, indicando os seus critérios de pobreza e assistência.

Destacaram-se dois casos expressivos do tipo de ajuda que se se pedia à Cruzada:

"Pai doente, recém sahido do Hospital do Juquery. Mãe, com cinco filhos pequenos, morando em um quarto só, pelo qual paga 45\$000 de aluguel. Faz alguns trabalhos em troca de mantimentos para o sustento da família".

"Viúva doente, com quatro filhos. Incapaz de trabalhar. Sua filha maior, com 15 anos de idade, trabalha percebendo 60\$000 mensais. Moram todos numa garage, pagando 30\$000 por mez de aluguel".¹⁸³

Embora fique evidente o caráter assistencialista da entidade em relação aos pobres, os relatos publicados permitem entrar em contato com o nível de pobreza de algumas famílias da cidade de São Paulo. Nas várias situações, o trabalho infantil apareceu como renda fundamental da família, que gastava metade dos ganhos com despesas de aluguel e vivendo em condições extremamente precárias¹⁸⁴. Há um outro caso em que o pai não recebia salário fixo, dependendo a família da remuneração de uma filha que ganhava 70\$000 por mês, sendo de 50\$000 mensais o aluguel de um quarto que todos ocupavam.

As condições de moradia eram sempre apontadas como elemento de extrema fragilidade das famílias pobres, incluindo nessas condições a ausência de saneamento básico e escassez de água.

O trabalho da Cruzada Pró-Infância foi apresentado como dedicado a orientar para evitar desvios. Nessa perspectiva, a Educação nunca devia ficar como responsabilidade única dos pais, que não agiam cientificamente e eram guiados por "excessivo empirismo".

Em São Paulo, além da Cruzada Pró-Infância, criou-se a Obra do Berço em 1940, com a finalidade assistencialista de atender as mães pobres da cidade. As

¹⁸³ **A Cruzada pela Educação e Saúde da Criança**. Edição Citada., p 29

¹⁸⁴ V. referência anterior ao mesmo tema, explorado em:

SILVA, Zélia Lopes da – **A Domesticação dos Trabalhadores nos Anos '30**, Edição Citada.

Referindo-se a período anterior (1870/1920), Halner sustentou que os trabalhadores enfrentavam altos preços de alimentos comprados em armazéns das empresas onde trabalhavam e aluguéis excessivos, além da insuficiência do salário cotidiano para adquirir "um quilo de arroz, feijão, banha de porco, açúcar e café", quadro que levava mulheres a não se alimentarem adequadamente para garantirem a comida de filhos e maridos.

HAHNER, June – **Pobreza e Política**, Edição Citada.

mulheres confeccionavam enxovais, colocando-os à venda, através de exposição anual. Apelava-se para o espírito bandeirante em sua generosidade, imagem que, além de construir uma memória do bandeirante como gente generosa, contribuía para que se pensasse num passado de heroísmo, que devia ter continuidade no presente.

As crianças atendidas na Obra do Berço tinham até dois anos de idade e eram oferecida assistência médica. As mães de crianças pobres recebiam ali enxovais para seus filhos, o que evidencia o grande investimento que se tinha na infância naquele momento e deixa claro, através de realizações como essa, a preocupação com essa faixa etária¹⁸⁵.

Entre outras instituições que atuavam em São Paulo, tendo em vista os cuidados com a criança, destacavam-se a Fundação Paulista de Assistência à Infância, que realizava consultas, vacinava, distribuía leite; a Casa da Criança, dirigida por Maria Prestia e também fundada em 1940; e o Asilo Colônia "Santo Angelo"¹⁸⁶.

Quando essas entidades eram mencionadas na Imprensa, havia a preocupação de anunciar os seus eventos, como festa de aniversário, que contavam com a presença de representantes do poder público e da Igreja Católica, sugerindo intenções que demonstravam interesses em comum. A presença da Igreja Católica era tão significativa ao se discutir a infância que, em notícia sobre o Congresso Eucarístico, mencionou-se a comunhão das crianças paulistas, indicando a importância de cuidar do espírito para a formação das crianças, donde os adultos deverem estar atentos para que elas assumissem a religiosidade¹⁸⁷.

Com a Primeira Guerra Mundial, graves problemas da infância ficaram mais patentes: fome, doenças, utilização do trabalho infantil. Esse quadro, na conjuntura do primeiro pós-guerra e da Revolução Russa, contribuiu para que diferentes países desenvolvessem uma "rede de assistência social", que encontraria no Tratado de Versalhes momento significativo dessa prática. Daí a aprovação de medidas que garantissem o repouso da operária gestante antes e depois do parto, além da regulamentação do trabalho infantil¹⁸⁸.

Muitas questões referentes ao problema da infância e assumidas por diversas instituições brasileiras foram discutidas já na Convenção de Genebra, de 1924, assinada pelos países filiados à Liga das Nações Unidas, que apresentou para diferentes povos os seguintes pontos:

¹⁸⁵ O Estado de São Paulo, 3 abr 1942.

¹⁸⁶ O Estado de São Paulo, 10 abr 1942 e 29 maio 1942.

¹⁸⁷ O Estado de São Paulo, 6 mar 1942.

¹⁸⁸ FONSECA, Cristina M. Oliveira - *Modelando a Cera Virgem*. Edição Citada.

"Pela crescente declaração dos Direitos da Criança, conhecida por Convenção de Genebra, nós homens e mulheres de todos os países, reconhecendo que a Humanidade deve à criança o que de melhor lhe possa dar, declaramos e aceitamos como um dever, sem considerar raças, nacionalidades ou crenças, o seguinte:

1) À criança devem ser dados todos os meios necessários ao seu completo desenvolvimento tanto físico como intelectual;

2) A criança que tem fome deve ser alimentada; e a criança doente deve ser assistida; a criança retardada deve ser assistida; a criança delinqüente deve ser corrigida, ao órfão e desamparado devem ser dados abrigo e socorro.

3) A criança deve ser sempre em casos de perigo, socorrida em primeiro lugar,

4) À criança devem ser facilitadas os meios de ganhar a vida e ser protegida contra as explorações.

5) A criança deve ser educada na convicção de que todas as suas aptidões devem ser consagradas aos seus semelhantes.

Observemos todos, aqui também, estes princípios, mas observemos construindo, como estamos felizmente fazendo, e o futuro da Criança Brasileira será promissor e com isto lucrará a nossa grande pátria, que viverá dias eternos no conceito do mundo e no coração dos homens de boa vontade." ¹⁸⁹

Pautado na Declaração dos Direitos da Criança aprovada na Convenção de Genebra, o Brasil decretou seu Código de Menores, em 1927, com a proibição do trabalho infantil até os 12 anos, isentando-o de punição legal até os 14 anos e admitindo que, entre 14 e 18 anos as crianças seriam internadas em estabelecimentos específicos, tornando-se criminalmente responsáveis depois dos 18 anos.¹⁹⁰ No que se referia ao problema da delinqüência juvenil, além dos profissionais de Saúde, mães e professores deveriam ter atuação significativa, permanecendo atentos ao comportamento dos filhos e alunos para evitar possíveis desvios.

¹⁸⁹ *Infância* São Paulo, 10, jul. de 1936, p 6.

Suplemento de Saúde Cruzada Pró Infância - Edição Comemorativa São Paulo Fevereiro de 1981.

¹⁹⁰ CORRÊA, Mariza - "A cidade dos menores: uma utopia dos anos 30", in: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.) - **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo, Cortez, 1997.

A questão da habitação pobre foi associada por Geraldo Gomes Corrêa, na **Revista do Arquivo Municipal**, ao problema da delinquência juvenil, caracterizando o menor abandonado como vítima de delito.

As condições materiais de sobrevivência começavam a ser observadas por intermédio da habitação, declarando-se que a tendência entre homens e mulheres era dividirem a moradia na família nuclear. A habitação foi caracterizada como

*"elemento de grande valor da elevação do nível social e moral da família".*¹⁹¹

A casa que não oferecesse condições adequadas do ponto de vista do bem-estar físico, moral e psíquico, nesses termos, contribuía para a desintegração do lar.

Donzelot considerou a habitação uma face importante no controle social das crianças:

*"Ao lutarem contra a insânia e a imoralidade desses casebres e porões, os higienistas também lutavam contra uma concepção do habitat, como abrigo, como lugar de defesa e de autonomia".*¹⁹²

Naquela perspectiva, o lar precisaria ser um ambiente claro e arejado. As crianças necessitavam encontrar nele ambiente propício, com condições higiênicas mínimas, para que pudessem realizar as tarefas escolares, assim como precisavam de espaço para desenvolver a atividade lúdica (brincar). Se a casa não proporcionasse lazer e conforto, as crianças buscariam na rua, lugar de todos os vícios, o que não obtivessem no lar. O abandono das crianças foi julgado como sinônimo de ausência de habitação e mesmo no caso em que ela existisse, continuava a situação de abandono porque a residência muitas vezes se reduzia ao porão e ao cortiço, onde não havia separação entre casa e vizinhança.

¹⁹¹CORRÊA, Geraldo Gomes - "A Habitação e a Delinquência Infantil". **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, Departamento de Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, LXXXII: 211/218, mar/abr 1942. (citação: p 214)

Outros estudos sobre habitação na mesma revista são:

PIERSON, Donald - "Habitação de São Paulo - Estudo Comparativo". **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, Departamento de Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, LXXX/LXXXI, 1941/1942.

Miranda, falando sobre habitação proletária, apontou problemas como localização, ausência de água corrente e iluminação artificial, dificuldades na construção e instalações precárias. Ele se referiu aos moradores como "*delinquentes, alcoólicos, doentes*". Manifestou ainda apoio ao IDORT como colaborador na solução dos problemas de moradia.

MIRANDA, Nicanor - "A Casa da Criança Proletária". **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, Departamento de Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, LXXII, mar/abr 1942.

Sobre a cidade de São Paulo em 1945 e seus problemas de habitação, ver ainda: BARROS, Valêncio de - "São Paulo". **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, Departamento de Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, nov/dez 1945.

¹⁹² DONZELOT, Jacques - **A Polícia das Famílias**. Rio de Janeiro, Graal, 1986, p 43 (Biblioteca de Filosofia e História das Ciências".

De um lado, nessa análise, figuraram razões internas referentes ao problema de acomodações adequadas; de outro, surgiram fatores externos que levavam à promiscuidade. A habitação, conseqüentemente, foi considerada um dos fatores da delinqüência juvenil e casos de meninas que engravidaram cedo ou viviam amasiadas foram narrados como dimensão daquela promiscuidade. A visão que se apresentou sobre a infância disse respeito às crianças pobres, sem recursos para habitarem razoavelmente. A solução para os problemas dos menores delinqüentes, em conclusão, devia começar por moradias decentes para eles e suas famílias.

Relações entre o problema da habitação e a harmonia conjugal foram estabelecidas a partir das más condições de moradia, julgadas sintoma da falta de recursos econômicos da família, sendo os pobres percebidos como vítimas dessas circunstâncias¹⁹³.

As habitações coletivas representaram o alvo das preocupações desses artigos. Salientava-se neles que não era só o chefe de família que detinha autoridade, ocorriam interferências externas consideradas altamente prejudiciais. A casa, abordada nessas condições, era aquela que só servia de depósito de alguns objetos e para o sono dos seus moradores pois as pessoas passavam a maior parte do seu tempo nos pátios coletivos, as crianças brincavam sem a necessária vigilância dos adultos, não havia intimidade a ser preservada, todos comentavam e falavam das vidas uns dos outros, sintoma da privacidade devassada. Os moradores foram, então, desvalorizados por não serem portadores de qualquer sabedoria que pudesse intervir na vida local, classificados como desprovidos de conhecimentos e desqualificados como carentes de princípios e valores morais¹⁹⁴. A solidariedade, por sua vez, foi desvalorizada como atributo auxiliar na solução de problemas, sendo os desquites apontados como resultado dessa devassa nos lares, as mulheres responsabilizadas como envolvidas nas intrigas do local e as desavenças entre os casais caracterizadas como algo habitual nesses espaços coletivos.

¹⁹³ARRUDA, Hélio Q. - "A Habitação e a Harmonia Conjugal - Desajustamentos dessa Ordem". **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, Departamento de Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, LXXXII: 197/203, mar/abr 1942.

¹⁹⁴Questão paralela a essa, discutindo a desconsideração do patrimônio histórico próprio a tais camadas sociais, foi debatida em:

SILVA, Marcos A. da - **História - O Prazer em Ensino e Pesquisa**. São Paulo, Brasiliense, 1995.



O que são os Parques e Recantos Infantis – Prefeitura Municipal de São Paulo/SP –
Secretaria de Educação e Cultura, 1949

Essas análises dos colaboradores da **Revista do Arquivo Municipal** evidenciaram sofisticação, tendo sido, possivelmente, calcadas em métodos sociológicos¹⁹⁵, o que não impediu os olhares preconceituosos sobre formas de sociabilidade (valorização da privacidade e críticas às relações de vizinhança, por exemplo), participando da construção de avaliações excludentes da pobreza paulistana. Certamente, esses vieses interpretativos assumiam mais responsabilidades sociais em relação às anomias identificadas (evocando o conceito durkheimiano, provável referência daqueles pesquisadores¹⁹⁶), abrindo perspectivas para virtuais encaminhamentos.

A discussão sobre delinqüência juvenil fazia parte desse horizonte de debates sobre habitações e condições de vida populares.

Médicos, Juristas, Psicólogos e Pedagogos eram vozes que atuavam no que diz respeito aos estabelecimentos que recolhiam crianças na faixa dos 14 aos 18 anos. Um exemplo dessa articulação entre saberes é oferecido pela ação de Arthur Ramos:

¹⁹⁵A presença de docentes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e da Escola de Sociologia e Política paulistana era freqüente nas páginas da publicação – Donald Pierson, Claude Lévi-Straus, Florestan Fernandes, Antônio Cândido, etc...

"Ao ser nomeado por Anísio Teixeira, então Secretário da Educação do Rio de Janeiro, para a chefia do Serviço de Higiene Mental e Ortofrenia da Secretaria, o médico Arthur Ramos dá início desde 1934 à fundação de uma série de clínicas destinadas à avaliação dos escolares: clínicas ortofrênicas, clínicas de hábitos, clínicas de higiene mental".¹⁹⁷

Mesmo num caso como esse, que não se referia a crianças internadas em instituições dedicadas a menores abandonados, fica evidente a permanente vigilância sobre comportamentos e atitudes, além de indicar uma íntima associação com os mundos de Educação e Saúde.

A delinqüência juvenil foi associada também a problemas de saúde, como sífilis e tuberculose, donde a importância do atendimento médico para impedi-la.

Um exemplo dessa associação foi a fundação, no Rio de Janeiro, em julho de 1936, do Laboratório de Biologia Infantil pelo médico e jurista Leonídio Ribeiro, que atuava como professor na Faculdade de Medicina e também na Faculdade de Direito do Distrito Federal, o que demonstra a presença significativa de médicos e juristas no discurso sobre a infância. Ribeiro também foi fundador do Laboratório de Antropologia Criminal e ganhador do prêmio Lombroso de 1933. Esse laboratório realizava estudos sobre o menor abandonado e o delinqüente, levando em conta causas físicas e mentais do crime praticado pelas crianças. Ainda em 1937, Ribeiro foi o delegado oficial do governo brasileiro no Primeiro Congresso de Psiquiatria Infantil em Paris, demonstrando que essas questões tinham relevância internacional e que o Brasil estava sintonizado com suas discussões.

Convidado pelo Ministro da Justiça, Macedo Soares, para projetar ações que prevenissem a criminalidade dos menores, Leonídio Ribeiro visitou em São Paulo instituições especializadas, planejando uma cidade dos menores diferente da paulistana e da Argentina. Ele propôs uma instituição para mil menores, espécie de extensão da casa dessas crianças, uma educação associada ao seu lar, onde elas permaneceriam a partir dos 6 anos e até os 21 anos. Em uma conferência sobre o crime, apresentada na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1937, intitulada "A criança e o crime", Ribeiro demonstrou preocupação com o aumento da criminalidade na Europa e na América do Norte. Assinalou a multiplicidade de suas manifestações, salientando, no entanto, a ausência do lar e da família, a experiência da rua, as habitações coletivas, a ignorância e a miséria das populações urbanas como os

¹⁹⁶DURKHEIM, Émile - *As Regras do Método Sociológico*. Tradução de Margarida Garrido Esteves. Lisboa, Presença, sem data.

¹⁹⁷CORRÊA, Mariza - "A cidade dos menores: uma utopia dos anos 30", Edição Citada, p 81.

fatores responsáveis pela criminalidade dos menores. Privilegiou, portanto, a cidade como lugar do crime e os pobres como seus agentes porque ignorantes, com perturbações físicas e mentais.¹⁹⁸

Falava-se em prevenção do crime, cabendo à Medicina papel central, numa linha semelhante à do criminalista italiano Lombroso, que identificava o criminoso com doentes e anormais. A Antropologia Criminal surgiu como ciência especializada nesses casos, sendo o hospital apresentado como alternativa à prisão, servindo para "*desenvolver e aperfeiçoar clínicas*". A Medicina, portanto, estudaria as causas da criminalidade, tendo crianças e adolescentes como alvos de observações sistemáticas, apelando para Laboratórios de Pesquisas Juvenis, Clínicas Psicológicas Infantis, Consultórios de Pedanálise e institutos de Biotipologia:

*"É que os povos cultos compreenderam, afinal, a importância fundamental que tem, nos destinos de uma raça, de um povo e de uma nacionalidade, a solução do problema da saúde e da educação da criança."*¹⁹⁹

O atendimento da infância significava também prevenir a criminalidade de jovens e adultos. Certamente, esse processo era considerado lento e difícil, abrangendo desde a assistência às mulheres grávidas e alcançando o indivíduo até a sua maioridade. Não se tratava, portanto, de apenas cuidar da criança para evitar a mortalidade infantil. Era preciso prevenir contra a criminalidade, tanto em idade escolar como pré-escolar, visando a controlar perturbações "*mórbidas*"²⁰⁰.

Também o Psicólogo era um profissional valorizado nesse processo e o teste psicotécnico era indicado para uma adequada escolha profissional, valorizando o trabalho como meta na integração e recuperação dos sujeitos em situações como mendicância, roubo e prostituição, assegurando-lhes a sobrevivência material. Para trabalhar, todavia, era preciso garantir a saúde física e mental de crianças e adolescentes.

Consideraram-se como comportamentos desviantes nas crianças a falta de respeito pelos pais, a mentira, o furto e a conduta sexual inadequada. A infância e a

¹⁹⁸RIBEIRO, Leonídio - *A criança e o crime*. Conferência realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa em 5 de maio de 1937. Rio de Janeiro, Faculdade de Medicina e Faculdade de Direito, sem data, Cadernos da Seara Nova, Estudos Pedagógicos.

¹⁹⁹ Idem, Idem., p 12.

²⁰⁰ Trabalhando a questão dos menores e problemas da Polícia na cidade de São Paulo, Luiz Roberto Netto apontou a atuação repressiva da instituição no século XX (1910/1930). Salientou, ainda, a precariedade do Serviço Social em relação aos menores, cabendo à Assistência Social atuar em tal direção. Indicou a Santa Casa da Misericórdia como entidade que criou um Serviço de Abrigo Para Crianças, muitas das quais eram enviadas por órgãos policiais.

adolescência foram vistas como etapas em que essas atitudes deviam ser corrigidas com a participação da mãe e de toda a família.

Eram Jjulgadas mais expostas à criminalidade as crianças que descendiam de sífilíticos ou epiléticos, aquelas que nasceram de uma gravidez difícil, as que foram mal-alimentadas na primeira infância ou deixadas nas ruas. Para evitar os maus resultados dessas experiências, foi sugerido que elas devem ser retiradas do ambiente de nascimento e encaminhadas para escolas ou reformatórios, onde pudessem usufruir de ambiente arejado e iluminado e receber medicamentos.

Na inauguração do Laboratório da Biologia Infantil, Leonídio Ribeiro anunciou o objetivo de

*"realizar o estudo completo, sob o ponto de vista médico e antropológico, dos menores abandonados e delinquentes, especialmente com o fim de apurar as causas físicas e mentais da criminalidade infantil no Brasil".*²⁰¹

Foram identificadas, nessa experiência, crianças com problemas de saúde como sífilis, verminose, doenças na garganta e tuberculose. Assim, foi construída também a imagem da criança como perigosa ameaça à ordem social, desdobrada no adolescente predisposto ao crime e no adulto criminoso. Na criança, portanto, colocava-se todo o potencial de transformação que, com certeza, seria muito mais difícil de ser obtido quando o indivíduo se tornasse adulto²⁰².

A internação de crianças foi vista por jornal paulistano como positiva. O **Diário Popular** recomenda abrigos e asilos instalados na cidade de São Paulo como instituições adequadas para o tratamento de determinadas crianças, caracterizando o Abrigo Provisório de Menores como resultado de *"boa vontade, espírito humanitário"* dos que ali trabalhavam e apresentando as crianças nele instaladas como

*"inocentes criaturas, privadas dos carinhos maternos, vítimas de pais desalmados"*²⁰³.

Opôs-se, portanto, a vida na instituição à vida na família. Na primeira, elas eram submetidas a rigoroso exame médico quando entravam e na família, viviam uma situação de penúria e abandono. Portanto, encaminhá-las para entidades daquela natureza seria uma solução. Se, antes, as observações quanto aos cuidados com as

ROBERTO NETTO, Luiz – "Por Debaxo dos Panos – A Máquina Policial e o Problema da Infância Desvalida na Cidade de São Paulo (1910/1930)". **Revista Brasileira de História** (Família e Grupos de Convívio). São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 9 (17): 129/141, set 1988/fev 1989.

²⁰¹ RIBEIRO, Leonídio – *Obra Citada*, Edição Citada, p 23.

²⁰² Fernando de Azevedo também caracterizou a infância como fase da vida em que se adquiria bons ou maus hábitos. Daí, a necessidade de investimentos nessa faixa etária.

AZEVEDO, Fernando de – **A Evolução do Esporte no Brasil**. Edição Citada.

²⁰³ **Diário Popular**, 23 ago 1933, p 1..

crianças responsabilizavam as mães pela mortalidade infantil, tentando educá-las para que os pequenos vivessem fortes e felizes, nessas vozes de Imprensa, a criança da família em situação de extrema pobreza não deveria ficar junto das mães, experiência em que a possibilidade de recuperação parecia impossível. Nessa dimensão, os institutos disciplinares foram valorizados e tinham suas atividades noticiadas.²⁰⁴

No intuito de elogiar a atuação dessas instituições em São Paulo, foi publicada na Imprensa paulistana a carta de pai que tinha um dos filhos internado no Instituto Disciplinar de São Paulo, relatando como a criança fora parar ali, atribuindo os desvios do filho às más companhias. A entidade foi valorizada pelo trabalho que desenvolvia, contraposto à vida da rua. Publicou-se foto de adolescente usando uniforme, com chapéu e enxada nas mãos, sugerindo que a correção vinha pelo trabalho. Por fim, o pai agradeceu à direção da entidade²⁰⁵.

O argumento das más companhias contribuiu para caracterizar os "desvios" como frutos de influências pessoais e não como problema social. Nesse sentido, a coletividade (e em especial o Estado) foram isentados de responsabilidade pelo processo, exceto no que se referia à repressão.

O **Diário Popular** posicionou-se sugerindo que não bastava o ensino agrícola em tais instituições, uma vez que a criança que vivia na cidade extrairia pouco proveito desses ensinamentos. Seria preciso também atuar para incentivar o ensino profissionalizante voltado para as atividades urbanas. Ao mesmo tempo, o ensino agrícola foi também valorizado, incentivando-se o trabalho em quintais, pomares, hortas, jardins, afirmando ser o Brasil um país essencialmente agrícola e definindo como exemplares as instituições que se comportavam nessa linha.²⁰⁶

²⁰⁴ João Evangelista Franco diferenciou as atribuições do Instituto Disciplinar e do Abrigo Provisório de Menores: ao último, cabia, desde 1926, "recollimento de menores durante as investigações, exames ou processos" por, no máximo, 30 dias; o Instituto Disciplinar, criado em 1903, com a finalidade de "*incutir hábitos de trabalho, educar e fornecer instrução literária e profissional, esta última de preferência agrícola*", atendendo a menores na faixa de 9 a 21 anos, atingindo também "*pequenos mendigos, vadios, viciosos, abandonados, maiores de 14 anos*". O Instituto Disciplinar sofreu reforma em 1931, visando à sua transformação em instituição educativa e de "*saneamento moral*", recebendo a designação de "Instituto Modelo de Menores" após reforma de 1938. A Liga das Senhoras Católicas criou em 1930 um Departamento de Menores para contribuir na solução do problema da criança abandonada.

FRANCO, João Evangelista – "O Serviço de Assistência aos Menores no Estado de São Paulo". **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, Departamento de Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, XCVIII, set/out 1944.

Gislane Campos Azevedo, estudando significados sociais da ação dos Juizes de Órfãos e São Paulo no período de 1871 a 1917, abordou aspectos do Instituto Disciplinar e sua política excludente em relação à infância.

AZEVEDO, Gislane Campos – "De Sebastianas e Geovannis" – **O Universo do Menor nos Processos dos Juizes de Órfãos da Cidade de São Paulo (1871/1917)**. Dissertação de Mestrado em História, PUC/SP. São Paulo, Digitado, 1995.

²⁰⁵ **Diário Popular**, 30 jun 1933.

²⁰⁶ **Diário Popular**, 25 out 1933.

A educação pelo trabalho era incentivada na medida em que ele regenerava, cuidava, ao mesmo tempo em que se colocava a questão de formar para a nação.

Todas as fases da vida da infância foram abordadas nesse debate, da criança ainda bebê até o adolescente, procurando, desse modo, construir estratégias de controle (tanto no sentido de proibições como no de direcionamentos) naqueles diversos momentos, passando a idéia de que a criança precisava ser vigiada pelo olhar do adulto que escolhia, sabia intervir tendo em vista a preservação da saúde e da integridade.

Junto com esses elogios, também foram apontados problemas do Instituto Disciplinar de São Paulo, como a promiscuidade por conviverem num mesmo espaço delinqüentes e crianças abandonadas, demonstrando o universo de tensões que cercava a construção dessas imagens da infância, chamando o governo (a quem foi atribuído o problema da promiscuidade) a assumir a responsabilidade nessa questão e elogiando a atuação da diretoria daquele Instituto²⁰⁷.

Realçou-se positivamente a disciplina nessas instituições, desde que ministrada com "amenidade", com essas escolas funcionando como outro lar

*"onde (a criança) adquira ao lado do ensino prático para a vida, a consciência dos princípios morais em que se funde a nossa família".*²⁰⁸

Em 1948, surgiram denúncias de problemas vivenciados pelo Abrigo de Menores de São Paulo no que se referia às acomodações precárias, falta de higiene, disciplina, além de ocorrência de espancamentos de menores por encarregados da vigilância interna, com as vítimas apresentando sinais da violência pelo corpo. Foi solicitada a abertura de inquérito para apurar as irregularidades. Apesar da tendência geral elogiosa com relação a essas instituições, os momentos de tensão eram tão evidentes que havia a necessidade de registrá-los na Imprensa, o que também demonstra como esses "menores" eram tratados como seres sem direitos, destituídos da condição de sujeitos e cidadãos²⁰⁹.

²⁰⁷ **Diário Popular**, 8 jun 1933. Esse mesmo tema voltou a ser objeto de notícia no jornal (15 jun 1933), condenando mais uma vez o convívio de menores de 12, 13 anos com os maiores de 15, 16, 17 anos.

²⁰⁸ **Diário Popular**, 18 dez 1940.

²⁰⁹ **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 out 1948.

Em julho desse mesmo ano, o jornal registrou a Semana de Menores, dedicada ao estudo de menores e delinqüentes, englobando atividades como discursos do Presidente do Tribunal de Justiça e do Cardeal-Arcebispo de São Paulo, que evocaram a necessidade de cuidados com a infância abandonada, de famílias desestruturadas. Foi indicada a necessidade de serem construídos abrigos permanentes para aquelas crianças, diante do encaminhamento de menores para prisões comuns e da inexistência de abrigos para deficientes. A discussão teve continuidade noutras edições do periódico.

O Estado de São Paulo, São Paulo, 27 jul 1948.

Idem, Idem, 28 jul 1948.

Idem, Idem, 7 out 1948.

O primeiro Juizado de Menores brasileiro foi criado no Distrito Federal em 1923²¹⁰, começando a funcionar no ano seguinte, e ele se propunha também a cuidar da infância pobre e abandonada e a desenvolver atividades como providenciar documentos (identidade, atestado de conduta, registro de nascimento, licença para trabalhar, atestado de pobreza e residência), além de deliberar sobre tutela, guarda e responsabilidade e de emitir autorizações para recebimentos de pensões, adoções e emancipações.

Em Relatório de 1943, assinalou-se o crescimento numérico de internados naquele ano em relação ao anterior²¹¹. Nesse documento, fez-se também muitos elogios à política varguista para a área, mencionando-se a ampliação de instituições para abrigar menores abandonados, com o aproveitamento, inclusive, de velhos prédios escolares. Mesmo um documento dessa natureza destacou valores freqüentemente apontados por diversos sujeitos como fundamentais no cuidado com a infância, caso de Saúde e Fiscalização de Locais de Trabalho (jornada, alimentação, vestimenta, ruídos, calor), sendo sendo a supervisão de seu cumprimento um dos atributos do Juizado de Menores, visando ao atendimento das necessidades fundamentais da infância.

Também nesse exemplo, foi construída uma imagem do Juizado de Menores marcada por eficácia e competência. Indiretamente, tais falas apontavam problemas concretos (insalubridade, crianças muito pequenas expostas à atividades perigosas), sugerindo observação direta de algumas experiências, mas não apresentando elementos palpáveis sobre a solução daqueles problemas.

Idem, Idem, 10 out 1948.

Idem, Idem, 14 out 1948.

Idem, Idem, 24 out 1948.

Idem, Idem, 31 out 1948.

Idem, Idem, 5 nov 1948.

Idem, Idem, 7 nov 1948.

Idem, Idem, 10 nov 1948.

Idem, Idem, 11 nov 1948.

Idem, Idem, 12 nov 1948.

²¹⁰ Através do Decreto Federal 16.272, de outubro de 1923, "aprovando o Regulamento da Assistência e Proteção aos Menores Abandonados e Delinqüentes, criava-se no Distrito Federal um Juízo de Menores. (...) Em São Paulo, em 21 de dezembro de 1924, foi promulgada a Lei 2.059, regulamentada pelo Decreto 3228, de 25 de março de 1925, criando no estado de São Paulo o Juizado de Menores."

FRANCO, João Evangelista - "O Serviço de Assistência aos Menores no Estado de São Paulo". **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, Departamento de Cultura, XCVIII, set/out 1944.

Uma das questões colocadas a partir disso foi que o menor passou a ser encarado não como um criminoso comum mas como merecedor de cuidados especiais.

²¹¹ GUSMÃO, Saul de - **Relatório do Juízo de Menores apresentado pelo Bacharel Saul de Gusmão ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça e dos Negócios Interiores, Dr. Alexandre Marcondes Filho**. Rio de Janeiro, 1943.

Nesse campo de discussão, o universo da infância pobre também incluía diferentes formas de trabalho infantil²¹². Havia uma perspectiva governamental do Estado Novo de controlar o trabalho de jornaleiros, vendedores de balas e outros desses trabalhadores infantis, numa linha conservadora de elogios às políticas oficiais de salário mínimo e de valorização de campanhas a favor do regime (as quais distribuíam folhetos, cartazes e boletins) e combatendo o "*movimento operário extremista*".²¹³

Essas propostas foram interpretadas por aqueles agentes como formas de evitar revoltas entre os trabalhadores, condenando abusos na exploração de menores - jornada de trabalho, por exemplo -, denunciando estabelecimentos industriais onde as crianças trabalhavam de 8 a 12 horas por dia.

Nessa perspectiva conservadora, é possível observar a intensa exploração do trabalho vivida por essas crianças, o que incluía atividades em ambientes anti-higiênicos e sempre na mesma posição corporal.

Ao mesmo tempo, algumas vozes do Estado Novo declaram que essas crianças vinham de ambientes corrompidos e atrasados e que, em sua faixa etária, era possível a transformação que os adultos não mais conseguiriam. Nessa perspectiva, admitia-se uma correção dos meios de trabalho, sem abolir o próprio trabalho infantil, valorizando a Legislação Trabalhista e o Código de Menores como instrumentos de "*equilíbrio entre as classes*".

Para os jornaleiros, evocava-se a construção de abrigos especializados ("Casa do Pequeno Vendedor de Jornais"), que previa assistência médico-social e fardamento completo, forma de identificação dos pequenos jornaleiros na cidade, isolando os que eram denunciados como "*corruptores*". Ao mesmo tempo, fardar era mudar sua aparência maltrapilha, maquiando a pobreza.

Sobre os vendedores de balas, denunciaram-se a falta de legislação, a mínima organização, ausência de autorização do Juizado de Menores e da carteira profissional.

Falou-se também sobre dificuldades para realizar a fiscalização de indústrias por falta de transporte, insuficiência e inadequação de funcionários e sobre a necessidade de verbas próprias. Houve defesa, ainda, do ensino profissional para crianças abandonadas, preparando-as para o trabalho, apresentando São Paulo como vanguarda no Ensino Profissional, combatendo a retirada de menores da fábrica para

²¹²SILVA, Martins e - **Fiscalização dos Estabelecimentos Industriais - Primeiro Relatório apresentado pelo Inspetor Doutor Martins e Silva**. Sem Local, Sem Editora, 1938.

²¹³Sobre a atividade dos jornaleiros, habitualmente considerada perigosa por ter a rua como espaço de trabalho, e a identificação da delinquência com essa atividade, consultar:

colocá-los na rua, lugar de vícios e crimes, enquanto a fábrica educava, argumento associado à harmonia entre Capital e Trabalho²¹⁴. Nessa linha de raciocínio, valorizou-se a formação de um mundo proletário que não estivesse contaminado por "extremismos" de direita ou de esquerda e apresentando o Brasil como alternativa diante de um mundo conturbado.

Apresentaram-se a criança identificada com as idéias de Ordem, Progresso e Civilização e o país caracterizado como "*democracia social*", pois dotado de um poder público que interferia em empresas onde houvessem crianças incapacitadas para o trabalho, conclamando a necessidade de exames médicos periódicos e julgando insuficiente o Atestado de Saúde obtido pelos trabalhadores, donde a necessidade de serem fiscalizadas as instalações sanitárias nos locais de trabalho.

O Brasil estava sintonizado com argumentos sobre o problema da infância que circulavam internacionalmente. Os que trabalhavam com infância naquele período (médicos, juristas, jornalistas, educadores, políticos, etc.) pressupunham que o país construiria a sua modernidade também a partir do momento em que cuidasse da infância. São Paulo e, na cidade, a Cruzada Pró-Infância, eram apresentadas pela Imprensa do Estado como vanguardas dessa modernidade, servindo de exemplo para o resto do país. Nessa perspectiva, através de uma ação eficaz com relação à infância, o Brasil atuaria no sentido de fortalecer seu patriotismo, ao mesmo tempo em que seria reconhecido internacionalmente. Essas questões serviram de forte inspiração para a atuação da Cruzada Pró-Infância, bem como para diferentes políticas públicas na área.

Uma faceta da questão merece um comentário crítico: apontava-se como direito da criança os direitos humanos básicos - alimentação, assistência médica, etc.. Sem questionar a necessidade de cumprir todos aqueles itens, é estranho que houvesse esforço especial em defendê-los apenas ou prioritariamente no que se referia à criança, ocultando sua dimensão de condição geral para a sobrevivência humana, como se falar dos direitos infantis possibilitasse negligenciar outros direitos mais gerais de toda a população.

A maior ênfase desta análise na criança pobre considerou aquelas que deveriam ser atendidas por instituições públicas, como parques infantis, e as propostas de uma entidade privada - a Cruzada Pró-Infância. Nas duas situações, a criança deveria ser preparada para uma vida adulta saudável, produtiva, regrada, integrada à família e a serviço da pátria. Por outro lado, foram considerados na análise

RAGO, Margareth - - *Do Cabaré ao Lar*. Edição Citada.

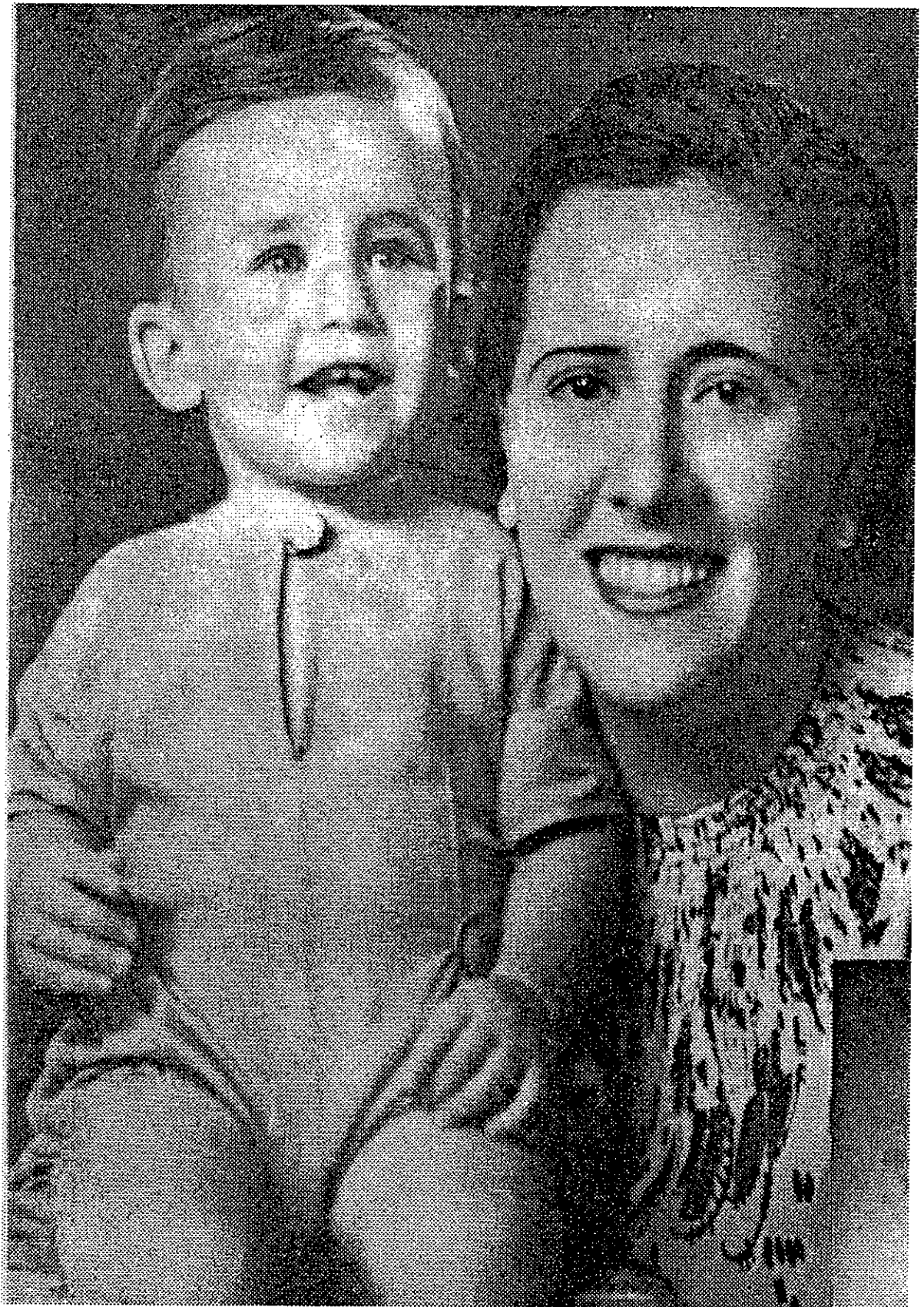
²¹⁴SILVA, Martins e - *Fiscalização dos Estabelecimentos Industriais*. Primeiro Relatório apresentado pelo Inspetor, Dr. Martins e Silva, em maio de 1938. Sem Local, 1938.

alguns aspectos daquela criança pobre e abandonada, proveniente de famílias “desestruturadas”, “viciosas” – aos olhos do poder público. Nessas circunstâncias, a denominação “menor” foi atribuída à criança na última situação, identificando-a com “vadiagem” e “crimes”, justificando a necessidade dela ser recolhida e internada em asilos de recuperação.

A expressão “menor”, na passagem do século XIX para o século XX, passou a designar crianças pobres, abandonadas e identificadas ao crime, expressão que carregava o significado social da identificação entre pobreza e criminalidade, “visíveis” nos espaços públicos urbanos – praças, ruas, mercados, etc.²¹⁵ Em relação a esses “menores”, as políticas praticadas no período almejavam recolhê-los da rua, ocultando-os em diferentes instituições.

Nessas discussões dos anos 30 e 40, a pobreza foi associada à carência e foi considerada dependente de instâncias governamentais e privadas. Nessas mesmas discussões, projetava-se uma infância regrada, no seio da família cuidadosa e dotada de recursos, cuja imagem mais palpável era a do consumo. Aqui, a criança aparecia como criança.

²¹⁵TORRES LONDOÑO, Fernando – “A Origem do Conceito de Menor”, in: DEL PRIORE, Mary (Org.) – *História da Criança no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1991, pp 129/144 (Caminhos da História).
, Mary (Org.) – *História da Criança no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1991, pp 129/144 (Caminhos da História).



Infância, out/1936.

CRIANÇAS EM OLHARES DA IMPRENSA.

As imagens de infância trabalhadas em periódicos brasileiros dos anos 30, 40 e 50 estavam em sintonia com questões como fragilidade, ameaça, inocência, perspectiva de futuro, possibilidades de transformação no presente e riscos de mortalidade. Daí, a necessidade de cultivar naquelas páginas uma visão idealizada da criança, padrão a ser alcançado, como forte, robusta e saudável, estudiosa, adaptada ao ambiente familiar, escolarizada, religiosa, regrada, disciplinada, bem-comportada, com aspecto higienizado, livre dos estigmas visíveis da carência. A pobreza infantil, também presente nessas publicações, figurava como problema, atraso e objeto de transformação para o bem do país.

Na Imprensa paulistana, a criança era noticiada levando em consideração seu envolvimento com instituições - Escola, Igreja, Asilos, Juizado de Menores, etc. Em diversas circunstâncias, houve um investimento muito grande na divulgação de eventos e ações promovidas por entidades locais, como a Cruzada Pró-Infância, Asilos, a Clínica Infantil do Ipiranga. Em grande parte, essa atitude significava apoio àquelas instituições. A recíproca também ocorria: a Imprensa costumava ser convidada para os referidos eventos e atividades, o que revertia também em auto-promoção do próprio periodismo, que aparecia como preocupado com problemas da sociedade.

Fez parte da imagem da cidade de São Paulo em diferentes órgãos da Imprensa - particularmente, no jornal **O Estado de São Paulo** - o cuidado com a infância desamparada. Nos anos 30, destacou-se a realização eficaz de assistência na cidade, tendo em vista as crianças. Daí, o elogio a instituições como a Liga das Senhoras Católicas, evidenciando seu caráter de modernidade¹. Ao mesmo tempo, divulgar tais realizações representava, na perspectiva da Imprensa, sensibilizar a opinião pública para que atuasse ao lado do poder público no sentido de proteção aos menores.

A imagem do tempo presente (anos 30 e 40) e da cidade nesses órgãos de Imprensa era mais freqüentemente do avanço e do progresso, projetando para um futuro quando todos os problemas da infância estariam resolvidos. Contribuindo para o projeto desse desenvolvimento, estavam os governantes, apresentados positivamente, atuando na direção de solucionar problemas. Havia, portanto, uma visão bastante otimista do presente e do futuro, São Paulo estaria aproximando-se cada vez mais dos grandes centros mundiais, prevendo-se para o futuro ser destacada como uma das

¹Diário Popular, São Paulo, 2 dez 1933.

grandes cidades do mundo, servindo como modelo para o resto do Brasil. Através da criação da assistência social, a cidade caminhava para um futuro promissor².

Aparecia nessa Imprensa uma imagem de Infância feliz, porque assistida por Asilos, Cruzada e Parques, usufruindo satisfatoriamente do que lhe era oferecido por governo e entidades privadas. Noutras ocasiões, a Imprensa denunciou aspectos indesejáveis para a Infância, como a pobreza associada à vida de rua e espancamentos de menores em Asilos, construindo uma imagem ideal dessas instituições, próxima do lar normatizado.

Além de noticiar eventos, a Imprensa se colocava, através de diferentes denúncias, como fiscalizadora de instituições, visitando suas instalações, apontando promiscuidades e erros, defendendo algumas direções dessas entidades. Nesse passo, ela se definia como porta-voz da cidadania e instrumento importante da opinião pública.

Essa Imprensa também abria espaço para divulgar textos de figuras de projeção pública no debate sobre temas da Infância, como Nicanor Miranda e outras autoridades governamentais, religiosos e intelectuais, caso de médicos e educadores. Ela divulgava notícias que discutiam os problemas da mortalidade infantil e notas que continham índices referentes ao assunto. A mulher tinha presença no periodismo como mãe e também como personalidade pública que cuidava dos interesses das crianças - casos de Pérola Byington e Leonor Mendes de Barros, figuras consideradas exemplares, que se dedicavam à infância pobre -, sem deixar de levar em conta experiências da dona de casa que possuía uma outra condição social.

Alguns setores da Imprensa, como o **Diário Popular**, divulgavam mais insistentemente a condição da criança pobre de rua, denunciando sua situação. Sua posição não deixava de ser conservadora em relação às experiências vividas pela população pobre, condenando práticas, pouco ouvindo quem vivia a situação da pobreza, abrindo espaço para aqueles que considerava autoridades para falar desses sujeitos. Já **O Estado de São Paulo** se situava mais no campo do debate das instituições. Ambos apelavam para o governo, reclamando uma perspectiva mais eficaz no cuidado com as crianças.

A produção de imagens de infância obedecia a um ritmo específico de elaboração e difusão na Imprensa periódica. Tal ritmo incluía a retomada ou a criação de conteúdos com certa regularidade junto a um público, através do surgimento de novas edições. Aquela periodicidade dizia respeito à veiculação de reportagens, fotografias, ilustrações, caricaturas e outros materiais similares.

²O Estado de São Paulo, São Paulo, 24 de janeiro de 1935.

O periodismo tinha papel ativo no conjunto da vida social, não podendo ser entendido como "reflexo" da sociedade, realçando, em contrapartida, uma capacidade de interferir nos processos sociais gerais, estabelecendo articulações entre o universo do consumo e outras práticas, criando necessidades, conservando hábitos. As revistas e os jornais não se limitavam a "registrar" imagens de infância pré-existentes no social, elas participavam do fazer social daquelas imagens, operando nos parâmetros de um grupo social e reforçando seus valores.

Evidentemente, a Imprensa do período aqui estudado tinha um caráter histórico próprio. O Sindicato dos Jornalistas de São Paulo começou a funcionar em 1937, quando se discutia a formação de uma escola específica para o Jornalismo, havendo mesmo debates para que a Universidade de São Paulo, instalada em 1934, incorporasse a tarefa. A iniciativa, entretanto, surgiu de setores privados na Economia, em 1947, na Fundação Cásper Líbero.

A formação desses sujeitos passou a interferir na própria Imprensa paulistana a partir dos anos 50, começando a alterar o quadro anterior de auto-didatismo, em que pessoas que exerciam funções subalternas conseguiam tornar-se jornalistas textuais ou fotógrafos³.

Se as propostas da Prefeitura Municipal de São Paulo e da Cruzada Pró-Infância sobre parques infantis e outros tópicos eram dirigidas a elites e referidas às crianças pobres da cidade de São Paulo, no caso de revistas como **Vida Doméstica** e **Fon-Fon!**, editadas no Distrito Federal, havia intenções de se falar para mulheres que possuíam poder aquisitivo alto ou médio, abordando a infância de seu meio social e apenas eventualmente mencionando o universo da pobreza.

Vida Doméstica e **Fon-Fon!** utilizavam diferentes recursos de linguagem (texto, fotografia, desenhos), possibilitando o trabalho com a construção de sentidos no social através de elementos diversificados de expressão.

O periódico **Vida Doméstica** trazia, além de materiais de propaganda, textos e imagens a respeito de múltiplos temas referentes à família brasileira, como reportagens sobre cuidados com infância, casamento, moda, grande quantidade de fotos, cujos conteúdos representavam aquilo que o mensário considerava eventos especialmente significativos.

A revista se apresentava como a publicação do lar e das mulheres e era propriedade da Sociedade Gráfica Vida Doméstica Ltda., que possuía outras publicações: **Vida Infantil**, **Vida Juvenil**, **Almanaque de Vida Infantil** e **Almanaque de Vida Juvenil**.

³RIBEIRO, José Hamilton - **Jornalistas - 1937/1997**. São Paulo, IMESP, 1998.

Pelas suas características, **Vida Doméstica** era dirigida prioritariamente ao público feminino, e concebia a mulher como consumidora dos diversos produtos anunciados, destacando aspectos referentes à beleza (daí, anúncios de vários cosméticos: esmaltes, sabonetes, cremes), além de propagandas de tecidos para confecções de vestidos e outros produtos. As propagandas da revista abordavam os mais diversificados artigos: jóias, óculos, camisas, carrinhos de bebês, relógios, cigarros, móveis, lenços, porcelanas, brinquedos, remédios, alimentos, hotéis, agências de turismo, moda. Ela dedicava grande parte de suas páginas à publicidade, com muitos números que apresentavam quatro ou cinco páginas iniciais só de anúncios. Isto serviu também para manter o mensário, que teve um longo período de edição, de 1920 à primeira metade da década de 60.

As propagandas de **Vida Doméstica** reservadas à infância reforçavam as idéias de saúde, beleza, inteligência, apontando produtos que milagrosamente resolveriam todos os problemas: Toddy, Emulsão de Scott, Aveia Quaker, etc.

Tal revista divulgava também anúncios dos periódicos ligados ao seu grupo editorial, atraindo os leitores para o que essas publicações ofereciam: calendário, trabalhos manuais, publicação de romance com ilustrações coloridas. Destacava-se ainda o luxo gráfico das edições,

"reunindo nomes da literatura e das artes nacionais".

Esses anúncios tinham como resultado realçar a qualidade dos vários produtos lançados pelo mesmo grupo, que também se destinavam a crianças e adolescentes.

Em 1940, **Vida Doméstica** trouxe reportagens que anunciavam seus 20 anos, reeditando matéria do primeiro número, que estampava seu projeto. Ali, o mensário afirmava

"que não era novidade a existência de uma nova revista no Brasil",

sugerindo o aparecimento de várias outras⁴. Nesse quadro, no entanto, **Vida Doméstica** declarava destacar-se como "diferente" por tratar de assuntos "úteis", casos de avicultura e criação de outros animais (cães, gatos), servindo ao enriquecimento do Brasil, porque dava atenção especial ao desenvolvimento de suas terras. Propunha-se, assim, a divulgar acontecimentos relacionados à agricultura e pecuária, conclamando ao aproveitamento das riquezas naturais do país.

⁴Sobre o estado geral na Imprensa brasileira no período, consultar:
SODRÉ, Nelson Werneck - **História da Imprensa no Brasil**, Edição Citada.
BAHIA, Juarez - **História da Imprensa Brasileira**. São Paulo, Ática, 1990 (2 vols.).
Ao contrário de **Fon-Fon!**, **Vida Doméstica** não é citada especificamente nesses livros.

Tais considerações permitem concluir que a própria vida familiar tinha um caráter urbano específico quando a revista surgiu, com um público morador de residências onde havia espaço para a criação de animais a que o mensário tanto fazia referências, alcançando, possivelmente, leitores de áreas rurais. Na contra-capa da revista, publicava-se freqüentemente calendário agrícola, o que se associava ao peso de tal público como seu alvo. Isso não impediu que a revista, referindo-se à infância, demonstrasse preocupações com a carência de espaços urbanos de lazer, apontando apartamentos como novas moradias que dificultavam a brincadeira das crianças.

Também **Fon-Fon!** publicava materiais publicitários, embora em menor escala que **Vida Doméstica**, e apresentava produtos e serviços semelhantes àqueles mencionados. Iniciando-se em 1907, **Fon-Fon!** se definia como "*semanário alegre, político, crítico e esfuziante*", explorando largamente o desenho humorístico, sem se dirigir prioritariamente ao público feminino, mas trazendo em suas crônicas e outros textos ou imagens alguns apelos para aquele universo de consumo - temas como a flor e o sorriso, como conquistar um marido, alimentação adequada para a nutriz, etc.⁵ Essas duas revistas se diferenciavam na medida em que **Vida Doméstica** era muito mais dirigida à família e ao lar, enquanto a outra publicação se dedicava prioritariamente a caricatura e política, realçando o espaço carioca. Essa tendência diminuiu muito nos anos 30/40, quando **Fon-Fon!** publicou muitas fotografias de mulheres como modelos de elegância e beleza, junto com imagens de pessoas de ambos os sexos, formadas em diferentes cursos universitários, embora as figuras femininas fossem mais destacadas nos universos de luxo e beleza que nos da Educação.

Fon-Fon! explorava muito as situações de humor, nas quais era possível rir de temas que, noutras circunstâncias, revelavam-se muito mais dramáticos - alcoolismo, por exemplo. O riso também assumiu ocasionalmente a função de repor papéis tradicionais para a mulher, conservando normas⁶. A própria Medicina serviu de objeto para o riso, reforçando, por vezes, a imagem de ignorância do paciente, mas

⁵Sobre **Fon-Fon!** em seu período inicial, consultar:

SILVA, Marcos A. da - **Caricata República - Zé Povo e o Brasil**. São Paulo, Marco Zero/CNPq, 1990 (Onde Está a República?).

Bassanezi salientou a preponderância da crônica social em **Vida Doméstica**:

BASSANEZI, Carla - **Revendo as Mulheres - Revistas Femininas e Relações Homem-Mulher (1945/1964)**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.

V. também, da mesma Autora: "Mulheres dos Anos Dourados", in: DEL PRIORE, Mary (Org.) - **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo, Contexto/UNESP, 1997, pp 607/639.

Aquela preponderância é também observável em **Fon-Fon!**

⁶Uma mulher pergunta ao marido: "Querido, por que não fazes um seguro de vida?" Ele responde-lhe: "Por que? Vais principiar de novo a cozinhar?". **Fon-Fon!**, Rio de Janeiro, maio 1942.

também colocando no médico, potencial ameaça à vida do paciente⁷. Nesse contexto, as crianças apareciam como levadas e desafiadoras do mundo adulto, principalmente, os meninos⁸. A narrativa quadrinizada "Crianças de Hoje" mostrou pais arrumando presentes em árvore de Natal para a filha, que os observava sorratamente; em seguida, quando eles se recolheram, ela foi à árvore e mexeu nos brinquedos deixados pelos pais; por fim, estes foram acordar a filha para lhe dar os presentes e ela se comportou como se nada houvesse acontecido⁹.

Esse último material apresentou uma criança esperta, com valores expressos no seu tempo presente, que dominava o mito de Papai Noel sem renunciar às suas vantagens. O riso, nos exemplos arrolados, não se comprometia rigidamente com nenhum ponto de vista, e funcionava como instrumento de acolhimento para determinadas questões e de rejeição para outras¹⁰. O que interessa em relação ao riso é pensar sobre articulações entre os temas que ele abordou e outros materiais dos periódicos.

Predominavam nas páginas de **Vida Doméstica** propagandas e fotos. Como em **Fon-Fon!**, os textos que acompanhavam as fotografias eram curtos, apenas explicavam os eventos, quase sempre marcados por luxo e grandiosidade, com homens e mulheres vestidos em estilo sofisticado. Havia, portanto, um modo de vida que era afirmado e reforçado como ideal às leitoras, próximo das camadas mais privilegiadas socialmente, que apareciam como exemplos de elegância e beleza. Imagens de infância estavam sintonizadas com esse padrão adulto de viver o social. Atributos dos grupos sociais privilegiados também eram designados para o universo infantil.

Repetiam-se nelas, todavia, instrumentos para atingir seus objetivos gerais de vigiar mães, infância e família: valorização da Puericultura e a necessidade de controlar o tempo da criança.

⁷Um médico indagou ao paciente: "Fizeram-lhe bem as sanguessugas que lhe receitei ontem?". O doente respondeu: "Não sei, doutor, a única coisa que posso adiantar é que tinham um sabor detestável". Noutro exemplo, uma paciente declarou: "Sofro muito, Doutor. Algumas vezes, tenho ímpeto de matar-me". O médico rebateu: "Não se aflija tanto, Senhora, para que eu estou aqui?". Noutra ocasião, alguém perguntou a uma mulher: "E seu marido, já está fora de perigo?". A resposta feminina foi: "Ainda não, pois o médico continua indo lá em casa todos os dias". **Fon-Fon!**, Rio de Janeiro, jul 1942.

⁸Num desenho, apareceram homem, elefante e dois moleques correndo, com o primeiro declarando: "Seus moleques! Eu os ensinarei a por sabão na água do elefante!". **Fon-Fon!**, Rio de Janeiro, 3, 15 jan 1938.

⁹**Fon-Fon!**, Rio de Janeiro, jan 1949.

¹⁰O caráter ambíguo do riso foi discutido em:

SILVA, Marcos A. da - **Prazer e Poder do Amigo da Onça**. Edição citada. Silva baseou-se no teórico francês E. Duprêl.

As seções "Página Infantil" e "Crianças", de **Fon-Fon!**, dedicavam-se a publicar retratos de crianças, tanto bebês como as mais crescidas. Os meninos maiores, habitualmente, eram fotografados com roupas mais sérias, como miniaturas de adultos (terno, dólmã). As meninas figuravam em trajes mais propriamente infantis, embora, em alguns casos, a pose para a fotografia revelasse postura composta, na direção da seriedade. Podemos verificar diversas imagens de infância construídas pelas revistas por meio de poses, roupas e adereços.



Infância, 12/1935

A fotografia não é reflexo do real nem ilustração, ela é dotada de uma historicidade própria, que considera novas tecnologias, formas de conceber e encarar o social. O fotógrafo, por seu turno, não é mero espectador do objeto fotografado, ele age e interfere, criando novas realidades.

Nessas fotografias de crianças, a pobreza não apareceu, não havendo espaço para o registro do trabalho infantil, da sujeira, da carência. A luz que revelava essas crianças fazia parte de um mundo iluminado pela bela aparência, que indicava saúde e felicidade. Tirar fotos de corpo inteiro dessas crianças integrava um projeto de revelar condições sociais favoráveis: o corpo era elemento importante no diagnóstico dos fotografados, pés, mãos, rosto, tronco, roupas asseadas, limpas, cabelos impecáveis, pele aveludada e macia, tão valorizada no anúncio de certos produtos para a infância, sempre branca. Além disso, essa linguagem era parte de um universo

marcado por debates e trocas de experiências (iluminação, ambientação, adereços decorativos que facilitavam as poses)¹¹.



Fon Fon, 22/06/1940

A Primeira Comunhão das crianças - sacramento da Igreja Católica - fez parte destes eventos comemorados socialmente e mereceu registros fotográficos nos dois periódicos analisados. Documentar a Primeira Comunhão remetia, ainda, para uma dimensão de religiosidade a ser preservada. Por exemplo, um texto que acompanhava um foto de crianças nessas condições apresentava os seguintes dizeres:

"No dia em que Jesus vem alegrar o coração dos pequeninos. É uma data inesquecível na vida das crianças, a da sua primeira comunhão. Fica assinalada para o resto da existência, como a memória feliz da pureza integral da meninice. A graciosa menina Noemia Machado no dia em que se aproximou da Mesa Eucarística e realizou a maior aspiração de sua existência infantil. É dileta filha do sr. Adolfo Machado." ¹².

¹¹Essas observações sobre linguagem fotográfica se basearam em:
MACHADO, Arlindo - *A Ilusão Especular*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
KOSSOY, Boris - *Fotografia e História*. São Paulo, Ática, 1989.
SANTOS, Carlos José Ferreira dos - *Nem Tudo Era Italiano - São Paulo e Pobreza (1890/1915)*. São Paulo, Anna Blume/FAPESP, 1989.
GRANGEIRO, Cândido Domingues - "As Artes de um Negócio: no Mundo da Técnica Fotográfica do Século XIX". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Humanitas, 35: 185/205, 1998.

¹²*Vida Doméstica*. Rio de Janeiro, jan 1930.

Nessa perspectiva, a felicidade absoluta dos homens (e, mais ainda, das crianças) estava na fé cristã, que devia fazer-se presente em todos os lares. A imagem de inocência da criança foi associada a essa dimensão de religiosidade, a ser preservada. Tal espiritualidade não renunciava à identificação de uma filiação, demonstrando não se tratar de uma criança qualquer. Essa identificação não era exclusiva para a criança de classe média, como se observava em festas de Natal em instituições assistenciais, públicas e privadas, freqüentemente noticiadas em revistas e jornais, fotografando personalidades e o público ali atendido, demonstrando a união de todos em Cristo e até a identificação entre crianças pobres e Jesus. Na criança e pela criança, diluíam-se tensões e diferenças sociais. Essas fotografias apresentavam uma classe dominante sintonizada com o universo da pobreza, ajudando, transformando, diferenciando-se de setores de elite alheios a esses problemas. Tratava-se de exibir a pobreza e, junto com ela, a elite que o país devia desejar.

Fotografias de Primeira Comunhão incluíam trajes especialmente pomposos, às vezes semelhantes a roupas nupciais - vestido longo, terno ou mesmo fraque -, remetendo intensamente o mundo infantil para o universo adulto. Em várias ocasiões, crianças mais crescidas de ambos os sexos surgiram carregando adereços da vida escolar - livros, por exemplo. Animais de estimação e brinquedos também apareciam junto aos seus donos, especialmente, os menores, em situações de pose bastante calculada. Brinquedos ou animais remetiam para infância, consumo, *status*, tudo muito disciplinado, expondo uma imagem de infância num padrão social de privilégio.



Fon Fon, 21/10/1939



Fon Fon, 25/11/1939



Fon Fon, 23/12/1939

Era mais habitual fotografar cada personagem individualmente, procedimento modificado quase apenas em Primeira Comunhão e Carnaval. Embora os pais não

figurassem junto aos filhos, seus nomes eram sempre associados aos das crianças, dividindo com estas o prestígio da exposição pública.



Infância, 07/1936

Essas fotos valorizavam a pose, sugerindo situações de estúdio fotográfico, fixando um momento da vida dessas pessoas, provavelmente constituindo uma referência de prestígio no meio familiar e social¹³. As fotografias de crianças naquelas seções de **Fon-Fon!** diferiam de imagens fotográficas usadas em propaganda, em que, por vezes, a exibição do produto nem sempre exigia de figuras humanas que olhassem para o público leitor¹⁴.



Fon Fon, 03/09/1938



Fon Fon, 03/09/1938

¹³Sobre pose e fixação de um momento para sempre na fotografia, ver: BARTHES, Roland - *A Câmara Clara*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, '1996.

¹⁴Denise Bernuzzi de Sant'Anna salienta a importância da pose fotográfica, inclusive em situações que aparentam informalidade:

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de - "Propaganda e História: Antigos Problemas, Novas Questões". *Projeto História*. São Paulo, PUC/SP, 14: 89/112, 1997.

As experiências fotográficas de **Vida Doméstica** diziam respeito a certos ritos de passagem valorizados no social - Primeira Comunhão, Casamento, Encerramento de Ano Letivo, Formaturas -, sugerindo como tais ritos deviam ser comemorados: roupas, cerimônias, exibição de zelo e cuidado. Por outro lado, os adultos fotografados representavam dimensões da vida "bem sucedida", resultante de famílias bem estruturadas. Tais fotografias representavam sintonia com valores sociais dominantes.

A família do presidente Vargas tinha também destaque nesses ritos fotográficos, modelo de filhos bem-criados e exemplo para o Brasil¹⁵.

Páginas que noticiavam casamentos por meio de fotos foram freqüentes, com meninas que apareciam como damas de honra. Fotografias de noivas paulistas também foram publicadas em vários números da revista, destacando o luxo. Ao mesmo tempo, o casamento privilegiado era aquele realizado na Igreja Católica, num contexto de pompa. Não havia espaço para o registro de relações externas àqueles padrões - concubinatos, mães solteiras, relações amorosas eventuais, roda dos expostos¹⁶. Existiam também fotografias de cerimônias dessa natureza em âmbitos populares, feitas por fotógrafos ambulantes, que não chegavam àquele espaço de publicação, evidenciando a assimilação da linguagem fotográfica por esses grupos sociais populares dentro dos seus padrões de vida - roupas, ambientes, etc.¹⁷.

Retratos infantis, que realçavam a filiação das crianças e a infância como expressão de beleza, alegria e felicidade na família, foram divulgados pela revista desde os anos '20, junto com fotografias de casamentos, moças, formaturas e bodas de prata¹⁸.

Em **Vida Doméstica**, as crianças apareceram fotografadas em várias solenidades, como audição em conservatório musical, o que não deixava de ser propaganda da própria escola, e apontava uma musicalidade que educava de acordo com a Psicologia e a Didática.

¹⁵**Vida Doméstica**, Rio de Janeiro, jan 1938 - cf. registro da formatura da Faculdade Nacional de Medicina, com destaque para o filho do presidente.

Consultar também sobre a imagem paternal e familiar de Vargas:

CAPELATTO, Maria Helena - "Propaganda Política e Construção da Identidade Nacional Coletiva". **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH/Contexto, 31/32: 328/352, 1996.

¹⁶Referindo-se ao século XIX, Maria Odila Silva Dias indicou esse universo de situações que atingiam mulheres e homens de camadas populares:

DIAS, Maria Odila Silva - **Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX**. São Paulo, Brasiliense, 1984

¹⁷Essa diversidade corresponde à lembrança pessoal de fotografias de meus pais, bem como a depoimentos de conhecidos sobre fotografia ambulante nos anos '40 e '50.

¹⁸Um exemplo disso consta de **Fon-Fon!**, jan e fev 1926.



Fon Fon, 22/06/1940

Meninos e meninas foram também fotografados em bailes carnavalescos, com suas diversas fantasias. A imagem da infância, nesses casos, foi sempre do sucesso, espetáculo, graça, beleza, felicidade. Eram comuns as fotografias de crianças no encerramento do ano letivo. Sobre um desses eventos, a revista escreveu:

"Estas fotografias encantadoras são da festa de encerramento do curso primário do Colégio Jacobina. Encanto, graça, dois adjetivos que cabem tão bem à infância, ali se encontravam para alegria dos assistentes, pais e pessoas amigas das famílias das alunas, que não se esqueceram de aplaudir as pequenas artistas. Momentos da infância que nunca mais serão esquecidos, estas festas de fim de ano têm o dom de deixar uma recordação agradável de um ano passado no convívio escolar, para que mais tarde possam sentir como nos versos do poeta, as saudades da infância querida que os anos não trazem mais".¹⁹

A imagem idealizada da infância se expressou em alusão a bons tempos, as recordações da infância deveriam ser preenchidas pela alegria que representava viver a infância, período "risonho e franco", que deveria retomar através de lembranças positivas.

¹⁹Fon-Fon!, Rio de Janeiro, 382, jan 1950, p 37.

Vida Doméstica identificou quais momentos da infância o leitor deveria guardar na lembrança, incentivando o registro fotográfico como instrumento adequado para preservar recordações de festas, momentos de sucesso.

Esse mesmo tom foi usado pelo periódico no registro de diversos eventos, como as formaturas da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil e dos Colégios Companhia Santa Tereza de Jesus, Bennett, Nossa Senhora de Sion, Anglo-Americano e Notre Dame, abrangendo adultos e seguindo os mesmos padrões de luxo e sofisticação assinalados em relação ao mundo infantil. Todas essas instituições de ensino eram de elite, o que ajuda a situar o âmbito de atenção e de possível circulação de **Vida Doméstica**.

Outra seção de **Vida Doméstica** que orientava no cuidado dos filhos, "*Guia das Mães*", apresentava-os como as "*melhores boas festas de casais venturosos*" e eram muitas as fotos de crianças enviadas para serem publicadas com textos curtos, que identificavam os fotografados²⁰. O mensário colocava os serviços de fotógrafos à disposição dos leitores, circunstância que reforça interpretações aqui feitas sobre intencionalidade e historicidade do ato fotográfico. Eis dois exemplos dessas legendas:

"Liamir, com três anos e meio, filhinho do sr. F. Guérière e de sua exma. esposa, dona Adelina Guérière, cirurgiões dentistas."

"O interessante filhinho do Dr. Agostinho C. Brêtas, médico".²¹

Sempre, registrava-se a prestigiada atividade profissional dos pais, indicando ligações da infância destacada com *status* social. Nesses termos, tais fotografias funcionavam como uma espécie de publicidade pessoal e familiar, fortalecendo publicamente as imagens daquelas pessoas. A revista publicava retratos de personalidades públicas, como o presidente Vargas. Divulgar fotografias e nomes de família era um gesto de aproximar esses personagens daquele universo de conhecimento público ampliado.

Essas imagens de crianças não combinavam com os índices alarmantes de mortalidade infantil, mais presentes na Imprensa diária paulistana e eventualmente referidos nessas revistas. A insistência das últimas em publicar matérias reservadas à Puericultura expressaram preocupação de preservar a vida de crianças, inspiradas no modelo do adulto bem-sucedido. Por outro lado, a criança fotografada naquelas circunstâncias ritualísticas aparecia integrada ao mundo adulto, demonstrando relação

²⁰Esse era freqüente procedimento da Imprensa brasileira até esse período visando a angariar rendas. V.: SODRÉ, Nelson Werneck - **História da Imprensa no Brasil**, Edição citada.

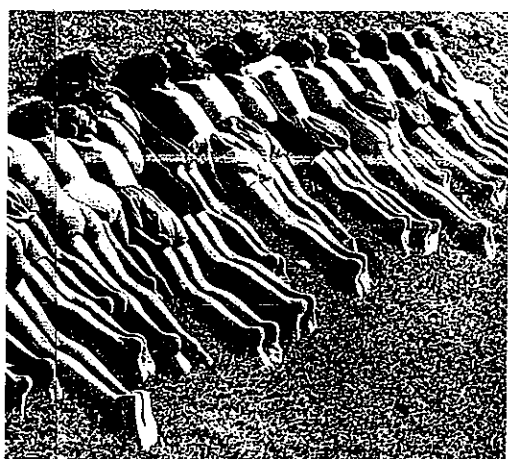
²¹**Vida Doméstica**. Rio de Janeiro, jan 1930.

harmoniosa entre pais, filhos e fotógrafo, evidenciando a circulação desses valores entre adultos e crianças.

Esse universo apontado pelas revistas estava, em certos aspectos, diferenciado daquilo que era parâmetro para as camadas populares. O uniforme nas escolas destinadas aos pobres, por exemplo, era uma forma de evitar a aparência indesejada das crianças, representando também simbolicamente igualdade de condições. Em escolas de elite, ao menos até os anos 50, uniformes eram usados como símbolo de ostentação, incluindo divisão entre roupas para o cotidiano e aquelas destinadas a desfiles cívicos e festas - tecidos ainda mais finos, acompanhados de chapéus e luvas, etc.

Também para crianças trabalhadoras, como jomaleiros e vendedores ambulantes, os uniformes eram uma maneira de evitar trajes indesejados, maltrapilhos, identificando-as no espaço urbano, disciplinando suas atividades, separando trabalhadores infantis de menores delinqüentes e de crianças bem-nascidas.

As crianças fotografadas em atividades escolares ou exibições cívicas não eram apresentadas individualmente. As fotos consideravam sempre grande quantidade de alunos, como nos parques infantis, uniformizados, disciplinados, exercendo atividade física orientada, demonstrando que a preocupação principal era valorizar atividades das instituições consideradas, levando em conta a idéia de que o projeto era bem recebido por um número expressivo de crianças e famílias.



Parques Infantis – Departamento de Cultura

Em alguns momentos, houve críticas aos *shorts* usados por meninas e mocinhas em desfiles na cidade, julgados "*sumários*", exibidores do físico. A Imprensa, fazendo esses comentários, assumia-os como pertinentes, colocando que eles surgiram em "*rodas de pessoas respeitadas*"²².

²²O tema apareceu no jornal paulistano *A Gazeta* no ano de 1937.

Recomendava-se simplicidade nos trajes infantis, definindo o que se considerava bom-gosto e atitudes inadequadas nas vestimentas. Também aqui, julgava-se necessário conhecer a criança, observá-la para definir momentos significativos de sua vida. Evidentemente, essa criança tinha uma identidade social específica de classe média e a atividade da costura também aparecia como tarefa doméstica da mulher nessa faixa social²³.

Considerando que a linguagem fotográfica necessitava de um repertório de conhecimentos do leitor, sua decodificação exigia referenciais, o que demonstrava que sua leitura não dependia apenas de uma visão imediata. A seção "Teste Fotográfico", de **Fon-Fon!**, exigia do leitor que ele identificasse as pessoas fotografadas através de múltiplas opções, à maneira de um teste²⁴.

Junto com a fé, a imagem fotográfica da criança foi também associada ao poder de estado, como se observa em cena de Getúlio Vargas com trigêmeos, vestidos como marinheiros, o presidente segurando a mão de um deles. Segundo a legenda dessa imagem, Vargas amava as crianças também como educador que era, função que, nas páginas da revista, se deslocava entre médicos, mães, professores e outros atores sociais. Elas foram usadas como símbolo do pensamento presidencial sobre o futuro, coadjuvando uma legitimação dessa autoridade²⁵.

A imagem fotográfica das crianças teve o papel de tornar ainda mais palpáveis os temas abordados, explorando o poder de convencimento delegado à visão. A rapidez de articulação entre temas e personagens com base em fotografias foi importante dimensão nas imagens de infância desse período, situando-as em múltiplos contextos da vida social.

Em **Fon-Fon!**, ocorreu procedimento similar, que pode ser exemplificado com a fotografia do Dr. Paulo Frontin, homem público, cuja condição de pai foi valorizada por adjetivação positiva, ladeado pelos filhos - duas meninas e um menino²⁶. Embora

Fon-Fon! ofereceu sugestões de roupas para crianças, apresentando modelos e moldes, indicando tecidos finos: organdi, cambraia de linho branco, etc. **Fon-Fon!**, Rio de Janeiro, jan 1938.
Costurar era desaconselhado apenas em alguns momentos da gravidez, levando em conta os cuidados para preservação da saúde da mãe e da criança. **Fon-Fon!**, Rio de Janeiro, fev 1942.

²³**Fon-Fon!**, Rio de Janeiro, jun 1942.

²⁴**Fon-Fon!**, Rio de Janeiro, 15 out 1949.

²⁵Idem, Idem, mar 1942.

Heloísa Helena de Jesus Paulo comenta a produção de cartilhas, santinhos e outros materiais destinados ao jovens, conferindo "ao jovem um papel de destaque na edificação de uma nacionalidade".

PAULO, Heloísa Helena de Jesus - "O DIP e a Juventude - Ideologia e Propaganda Estatal (1939/1945)". **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 14: 99/113, mar/ago 1987.

Maria Helena Capelato fez análise comparativa da propaganda varguista e peronista, salientando menor apelo emocional nos exemplos brasileiros:

CAPELATO, Maria Helena - "Propaganda Política e Construção da Identidade Nacional Coletiva". Edição Citada.

²⁶**Fon-Fon!**, Rio de Janeiro, 36, 14 dez 1907.

esse exemplo seja do início do século, a prática permaneceu na revista até o período aqui discutido. As legendas de fotografias em **Fon-Fon!** identificavam meninas como "graciosas" ou "interessantes", enquanto os meninos eram designados como "inteligentes". Essa diferença indica que as imagens de infância também participavam das identidades de gênero.

Situações que mereciam destaque em órgãos da Imprensa eram as atividades festivas que implicavam em entrega de prêmios, com a presença de autoridades governamentais, homens e mulheres públicos de destaque. É o caso de fotografias que consideravam entregas de prêmios em lugares privilegiados da cidade, como o Teatro Municipal de São Paulo, onde, provavelmente, os pobres não tinham frequência assídua.

Outro lugar privilegiado da cidade para registrar a presença de crianças em situações solenes como o Dia da Criança foi o Parque da Água Branca. Fotos panorâmicas mostravam a grande quantidade de crianças em atividades físicas. A prática da Educação Física era elogiada como benéfica a mulheres e crianças, sendo lembrados o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo e a Cruzada Pró-Infância²⁷. No caso do Concurso de Robustez Infantil, os bebês eram fotografados de fraldas, sentados, de peitos nus. O jornal colocava como símbolo dessa campanha, criança nua numa balança²⁸. Também figuraram crianças vestidas, apresentadas pelas mães sorridentes, que exibiam os filhos para o público leitor como frutos de grande cuidado, numa atitude de orgulho²⁹.



Infância, 10/1936



Revista de São Paulo, 10/1936

²⁷ Schemmes destacou o papel das festas cívicas na consolidação da idéia do novo e no apoio ao governo Vargas, afirmando que desempenhavam importante papel na "cooptação das massas" e no "disciplinamento dos cidadãos", "considerando-se fundamental a participação das escolas, das crianças e das mulheres, além dos homens da Escola de Educação Física do Exército, Polícia, Tiros de Guerra, etc."

SCHEMMES, Cláudia – **Festas Cívicas e Esportivas no Populismo**, Edição Citada.

²⁸ **O Estado de São Paulo**. São Paulo, nov 1936.

²⁹ Em conversa que tive com uma aluna do latu senso da PUC/SP em História, ela revelou que participou de um Concurso de Robustez Infantil, afirmando que sua mãe falava com orgulho dessa experiência, lamentando apenas que a filha ficara em 2º lugar. Segundo ela, sua família era de classe média.

Um terceiro espaço privilegiado da cidade de São Paulo, para o desfile da criança escolar que participava dos Concursos de Robustez Infantil, era a Avenida Paulista.

O Cine Metro também foi realizado nesse contexto, apresentando filmes específicos para a infância. Em alguns casos, como no filme "Flores do Pó", mostrou-se a generosidade feminina, trabalhando a importância do assistencialismo. Houve película específica do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP/SP) sobre as atividades da Cruzada Pró-Infância, reforçando valores desejáveis para o universo infantil, demonstrando como a Imprensa, as entidades assistenciais e o governo dialogavam com as linguagens mais avançadas tecnicamente, aproveitando seus recursos para consolidar as propostas que encaminhavam³⁰.

A perspectiva de apresentar crianças nessas situações vinha acompanhada de adjetivações como ordem e disciplina como questões importantes no comportamento dessas crianças³¹. Os serviços de atendimento, como o da Cruzada Pró-Infância, foram fotografados para valorizar as atividades desenvolvidas por aquela entidade, numa atitude que tinha a intenção de mostrar o apoio das mulheres pobres da cidade a esses projetos.

A mãe negra também esteve presente nesse contexto, o que não foi observado entre os vencedores do Concurso de Robustez Infantil, em sua grande maioria brancos. Nas fotografias dedicadas ao Serviço Pré-Natal, ao Serviço de Pele e Sífilis e à clientela da Cruzada Pró-Infância, a mulher surgiu sentada, muitas vezes com seu filho no colo, aguardando ser atendida. Outro procedimento em relação às fotos foi apresentar serviços oferecidos pelas instituições, com os funcionários trabalhando ativamente e atendendo às mulheres, numa demonstração de que aquele universo do trabalho fazia parte do comportamento cotidiano da instituição, trazendo como resultado a diminuição dos índices de mortalidade infantil, conquista tida como contribuição para o progresso da nação. Os textos que acompanhavam essas fotos elogiavam enfaticamente as instituições enfocadas, valorizando o trabalho de seus funcionários³².

A criança tinha presença significativa no noticiário jornalístico durante o Natal e a Semana da Criança, sendo representada como símbolo de uma nova vida, anjos

³⁰ **Correio Paulistano**, São Paulo, 7 jun 1942.

O Estado de São Paulo. São Paulo, 3 e 11 jun 1942.

³¹ **Diário da Noite**, São Paulo, 18 out 1937.

³² **O Marco**. São Paulo, 11 abr 1937.

puros e inocentes, afastada da imagem demoníaca da criança de rua, identificada como delinqüente³³.

Também a revista **Infância** teve procedimentos semelhantes a **Fon-Fon** e **Vida Doméstica** no que se referia às páginas reservadas para publicar fotos de crianças, nesse caso, paulistas, filhos de assinantes e leitores da revista. Ela tratou as fotografias como ilustrações dos textos escritos, prevenindo os leitores sobre poderem enviar fotos das crianças, desde que se submetessem ao critério de que a revista escolheria aquelas que fossem adequadas ao seu projeto:

"que a nenhuma fotografia será dada aplicação que venha deprimir de qualquer forma a criança que ela reproduza, só sendo utilizada para ilustrações de caráter geral sobre a infância. Aliás, as fotografias que forem empregadas como simples ilustração não serão acompanhadas do nome da criança".³⁴

Ficou assim explicitada sua intenção de preservar os direitos sobre o que pretendia fotografar, bem como de proteger as crianças de qualquer imagem que pudesse depreciá-las ou as abordar sem considerar os princípios de Higiene e Saúde, tão valorizados por aquela publicação. Como **Vida Doméstica**, **Infância** se propôs a publicar na seção "*Crianças de São Paulo*" fotografias produzidas por profissional indicado pela revista - no caso, Cerri -, colocando ainda que não assumiria compromisso com fotografias tiradas em locais que não aquele indicado. Dessa forma, as famílias que desejassem que suas crianças saíssem naquelas páginas da revista deveriam procurar o ateliê do fotógrafo, pois só através dele, as fotos seriam selecionadas e se agilizaria a publicação.



Infância, 02/1936



Infância, 02/1936



Infância, 07/1936

³³ A reflexão sobre imagens paradisíacas ou detradoras da infância se beneficiou da leitura de: SOUZA, Laura de Mello e - **O Diabo e a Terra de Santa Cruz - Feitiçaria e Religiosidade Popular no Brasil Colonial**. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.

Embora as questões aí discutidas digam respeito à colonização e às visões dos portugueses sobre a terra e sua gente, elas também me ajudaram a refletir sobre infância como idade em que tais elementos estão presentes.

³⁴ **Infância**. São Paulo, Cruzada Pró- Infância, abr 1936, p 7.

Apesar de a Cruzada Pró-Infância ser instituição que cuidava de crianças pobres, as que apareciam nas páginas de sua revista tinham o aspecto daquelas apontadas em *Fon-Fon* e *Vida Doméstica*: meninas bem vestidas, sorridentes, brancas, às vezes sentadas, meninos com aparência mais adulta, com vestimentas que se assemelhavam às de vaqueiro, com botas, calça comprida, chapéu na mão, luvas, cinto, evocando ainda uma postura muito próxima do adulto³⁵.



Infância, abr/1936

Além de crianças de corpo inteiro, publicou-se num dos primeiros números da revista, só o rosto da menina sorrindo, fazendo careta, com língua de fora, sendo o fotógrafo apontado como figura inteligente, que conseguia arrancar aquelas expressões do rosto infantil³⁶. Fotos publicadas posteriormente seguiram aqueles outros padrões antes apontados³⁷.

Crianças mais pobres apareceram em situações que promoviam os serviços oferecidos pela Cruzada Pró-Infância, valorizando o atendimento pré-natal. Elas surgiram com suas mães, de fraldas e a chamada para as fotos indicava que tinham sido amamentadas com leite materno. Os fotografados foram ainda apresentados como exemplos de *"asseio, ordem e frequência às consultas aos diferentes serviços da Cruzada"*³⁸.

³⁵ Idem, Idem.

³⁶ *Infância*. São Paulo, 2, abr 1935.

³⁷ Idem, Idem, 7, dez 1935.

Idem, Idem, 8, fev 1936.

Idem, Idem, 10, jul 1936.

Idem, Idem, 11, out 1936.

³⁸ Idem, Idem, dez 1936.

Os pobres fotografados, portanto, foram aqueles que correspondiam aos projetos divulgados pela revista, prestigiando e colaborando com os trabalhos da instituição, demonstrando sua eficiência. A aparência desses sujeitos estava ainda longe de uma condição de pobreza que se expressava em abandono. As mães junto dos filhos demonstravam que essas crianças tinham o acompanhamento materno, ao mesmo tempo em que se divulgava uma imagem de dedicação constante dessas mulheres, atenção para a saúde dos filhos. As crianças estavam vestidas com dignidade, de meias, sapatos, sempre em grandes grupos com as mulheres adultas.

Outras fotografias acompanharam reportagens, as chamadas fotografias ilustrativas, caso da matéria que valorizou banho de mar e sol como fundamentais para a saúde das crianças. Estas eram apresentadas banhando-se ou tomando sol, com as roupas apropriadas para essas ocasiões.

As ações governamentais mereceram sempre elogios por parte de **Vida Doméstica** e outros órgãos congêneres de Imprensa. O Departamento Nacional de Propaganda foi ali apresentado como órgão que atuava de forma inteligente, por exemplo, na sua produção cinematográfica oficial, servindo de elemento para orientar outras realizações nessa área no Brasil³⁹. A revista colocava-se como dedicada às realizações do "*Regime Nacional*". A partir disso, as imagens de infância divulgadas pelo mensário estavam em sintonia com projetos políticos mais amplos, desempenhando neles um papel ativo.

É demonstrativa dessa dimensão a reportagem "*O Brasil é uma Democracia Educativa*", caracterizando a política interna brasileira como

"educadora, de assistência de disciplina e controle de todas as atividades individuais".⁴⁰

As noções de trabalho e ordem foram empregadas de forma a qualificar as ações governamentais. O estado acolheria a todos sem distinções de nacionalidade ou religião. Apresentou-se o presidente como símbolo de unidade da nação.

A democracia foi defendida e definida como o sistema político que tinha como pressupostos a liberdade e a igualdade, aquele que vinha do povo e se voltava para ele, uma forma de organização que se opunha a "*liberalismos desordenados*". As palavras disciplina e civilização foram evocadas para legitimar a forma de governo. Esse estado estaria acima dos interesses individuais e de partidos políticos. A sociedade saudável seria aquela que observasse civismo, educação, disciplina. Assim, vida privada e pública se confundiam no sentido da legitimação desse poder público.

³⁹**Vida Doméstica**. São Paulo, jan 1939.

⁴⁰Idem, Idem, 276, mar 1941, p 71.

Daí, sua insistência em normatizar a vida da família, abrangendo inúmeros espaços da existência infantil.

O olhar para as crianças pobres foi interpretado com base em atitudes consideradas "*beneméritas*" de alguns homens de posses, "*desprovidos de soberba*"⁴¹.

A pobreza, em **Vida Doméstica** e **Fon-Fon!**, apareceu a partir da filantropia, sendo atendida por meio de obra generosa de figuras que tinham certo destaque social e dos ricos, portadores de "*compaixão*" pelos necessitados, constituindo uma imagem da infância como base da riqueza da nação.

Valorizava-se a pobreza, na medida em que fosse considerada generosa e afetiva. Nesse sentido, **Vida Doméstica** publicou um texto intitulado "*Uma Dedicção Vale Mais do que a Fortuna*", abordando história de família de posses, que colocou a mãe, já idosa, em asilo sofisticado, deixando-a ao abandono. Sua saúde ficou ainda mais fragilizada devido à ausência dos filhos. Ao mesmo tempo, apresentava uma experiência de mulher pobre, que vivia sozinha, com mãe doente, merecedora de todos os cuidados da filha zelosa, capaz de assumir, apesar da ausência de recursos financeiros, a doença materna. Resultava dessa narrativa, a moral de que o dinheiro não era tudo, importando muito mais a dimensão afetiva da relação familiar⁴². De acordo com o projeto geral de **Vida Doméstica** para a família, os laços mãe-filhos eram reforçados na relação inversa, quando os filhos deviam cuidar da mãe. Isso implicou uma idealização da pobreza moralizada e feliz, que não dependia de grandes recursos econômicos para praticar o bem.

A relação mãe/filhos sempre funcionou como apelo nas reportagens que tratavam da pobreza. Em **Fon-Fon!**, o tema foi também comentado a partir da experiência da Segunda Guerra Mundial. Para isso, publicou fotografias de crianças italianas pobres, apontando a habitação como um dos principais problemas resultantes da guerra. Uma das legendas afirmou:

*"Esses garotinhos descalços, sujos e esfarrapados de hoje são os cidadãos da Itália de amanhã."*⁴³

Essa imagem da infância, reportando-se a um anti-modelo da criança higienizada e com lar bem estruturado, era uma perspectiva que também se tinha para o Brasil, embora aqueles textos e imagens dessem a impressão de que tais problemas estivessem muito afastados do país. Pensar na infância, portanto, era projetar o futuro desejável, que não se confundia com aquele presente. O contexto da Segunda Guerra

⁴¹Idem, Idem, jan 1952, p 42.

⁴²Idem, Idem, 225, out 1942.

⁴³**Fon-Fon!**, Rio de Janeiro, 2 abr 1949.

Mundial foi apresentado como perigo e ameaça para a criança, em seu nome deveriam ser evitadas ações belicosas⁴⁴.

Os contos em **Fon-Fon!** abordavam, às vezes, a pobreza de crianças e adultos. Em algumas dessas circunstâncias, a riqueza estava longe das possibilidades reais oferecidas pelo mundo do trabalho.

Houve situação em que a Polícia atuou injustamente no espaço urbano contra um pobre, prendendo-o. Admitiu-se a possibilidade de formar figuras públicas a partir da experiência da pobreza e uma criança apareceu no espaço público como denunciador de injustiças sociais, formando dimensões críticas do futuro adulto. A criança, nesse caso, foi símbolo da condenação das desigualdades. A vida terrena surgiu como incapaz de resolver problemas, evidenciando os limites da crítica possível (criticava-se sem horizontes de mudança). A greve foi condenada como prática política por ser ineficaz. Os pais da criança, embora tivessem trabalhado a vida inteira, morreram na miséria, como se a única possibilidade de mudança se desse através da morte, estando-lhes reservado o Céu, uma vez que Deus era justo⁴⁵.

O conto foi ambientado no Distrito Federal. Nesse contexto carioca (presença dos morros, parcela da população luxuosa que dava as costas para o morro pobre, presença do Cristo Redentor, identificado à pobreza), valorizou-se a pobreza feliz na religiosidade, e a Paixão e Morte de Jesus foi apresentada como exemplo de injustiça. Houve condenação moral dos ricos, descritos em situações de luxo insultante face à pobreza alheia. Pobres foram caracterizados como migrantes e pretos. A consciência da pobreza do personagem implicou em tomar-se orador, apesar da falta de escolaridade. Greves foram caracterizadas como inúteis, associadas à definição do trabalho como cansaço, penalização, tristeza, sofrimento e falta de recompensa. A prisão do personagem foi associada à degradação física. A morte dos pais, por fim, foi articulada ao desejo de morte do próprio personagem através da luta em praça pública.

O narrador nesse conto se identificou com seu personagem no sentido de apresentar a pobreza como horizonte de sofrimento, a ser compensado depois da morte, perspectiva imobilizante da ação transformadora dos pobres. Embora publicado durante o Estado Novo, o conto não fortaleceu a ideologia do trabalho⁴⁶, antes apresentando essa atividade numa perspectiva degradada e sofrida, sem solução com

⁴⁴Folha da Manhã, São Paulo, 19 set 1942.

⁴⁵CALMON, Edwaldo - "O Sonho do Menino Pobre". **Fon-Fon!**. Rio de Janeiro, 23 dez 1939.

⁴⁶Sobre a ideologia do trabalho no Estado Novo, consultar:

GOMES, Ângela Maria de Castro - "Construção do Homem Novo: O Trabalhador Brasileiro", in: OLIVEIRA, Lúcia Lippi, et al. - **Estado Novo - Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, pp 151/166.

base na ação dos trabalhadores. Restou a via do apelo à intervenção governamental, presente no texto, mas distinta da solução encontrada pelo personagem.

Além da relação mãe/filhos, importa salientar que a infância era muito utilizada como elemento sensibilizador no que se referia ao universo da pobreza, dimensão de ser pobre que podia ser regenerada no futuro.

A aparição da pobreza nessas publicações não se confundia com aquela da experiência da rua. Ser pobre não significava um mal, desde que fossem observadas na família a prática religiosa e as regras de higiene e saúde, perspectivas também exploradas em outros materiais editados no período⁴⁷.

Vida Doméstica, ao se preocupar com a infância, divulgou ainda noções de Puericultura, em série que se prolongou por vários dos seus números, reportagens assinadas por médicos especialistas na área, caso do Dr. Adauto Rezende, do Departamento Nacional da Criança e Diretor do Serviço de Orientação Médico Social da Associação Cristã de Moços do Rio de Janeiro, demonstrando como profissionais ligados a essas instituições tinham espaço privilegiado na Imprensa⁴⁸.

O artigo de Rezende apresentou início e fim de cada fase da infância, o significado dessas etapas, desde esclarecimento sobre a palavra recém-nascido até características e transformações que a criança vivia. O destaque foi para a necessidade de se perceber que a criança não era um adulto em miniatura e, portanto, necessitava de cuidados especiais. O corpo foi apresentado todo compartimentado para melhor análise (cabeça, olhos, nariz, pescoço, tórax, abdômen, extremidades, unhas, musculatura), explicitando funcionamento dos órgãos - fígado, intestino, estômago, etc. Desse ângulo, as mães só poderiam cuidar adequadamente de seus filhos com base em um conhecimento cientificamente elaborado. Por outro lado, essas atitudes demonstravam que a criança era apresentada como um ser complexo, que não podia ser tratado de qualquer maneira, condenando empirismos, que não combinavam com preceitos científicos valorizados. Aquele procedimento também sugere uma valorização das especialidades médicas.

A Puericultura anunciava buscar práticas racionalizadoras no sentido de resolver problemas de saúde da criança⁴⁹. Ela teve presença significativa naquelas revistas. Em seções dedicadas ao seu universo, médicos assinavam reportagens lembrando às mães a autoridade de quem sabia e devia falar sobre crianças - eles

⁴⁷Essa perspectiva se fez presente na publicação:

McNAIR, C. E. W. - **Leni e seus Filhos**. Sem Local, Sem Editora (Departamento da Criança?), 1954.

⁴⁸**Vida Doméstica**. Rio de Janeiro, abr 1959, p 49.

Em várias outras seções da revista, como "Medicina Doméstica", "Guia das Mães", "Como Criar e Educar Nossos Filhos" e "Ter Filhos e Ser Mãe", noções de Puericultura foram objeto da atenção.

⁴⁹NOVAES, H. Maria Dutilh - **A Puericultura em Questão**. Edição Citada.

mesmos -, contra a interferência de vizinhos, amigos e parentes, identificados como os que executavam práticas não-científicas, contrárias ao saber médico. Essa oposição entre Medicina Científica e saberes populares foi praxe nos anos 30 a 50, evidenciando forte existência desses últimos saberes naquele período, que preponderavam em relação à cientificidade, mas eram absolutamente ausentes na Imprensa⁵⁰.

Os médicos se colocavam como educadores que, através dos meios de comunicação, divulgavam seu saber, popularizando determinadas práticas, aparecendo como aliados daqueles meios, marcando significativa presença junto às famílias, prevenindo doenças infantis:

"Por isso, eu e outros, escrevendo estes artigos, fazendo conferências, palestras de rádio, usando enfim, os mais diversos meios, precisamos abrir os olhos das mães atuais e futuras a fim de lembrar-lhes o cuidados para com os filhos".⁵¹

Além da modernidade dos meios de comunicação utilizados, essa fala realçou o fazer médico como missão esclarecedora ("*precisamos abrir os olhos das mães...*"), tratando as genitoras como virtuais cegas, destituídas da luz científica.

Aconselhava-se vacinar os filhos contra coqueluche, varíola, difteria, tétano, tifo e crupe. Dessa forma, as mães estariam evitando aborrecimentos e economizando gastos maiores que ocorreriam se as doenças se instalassem⁵². A imagem de infância contida nesse tipo de proposta implicava valorizar uma modernidade de procedimentos (vacinação) e seus benefícios para a economia doméstica, além de tranqüilidade e sossego para a família derivados daquelas práticas. Ciência, Infância e Família, nessa perspectiva, deveriam estar entrelaçadas. Os periódicos faziam uma ponte mãe/médico, visando a tomar esse contato mais permanente e sistemático, estabelecendo vínculos entre Ciência e Lar.

A alimentação do bebê, nessa perspectiva, também mereceu conselhos médicos, naqueles periódicos, contra formas julgadas inadequadas de tratá-lo. Combateram-se mimos e caprichos, e o despotismo da criança sobre os adultos foi realçado, portanto, a necessidade de controlá-la desde cedo, evitando brincadeiras

⁵⁰CARVALHO, Antonio Carlos Duarte de - **Curandeirismo e Medicina: Práticas Populares e Políticas Estatais de Saúde em São Paulo nas décadas de 30, 40 e 50**. Dissertação de Mestrado em História, defendida na UNESP/Assis. Assis, Digitado, 1995.

⁵¹Fon-Fon! Rio de Janeiro, 5 ago 1950.

⁵²Essa idéia da prevenção como economia para a família se estendia ao próprio estado, destacando a importância da educação sanitária e higiênica nas escolas primárias para livrar a população de tuberculose, lepra e doenças dessa natureza.

ALMEIDA JUNIOR, Antonio - "Fornação de Hábitos Sadios nas Crianças". **Terceiro Congresso Brasileiro de Higiene**. Edição Citada.

durante as refeições e oferecendo a alimentação nas horas certas. Essa atitude dos periódicos sugere uma tensão da família com a alimentação infantil, daí os procedimentos jornalísticos também atuarem no sentido de trazer tranqüilidade doméstica, articulando-se a outros materiais produzidos nesse período, como *O Livro das Mãezinhas*⁵³, cartilhas, etc. Isso significava que a Imprensa estava sintonizada com um universo mais amplo de publicações destinadas à mulher e à família.

Quando se abordava a criança de classe média, os problemas não eram moradia ou ausência de recursos, mas o controle do comportamento da criança mimada, despótica, que interferia na educação dos pais, excessivamente "democrática", no comportamento com os filhos. De qualquer forma, também nesse âmbito social, era julgado necessário intervir contando com o apoio de profissionais.

Havia problemáticas gerais do período, que se desdobraram para situações específicas da criança. Essas falas continham perspectivas de educar a família para que ela desempenhasse a função de formar a infância.

Os espaços de família e vida familiar eram fundamentais nesses periódicos (a criança, especialmente o bebê, era sempre referida à mãe), donde o estudo da infância englobar legitimamente aquelas publicações. Criança de rua, asilada e noutras situações de extrema pobreza apareciam com relativa freqüência nos jornais diários mas raramente eram objeto de atenção das revistas ilustradas, mais voltadas para um universo de consumo de classe média ou alta.

Fon-Fon! publicou uma série de seções dedicadas ao lar e aos cuidados com a infância: "*Página do Lar*", "*Conselhos às Mães*" e "*Boas Maneiras*". A prática dessas seções resultou em imagens idealizadas e homogeneizadoras da família, com a mulher cuidando dos filhos, as crianças bonitas, bem-arrumadas, fortes e robustas, o marido provedor do lar.

Do ponto de vista dessa publicação, a mulher moderna devia observar conhecimentos de Puericultura e Eugenia e levar em conta a questão do sufrágio universal. Dessa forma, ela seria agente colaboradora da sociedade em transformação⁵⁴. As revistas se constituíam, portanto, em veículos de informação e formação de novas práticas, que deveriam orientar a vida dos sujeitos - especialmente, as mulheres - em sua condição cidadã na medida em que estivessem sintonizadas com aquela pretensa modernidade. Se na década de '20 havia esforços

⁵³PIZA, Wladimir de Toledo - *O Livro das Mãezinhas*. 7a. ed.. São Paulo, Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social, 1962.

⁵⁴**Fon-Fon!**, Rio de Janeiro, 6 ago 1938.

Sobre cidadania feminina, dentre outros, consultar:

LEITE, Míriam Moreira - *Outra Face do Feminismo*. São Paulo, Ática, 1984.

no sentido de cuidar da criança, eles foram, a partir dos anos 30, sistematizados, divulgados, observados, de acordo com preceitos científicos: teoria e prática seriam aliadas constantes.

As mães foram reiteradamente aconselhadas a auxiliarem os médicos nos cuidados com os filhos. Houve freqüentes apelos no sentido de fortalecer a confiança médico/mãe. Essa era uma forma de o médico ir construindo e reafirmando sua autoridade, elaborando-se todo um discurso que rejeitava a medicina caseira (chás, lavagens, purgativos) e fortalecia a Medicina Científica.

No caso das revistas dirigidas a mulheres de classe média, admitia-se a possibilidade de a mãe ter razão no que se referia a algumas doenças da criança:

"Já diz o velho ditado: 'A voz do povo é a voz de Deus'. Logo no começo da vida profissional o jovem médico de crianças entra em choque com os inúmeros 'tabus' e 'crenças' que assaltam e dominam as mães, resistindo a todo esforço e intuição para se libertarem dos mesmos. Mas com o correr do tempo, envelhecendo na vida e na profissão, o pediatra vai se acostumando às crenças e em algumas delas, até, acha uma certa razão de ser...

As mães têm uma grande intuição para adivinhar a doença do seu filhinho e o médico deve mesmo considerar o palpite materno pois grande parte das vezes pode auxiliá-lo no diagnóstico.⁵⁵

Essa voz de mãe foi identificada como "*voz do povo/voz de Deus*" e a "*intuição*", não a um saber, preservando-se o médico como legítimo detentor do último. As vozes de povo, Deus e mãe constituíram uma tríade, sacralizando a maternidade no próprio contato com a Ciência Médica. Não se tratava de uma mãe qualquer e, sim, de uma mãe de classe média e atenta ao filho, bem como integrada na relação com o médico, efetiva colaboradora deste.

Por outro lado, as próprias publicidades reafirmaram o poder do médico como autoridade a ser ouvida. **Vida Doméstica**, em propaganda, apresentou rosto de menina robusta, identificada como

"Denise, de São Paulo, alimentada com Lactogene e Farinha Láctea a conselho do Dr. Hercílio Morroco",

informando:

SCHPUN, Mônica Raisa - "Carlota Pereira de Queiroz - Uma Mulher na Política". **Revista Brasileira de História** (Biografia, biografias). São Paulo, ANPUH/UNIJUÍ, 33: 167/200, 1997.

⁵⁵Fon-Fon!, Rio de Janeiro, 11 jun 1938, p 46. O texto é do Dr. Rinaldo De Lamare.

"O principal fator de robustez infantil é a alimentação adequada. Os produtos Nestlé são fabricados de modo a proporcionar às crianças um desenvolvimento normal e conseqüentemente a robustez que caracteriza os sãos e os fortes.

*O seu médico lhe dirá qual o produto Nestlé necessário à alimentação de seu filhinho.*⁵⁶

Houve um jogo entre a autoridade médica, base da propaganda, e a força da publicidade: o conselho do profissional foi pré-definido (ele indicaria produtos Nestlé!) e, num certo sentido, remeter à sua autoridade na propaganda já embasava a qualidade atribuída ao produto.

Em **Vida Doméstica**, nas seções dedicadas à Puericultura, ocorreu o apelo para a prática do aleitamento materno como sinônimo de robustez e saúde da criança. Procedimento semelhante teve a revista **Fon-Fon**, que publicava seção denominada "Conselho às Mães", assinada pelo Dr. Rinaldo de Lamare, abordando aspectos da condição materna no cuidado que devia ter para com a saúde dos filhos recém nascidos. Assim, apareceram reportagens que destacavam o regime conveniente para as mães que amamentavam, cuidados com amas de leite, o sono do bebê, alimentação da criança, etc.

À medida que o leite materno era recomendado como o mais adequado para o bebê, **Fon-Fon!** publicou reportagem sobre cuidados a serem observados pela nutriz⁵⁷. A revista falou em educação moderna, que pressupunha escola de mães, também extensiva aos maridos - cujo dever era tratar as esposas com carinho -, destacando o que as mães deviam comer. As amas de leite foram objeto de debate no período, indicando cuidados que se devia tomar ao usar tal serviço, apelando para ele apenas como último recurso e com autorização médica⁵⁸.

Mães de classe média foram condenadas pelas atividades sociais intensas, que as afastavam dos filhos, deixando-os aos cuidados de outras mulheres "despreparadas" e "sem condições adequadas de higiene e saúde". Mais uma vez, afirmava-se o preconceito contra mulheres pobres, evidenciando uma tensão que correspondia a interesses de classes diferentes. Houve uma dimensão de culpa para a mulher de classe média (afastamento dos filhos), imediatamente transferida para a mulher pobre (despreparo).

⁵⁶**Vida Doméstica**. Rio de Janeiro, 277, abr 1941, p 42.

⁵⁷**Fon-Fon!**, Rio de Janeiro, 18 jun 1938.

⁵⁸Idem, Idem, 18 abr 1940.

Além disso, a seção de **Fon-Fon** "Conselho às Mães" tratava de outros temas referentes à Educação das crianças, como condenação da mentira, do ato de destruir plantas, brinquedos e utensílios⁵⁹. Essa atitude destacou valores éticos na formação infantil, e os exemplos apontados sugerem sua existência, como problemas, entre as crianças do meio social atingido pela publicação. A Moral entrava também nesse universo de debates sobre Puericultura.

A alimentação artificial oferecida à criança foi objeto de preocupação de **Vida Doméstica** em vários de seus números, embora publicidades da Nestlé lhe servissem de contraponto. À medida que aquela alimentação foi crescentemente instituída como imprescindível, seus fabricantes se orientaram no sentido de esclarecer sobre valor calórico dos alimentos e maneiras adequadas de prepará-los. O que se colocava como fundamental, nesses casos, era que esse tipo de alimentação fosse ministrado de acordo com orientação médica, advertindo as mães para os perigos de iniciativas feitas sem uma supervisão científica e racional, a única julgada adequada.

Esse zelo com a infância não renunciava a regras de hierarquia social. Em período pouco anterior, projetando seus argumentos até meados dos anos 40, eugenistas defendiam postura médica que apontava a necessidade de controle populacional, propondo esterilização que atingia famílias pobres. Assim, seria garantida, através de processo seletivo, a sobrevivência dos mais fortes⁶⁰.

Na Imprensa paulistana, a questão da Puericultura apareceu tanto em textos e imagens jornalísticos como em vozes governamentais.

A modernidade do estado foi avaliada por Otávio Gonzaga, Diretor do Serviço de Puericultura de São Paulo, a partir de suas realizações em relação à infância, e Vargas foi apresentado como estadista preocupado com a questão. Ele caracterizou a "*gente paulista*" como generosa, trabalhadora, merecedora da atenção governamental⁶¹.

São Paulo, mais uma vez, foi apresentada como vanguarda da nação, que encontrou no governo Vargas as condições para valorizar os serviços de assistência médico-social. Havia uma preocupação manifesta de anunciar a harmonia entre São Paulo e o governo federal, numa espécie de resposta às tensões políticas que vinham se manifestando, ao menos, desde 1932.

A Medicina, nessa perspectiva, tinha se caracterizado por pensar coletivamente naqueles cujo orçamento doméstico se desequilibrava com doenças.

⁵⁹**Fon-Fon!**, Rio de Janeiro, 12 fev 1944.

⁶⁰MALUF, Marina e MOTT, Maria Lúcia - "Recônditos do Mundo Feminino", in: SEVCENKO, Nicolau (Org.) - **República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo, Cia. das Letras, 1998, 367/421.

⁶¹**O Estado de São Paulo**, São Paulo, 1 de junho de 1940.

Os Centros de Saúde foram assim, identificados como locais onde se educava, prevenia-se e tratava-se de doenças⁶². Os problemas da mortalidade infantil, portanto, não eram simples, neles encontravam-se dificuldades de ordem econômica, social e educativa.

A mortalidade infantil foi um tema que mereceu a atenção nos jornais da capital paulistana. O **Diário Popular** apontou a taxa elevada de mortalidade infantil na cidade de São Paulo se comparada com outros centros como Montevideu, no Uruguai, com índice de 30,3% no quinquênio de 1928 a 1932, morrendo uma criança a cada duas horas. A principal causa de morte apontada entre 0 e 1 ano foi problemas do aparelho gastro-intestinal, evidenciando dificuldades com alimentação. O maior índice de mortalidade infantil foi associado aos bairros operários, donde o investimento na orientação de famílias de baixa renda e as notícias sobre criação e atuação dos centros de Puericultura, bem como criação de hospital destinado exclusivamente ao atendimento de crianças⁶³.

Essa matéria trabalhou com estatísticas e um diagnóstico de colorido sociologizante, que sugeria certa proximidade em relação aos métodos científicos e universitários da Escola de Sociologia e Política e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, instituições criadas nessa década. Os tópicos que ela trabalhou foram saúde, alimentação e pobreza, atribuindo grande importância ao olhar médico por meio da ação da Puericultura e da criação de hospital especializado.

O Estado de São Paulo, ao abordar a criação do Hospital Álvaro Ribeiro, em Campinas, destinado ao atendimento das crianças pobres, afirmava ser alarmante o número de óbitos que ocorria entre os pequenos naquela cidade, concluindo serem eles vítimas das dificuldades financeiras das famílias pobres, bem como da falta de conhecimento dos pais⁶⁴. É importante observar que Álvaro Ribeiro, homenageado no nome da instituição, exercia a função de jornalista, demonstrando a sensibilidade de setores da Imprensa com relação a esses problemas, numa atitude que revelava o periodismo, participando da mobilização contra a mortalidade infantil. A população também agiu, oferecendo donativos para a construção do hospital. De acordo com a

⁶² De acordo com Paulo Carvalho e Castro, em 1938, os Centros de Saúde eram a única instituição de saúde pública que prestava atendimento na cidade de São Paulo.

CASTRO, Paulo Carvalho e – **Contribuição para o Estado da Administração dos Serviços Locais de Higiene Infantil na Capital do Estado de São Paulo**. Tese de Livre-Docência em Técnica da Saúde Pública, FH/USP. São Paulo, Mimeografado, 1994.

⁶³ **Diário Popular**, São Paulo 16 mar 1934.

⁶⁴ **O Estado de São Paulo**, São Paulo. 1 mar e 30 abr 1935.

notícia, a obra dessa edificação ainda não estava pronta e havia uma intenção de conclamar os cidadãos para sua conclusão.

Quando o tema da mortalidade infantil apareceu em *Vida Doméstica*, as mulheres de diferentes camadas sociais foram culpabilizadas pelo problema, porque ignoravam os ensinamentos da Puericultura⁶⁵. Nesse sentido, a Puericultura foi caracterizada como corpo de conhecimentos especializado que precisava ganhar espaços entre diferentes sujeitos sociais. As mulheres que desconheciam os princípios da Puericultura foram identificadas como *"gente primitiva e desabituada às condições higiênicas"*⁶⁶.

O Interventor de São Paulo à época, Adhemar de Barros, era médico, o que evidenciava a posição estratégica desse campo de saber nas práticas de poder daquele momento. Ao mesmo tempo, a Assistência Social era estimulada pelo governo, que assim agia em nome de estar voltado para os interesses da coletividade⁶⁷.

Gonzaga, afirmou sobre Barros:

*"(...) mostra o carinho de Vossa Excelência para com as mães e as crianças paulistas, gente modesta que, de todos os recantos da cidade, para aqui aflui em procura de recursos e ensinamentos da arte de bem criar os filhos."*⁶⁸

São Paulo apareceu como centro importante e significativo, que dispunha de conhecimentos e recursos para ajudar as crianças. A política de estado foi caracterizada como destinada ao universo da pobreza (*"gente modesta"*), atuando os órgãos governamentais como fornecedores de saberes àquele universo social da carência.

Otávio Gonzaga ainda se referiu à realização de um Concurso de Eugenia Pré-Natal, que visava a premiar as mães

"(...) que entre todos os dias souberam reservar um tempo precioso para freqüência regular e disciplinada às clínicas de

⁶⁵ Essa culpabilização era praticada por administradores em períodos anteriores no século XVIII, especialmente, no que se referia à morte dos expostos.

VENÂNCIO, Renato Pinto – "Maternidade Negada", in: DEL PRIORE, Mary (Org.) – **História das Mulheres no Brasil**. Edição Citada, pp 189/222.

⁶⁶ PENDBER, Bianor – "Eduquemos as Mães". *Vida Doméstica*. Rio de Janeiro, 328, jul 1945.

Foram condenados uso de chupeta, erros de alimentação, procedimentos inadequados diante de certas doenças como, por exemplo, expor crianças da mesma família ao contágio de doenças que um delas esteja sofrendo – sarampo, coqueluche, varicela, etc.

⁶⁷ Rizzini fez referência a médicos e juristas que exerciam funções públicas na esfera política no século XIX.

RIZZINI, Irene – **O Século Perdido**. Edição Citada.

⁶⁸ **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 1º jun 1940, p 7.

*Puericultura, mostrando a mais elevada concepção de maternidade consciente contra uma outra atividade que é regida pela superstição, pela ignorância.*⁶⁹

Nessa tarefa, todos apareceram juntos em termos de falas e interesses: o Interventor Adhemar de Barros, o Secretário da Educação, o Diretor do Departamento de Saúde e as mães. Tensões e conflitos surgiram nessa argumentação sob o signo da exclusão ("*superstição, ...- ignorância*"), homogeneizando práticas em nome da modernidade.

O mesmo jornal assim caracterizou a Puericultura:

*"Trata-se de um verdadeiro sistema científico de assistência, que protege a criança desde a fase pré-natal, assegurando seu normal desenvolvimento orgânico, dirigindo-a na infância, amparando-a na adolescência e promovendo também ao lado dessa assistência direta, uma ampla difusão dos conhecimentos basilares de higiene infantil e dietética."*⁷⁰

Os cuidados com a infância representavam, na perspectiva do jornal, o enfrentamento dos sérios problemas administrativos pela gestão de Adhemar de Barros quando prefeito da cidade. Governos federal e municipal estariam, assim, unidos no tratamento da criança.

Em 1937, Getúlio Vargas criou o Instituto Nacional de Puericultura. No ano seguinte, Barros, através do Decreto 9948, instituiu o Serviço de Puericultura de São Paulo, sob a direção de Otávio Gonzaga, implantando medidas como

*"estudos e as investigações que fazem parte dos exames pré-nupciais e pré-concepcionais e pré-natal, com finalidade eugênica, estudos e pesquisas pertinentes à causa da mortalidade infantil, principalmente sob o ponto de vista das perturbações nutritivas; e os estudos de regimes alimentares que melhor se adaptassem à alimentação da gestante, da nutriz e do lactente, orientando nesse sentido os lactários oficiais e os de instituições particulares de Puericultura."*⁷¹

A política municipal paulistana desdobrou o projeto federal, assinalando que família e reprodução, naquele momento, estavam organizadas em nome de princípios como estudos, pesquisas e exames, inaugurando uma eficácia considerada capaz de superar problemas de saúde. Daí, a impressão transmitida de que nunca fora

⁶⁹ Idem, Idem, 1º jun 1940, p 7

⁷⁰ Idem, Idem, 1º jun 1940, p 7.

⁷¹ Idem, Idem, 1º jun 1940, p 7.

realizada tanta coisa por infância e maternidade no Brasil. Priorizando infância e maternidade, essas políticas demonstravam a estratégia de escolherem dimensões básicas da vida humana, na clivagem do processo reprodutivo e de crescimento, afirmando um caráter indispensável daquelas iniciativas. A presença dessa temática na Imprensa dialogava com esse quadro da vida política e administrativa, reforçando-o ou procurando contribuir para seu aperfeiçoamento.

A Puericultura tinha caráter didático, educativo, elaborada para que as mulheres interiorizassem aprendizados e os transmitissem. O conhecimento científico deveria ser prática do dia-a-dia feminino. Daí, surgirem publicações que funcionavam como verdadeiras cartilhas de orientação, que insistiam na questão da cientificidade no que se referia à infância, discutindo aleitamento materno e responsabilizando a mãe pelo sucesso ou fracasso da criança, atribuindo especial importância às diretrizes derivadas de governo e cientificidade:

"Mas pensa bem antes! Teu filho será amanhã o prêmio dos teus esforços ou o castigo de tua desorientação; tudo dependerá do modo pelo qual o criares.

O governo do estado de São Paulo se interessa pelo teu filho. Ele vê, nessa criança que dorme agora no berço ao lado da tua cama, um cidadão do futuro, cheio de amor pela sua terra, que ele há de engrandecer e honrar.

E, por isso, o governo te dá este livrinho para que nele aprendas as regras que afastarão de sobre esse berço, os fantasmas da doença e da morte. Mais que isso, o governo da tua terra põe à disposição dessa criança, em todos os seus Centros de Saúde e Postos de Puericultura, médicos especialistas que a examinarão carinhosa e cuidadosamente, e que tudo farão para evitar ao teu filho e a ti, as dores e as lágrimas que o sofrimento acarreta.¹⁷²

Nessa fala de um médico, o governo estadual e os profissionais de saúde foram caracterizados como realizadores empenhados na infância, cabendo toda responsabilidade por fracassos e problemas às mulheres. A fala pressupôs o consumo

⁷²PIZA, Wladimir de Toledo - **O Livro das Mãezinhas**. 7a ed.. São Paulo, Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social, 1962, p 7, tiragem de 600.000 exs. (1a. ed.: 1937, 13.000 exs.; 2a. ed.: 1939, 50.000 exs.; 3a. ed.: 1940, 50.000 exs.; 4a. ed.: 1943, 30.000 exs.; 5a. ed.: 1953, 30.000 exs.; 6a. ed.: 1956, 50.000 exs.).

A primeira edição do volume foi patrocinada pela Caixa Econômica Federal de São Paulo. O Rotary Club preparou edição distribuída em todo o país.

do **Livro das Mãezinhas** por pessoas "*apenas alfabetizadas*" (p 5), a ser distribuído gratuitamente, prevendo, portanto, entre seus leitores mulheres de baixa renda.

Piza, na Introdução ao livro, sob o título "Razão de ser", caracterizou-o como *"cavaleiro andante da luta contra a mortalidade infantil (...) que as mães brasileiras, desde o Amazonas ao Rio Grande do Sul, pedem em cartas aflitas, transformando em milagre que só coração de mulher e mãe realiza, num verdadeiro amuleto na luta contra a doença e contra a morte"*⁷³

A metáfora guerreira usada na caracterização da obra indicou a existência de diferentes inimigos da criança brasileira ("*a ignorância, a pobreza e o descaso*"), caracterizando a edição do livro como correspondente à demanda das mães, argumento legitimador de seus termos não apenas em nome da cientificidade, mas também como necessidade e desejo públicos. Embora editado originalmente em São Paulo, o livro foi descrito por Piza como resposta a problema de todo o território nacional e, indiretamente, contribuição paulista para sua solução.

Foram apresentadas mudanças positivas no quadro brasileiro sobre a infância desde 1937 (primeira edição do livro), com realce para o surgimento de "*excelentes fábricas de leite em pó*", além da classificação do leite (pasteurizado, submetido a procedimentos industriais) em três categorias, cujo padrão, mesmo no tipo C, era merecedor de confiança. Isso demonstra que no discurso médico, a alimentação infantil artificial (leite em pó) já era aceita e até incentivada, o que repercutia nas falas de Imprensa sobre esse assunto.

Existia em **Vida Doméstica** uma seção dedicada às leitoras que escreviam pedindo conselhos sobre problemas de saúde dos filhos. As cartas provinham de diferentes regiões do país - Minas Gerais, Pernambuco, São Paulo. As orientações eram dirigidas para o acompanhamento do crescimento das crianças e problemas de saúde graves que deviam ser superados, como sífilis, tuberculose, etc. A publicação dessa correspondência, todavia, não foi prática permanente da revista, havendo mesmo momentos em que ela afirmou ser impossível, por decreto-lei, continuar respondendo às leitoras. Essas mulheres apareciam como mães zelosas, que dividiam com os médicos as preocupações referentes aos seus filhos. A revista funcionava como uma espécie de pré-consulta médica periódica, valorizando o contato com o profissional como necessidade sistemática, tornando seu público educado, orientado, capaz de um diálogo eficaz.

⁷³ Idem, Idem, p 5.

O conjunto de matérias sobre Puericultura tendeu a configurar uma espécie de "curso à distância" sobre o tema, incluindo oferecer aos leitores explicações sobre o que era aquele ramo de conhecimento, quando e como surgiu⁷⁴. A Puericultura, nesse contexto, assumia caráter didático, que educava para que mulheres interiorizassem saberes e pudessem transmiti-los às demais.

A criança foi caracterizada como ser desconhecido pelo adulto, que precisava ser observado, estudado, analisado.

A questão da Puericultura foi tão valorizada nos anos 30 e 40 que **Vida Doméstica** publicou reportagem sobre a criação de centros daquele campo de saber contra a mortalidade infantil. A criação desses centros no então Distrito Federal ocorreu na comemoração do aniversário de Vargas. Dessa forma, realçou-se a ação governamental como atenta aos graves problemas daquela mortalidade. Abrir postos de Puericultura exatamente no aniversário do Presidente da República significou uma valorização da imagem do aniversariante, como se Vargas se mobilizasse a partir da fragilidade da infância e, simultaneamente, se beneficiasse de seu gesto. Dessa forma, a imagem da infância assumia um papel na formação e mobilização da opinião pública.

A Imprensa divulgava amplamente, em pequenas notas, o Curso de Puericultura oferecido anualmente pela Cruzada Pró-Infância, convidando mulheres de todas as camadas sociais a dele participarem, como se elas não vivessem cotidianamente a experiência das desigualdades⁷⁵.

Foram também constantes as notícias sobre a Clínica Infantil do Ipiranga, sugerindo um processo de formação do público leitor no que se referia àquela área de atuação, além de indicar a pluralidade de organismos e instituições que agiam naquele campo - estado, associações civis, Imprensa, etc.⁷⁶.

Nos anos 40, **O Estado de São Paulo** manteve uma seção intitulada "Página Feminina", dedicada a conselhos sobre a saúde infantil, associando a condição de mulher aos cuidados com os filhos. Essa seção do jornal, além de orientar as mães no cuidado com a saúde física das crianças, pretendeu também intervir na escolaridade das mesmas, criticando um ensino que só incentivava alunos a decorarem, copiarem,

⁷⁴**Vida Doméstica**, Rio de Janeiro, 322, jan 1945.

⁷⁵**O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 jul 1940; 16 jul 1940; 21 jul 1940; 30 jul 1940; 2 ago 1940; 8 ago 1940. V. também ago 1942.

Diário de São Paulo, São Paulo, ago 1942.

Folha da Noite, São Paulo, ago 1942.

Folha da Manhã, set 1942.

Correio Paulistano, ago/out 1942.

Diário Popular, ago 1942.

Isso demonstra a grande penetração da Cruzada Pró-Infância na Imprensa paulistana.

atitudes que se voltavam contra a criatividade na aprendizagem, considerando a mecanização no hábito de estudo prejudicial à liberdade do aluno. Essa postura dava continuidade à tradição do periódico, no sentido de debater a reforma do Ensino no Brasil, presente desde os anos '20, através de seu Inquérito com personalidades brasileiras sobre o tema e de artigos que profissionais ligados à Escola Nova, nele divulgaram⁷⁷.

A preocupação de **Vida Doméstica** com a infância saudável também se expressou em propagandas de maternidades, que garantiriam um parto bem-sucedido. Foram habituais as reportagens e propagandas de clínicas e médicos na revista. Um exemplo disso foi a série de matérias publicada de janeiro a dezembro de 1939, números 250 a 261, denominada *"As beneméritas realizações da iniciativa particular: obra de proteção à infância pobre, criada, mantida e dirigida pelo Dr. Flavio Lombardi."* Um dos textos assim se referiu à clínica:

*"O nome do Dr. Flavio Lombardi merece ser inscrito entre os dos mais autênticos benfeitores da humanidade. Médico, professor, catedrático e homem dotado de um coração generoso, a sua ciência é vasta na especialização pediátrica, se aplica em sua quase totalidade com um sentido elevado de filantropia, justamente a que se significa por uma caridade de grande alcance social porque visa e consegue preservar a riqueza básica que é a saúde da infância."*⁷⁸

O médico figurou como pessoa estudiosa e culta, dotada de generosidade na prática da Filantropia - também destacada em relação a lideranças femininas paulistas, como Pérola Byington, Carlota Pereira Queiroz, Maria Antonieta de Castro e Leonor de Barros -, associada ainda aos interesses econômicos da nação na medida em que a saúde infantil foi identificada como riqueza, preservada por aquele profissional. Evidentemente, essa Filantropia se associava a critérios de cientificidade e modernidade, diferenciando-se de puro gesto caritativo.

Aquelas reportagens abordaram a ampliação da clínica e os diversos serviços médicos nela prestados à infância, inclusive o lactário, que fornecia alimentos gratuitos, de acordo com a dieta das crianças. A notícia incluiu fotos da clínica, que desempenharam a função de atestarem visualmente a verdade narrada verbalmente.

⁷⁶O Estado de São Paulo, São Paulo, 13 ago 1940; 14 ago 1940; 16 ago 1940; 18 ago 1940.

⁷⁷MATTE, Cecília Hanna - **Dimensões da Educação Paulista nos Anos '20**. Dissertação de Mestrado em Filosofia da Educação, PUC/SP. São Paulo, digitado, 1991.

⁷⁸ **Vida Doméstica**, Rio de Janeiro, 250, jan 1939, p 9.

A mortalidade infantil chegava nesses periódicos muito mais através do ato de demonstrar resultados práticos na sua eliminação.

A revista atribuiu importância tanto à ação governamental como à iniciativa privada em relação àquele tema, elegendo-o como questão de peso para toda a sociedade. Ao mesmo tempo, os limites entre reportagem e propaganda se revelavam muito fluidos. Médico e Ciência mereceram imagem de bondade, generosidade e prática de Filantropia. A insistência de **Vida Doméstica** e **Fon-Fon!** sobre a saúde do bebê e a presença do médico na orientação de mães indica que a prática de levar regularmente crianças a especialistas ainda não era tão freqüente e estava-se instituindo no Brasil tal procedimento⁷⁹. A indiferença de mães em relação a argumentos médicos chegou a ser registrada nas páginas de **Fon-Fon!**.

Assim como para as mulheres, houve indicação do exercício físico para a infância, apontando a *"ginástica como indispensável à saúde das crianças"*⁸⁰. Os exercícios físicos adequados para a criança, segundo **Vida Doméstica**, eram aqueles que ofereciam agilidade e flexibilidade; os que exigiam muito esforço deviam ser evitados. Nessa perspectiva, o aprendizado da respiração merecia ser estimulado, sendo o crescimento associado ao *"aumento de peso, estatura e volume"* e ao desenvolvimento harmônico, de acordo com as diversas etapas do crescimento⁸¹.

Essas propostas estavam sintonizadas com projetos para o corpo saudável, presentes em parques infantis, Cruzada Pró-Infância e DNCr, dentre outros espaços institucionais. Toda essa preocupação com a saúde infantil foi reiteradamente remetida para espaços da política e da economia, falando no Brasil do futuro. Desse modo, a imagem da infância foi muito intimamente ligada ao mundo da saúde, definindo os que seriam mais aptos e aqueles que não teriam presença significativa no mundo social. Expressava-se certa dimensão de destino construído desde a infância, justificando-se sucessos e fracassos de acordo com maior ou menor investimento dos pais em seus filhos.

A discussão sobre família idealizada em diferentes materiais dessas revistas englobava debater os componentes da família em termos de quem era a mãe, quem era o pai e como se davam as relações entre gêneros.

⁷⁹CARVALHO, Antonio Carlos Duarte de - **Curandeirismo e Medicina: Práticas Populares e Políticas Estatais de Saúde em São Paulo nas décadas de 30, 40 e 50**. Edição Citada.

⁸⁰**Vida Doméstica**. Rio de Janeiro, 142, jan 1930.

Schemmes destaca a importância atribuída ao preparo físico da própria mulher, uma vez que ela deveria gerar crianças saudáveis e fortes.

SCHEMMES, Cláudia - **Festas Cívicas de Esportivas no Populismo**. Edição Citada.

⁸¹**Vida Doméstica**. Rio de Janeiro, 215, fev 1936.

Refletir sobre imagens da Infância implica também trabalhar dimensões da experiência feminina, uma vez que os filhos eram remetidos à mãe, considerada responsável por sua educação. Essas revistas tiveram a intenção de pensar a mulher em diversas experiências de esposa e mãe, ao mesmo tempo que incorporaram e devolveram às suas leitoras propostas que faziam parte das tensões vividas em relação a múltiplos aspectos do viver feminino: trabalho fora de casa, divórcio, voto, vida social intensa. Nos jornais paulistanos, esses temas apareciam menos, explorando-se a presença da mulher de elite como símbolo da cidade, evocando-se a memória do bandeirante para destacar a continuidade no presente de uma vocação de lutas, glórias, abnegações e sacrifícios, sendo ela comparada ao mais corajoso soldado da pátria.

Sobre o período colonial, evocou-se o comportamento em relação às mulheres associado a um projeto normatizador, correspondente aos interesses da metrópole no sentido de constituição da família nuclear⁸². No século XX, a mulher passou a dividir tarefas domésticas (cuidados com os filhos, por exemplo) com médicos, professores, psicólogos e outros profissionais, atuando ela mesma em diferentes esferas de trabalho⁸³ - essa mulher correspondia mais diretamente à situação de classe média, pois as pobres já ocupavam anteriormente o espaço das ruas, lutando, enfrentando poderes públicos, morando sozinhas ou vivendo em concubinato, transgredindo normas estabelecidas⁸⁴.

A figura da mulher paulista foi evocada nos anos 30 e 40 como vanguarda nos trabalhos de filantropia, em acordo com uma sociedade civilizada e moderna, atributos positivos de uma comunidade que se voltava para os problemas infantis. Ao mesmo tempo que destacavam essas realizações, apresentavam-nas como mérito do mundo capitalista, contra perspectivas de sociedades "*materialistas destituídas de doçura e filantropia*"⁸⁵. Através da infância, portanto, reafirmava-se o capitalismo como sistema eficaz que cuidava, tratava, regenerava, isentando-o de responsabilidades por aqueles problemas.

Durante aquelas décadas, os debates na grande Imprensa brasileira mantiveram-se no horizonte da família nuclear (pai, mãe, filhos) - havia menções a

⁸²PRIORE, Mary Del - **Ao Sul do Corpo - Condição Feminina, Maternidade e Mentalidades no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro/Brasília, José Olympio/EdUnB, 1993.

⁸³Idem, *Obra Citada*, Edição Citada.

⁸⁴DIAS, Maria Odila Silva - **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. Edição Citada.

⁸⁵Prado e Capelatto salientaram o caráter anti-comunista do OESP no final dos anos '20 e na primeira metade dos anos 30, assinalando o teor moderado de suas críticas a Nazismo e Fascismo.

PRADO, Maria Lygia e CAPELATTO, Maria Helena - **O Bravo Matutino**. Edição Citada.

menores abandonados. A família era estruturada nesses argumentos de acordo com padrões da Igreja Católica.

O projeto em relação à mulher não era de "volta" ao passado colonial e sim de valorizar práticas científicas dos anos 30 e 40. Uma das intenções da prática médica era criar "padrões básicos de comportamento"⁸⁶, de acordo com valores burgueses de família. Nessa perspectiva, não bastava gerar e procriar, era preciso saber como fazer.

A mulher tinha, assim, sua personalidade exaltada. Sua presença foi noticiada significativamente na Revolução Constitucionalista de 1932, cuidando de feridos, assumindo familiares, com uma importante atuação cívica na construção de São Paulo. Nesse momento, setores de oposição ao primeiro governo Vargas tiveram a participação de mulheres, com a atuação de Carlota Pereira de Queiroz na criação do DAFE (Departamento de Assistência aos Feridos)⁸⁷. As várias entidades de auxílio à infância - Cruzada Pró-Infância, Liga das Senhoras Católicas - valorizavam a presença da paulistana de elite: dentre elas, Anita Silveira Costa, mulher do interventor de São Paulo. A memória oficial do passado construiu o presente como sua continuidade⁸⁸.

Controlar o comportamento das mulheres, indicando atitudes desejáveis ou não, fazia parte do horizonte de **Vida Doméstica**. Ela condenou hábitos femininos como fumar em teatros, cinemas, casas de chá, automóveis, escritórios e rua, ou a prática do alcoolismo. Além disso, apontava o uso inadequado de certas vestimentas, como o biquini, e trajes inconvenientes para o ambiente de trabalho - vestidos decotados e shorts⁸⁹. Nesse debate, abordava-se a mulher, também mãe, como ser moral, o que atingia a infância por meio dos exemplos a ela oferecidos, dizendo-lhe respeito tanto através da relação geral mãe/filhos como no fato de grande parcela das crianças pertencer ao sexo feminino, tendo na mulher adulta modelo para seu futuro.

A excessiva preocupação com a estética materna, no momento do aleitamento, foi condenada por afastar a mulher do que se considerava sua condição fundamental, a de ser mãe. No entanto, em outras ocasiões, na seção dedicada ao exercício diário da mulher ("*A Educação Física e os Venenos da fadiga*"), a beleza foi motivo de preocupação, ao mesmo tempo que se reconhecia que a mulher também precisava cuidar de sua saúde e que os serviços domésticos eram estafantes, associando-se a condição saudável a um legitimado zelo com a aparência. A maternidade, portanto, era desdobrada em missão e fardo, com seqüelas para o corpo

⁸⁶A expressão figura em artigo de Storch, referindo-se a outro momento histórico:

STORCH, Robert D. - "O Policiamento do Cotidiano na Cidade Vitoriana". Edição Citada.

⁸⁷SCHPUN, Mônica Raisa - "Carlota Pereira de Queiroz: Uma Mulher na Política". Edição Citada.

⁸⁸O Estado de São Paulo, São Paulo, set 1942.

feminino nos níveis de beleza e saúde, que podiam, entretanto, ser contornadas por meio de diferentes cuidados.

O uso de anestésicos no parto foi objeto de polêmica, tanto em função de crenças legitimadoras como sintoma de amor aos filhos, como devido aos interesses do estado no que se referia às verbas para aquele fim. Os adversários de tal procedimento sustentavam que sem a dor, a mulher estaria liberada para "*fumar, ler jornal, fazer telefonemas, tricotar meias*", temas surgidos em Roma, mas divulgados no Brasil⁹⁰.

Essas discussões apontavam novas possibilidades para o universo feminino. Trabalhar a idéia do parto sem dor significava pensar em novas relações para o corpo feminino, menos vinculado à culpabilidade judaico-cristã, sugerindo uma concepção de conforto e horizontes diferenciados, abrindo ainda um outro leque de possibilidades para a discussão da família. Manteve-se, ao mesmo tempo, a procriação como norma central na relação conjugal, com ou sem dor. Pressupôs-se uma maternidade assistida, com presença médica. Para as mulheres pobres, todavia, havia especial insistência para procurar o médico, realizar exames pré-natal e freqüentar postos de saúde ou dispensários como práticas regulares de suas vidas. Procriar sem cuidados adequados era considerado doar à nação crianças degeneradas, criminosas, incapazes.

A preocupação com a beleza feminina, antes dos anos 50, era atributo de "*médicos e moralistas*", que prescreviam cuidados com o corpo destinado à procriação. A feiúra, então, era um mal a ser combatido porque estava associada à doença. Assim, as publicidades de produtos destinados ao consumo feminino apresentavam a beleza articulada à saúde e à higiene⁹¹.

Um procedimento freqüente dessas revistas era apresentar modelos de roupas adequadas para diferentes faixas etárias e situações. Em *Infância*, as sugestões estavam sintonizadas com preocupações de saúde e higiene, indicando enxovais, que valorizavam o conforto do bebê⁹². *Fon-Fon!* e *Vida Doméstica*

⁸⁹"Progresso e Depravação". *Vida Doméstica*. Rio de Janeiro, abr 1950, p 105.

⁹⁰*Fon-Fon!* Rio de Janeiro, 2244, 15 abr 1950.

Sete anos antes, foi publicado o artigo:

FISHBEIN, Morris – "Maternidade sem Dor nem Perigo". *Seleções do Reader's Digest*. Rio de Janeiro, 29/30, jun 1943.

⁹¹SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de - "Cuidados de Si e Embelezamento do Corpo Feminino - Fragmentos para uma História do Corpo no Brasil", in: SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de (Org.) - *Políticas do Corpo*. São Paulo, Estação Liberdade, 1995, pp 121/139.

⁹²*Infância*, São Paulo, ago 1935.

Idem, Idem, dez 1935 ("Vestindo Bebê - Calções Práticos").

Idem, Idem, out 1936 ("Não Enfaixem os seus Filhinhos").

Idem, Idem, dez 1936.

expressavam grande preocupação no que se referia a luxo e sofisticação, articulados a eventos sociais.

Muitas páginas de **Vida Doméstica** eram dedicadas à moda feminina, sugerindo vestimentas para diversas ocasiões - tarde, noite, festa. O mensário era publicado em branco e preto, com poucas páginas coloridas, exatamente aquelas dedicadas à moda, o que nos ajuda a refletir sobre a importância do tema para ele.

Paris era a principal referência para a moda, demonstrando a preocupação em destacar um padrão internacional como modelo de beleza a ser seguido. A própria **Vida Doméstica**, assim, colocava-se como atualizada em torno desse mercado, divulgando-o e demonstrando o quanto era sofisticada em termos do que publicava.

Em anúncios em que a mulher aparecia exercendo suas funções domésticas, certa sofisticação estava presente em corpos esbeltos, de saltos altos, usando aventais que remetiam à idéia de asseio e cuidado, projetando a imagem de dona de casa cuidadosa com a própria aparência⁹³

Essa preocupação com a moda também se destinava às crianças de ambos os sexos, sendo Paris, igualmente, referência, na identificação de hábitos e comportamentos à maneira européia como símbolos de modernidade, avanço e progresso, enquanto para as crianças pobres, o andar descalço, maltrapilho, era sintoma de atraso, de ignorância muitas vezes⁹⁴.

A prática da costura por mulheres das camadas populares era incentivada como item da economia doméstica, ao mesmo tempo que representava controlar o tempo das donas de casa nas diversas funções do lar, condenando "*preguiça*" e "*ócio*" como situações que indicavam mulheres despreparadas. Se o trabalho fora do lar era atividade masculina, as mulheres, no ambiente doméstico, não deviam abandonar nunca os afazeres que mereciam ser transmitidos também aos filhos. A menina seria a companheira da mãe no lar, cuidando dos irmãos menores, bordando, ajudando nos

Esses artigos abordavam, dentre outras questões, a preparação do enxoval do bebê, incluindo bordados, considerando desenvolvimento físico e mental da criança, enfatizando a facilidade na preparação do enxoval.

Havia ainda propagandas de roupas infantis vendidas por Mappin Stores e Casa Alemã.

Idem, Idem, abr 1935

Idem, Idem, jun 1937.

Outro produto muito divulgado, associado à preocupação com a robustez infantil, era a balança vendida na Casa Fretin - Idem, Idem, jul 1937.

⁹³ **Fon-Fon!** Rio de Janeiro, jan de 1938.

⁹⁴ No século XVIII, as crianças de xixas na Roda dos Expostos demonstravam a condição social originária através de enxovais deixados junto com os bebês. Alguns apresentavam maior sofisticação, "*camisas, coifa de cambraia, cueiro de baeta branca, toalha de pano*"; outros carregavam apenas a roupa do corpo, "*um velho e surrado cueiro colorido*".

Ainda na questão da roupa, "*a universalização da cor branca para as fraldinhas ocorreu em fins do século passado, após inúmeras campanhas médicas*".

VENÂNCIO, Renato Pinto - "Maternidade Negada". Edição Citada, pp 197 e 198.

demais afazeres da casa. Ao mesmo tempo, as relações de trabalho que mulheres e menores experimentavam fora do lar retomavam modalidades de dominação vividas por esses sujeitos no contexto familiar⁹⁵

No início do século XX, jornais anarquistas denunciavam o excesso de trabalho das costureiras profissionais, expostas a intensa exploração, questão que, mesmo nos anos 50, ainda se manifestava em problemas de saúde ligados a esse trabalho⁹⁶. Mulheres dessa profissão conclamavam suas companheiras a aderirem a movimentos grevistas de outras categorias e revelavam a longa jornada como impedimento para as trabalhadoras de cuidarem da criação e saúde dos filhos⁹⁷. Os discursos médico, jornalístico e jurídico, dentre outros, nos anos 30 e 40 tenderam a ignorar manifestações das mulheres pobres, negligenciando sua capacidade reivindicatória e seus desejos de cuidar de filhos.

Costurar, preparando enxovais para crianças, também era apresentado como prática de senhoras da elite paulista em entidades como a Cruzada Pró-Infância.

As revistas convocavam as mulheres para preservarem valores que estavam se perdendo na "modernidade". Nessa perspectiva, o

⁹⁵ RIBEIRO, Maria Alice Rosa – **Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista – 1870/1930**. São Paulo/Campinas, HUCITEC/Ed. da UNICAMP, 1988.

A submissão feminina foi valorizada no mercado de trabalho para determinadas funções, principalmente no comércio, salientando comportamentos como docilidade, paciência, dedicação ao serviço, não fumar, sem que isso significasse renunciar à organização racional do trabalho.

DOLIVEIRA, Clodoveu – "O Trabalhador Brasileiro", in: PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael (Orgs.) – **A Classe Operária no Brasil – II - Condições de Vida e de Trabalho, Relações com os Empresários e o Estado**. São Paulo, Brasiliense/FUNCAMP, 1981, pp 138/146.

O mesmo tema é comentado em:

REIS, Maria Cândida Delgado – **Tessitura de Destinos – Mulher e Educação – São Paulo, 1910/20/30**. São Paulo, EDUC, 1993 (Hipótese).

⁹⁶A referência aos anos 50 é lembrança pessoal, baseada em minha mãe que, na década de '90, faleceu sofrendo problema de coluna ligado àquela prática profissional, que resultou em enfisema pulmonar.

⁹⁷HAHNER, June E. - **A Mulher no Brasil**. Tradução de Eduardo F. Alves. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

No início da industrialização brasileira, fiação e tecelagem foram áreas de atuação feminina, em condição subordinada. A Escola Feminina do Brás incluía em seu currículo cursos de Roupas Brancas, Confecções e similares.

REIS, Maria Cândida Delgado – **Tessitura de Destinos**. Edição Citada.

Nos cursos de Puericultura em São Paulo, as alunas confeccionavam roupas infantis que, depois de exibidas e comentadas, eram doadas a maternidades.

ALMEIDA JUNIOR, Antonio – "Fomação de Hábitos Sadios nas Crianças". **Terceiro Congresso Brasileiro de Higiene**. Edição Citada.

Nos anos '20, a indústria têxtil continuava muito significativa em São Paulo, havendo intensa mobilização dos trabalhadores, tendo em vista o aumento no custo dos produtos de primeira necessidade, jornadas excessivas e alta dos aluguéis.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa – **Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista – 1870/1930**. Edição Citada.

Sobre trabalho infantil, consultar:

MOURA, Esmeralda Blanco B. de – **Mulheres e Menores no Trabalho Industrial – Os Fatores Sexo e Idade na Dinâmica do Capital**. Petrópolis, Vozes, 1982.

RAGO, Margareth - **Do Cabaré ao Lar**. Edição Citada.

*"progresso traz hábitos indesejáveis, ausência de delicadeza, extravagância".*⁹⁸

Não se tratava de, simplesmente, rejeitar o progresso, mas de desejar sua implantação sob controle, evitando-se prejuízos aos valores vigentes.

O lar também foi apresentado como alvo fundamental da publicação e tratado como *"objeto de todas as cogitações humanas"*. O casamento era, assim, estimulado por meio de reportagens que orientavam arrumação da casa, decoração de interiores, cuidados com jardins, notícias de matrimônios, além de contos que se referiam à mulher como mãe e esposa.

A revista parecia admitir críticas ao sexo feminino e até divulgou a possibilidade de uma relação vir a ser desfeita quando houvesse *"equivoco"* na escolha da esposa⁹⁹. Esse debate pertence a um gênero de escrita freqüente em **Vida Doméstica** e **Fon-Fon!**, dedicada ao início do casamento, à escolha de parceiro ou parceira, chamando a atenção do leitor para os cuidados com a formação da família, e desempenhando certa função pedagógica em relação àqueles valores.

Quando narrado em conto, o adultério da mulher conduziu ao suicídio do marido, demonstrando que a busca da felicidade feminina fora do casamento apresentava desfechos trágicos¹⁰⁰.

Outra voz presente na Imprensa sobre casamento e divórcio foi a do advogado, apontando períodos mais delicados das relações conjugais (primeiro ano, sétimo ano, etc.) e atribuindo as separações a problemas do marido como vagabundagem, bebida, adultério, impotência, dificuldades econômicas¹⁰¹.

Nesse caso, as mulheres apareciam expressando suas queixas e desejo de separação. As referências para essa discussão eram Suíça, Estados Unidos e França, dentre outros países. Outros defeitos masculinos assinalados foram despotismo e ausência física ou espiritual (leitura de jornais, por exemplo), cuja contrapartida eram as mulheres que, cansadas de servir os maridos, lutavam por educá-los. Nesse contexto, a face tensa das relações apareceu contra a harmonia tão desejada, quando a família era assunto de poder público, Imprensa e médicos.

A presença de temas como o divórcio fez parte de uma conjuntura da Imprensa e da cultura brasileiras do final dos anos 40, marcada por forte referência a

⁹⁸ "Progresso e Depravação". **Vida Doméstica**. Rio de Janeiro, 385, abr 1950, p 105.

⁹⁹No conto *"O Marido"*, um homem anunciou seu desgosto no casamento por não ter encontrado a esposa ideal.

Idem, Idem, jan/mar 1940.

¹⁰⁰**Fon-Fon!**, Rio de Janeiro, jan 1938.

¹⁰¹Idem, Idem, abr 1950.

padrões norte-americanos (filmes, consumo, etc.)¹⁰², correspondente a uma receptividade que evidenciava a existência de problemas brasileiros paralelos àqueles padrões.

A criança, nessas circunstâncias, apareceu absorvendo o casal nas preocupações com saúde e escolaridade. Com ela mais crescida, a mulher começava novamente a lidar com problemas da relação conjugal, acompanhando a ascensão de outros homens, responsabilizando o marido pelo fracasso financeiro. A contrapartida desse quadro era o homem bem-sucedido que não mais queria a mulher que tinha¹⁰³.

Ao mesmo tempo que era responsabilizado pelo fracasso financeiro, o homem era acusado pela entrada da mulher no mundo do trabalho. Em processos de divórcio na elite paulista dos anos '20, a violência física contra a mulher foi freqüentemente referida, o que se associou a uma identidade entre marido e pai nas funções punitivas contra a "desobediência" da cônjuge¹⁰⁴.

Uma voz de mãe apareceu em carta ficcional de pobre viúva, prestes a morrer, dirigida ao único filho, para ser lida quando ele fosse adulto, indicando normas na conduta masculina e posturas adequadas na relação conjugal: nunca mentir para a mulher, confidente do homem, nem trocar por passageiras amizadas a harmonia do lar; permanecer em casa à noite, lendo; quando sair, convidar a esposa, que passou o dia trabalhando em casa, reconhecendo-se que as tarefas domésticas eram estafantes¹⁰⁵. Considerou-se a mulher como permanente portadora de razão, que merecia ser consolada com doçura, enquanto o homem, por maior experiência de vida, tinha mais aptidão para julgar, devendo assumir, às vezes, papéis de pai e marido. A estabilidade do casal foi vista como garantia de família saudável, em que crianças podiam ser geradas e crescer adequadamente.

Reforçou-se a idéia de que o homem era o arrimo e farol da casa, que deveria resolver todos os negócios referentes ao trabalho e ao lar, sendo ele o cérebro e a mulher o coração na família. Junto a isso, ele precisava sempre elogiar a mulher, até suas roupas, e evitar agir como seu chefe, lidando com as diferenças entre papéis, garantindo que a vontade da mulher não fosse anulada pelo matrimônio, dando-lhe a ilusão de liberdade sem renunciar à permanente vigilância sobre seus atos.

¹⁰² MOURA, Gerson - **Tio Sam Chega ao Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1984 (Tudo é História - 91).

¹⁰³ Quando papéis de gênero tradicionais se viam ameaçados no interior da família, caso de homens que não cumpriam a função de mantenedor da casa, conflitos e tensões eram gerados, o que ocorria também entre os pobres, resultando em brigas que, às vezes, eram marcadas pela violência física. Outra fonte desses problemas decorria da exigência feminina sobre maior participação do homem na educação dos filhos.

SOIHET, Raquel - "Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano", in: DEL PRIORE, Mary (Org.) - **História das Mulheres no Brasil**. Edição Citada, pp 362/400.

¹⁰⁴ MALUF, Marina e MOTT, Maria Lúcia - "Recônditos do Mundo Feminino". Edição Citada.

A vigilância daquela mãe de ficção ("Autora" da carta) sobre o filho começou quando de seu nascimento e persistiria após a "morte" da primeira, mudando de acordo com diferentes etapas da vida do outro: quando bebê, a saúde física e psicológica devia ser o principal alvo; na adolescência e na vida adulta, a preservação da moral ocupava espaço destacado.

A vida foi comparada às Ciências, contrapondo-se à idéia de que o Conhecimento era obtido apenas em livros, inserindo a família harmoniosa no universo dos valores cristãos.

Há uma dimensão idealizada nesse modelo que não inibiu a potencial multiplicidade de leituras reservada ao texto, uma vez que ele surgiu como carta de mãe, dirigida a filho, publicada em revista que tinha a mulher como principal público-alvo. Nessa perspectiva, os argumentos apresentavam para a mulher padrão de comportamentos de homem e de mãe, que ela deveria cultivar. Construir padrões ideais de família e, nela, papéis masculinos e femininos, articulava-se a imagens idealizadas de infância educada, assistida, saudável.

Esses exemplos abordaram aspectos significativos das relações homem-mulher na ótica das revistas: autoridade e paternalismo masculinos e dimensão humana da condição feminina, dotada de direitos e responsabilidades.

O fato de apresentar-se uma carta ficcional dirigida por mulher a filho pequeno, para ser lida no futuro, também sugeriu uma dimensão da formação da criança (futuro adulto) e preocupações com o porvir.

Uma prática habitual nessas revistas foi fazer referências ao presente de mulheres e crianças, sugerindo atitudes e comportamentos e apontando certas mudanças necessárias em relação ao passado, como a necessidade de que as moças tivessem liberdade na escolha de seus parceiros, caminhando para uma superação de um passado em que as mães assumiam aquela tarefa. Essa argumentação tinha como fundamental objetivo preservar a instituição do casamento¹⁰⁶.

Embora o título "Mamãe Arranjou-me Um Noivo" indique um passado a ser superado, noutros momentos de **Vida Doméstica**, manifestou-se certa nostalgia em relação ao tempo anterior.

Dando continuidade a essa avaliação, a revista comentou que os tempos mudaram e as mulheres passaram a empregar-se no comércio, andando livremente e sujeitando-se a perigos. Daí, a mulher ter-se igualado ao homem, embora conservando o coração feminino. Na busca de igualdade, ela desceu de seu pedestal para se tornar coisa banal, deixando de ser vista como ente quase divino, misterioso,

¹⁰⁵"*Meu Filho, Escuta*", **Vida Doméstica**, Rio de Janeiro, fev 1936.

que merecia dos homens honras, o máximo respeito e atenção. É em relação a esse mundo que a revista construiu imagens de infância, adequando-as ao novo estatuto de família e gêneros.

A revista deduziu que as mulheres perderam aquela anterior respeitabilidade, porque passaram a ser encontradas em todos os lugares, a todo instante, também deixando de merecer estima. Como consequência, quanto mais avançava no feminismo, mais era prejudicada junto aos homens, que deixaram de lhe dedicar cuidados. Índice disso era as mulheres não mais merecerem respeito nos coletivos (ônibus, trem), sofrendo tratamento sem cerimônia, grosseiro¹⁰⁷.

Embora o trabalho fora de casa fosse apontado como algo que não compensava, **Vida Doméstica** saiu em defesa do movimento feminista, combatendo aqueles que o rejeitavam¹⁰⁸. Para o periódico, o Feminismo não afastava a mulher de sua condição de mãe e esposa, pois o preparo intelectual dessa mulher, expresso pelo movimento, trazia ainda mais benefícios para a família.

Por outro lado, condenou-se a pura cultura livresca, que afastava a mulher de atividades práticas como costurar, bordar, cuidar dos filhos¹⁰⁹. O Feminismo que lutava pela igualdade de condições entre homens e mulheres nas relações de trabalho foi rechaçado porque, nessa situação, a mulher deixaria de obter a atenção e a generosidade masculinas, sendo tratada com vulgaridade e desrespeito¹¹⁰.

A mulher foi pensada em relação ao comportamento masculino, guia das ações, considerando-se pouco necessidades, aspirações e desejos especificamente femininos. Apontou-se freqüência a cinema e teatro como prejudicial à experiência feminina. O futuro da mulher, então, deveria ser o de conservar sua condição primordial de mãe, considerando as estéreis, que não puderam realizar o seu destino, seres amargos, que não encontravam um sentido próprio na vida¹¹¹. Apesar disso, mesmo solteiras, algumas mulheres foram valorizadas pelo amor maternal que dedicavam às crianças, e apresentadas como pessoas generosas, dotadas de temperamento alegre, cristãs, limpas e de bom aspecto¹¹². Essa aparente ambigüidade remeteu para um projeto de universalizar a condição materna, atingindo mesmo as solteiras ou estéreis, dotadas de coração de mãe¹¹³.

¹⁰⁶ "Mamãe Arranjou-me Um Noivo". **Fon-Fon!**, Rio de Janeiro, maio 1942.

¹⁰⁷ **Vida Doméstica**, Rio de Janeiro, 295, out 1942.

¹⁰⁸ Idem, Idem, 191, fev 1934.

¹⁰⁹ Idem, Idem, 301, abr 1943.

¹¹⁰ Idem, Idem, 295, out 1942.

¹¹¹ Idem, Idem, 96, jan 1926.

¹¹² **Fon-Fon!**, Rio de Janeiro, maio 1942.

¹¹³ Soihet, referindo-se a mulheres do século XIX que não se enquadravam na função ideal de mulher, evocou "Aqueles dotadas de erotismo intenso e fote inteligência, seriam despidas do sentimento de

Daí, a condição materna ser comparada por **Fon-Fon!** à dimensão sagrada: quem não era mãe, afastava-se dos princípios cristãos. Já a insistência de **Vida Doméstica** nessa dimensão da vida privada leva a pensar que a esfera familiar era considerada ameaçada pela vida pública, que chamava a mulher, cada vez mais, para o exercício de outras atividades. Por outro lado, ainda sugeriu que a maioria das leitoras da revista eram donas de casa. Daí, o periódico reforçar os papéis de dona-de-casa e mãe como fundamentais. A imagem da criança, nesse contexto, surgia como apêndice da mulher adulta, realizando-a.

O apelo à infância saudável era fortemente veiculado para condenar o trabalho feminino fora de casa. A criança, assim, era o sujeito preferencial para garantir que a mulher observasse práticas consideradas desejáveis. **Fon-Fon!** e **Vida Doméstica** apelaram para o trabalho feminino no lar no que se referia à arrumação do interior das casas, à prática de cozinhar e à costura através de páginas que sugeriam moldes para roupas. Nesse universo, a beleza era cultivada como parte da mulher moderna. Daí, seções em **Fon-Fon!**, como "*A Arte de Ser Bela*" e "*Conselhos Sobre Beleza*". Algumas tarefas, por vezes, foram identificadas como alheias a caráter estafante - bordar, confeccionar roupas para bebês, etc.

Se a vida no lar foi destacada como algo que precisava ser cultivado e preservado, a mulher foi ali concebida como dona de poder inquestionável¹¹⁴. Opôs-se a casa ao mundo da rua ou da empresa, onde a vida agitada e atribulada do trabalho não combinava com a condição feminina. Fora da casa, o espaço foi caracterizado como de domínio masculino, no trabalho, cuidando do sustento da família.

Destacou-se a desvantagem do trabalho feminino fora do lar, apontando diversos tópicos: necessidade de empregada doméstica, gastos extraordinários com vestuário, alimentação e saúde, tanto pessoal como dos filhos, abandono destes aos cuidados de estranhos. Em contrapartida, salientou-se a importância da presença feminina no lar, evitando gastos desnecessários, cuidando da saúde da família. Apontou-se como grande objetivo da mulher que trabalhava fora a conquista do casamento, nem sempre possível.

Tal fenômeno foi considerado como não apenas nacional, na medida em que exemplos europeus do problema foram indicados. Ao mesmo tempo, sua versão

maternidade, característica inata da mulher normal, e consideradas extremamente perigosas. Constituíam-se nas criminosas natas, nas prostitutas e nas loucas, que deveriam ser afastadas do convívio social".

SOIHET, Raquel - "Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano", Edição Citada. Essa Autora se baseou em idéias de Cesare Lombroso para estabelecer tais tópicos.

¹¹⁴Ver a esse respeito, abordando a **Revista Feminina**:

LIMA, Sandra - **Espelho de Mulher**. Tese de Doutorado em História Social, FFLCH/USP. São Paulo, digitado, 1990.

brasileira sugeria a pertinência do assunto no país, ou seja, a existência de uma presença feminina no mercado de trabalho. Trabalhar no lar foi configurado como ato natural e produtivo, ao contrário do trabalho noutros espaços, marcado por múltiplos prejuízos à saúde e mesmo à moral da família, assinalando-se que a remuneração, no último caso, não correspondia ao esforço despendido. Em relação às mulheres pobres (operárias, vendedoras, costureiras, etc.), argumentou-se que a alimentação deficiente as expunha à tuberculose¹¹⁵.

Cabe lembrar que o Estatuto da Família do Estado Novo, no seu artigo 14 previa:

*"O Estado adotará medidas que possibilitem a progressiva restrição da admissão de mulheres nos empregos públicos e privados. Não poderão as mulheres ser admitidas senão aos empregos próprios de natureza feminina, dentro dos estritos limites da conveniência familiar".*¹¹⁶

Vida Doméstica sustentou projeto similar a esse ao criar estratégias de convencimento para que a mulher permanecesse no lar, com possibilidades de administrar a casa e cuidar da educação dos filhos. O salário-família seria um instrumento "auxiliar" na economia doméstica, possibilitando a presença da mulher em casa. Essa perspectiva se associou à constante vigilância que o estado exercia sobre os meios de comunicação para que a propaganda fosse feita em favor da família, promovendo a procriação, tanto por meio da censura como do incitamento a materiais com aquele teor¹¹⁷.

Mesmo na Conferência Nacional de Proteção à Infância, o relatório apresentado pelo Dr. Humberto Pascale sobre a Organização do Serviço de Assistência ao Parto e de Higiene Pré-Natal dos Distritos Rurais e Pequenas Cidades do Interior apontou que havia maior incidência de mortalidade infantil entre as famílias nas quais a mulher trabalhava fora. Além disso, a volta ao trabalho logo após o parto impediria que as mulheres amamentassem seus filhos. Nesse sentido, fez-se apelo para que os centros de saúde fossem ampliados, na tentativa de

¹¹⁵MORESZ, Liz H. (versão de Dahifa) - "O Trabalho Feminino Compensa?". **Vida Doméstica**, Rio de Janeiro, fev 1936.

¹¹⁶SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bosquet e COSTA, Vanda Maria Ribeiro - **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra/EDUSP, 1984, p 112 (Estudos Brasileiros - 81).

Tema semelhante se faz presente em campanhas de Nazismo e Fascismo.

¹¹⁷Sobre propaganda, imprensa e outros espaços de comunicação no período, consultar:

GARCIA, Nelson Jahr - **Estado Novo: Ideologia e Propaganda Política**. Edição Citada.

GOULART, Silvana - **Sob a Verdade Oficial - Ideologia, Propaganda e Censura no Estado Novo**. Edição Citada.

*"aplicar fundos sociais a favor das operárias das fábricas, afim de que elas possam permanecer em casa durante as últimas semanas da gestação e durante uma grande parte da infância dos seus filhos."*¹¹⁸

O procedimento na Conferência foi, portanto, pensar em soluções práticas que evitassem o problema da mortalidade infantil sem remeter à pura idéia de que as mulheres não deviam trabalhar fora de casa. Houve um reconhecimento de que, para algumas delas - as operárias e pobres em geral -, o trabalho era necessário.

Apesar disso, **Vida Doméstica** admitiu, através de propaganda, que o trabalho feminino em escritório era digno. Um anúncio de remédio apresentou mulher dormindo (primeiro plano, topo da página), destacando a legenda *"Enfim, pode dormir outra vez!"*. Narrativa quadrinizada trouxe a mesma mulher segurando a cabeça diante de máquina de escrever (primeiro quadro), pingando produto numa das narinas (segundo quadro) e, por fim, bem-disposta, como quem acabara de acordar. A disposição para o trabalho, nesse caso, foi apresentada como fundamental, servindo de base para valorizar o produto anunciado¹¹⁹.

Essa propaganda assumiu o trabalho feminino na medida em que este se tornou realidade palpável. A aparente ambigüidade da revista (apoio e rejeição ao trabalho da mulher fora de casa) articulava-se à crescente presença feminina no mercado formal de trabalho: apoiando-o, mesmo com ressalvas, garantia-se a continuidade do vínculo de leitura num mundo em mutação, sem renunciar à valorização das dimensões de dona-de-casa e mãe.

Pouco mais de uma década antes, o II Congresso Internacional Feminista, realizado no Rio de Janeiro em 1931, apresentou em suas resoluções, propostas sobre a manutenção das férias da classe operária, proibição de diferença salarial de acordo com o sexo, obediência à legislação sobre higiene em ambientes de trabalho fabril e comercial,

"Pleitear junto às famílias a generalização do costume de conceder pelo menos uma parte dos domingos para repouso de suas empregadas",

¹¹⁸PASCALE, Humberto - "Organização do Serviço de Assistência ao Parto e de Higiene Pré-Natal dos Distritos Rurais e Pequenas Cidades do Interior", in: **São Paulo na Conferência Nacional de Proteção à Infância**. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1934, pp 413/446.

¹¹⁹**Vida Doméstica**, Rio de Janeiro, 291, jun 1942.

Reis citou notícia sobre curso de datilografia, de 1912, que identificava aquela atividade como adequada ao universo feminino.

REIS, Maria Cândida Delgado – **Tessitura de Destinos – Mulher e Educação – São Paulo, 1910/20/30**. Edição Citada.

e licença-gestante de dois meses para funcionária pública federal¹²⁰.

Essas reivindicações são de especial interesse na medida em que corrigiam freqüente atitude de vozes médicas, governamentais e jurídicas sobre a mulher, que sugeriam um caráter inaugural de suas propostas, silenciando sobre faces do trabalho feminino (fábrica, comércio, serviços domésticos). O Congresso Internacional Feminista serviu como espaço de denúncia sobre práticas estabelecidas - salários desiguais, exploração do serviço doméstico, falta de higiene no ambiente de trabalho. A questão da licença-gestante foi levantada apenas em relação à funcionária pública federal, mas ela possuía também um potencial de exemplo para outras categorias de trabalhadoras, abrindo o debate geral sobre aquele direito. Por outro lado, essas discussões desmentiam desqualificações da mulher como ignorante ou passiva, evidenciando, ao contrário, a riqueza de suas mobilizações.

Nas "*Resoluções da I Convenção Nacional Feminina*", de 1933, figuraram a oposição à diminuição da capacidade da mulher casada e à subordinação de um cônjuge ao outro, a defesa da educação dos filhos e da manutenção do lar como tarefas comuns a homens e mulheres, a proposta de um seguro-maternal, procurando evitar a demissão da trabalhadora quando dava à luz, preservando a participação da mulher nas discussões sobre maternidade e trabalho¹²¹.

As diversas reportagens aconselhando as mães sobre cuidados com os filhos, no contexto de racionalização do trabalho doméstico, sugeriam dimensão de um mundo novo, onde a mulher assumia novas funções e seu tempo precisava ser redimensionado.

O direito feminino ao voto foi valorizado como dimensão importante do serviço que se prestava à Pátria, associado à idéia de que a mulher devia ocupar cargos públicos de importância. A luta pelo voto feminino, todavia, tendeu a constituir um movimento de classe média e de elite, não representando uma maneira de mudar mais radicalmente os papéis da mulher na sociedade¹²².

A primeira mulher eleita para a Câmara de Deputados do Brasil e nela empossada, a paulistana Carlota Pereira de Queiroz, foi educadora, tendo participado em 1922 do Terceiro Congresso Americano da Criança e Primeiro Congresso

¹²⁰HAHNER, June E. - **A Mulher no Brasil**. Edição Citada, pp 103/105.

Reis lembrou a Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino, fundada em 1922, no Rio de Janeiro, que "*lançou Manifesto Feminista à Nação*", enfatizando a igualdade natural entre os sexos, a necessidade de cooperação mútua, os entraves ao progresso feminino, "*baseados em idéias falsas*", reivindicando a autonomia como fundamental na condição da mulher adulta.

REIS, Maria Cândida Delgado - **Tessitura de Destinos - Mulher e Educação - São Paulo, 1910/20/30**. Edição Citada.

¹²¹Idem, Idem, pp 107/108.

¹²²Idem, Idem, p 99.

Brasileiro de Proteção à Infância, apresentando comunicação sobre "*O Problema da Educação Elementar - Os Sistemas Froebel e Montessori*", demonstrando a atuação feminina ligada a questões de Educação e Infância. Pereira de Queiroz formou-se em Medicina, e chefiou o Laboratório de Clínica Pediátrica da Santa Casa da Misericórdia de São Paulo entre 1928 e 1947, percorrendo, portanto, vários espaços institucionais ligados à infância - Educação, Medicina, Parlamento. Sua candidatura à Câmara de Deputados foi lançada por Pérola Byington e Olívia Guedes Penteado, que divulgaram na Imprensa o manifesto "*Mensagem da Mulher Paulista*"¹²³.

O acesso feminino às Artes, à Literatura e aos Romances que não levassem a devaneios foi julgado necessário. *Fon-Fon!* publicou a seção "*Mulheres Célebres*", que destacava escritoras, educadoras e outras intelectuais que escreviam sobre temas sintonizados com o universo da publicação

Esses periódicos tinham uma prática de falar do sucesso do casamento que estava na fidelidade, nos filhos, dizendo que a prole sadia e bem formada era a garantia de se perpetuar a condição humana, tratando como pecado o ato de não permitir o pleno desenvolvimento da criança. Dessa forma, as revistas se colocaram numa perspectiva de estarem atuando em conjunto com princípios cristãos, seguindo, através de suas seções dedicadas ao lar e à família, aquilo que seria desejo divino - pleno desenvolvimento da família e Lei de Deus.

Vida Doméstica fez referências ao aborto como pecado grave. Em contrapartida, a religiosidade foi tratada como o maior bem a ser cultivado. A infância foi, assim, sacralizada, associando-se a sexualidade da mulher à moral, religião e reprodução. O adultério também foi condenado, sendo a fidelidade apontada como

*"princípio de paz na família, condição para ordem e grandeza das nacionalidades"*¹²⁴.

Estado e setores dominantes da sociedade civil atuaram no exercício do controle sobre as práticas operárias e a vida em família, desdobrando suas estratégias. *Vida Doméstica* e outros órgãos e instituições participaram ativamente desse processo, evidenciando que ele não se restringia às práticas governamentais. A mãe e a criança deviam ser vigiadas pelos olhos dos médicos, pedagogos, psicólogos. As tradicionais práticas no trato dos filhos jamais foram observadas como fazendo parte de um saber construído pelas mulheres, adotou-se por princípio que só era possível viver através do saber de especialistas competentes, que desqualificavam sujeitos para requalificá-los em nome de saberes instituídos¹²⁵, "neutros" no que se

¹²³SCHPUN, Mônica Raísa - "Carlota Pereira de Queiroz: Uma Mulher na Política". Edição Citada.

¹²⁴*Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, 355, out 1947, p 65.

¹²⁵Ver a respeito do argumento da competência:

referia à existência do conflito entre as classes, a mulher apareceu na sua condição materna julgada natural como alguém que estaria fora das tensões sociais. Aliás, ela teria por mérito diluir conflitos, haja vista o papel da professora na escola.

Vida Doméstica se referiu à mulher como uma espécie de Ministro da Fazenda no Lar. Direito, Ciências e História seriam bases para a sabedoria, e o conhecimento não podia ignorar a vida religiosa, responsável pelo espírito. O saber, portanto, deveria trazer humildade e não arrogância, guardar a lei seria uma obrigação dos que sabiam. Recomendou-se ainda para a mulher a aprendizagem de Matemática e Contabilidade:

"Uma mulherzinha prudente necessita imprescindivelmente 'saber de contas'. Ela há de ser mais cedo ou mais tarde o 'ministro da fazenda' de um lar. As leis econômicas não devem ter segredo para ela: é preciso que seja mestra na arte difícil do orçamento, é preciso que não se perca no insidioso emaranhado do 'dever' e do 'haver'.

Portanto aprendei Aritmética e Contabilidade, e até mesmo um pouco de álgebra, meninas sonhadoras, e sobretudo muitíssimo cálculo mental. Não sabeis que elemento tão importante é o equilíbrio econômico."¹²⁶

Conclamou-se a mulher a ter os pés no chão. As referências a ela, com o uso de diminutivos ou atribuindo-lhe a condição de sonhadora, demonstraram a intenção de lidar com uma condição feminina que precisava ser orientada e chamada ao real. O cálculo ajudaria a abstração e sobretudo evitaria o desperdício econômico, sendo a administração do dinheiro na família responsabilidade da mulher.

Houve uma preocupação de orientar as mulheres em parâmetros racionais. Mesmo no artigo "*O Trabalho Feminino Compensa?*", um horizonte de racionalização do tema foi construído através do cálculo sobre despesas acarretadas por aquela atitude e prejuízos de ordem afetiva e moral, quando se tratava dos filhos¹²⁷.

Se a privacidade da casa era o reino feminino, que passava a ser publicizado com os procedimentos que a revista tinha para com o comportamento familiar, a ser construído socialmente e tornado regra de conduta para obter um modelo de família desejável, o homem, na atividade pública, também foi sempre lembrado na condição

CHAUI, Marilena - "O Discurso Competente", in: **Cultura e Democracia - O Discurso Competente e Outras Falas**. São Paulo, Moderna, 1982.

¹²⁶"O que devem estudar as mulheres". **Vida Doméstica**, 142, Rio de Janeiro, jan/mar 1930, p 105.

¹²⁷Sobre o argumento da racionalização do trabalho no Brasil, desde os anos '20, ver: ANTONACCI, Maria Antonieta M. - **Vitória da Razão?** Edição Citada.

de sua vida doméstica. Ter mulher e filhos garantia-lhe popularidade e respeitabilidade públicas:

"A família do Presidente Getúlio Vargas.

A Exma. senhora Darcy Sarmanho Vargas, virtuosa esposa do ilustre Dr. Getúlio Vargas, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, acompanhado dos cinco filhos do distinto casal, lindas crianças que refletem nas faces a beleza de uma progenitura sadia e a excelência do magnífico clima em que vicejam. A Sra. Getúlio Vargas, é uma dama possuidora de nobres virtudes"¹²⁸

Esses homens, na perspectiva de **Vida Doméstica**, tinham sua vida pública bem realizada na medida em que seguiam aquilo que se considerava uma família saudável: marido e mulher unidos pelo matrimônio sacramentado pela Igreja Católica, com uma prole, cuja imagem de força e beleza era fundamental, dotando o personagem de condições para realizar projetos na vida pública, porque bem resolvido na sua vida privada. Essa situação configurava a importância pública do corpo do governante, homem viril, ligado a mulher fértil, conjunção expressa publicamente na prole. Ao mesmo tempo, esses corpos serviam de modelo para a sociedade.

Se o espaço da rua era mundano, ameaçador, o lar era o refúgio que salvava, livrava dos aborrecimentos do mundo fora da casa. Para o mensário, era hipoteticamente possível renunciar ao sucesso, às glórias, coisa que não ocorria com a vida em família, que acompanhava qualquer um até à hora da morte - quem fazia sucesso, todavia, era quem tinha família. A casa era, então, a alma que precisava ser cultivada porque salvava; ali, o espírito se alimentava; assim, investir na arrumação da casa, na união da família, era a meta. O mundo moderno e a indústria, desse ponto de vista, ofereciam possibilidades para que, cada vez mais, um ideal de lar fosse construído. Saber aproveitar o que a sociedade moderna oferecia: este era o conselho.

A revista **Vida Doméstica**, referindo-se ao lar, divulgou moradias suntuosas da cidade de São Paulo e caracterizou a elite paulistana como grupo reservado, que não permitia devassa no interior de suas vidas. Várias vozes de médicos, educadores, jornalistas e outros profissionais, quando se referiam às camadas populares, denunciavam uma vida devassada, sem privacidade, aproveitando-se da situação para expor ainda mais amplamente aquelas pessoas, monopolizar o conhecimento de sua intimidade e interferir em seus destinos. Aquele recato, portanto, era exclusividade das elites, acrescentando-lhes um toque a mais de refinada civilidade.

¹²⁸**Vida Doméstica**, Rio de Janeiro, 143, fev 1930, p 37.

Elogiou-se o estilo arquitetônico das casas que abrigavam os barões do café:

"A casa, além de ser a realização de nosso ideal doméstico, deve igualmente representar uma parcela ponderável do sentimento pátrio. Os filhos que nascem dentro das paredes familiares, herdaram melhor o patrimônio moral dos seus maiores, que ali amaram, foram felizes e encontraram em cada canto um fragmento vivido da história do passado.

Ridentes na maravilha esplendente de suas fachadas onde bate o sol magnífico daquelas manhãs que não são de garoa, ou pelas grandes noites em que a metrópole paulista repousa de sua intensíssima atividade, as residências palacianas alegam o coração do paulista, encantando-lhe os olhos, ao mesmo tempo que, na formosura do arranjo interior, a beleza emotiva da família desabrocha na felicidade dos pais diante do sorriso dos filhos.

É pelo capricho arquitetônico que muito se avalia do grau de civilização de um povo. Uma casa não deve ser apenas um motivo de satisfação íntima do seu proprietário e sim uma contribuição eficaz para a beleza esplendorosa das cidades modernas, que delas necessitam para complemento de sua formosura."¹²⁹

Há um extremo fascínio pelo mundo da dominação, reafirmado com a evocação de propriedade e herança, até de um patrimônio moral. Moradia e vida em família apareceram como bem público, sinônimo da modernidade, local de manifestação do civismo. A família, para existir na sua harmonia, precisava cuidar da aparência da casa tanto em seu interior como na sua parte externa. A presença dos arquitetos foi valorizada como indispensável no projeto modernizador. Tratava-se da cidade desejada, plenamente identificada ao universo dominante, que precisava ostensivamente ser exibido pela Imprensa.

Nos cuidados com a casa, o quarto dos filhos foi identificado como lugar de estudos e brincadeiras. Se devidamente preparado, afastava a criança da vida da rua, transformando-se em lugar de vigilância materna. Aconselhava-se o uso de poucos móveis nesse ambiente, fazendo-se sugestões também sobre sua disposição¹³⁰. Foram recomendadas estratégias de arrumação que seguiam uma orientação geral da revista com relação a um projeto de educação infantil saudável e orientada pelos

¹²⁹"Como a aristocracia paulista compreende o conforto domiciliar". Idem, Idem, fev 1930.

adultos. A criança devia ser convidada a arrumar seu espaço, porque isto lhe oferecia independência.

Esse apelo para a dimensão de independência da criança se deu num contexto em que tudo devia passar pelo crivo do ser adulto. Tal horizonte tinha em vista um futuro, uma etapa posterior da vida infantil que pressupunha liberdade de decisões a partir do que o adulto, num determinado nível social e dentro de normas específicas, prescrevia.

Conselhos sobre brinquedos eram oferecidos, forjando exemplos de experiências masculinas e femininas, dirigindo-se às mulheres em condições de leitura sistemática de jornais - a grande maioria de mulheres pobres, analfabetas, estava afastada desse universo:

*"Joaquim Augusto, aos 12 anos e meio começa a fase de descobrir seu mundo interior. Já está a exigir um ambiente só seu, isolamento. Móveis com chaves, quarto separado, livros de aventuras, um banco de carpinteiro com os utensílios respectivos, máquina fotográfica, assinatura de jornais juvenis, máquina de escrever, relógio de pulseira ou a bicicleta para as crises de solidão..."*¹³¹

Esse era um menino padrão dos pais que tinham condições de oferecer aquele universo para seus filhos, bastante diferente do quadro das crianças pobres que morriam por deficiências alimentares, privadas das mínimas condições de existência. Basta pensar sobre os preços, à época, de uma máquina fotográfica ou de uma máquina de escrever, especialmente dispendiosos quando tais objetos eram comprados com a finalidade de uso pessoal e não para o exercício de uma profissão. O jornal **O Estado de São Paulo**, que publicou esse texto, colocava-se, dessa maneira, à disposição dos leitores para que os pais pudessem resolver problemas na relação com os filhos, uma vez que, por meio dele, profissionais dedicados ao universo infantil se expressavam, identificando-o como veículo de transmissão de conhecimentos que agilizava, pela notícia diária, a formação dos pais no convívio com os filhos. Aquele texto construiu um trajeto do tornar-se sujeito desde a infância, limitando esse processo, todavia, ao universo social da classe média ou de grupos ainda mais privilegiados. Essa argumentação guardava consonância com o horizonte da higienização que se opunha a cortiços, amontoamentos, promiscuidade. O mundo

¹³⁰ **Vida Doméstica**, Rio de Janeiro, 221, ago 1936, p 102.

¹³¹ **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 27 dez 1940, p 5.

da pobreza aparecia como indesejável, o que não se devia ver, muito mais marcado como anti-modelo que na condição de objeto a ser transformado¹³².

Houve, contudo, reportagem em *Vida Doméstica* sobre favela no Rio de Janeiro, colocada pela publicação como típica morada de operários, pessoas sem recursos, mas com residências bonitas e limpas. A reportagem publicou várias fotos das favelas, inclusive de sua capela, demonstrando o caráter cristão de seus moradores, além de mulher fumando cachimbo como símbolo de que aquele era um lugar de tranqüilidade, semi-rural, as roupas das lavadeiras à mostra em contraste com uma cidade que crescia e se aglomerava, os arranha-céus que cada vez mais ocupavam espaços. Crianças e cães apareceram como sinônimos de amor e bondade na favela.

Ocorreu uma idealização romantizada da favela, que remeteu para imagens de religiosidade (capela) e paz (mulher fumando cachimbo), rumo a certa folclorização isenta do fascínio em relação aos palacetes paulistanos. Não houve nenhuma evocação de civismo ou patrimônio em relação aos favelados. A pobreza foi legitimada como necessária, convivendo com a modernidade metropolitana¹³³.

Essa imagem foi desmontada 23 anos depois. A relação dos favelados com o universo escolar englobava admitir tensões:

"Junte-se a tudo isso, os programas inexequíveis, as crianças que chegam à escola mal alimentadas, com as mãozinhas trêmulas e os lábios empalidecidos pela anemia; as crianças desajustadas que vêm de verdadeiros antros do vício e da vadiagem das favelas, os filhos sem pais, os desanimados de toda ordem...

*Com todos êsses e muitos outros gravamens, a mestra sempre encontra os meios capazes de atenuar as agruras do ensino".*¹³⁴

Era nos lares mais pobres - mais precisamente, dos moradores de favelas - que a indisciplina e os vícios estavam presentes. Se anteriormente a revista as legitimou como lugar de moradia onde a harmonia era possível, aqui elas foram condenadas¹³⁵, cabendo à escola e à professora corrigir os desvios, igualando a

¹³²O Estado de São Paulo, São Paulo, 24 jan 1935.

¹³³*Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, 142, jan 1930.

¹³⁴*Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, abr 1953, p 15.

¹³⁵Nessa fala, a escola foi definida em oposição à rua, assumindo função de vigilância, oposta ao tempo livre da criança. Ver:

FOUCAULT, Michel - *Vigiar e Punir - O Nascimento das Prisões*. Petrópolis, Vozes.

DA MATTA, Roberto - *A Casa e a Rua*. São Paulo, Brasiliense.

todos, como se, na escola, e não no restante da sociedade, as diferenças fossem superadas. Essa diferença na abordagem se vincula a uma outra relação com essas experiências sociais, com o crescimento da favelização e potencialidades políticas das camadas populares bastante diferenciadas.

As propagandas de **Vida Doméstica** revelaram outra face da temática da moradia, anunciando venda de terrenos, conclamando o leitor para que se visse livre dos aluguéis, aparecendo a casa própria como elemento importante para o patrimônio da família¹³⁶. Noutra propaganda, foram oferecidos planos de seguros Sul-América, afirmando que a vida dos donos das casas valia mais que a própria casa, com os filhos e a presença da esposa no lar servindo como agentes mobilizadores que sensibilizavam para a venda do produto¹³⁷.

Vida Doméstica dedicou ainda um número especial à infância, demonstrando ser a criança elemento primordial de sua preocupação com a família¹³⁸.

Olhar para infância nos anos 30 e 40 era estar sintonizado, de acordo com a Imprensa, a outros países civilizados do mundo.

Um dos horizontes presentes nessa discussão sobre a infância foi

"transferir da esfera privada para a da coisa pública, por que, problema verdadeiramente nacional, liga-se intimamente ao futuro da raça e ao da existência da própria nacionalidade",¹³⁹

lembrando um forte apelo, que existiu no período, à questão da Eugenia. Aquela passagem do tema da esfera privada para a pública significou defesa de normas gerais para a sociedade, geridas pelo estado, que passaria a interferir no universo familiar. É significativo observar que, ao mesmo tempo que o espaço da família era identificado a aconchego e proteção, em alguns momentos, certas práticas familiares representavam a ameaça à ordem pública - trazer para o social os filhos degenerados, magros, tristes, pobres.

Os regimes totalitários de Hitler e Mussolini foram lembrados como exemplo de experiências que desejavam assegurar

"gerações vindouras, fortes, sadias e produtoras".¹⁴⁰

No Brasil, Getúlio Vargas teria, nessa perspectiva, também como proposta política a atenção à infância. Outros exemplos citados remeteram à Grã-Bretanha e aos Estados Unidos, demonstrando um pragmatismo argumentativo que incorporava

O tempo social, portanto, foi explicitado como aquele da ação institucional.

¹³⁶ **Vida Doméstica**, Rio de Janeiro, jan/dez 1939.

¹³⁷ *Idem*, *Idem*, jan 1939.

¹³⁸ *Idem*, *Idem*, 215, fev. 1936.

¹³⁹ *Idem*, *Idem*, 215, fev 1936, p 15.

¹⁴⁰ *Idem*, *Idem*, 215, fev 1936.

experiências provenientes de regimes políticos diferentes e igualmente legitimados naquele plano¹⁴¹.

1930 apareceu nesse número de *Vida Doméstica* como momento inaugural nas preocupações brasileiras com a infância, e a chamada Revolução de 1930 foi assumida como implementadora de práticas privilegiadas no tratamento dispensado à criança através de um estado promissor, que a acolhia como uma de suas metas prioritárias em termos de proteção e estímulo. Nessa direção, foram mencionados a Primeira Conferência Nacional de Proteção à Infância, a criação em 1934 da Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância e textos constitucionais que obrigavam governos municipais, estaduais e federais a se envolverem com tais questões. Construía-se a imagem de que a criança passava a ser objeto de atenção para o poder público.

Tal visão da Revolução de Outubro como empreendedora em termos educacionais e sociais relacionava-se com a própria idéia que a política brasileira do período construiu de si mesma, registrando supostos avanços significativos na área de Educação, como a fundação do Ministério da Educação e Saúde, que teria assumido perspectivas educacionais não só do ponto de vista burocrático, constituindo-se num

*"centro nacional de estudos e pesquisas sobre o problema da educação nos seus diferentes ramos e graus"*¹⁴².

O número de crianças que freqüentavam escolas teria aumentado significativamente, passando de dois milhões de alunos para quatro milhões, com os gastos em educação se elevando¹⁴³.

Um critério para medir a civilização dos países a que fez referência foi a atenção dada à infância, nos quais cuidar dos pequenos significava garantir o progresso da nação¹⁴⁴.

¹⁴¹Newton D'Ángelo menciona atenção similar àquela em relação ao rádio e ao cinema educativos de Alemanha, Itália e Grã-Bretanha, dentre outros países.

D'ÁNGELO, Newton - *Escolas sem Professores - O Rádio Educativo nas Décadas de 1920 a 1940*. Dissertação de Mestrado em História, apresentada à PUC/SP. São Paulo, Digitado, 1994.

¹⁴² SCHWARTZMAN, Simon (Org.) - *Estado Novo, um Auto-Retrato*. Brasília, CPDOC-FGV/EDUNB, 1983, p 359 (Temas Brasileiros - 24).

Ver também:

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet e COSTA, Vanda Maria Ribeiro - *Tempos de Capanema*. Edição Citada.

Sobre a memória de 1930, ver:

DE DECCA, Edgar - *1930 - O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

VESENTINI, Carlos Alberto - *A Teia do Fato - Uma Proposta de Estudo sobre a Memória Histórica*. São Paulo, HUCITEC/USP, 1997.

¹⁴³SCWHARTZMAN, Simon (Org.) - *Estado Novo, um Auto-Retrato*, Edição Citada, p 361.

¹⁴⁴Uma das dimensões ideológicas construídas a partir de 1930 teve no trabalho o argumento de defesa da Pátria. Havia uma perspectiva de educar o trabalhador nacional de acordo com uma positividade do trabalho, associada a uma dimensão da vida material, à riqueza e à constituição da cidadania. O estado,

Se havia, por um lado, uma produção na Imprensa voltada para os cuidados das mães em relação aos filhos, aconselhando, sugerindo práticas modernas de tratamento e educação das crianças, existia, paralela ou articuladamente a ela, uma Literatura destinada à infância, escrita por adultos e que projetava valores e sentimentos no comportamento infantil.

A revista **Vida Infantil**, editada pela Sociedade Gráfica Vida Doméstica, divulgava discursos dirigidos à infância que não possuíam aquele caráter de cuidar da saúde do corpo e da alma, como tão intensamente aparecia na Literatura médica dos periódicos estudados¹⁴⁵. Na revista **Sesinho**, tal discurso estava mais presente, sendo veiculado principalmente pelo personagem-símbolo da revista, também chamado **Sesinho**¹⁴⁶. Uma revista desse tipo podia veicular outras faces de imagens de infância que, por vezes, cruzaram-se com os temas explorados naquelas outras publicações.

Vida Infantil dirigia atividades para o público leitor, mantendo forte relação com os alunos da escola primária. História, Matemática e Português eram matérias importantes na ligação com o ensino de primeiro grau. A preocupação do periódico era, ao mesmo tempo, divertir e educar. A revista mesma se caracterizava como publicação educativa, daí o grande cuidado com sua elaboração. Ela recebeu correspondência de leitores de diversos estados do Brasil: Minas Gerais, São Paulo, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Pernambuco. Através de publicação de carta de leitor, por exemplo, desejava mostrar que o interesse por ela era grande, uma vez que o missivista gostaria que a publicação fosse mais freqüente, de 15 em 15 dias, e não mensal¹⁴⁷. Outras cartas enviavam soluções de problemas, pedindo números do periódico. Outro recurso narrativo do mensário foram as histórias em quadrinhos, fundamentais no universo da infância na época.

A presença de professores em **Vida Infantil** (como em **Sesinho**) na condição de redatores era significativa, escrevendo sobre História do Brasil para crianças ou ainda abordando o tema em seções como "*As crianças precisam saber*" e "*Álbum de*

operando sobre tensões presentes no social, interveio criando uma série de órgãos que buscavam implementar essa perspectiva. Foi o caso do Serviço de Alimentação da Previdência Social, bem como da Liga Nacional contra o Mocambo, agindo assim sobre campos de saúde, educação e moradia.

GOMES, Ângela Maria de Castro - "A Construção do Homem Novo", in: **Estado Novo - Ideologia e Poder**. Edição Citada, pp 151/166.

Vida Doméstica e outras publicações similares, sem se constituírem em órgãos estatais, atribuíram funções ao governo e à sociedade civil no que se referia a infância e família, assumindo postura ativa no debate sobre esse campo de relações sociais.

¹⁴⁵ Os únicos números disponíveis dessa revista na Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro) cobrem o período de 1948 a 1953. Segundo o periódico, seu primeiro número apareceu em novembro de 1947.

¹⁴⁶ BRITES, Olga - **Infância, Trabalho e Educação - A Revista Sesinho**. Edição Citada.

¹⁴⁷ **Vida Infantil**, Rio de Janeiro, jul 1948.

História do Brasil", sugerindo exercícios e atividades para as crianças desenvolverem como forma de reforço das lições ensinadas.

O público destinatário de **Vida Infantil** era formado por crianças alfabetizadas, que freqüentavam escolas. Nessa perspectiva, a revista se colocava como colaboradora das atividades escolares ao se preocupar com os ensinamentos sobre História do Brasil.

Vida Infantil se colocou como revista destinada à criança com a finalidade de "*educar, instruir e distrair*"¹⁴⁸. Anunciou, ainda em janeiro de 1950, uma nova publicação do mesmo grupo editorial, **Vida Infantil Rosa**, e a edição de grande romance infantil, ao indicar que o mensário

"apresentará novas e lindas histórias e muitas seções para educar e instruir".¹⁴⁹

Além de **Vida Infantil Rosa**, outra publicação apresentada foi **Vida Juvenil Azul**, desdobramento de **Vida Juvenil**, que possibilitaria um tempo menor de espera pelo mensário. **Vida Juvenil**, voltada para um público adolescente, orientava profissionalmente através da seção "*Escolha sua profissão*", pressupondo assim que existiam interesses específicos para cada idade.

Ainda referindo-se ao apoio que ofereciam às escolas primárias, assim **Vida Infantil** se colocou:

"Vida Infantil é revista aprovada pelo Centro de Pesquisas Educacionais da Prefeitura do Distrito Federal. Pelo despacho publicado no Diário Oficial de 18 de setembro de 1948, página 6588, o Exmo Sr. Secretário de Educação do Distrito Federal concedeu à esta revista livre circulação nas escolas primárias.

Vida Infantil no desejo de trabalhar pela cultura de nossa infância idealizou a seção 'Sua página de Exercícios', com a qual ela distribui, em todo o Brasil, presentes de estímulo escolar, constando de livros de histórias, lápis de cor, estojos, compassos, etc. Esta distribuição é feita pelas próprias professoras que deverão aproveitar-se da nossa seção para dar uma de suas aulas. Todo material, nos será depois remetido, com a designação dos três primeiros classificados".¹⁵⁰

¹⁴⁸Idem, Idem, 2, dez 1947.

¹⁴⁹Idem, Idem, 2, dez 1947.

¹⁵⁰Idem, Idem, 13, nov 1948.

Oferecer às crianças materiais para que elas destacassem e formassem álbuns com preocupações didáticas era a proposta da sessão "*História do Brasil para crianças*", que trazia atividades educativas preocupadas com a formação da infância, encaminhadas para uma cultura que pensava a História circunscrita aos espaços institucionais, destacando grandes temas e grandes marcos nacionais. Repunha, assim, a História dos grandes vultos e personagens, utilizando materiais alternativos àqueles oferecidos pela escola, mas dentro de uma concepção pedagógica corrente de historicidade.

A normatização da infância, nesses casos, correspondia à formação moral que interferia na relação da criança com presente, passado e futuro.

As imagens ali divulgadas sobre o Brasil, no início de sua colonização, diziam respeito à audácia e heroísmo dos portugueses no processo colonizador, caracterizando o país como muito

*"grande e (que) não possuía uma estrada boa, nem uma boa casa, nem nada. Só havia mato, animais ferozes e índios por toda parte."*¹⁵¹

Os índios apareceram ao lado daquilo que se considerava negativo na colônia - animais ferozes, mato. Essas construções tinham a intenção de valorizar o projeto colonizador, identificando a colônia como lugar da barbárie enquanto a metrópole, ao contrário, civilizava. Tal raciocínio afirmava uma outra realidade do Brasil daquele presente (1948), que não se confundia com a imagem do início do processo colonizador.

A História foi apresentada, por vezes, em diversos capítulos, num estilo narrativo que lembrava o caráter de aventura de algumas histórias dirigidas à infância. A imagem do rei, nesses momentos, era do realizador eficaz, identificado como dono da colônia. Assim ele se colocava em relação ao Brasil:

"Vou dividir essa terra tão grande por vários dos meus fidalgos e servidores. Eles ficarão satisfeitos e cuidarão do que for seu e desenvolverão minha colônia".¹⁵²

Outra personagem construída como herói da nação foi o Duque de Caxias, apresentado em sua modéstia, abnegação, humanamente atento aos seus soldados. Essas elaborações se aproximaram das imagens generosas usadas para falar do presidente da república na Imprensa. A nação foi arquitetada pela revista com base na

¹⁵¹Vida Infantil, Rio de Janeiro, 27, jan 1950, p 20.

¹⁵²Idem, Idem, 7, maio 1948. Esse número da revista conteve 68 páginas e a tiragem anunciada da edição foi de 57 mil exemplares.

atuação guerreira de personagens valorizados, assim como a imagem da mulher na Imprensa paulistana.

Pensando a historicidade na dimensão do político-institucional, **Vida Infantil** abordou os temas clássicos da História do Brasil, como as capitanias hereditárias, apelando para recursos narrativos da história ficcional - quadrinhos, animais humanizados, etc. Apesar disso, construiu imagens tradicionais do país, reconhecendo como poder o político-institucional, envolvendo-se numa História oficial que eliminava outros sujeitos, apresentando-os como inferiores, incapazes, menores que precisavam de orientação e tutela. Nessa direção, caminhava ao lado de uma visão européia que colocou no índio a necessidade da cristianização. Não havia muita distância entre esses argumentos e o poder médico do período que, ao falar dos pobres, identificava-os a atraso.

Os quadrinhos foram usados em **Vida Infantil** como recurso narrativo, uma vez que a imagem quadrinhística se revelava adequada a um universo infantil, envolvido com fantasias, humor, aventura. A própria **Vida Infantil** anunciou que as histórias em quadrinhos nela publicadas eram de origem norte-americana, exceto "*Os enganos de Pituca*", "*Laurofino e Remendado*" e "*Salomão*", criações de Joselito Mattos, desenhista brasileiro.

Para apresentar o tema das capitanias hereditárias, a revista usou dois personagens, Laurofino e Remendado, indicados como sabichões. Um exemplo desses argumentos foi dado por uma tartaruga, que assim se referiu a Duarte Coelho:

"Vejo-o na plantação de cana-de-açúcar com um preto".

O papagaio, outro personagem da história, respondeu:

"Você quer dizer com um 'pretoguês?'"¹⁵³

A imagem do índio foi aquela de colaborador do projeto colonizador, vindo no branco português um irmão.

O destinatário dessas mensagens era a criança, que recebia textos feitos por adultos respeitados no trato com a infância - jornalistas, educadores, etc. Em colaboração com as professoras, o periódico ofereceu prêmios aos alunos que melhor se destacassem na aprendizagem de conteúdos sugeridos. A revista funcionava, portanto, como material didático que auxiliava o trabalho escolar - ao mesmo tempo que apontava caminhos, orientava.

Há um conto publicado em **Vida Infantil** que é significativo para se refletir sobre certos estereótipos femininos, apresentando uma criança que não era propriamente a imagem de força e robustez infantil, mas tinha uma qualidade

¹⁵³Idem, Idem, 7, maio 1948.

inquestionável - a da inteligência. "*O vento me contou: Mariinha e Mariona*", de Lúcia Miguel Pereira¹⁵⁴, com ilustrações de Áurea, narrou história de casal e suas duas filhas. Uma delas se chamava Mariona, por ser grande, forte, robusta, diferente até de outras crianças. A outra era Mariinha, pequena, franzina, o oposto da primeira. Mariona ajudava o pai em seus afazeres profissionais; já Mariinha ficava com a mãe, com quem deveria aprender as tarefas domésticas. A figura de Mariona estava próxima do universo masculino, avaliado pelo trabalho fora da casa e por força e robustez, enquanto Mariinha representava o mundo feminino de fragilidade, afeito aos deveres domésticos. Assim viviam até que o pai caiu e ficou aleijado.

Mariona, então, procurou fazer aquilo que o pai ensinara, mas voltava para casa de mãos vazias. A situação financeira da família foi-se agravando até que acabaram por perder a moradia. O dono da casa foi caracterizado como sujeito rico e mau, representando a riqueza indesejada, que não olhava pelos pobres. Depois que a mãe das duas meninas implorou para não serem expulsos da moradia, aquele homem permitiu que se mudassem para uma casa abandonada, em péssimas condições. Mariona começou a agir, colocando portas e janelas na casa, expulsando bichos, lavando cômodos, exercendo tarefas de carpinteiro para construir portas e janelas. Mariinha, muito esperta, aprendera a fazer rendas, que Mariona passou a vender na cidade. A primeira descobriu um tesouro na casa e a família enriqueceu. A partir daí, Mariinha cresceu e Mariona parou de crescer.

A narradora assumiu a perspectiva de Mariinha, podendo-se então dizer que esse foi o papel feminino valorizado, com esperteza e astúcia como qualidades positivas. Levou a melhor a mulher que desempenhava suas funções tradicionais, passando a imagem de certa fragilidade como qualidade feminina. Na verdade, era ela dona de poder na família, sua esperteza tirou o grupo da crise. Por outro lado, o homem apresentado como arrimo de família, quando adoeceu, desestruturou a economia doméstica, mas foi a mulher que encontrou saída para a situação. Através de algo que não se conseguiu só a partir do trabalho (o tesouro), foi possível sair das dificuldades, demonstrando que apenas o trabalho não o faria.

O exemplo desse conto contribui para pensar sobre a produção de imagens de crianças para crianças, assumindo um caráter pedagógico de formação ética e familiar. Nas identidades de gênero e idade, o trabalho foi incorporado como atividade

¹⁵⁴**Vida Infantil**, Rio de Janeiro, 7, maio 1948.

Pereira é importante ensaísta, tendo dedicado vários trabalhos ao romance brasileiro. Ver, sobre esses livros:

BOSI, Alfredo - **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo, Cultrix, 1978.

Foi casada com Astrogildo Pereira, líder comunista, e também assumiu posições políticas de esquerda.

importante para a vida da família pobre, englobando homens e mulheres, crianças e adultos.

Joselito Matos foi desenhista que atuou em outras revistas infantis do período e esteve presente também em **Vida Infantil**, demonstrando a atividade desses profissionais em múltiplos órgãos e espaços da Literatura destinada à infância. Além dele, Vicente Guimarães, que dirigiu a revista **Sesinho**, colaborou naquele periódico escrevendo contos.

Vida Infantil teve caráter diferente de **Sesinho**, que era financiada pelo SESI e dirigida a filhos de trabalhadores da indústria, observando-se no segundo periódico uma intenção mais explícita na formação da criança como futuro trabalhador; daí, seu personagem-símbolo veicular mais diretamente interesses dos empresários. Isso não significou para **Vida Infantil** o abandono de um projeto de formação e transmissão de valores morais considerados adequados na infância.

Se em relação aos adultos houve apelo para a generosidade, evocada principalmente nas mulheres paulistas que se dedicavam ao cuidado com as crianças pobres, nos contos de escritores de Literatura Infantil, dirigidos a crianças, apresentava-se a generosidade infantil para com outros seres de sua faixa etária.

Joselito Mattos narrou história do menino Jonga que recebera um dinheiro da mãe e logo pensara em comprar sorvete. No caminho, entrou na Igreja e fez uma oração para sua mãe, valorizada pelos cuidados que tinha para com o filho. Aqui, a figura feminina foi lembrada na sua condição primordial de mãe que zelava pelo filho, e a religiosidade foi um valor importante para a infância e os laços familiares. A criança, por sua vez, devia reconhecer o trabalho da mãe prestimosa que, no papel de conselheira, se dirigia ao filho para que não fizesse traquinadas. Isso acompanhou o menino até o caminho da Igreja, era a mãe presente mesmo na ausência física, o valor materno introjetado profundamente na vida da criança, orientando-o nos diversos momentos de sua existência. Jonga, no percurso, encontrou um menino pobre que lhe pediu esmola. Ele então pensou em dar o dinheiro que recebera da mãe, mas lembrando do sorvete que compraria, resolveu prosseguir. Reconheceu no outro garoto, entretanto, Carinhos, seu amigo de infância. Este contou que perdera primeiramente o pai e, em seguida, a mãe, morta de tanto trabalhar após a morte do marido. Penalizado, Jonga convidou o amigo para morar com ele, deixando-lhe ainda a moeda que recebera da mãe¹⁵⁵.

Essa história apelou para a sensibilidade de pequenos e adultos com relação à infância desprotegida, anunciando a necessidade que toda criança tinha de possuir

¹⁵⁵MATTOS, Joselito – “Um Homenzinho”. **Vida Infantil**, Rio de Janeiro, 7, maio 1948.

uma família que a amparasse. As figuras da mulher e da criança foram apontadas como generosas, dedicadas. A identificação entre mãe e filho foi responsável pelo equilíbrio da família e, embora não tenha sido explicitado, o homem apareceu como provedor da casa, que oferecia à família tranquilidade financeira, em sintonia com outros materiais aqui trabalhados. No caso de Carlinhos, a ausência dos genitores foi responsável pela desestruturação da vida da criança, que poderia levar a desfechos trágicos – criminalidade, mendicância, etc. A narrativa sugeriu também que o pequeno Jonga poderia vir a viver tal circunstância, uma vez que o menino órfão era seu antigo companheiro. A sensibilidade veio pela identificação de alguém que tinha sido parceiro e agora estava em condição miserável, demonstrando que a possibilidade da pobreza e da tragédia vivia ao lado de cada um.

A figura materna apareceu como detentora de sabedoria na orientação dos filhos. Era isto que o discurso médico, a Imprensa e o poder público projetavam para a imagem da mãe, cuidando da saúde dos filhos ou educando para a moral aceita pelos padrões estabelecidos.

A Imprensa foi apontada por *Vida Infantil* como responsável pela redução do número de analfabetos. Segundo a revista, com a descoberta de Guttemberg e a difusão dos livros, o número de analfabetos diminuiu. Essa atitude significou auto-imagem muito positiva, uma vez que a revista pertencia ao universo da Imprensa. Ao mesmo tempo, ela identificou o analfabetismo a atraso e valorizou a alfabetização como traço distintivo do mundo moderno¹⁵⁶.

Outro conto de Lúcia Miguel Pereira expôs história de macaco que desejava viver na cidade, junto aos homens. Sua mãe sempre o alertava de que aquele não era caminho dos animais, mas isso nada resolvia. O macaco vivia indagando aos passarinhos sobre a vida na cidade e se julgava o animal mais parecido com o homem, embora a mãe o incentivasse a viver as diferenças. Foi então em busca do seu projeto de viver na cidade como homem, mas tomou-se apenas motivo de curiosidade de crianças e adultos. Um mendigo o aprisionou, pensando conseguir mais esmolas com isto. Numa ocasião em que o homem adormeceu, o animal voltou para as matas e quando indagado pela mãe sobre a experiência, tentava convencê-la de que a vida na cidade era boa e que voltaria a viver junto aos homens. Os pássaros, no entanto, sabiam de sua história e o canário revelou a todos a humilhação que ele

¹⁵⁶ Na perspectiva da Educação, *Vida Doméstica* também se colocava contra o analfabetismo, registrando seus índices alarmantes no Brasil. Entre 40 milhões de brasileiros, somente 12 milhões eram alfabetizados. Nessa argumentação, Antonio Silvino e Lampião, famosos cangaceiros nordestinos, foram apontados como anti-modelos.

Vida Doméstica. Rio de Janeiro, 183, jul 1933.

sofrera. O macaco desistiu de viver na cidade, permanecendo feliz na mata, pulando de galho em galho e servindo de exemplo para outros animais¹⁵⁷.

O conto trabalhou simultaneamente com os valores de sabedoria da mãe e importância da experiência do filho. Eliminar um desses pólos seria perder sua trajetória e seu efeito pedagógico sobre os leitores.

A perspectiva da narradora era a da mãe que, na sua sabedoria, venceu. O animal, no entanto, precisou viver sua experiência para se convencer de que a mãe estava certa (lugar de homem era na cidade, lugar de bicho no mato), mas a Autora humanizou o personagem com sentimentos e desejos para que ele se expressasse. Por outro lado, houve uma dimensão na narrativa de que cada um devia ficar em seu lugar, sem ambições que trouxessem experiências frustrantes. Ser usado por mendigo era o que podia acontecer de pior ao macaco, pois na cidade, esse homem era figura indesejada, considerada aproveitadora e situada na escala mais desvalorizada da hierarquia social. A vontade de mudança do macaco (ir para a cidade, conviver com os homens) foi apresentada como algo problemático e perigoso, superado apenas pelo retorno à ordem originária - o macaco na floresta.

Um outro exemplo significativo de texto dirigido à formação da infância, é a história contada, também por Lúcia Miguel Pereira, de menino que queria ser homem antes do tempo, porque assim deixaria de estudar e obedecer. Para isto, pediu ajuda a um rato, que tinha salvo em situação de perigo. O animal lhe ensinou a fórmula para se tornar adulto mas a experiência não foi boa: apesar de adulto fisicamente, ele continuava com a idade mental de oito anos e até foi preso por diversas vezes. Com o auxílio do mesmo rato, por fim, voltou a ser criança novamente. Como dimensão de orientar a infância, ficaram os valores fundamentais de estudo e obediência às mães, autoridade inquestionável para a formação da criança¹⁵⁸.

A valorização da escolaridade como dimensão fundamental da vida na infância foi trabalhada por Joselito em um conto, em que o primeiro presente que a mãe dava ao filho - o mais útil, segundo o autor - era o conjunto formado por cartilha, lápis, borracha, caderno e pedra de escrever; assim, o menino começava a freqüentar escola; tal presente foi identificado como

"útil, o mais valioso, o mais feliz que a sua mãe lhe dera",

que o menino guardava como lembrança dos primeiros tempos de ida à escola. Guardar momentos significativos da infância foi uma importante preocupação desse Autor¹⁵⁹.

¹⁵⁷ PEREIRA, Lúcia Miguel - "O Vento me Contou". **Vida Infantil**, Rio de Janeiro, 8, jun 1948.

¹⁵⁸ IDEM - "Menino Homem". **Vida Infantil**, Rio de Janeiro, 10, ago 1948.

¹⁵⁹ MATTOS, Joselito - "O Primeiro Presente". **Vida Infantil**, Rio de Janeiro, 13, nov 1948.

Se a escolaridade era considerada fundamental na infância, certos valores também foram trabalhados por Joselito como dimensão importante do universo infantil, por meio da Literatura, levando em conta sonhos e fantasias próprias ao mundo da criança. Assim se posicionou quando contou a história de Verdade e Mentira, duas irmãs que não se davam muito bem. Um príncipe se apaixonou por Verdade, mas no dia do casamento, Mentira, enciumada, raptou a irmã, tentando passar-se por ela, mas foi descoberta. O príncipe procurou Verdade, casaram-se e viveram felizes para sempre¹⁶⁰.

A história colocou as dimensões do bem e do mal, o bem (a verdade) venceu, pressupondo que a criança que tivesse isso como valor sairia vencedora, devendo afastar-se do caminho que a desviasse dali. Esses valores apareceram como bens morais que independiam da condição social de qualquer criança.

A obediência à mãe como autoridade na infância era tão valorizada que em algumas histórias da Literatura infantil, a desobediência trazia situações irremediáveis, sendo o castigo carregado por toda a vida, atingindo gerações. Joselito Matos, por exemplo, contou história das garças e, humanizando os animais, revelou suas intenções de educar¹⁶¹.

Destacando a obediência como valor a ser observado pela infância, a revista publicou pensamentos de figuras expressivas, como Renato Kehl, Rui Barbosa e outros¹⁶². Tanto Vicente Guimarães quanto Joselito de Matos atuaram na direção de trabalhar valores presentes na infância, como inveja e ingratidão, além de outros já apontados.

Deixar de observar certos procedimentos religiosos também era considerado motivo de castigo. Assim, Joselito contou a história de Lilinha, menina negra adotada por dona Joviniana, que a tratava com os mesmos cuidados que dispensava aos filhos legítimos. Um dia, quando todos haviam saído para ir a uma festa, aconteceu algo a Lilinha que ela não identificava se era sonho ou verdade: deitada no quarto, ouviu uma voz que lhe perguntava se desejava ser rica e afirmava que enterrara dinheiro e jóias num determinado lugar da casa, que a menina identificaria através de um ramo de manacá. Mas havia uma exigência feita pela voz: Lilinha deveria rezar uma oração antes de desenterrar o tesouro. Encontrando o lugar apontado, a menina começou a desenterrar o tesouro, considerando-o mais importante que a oração. Para sua

¹⁶⁰ IDEM - **Vida Infantil**, Rio de Janeiro, 3, jan 1948.

¹⁶¹ IDEM - "A Garça Teimosa". **Vida Infantil**, Rio de Janeiro, 5, mar 1948.

¹⁶² IDEM, Idem, 30, abr1950.

surpresa, só encontrou pedaços de carvão. A mesma voz, então, disse que ela era ingrata e, assim, Lilinha perdeu a riqueza¹⁶³.

A personagem negra, identificada ao pobre, foi também alguém que cometeu desvios, uma vez que a riqueza só podia ser conquistada através da oração, símbolo de bondade e gratidão. O pobre que não rezasse, portanto, estava condenado à pobreza. Não se tratava, todavia, de qualquer pobre: o sujeito privilegiado foi a criança. Outro valor apareceu através da mulher bondosa, que olhava pelos pobres, adotando criança com dificuldades. A riqueza, por fim, foi legitimada e mesmo sacralizada como atributo de pessoas religiosas e dotadas de gratidão.

A família como importante núcleo de referência da infância foi reiteradamente valorizada por meio de diferentes materiais dirigido à criança, como o fez Vicente Guimarães quando publicou poema intitulado "Mamãe e Papai", enfatizando o amor que os filhos deviam dedicar aos genitores¹⁶⁴.

A doença na Literatura infantil apareceu em alguns momentos como castigo para o mau comportamento, caso do conto de Vicente Guimarães "*O menino pintado*"¹⁶⁵. Guimarães apresentou a história de Manuelzinho, lindo menino de cabelos loiros e olhos azuis, bonito e saudável, muito amado pelos pais. Aos domingos, ia à missa com estes e almoçava na casa da vovó, brincava com suas primas e todos reconheciam nele o menino bem comportado. Conforme foi crescendo, começou a sentir o desejo de brincar com outras crianças, contra a vontade de sua mãe. Um dia, mudou-se para perto da casa de Manuelzinho uma família com muitos filhos, entre eles encontrava-se Totonho, que o convidou para brincar. A mãe de Manuelzinho era contra isto mas seu marido argumentou que o filho já estava em idade de brincar com outras crianças. Totonho, todavia, era o oposto de Manuelzinho: endiabrado, já aprontara muito na vizinhança, que o via com maus olhos. A mãe de Manuelzinho chamou a atenção do marido para os comportamentos inadequados do garoto vizinho mas ele não reconhecia os problemas do menino, que, com o tempo, foi-se tornando amigo inseparável de Manuelzinho e seu modelo nas peraltices.

Os vizinhos se admiravam de Manuelzinho andar em tal companhia e se tornar um menino vadio, malandro. Sua mãe verificava o mal que tinha feito ao consentir naquela amizade e mesmo o pai também se convenceu de que aquela não era companhia para seu filho. Um dia, começaram a aparecer pequenas manchas no rosto de Manuelzinho, elas foram se reproduzindo até que seu rosto ficou todo pintado. Na vizinhança, apelidaram-no de menino pintado, as outras crianças fugiam

¹⁶³IDEM – "Lilinha". *Vida Infantil*, Rio de Janeiro, 27, jan 950.

¹⁶⁴IDEM, Idem, 30, abr 1950.

¹⁶⁵IDEM, Idem, 83, 15 fev 1953.

dele com medo de contágio, mas sua vida de malandragem continuava, destruindo ninhos de passarinhos, matando filhotes. Foi assim que o sangue de um filhote caiu na cara do menino pintado, deixando ali uma mancha escura. Nada fazia com que ela sumisse, nenhum remédio, e a mancha foi apresentada por Vicente Guimarães como castigo de Deus. Foi então que o garoto procurou um amigo, o padre Raimundo. Chorando muito, dizia estar arrependido de ser um menino mau. O padre o aconselhou a voltar para casa e seguir os conselhos de sua mãe. Esta então lhe disse que os médicos não poderiam curá-lo porque aquelas manchas representavam as más ações que ele praticara. Manuelzinho perguntou-lhe, então, por que Totonho não tinha aquelas manchas e a mãe respondeu que o outro tinha a alma manchada pelo pecado, enquanto as manchas no rosto de seu filho eram uma possibilidade, um aviso de Deus para que a criança se recuperasse. A mãe, muito cristã, sempre rezava pelo filho. Afastando-se de Totonho por um tempo, as manchas foram saindo do rosto de Manuelzinho, que, depois, conversou com o amigo sobre aquelas marcas, convidando-o para ser um bom menino. Assim, os dois se recuperaram, passando a ser admirados por todos no bairro.

Moral desta história: o bem acabou vencendo o mal. Embora o Autor não tenha explicitado diretamente, ficou a impressão de que a família de Totonho pertencia a uma condição inferior àquela de Manuelzinho: grande quantidade de filhos e a rua apontada como o lugar do vício, do mal. Por outro lado, a família de Manuelzinho era bastante estruturada, profundamente religiosa. A perspectiva do narrador do conto era a da mulher, a referência adequada na criação do filho - o próprio pai de Manuelzinho se enganou na avaliação de Totonho. A doença apareceu como castigo e sintoma de perversidade. Assim como o corpo, o espírito também adoecia e sua cura dependia de obediência, estudo - cabe lembrar que durante seu período de vida desregrada, Manuelzinho abandonou os estudos, como se no próprio menino estivesse o comportamento desviante. Guimarães reforçou um modelo de criança branca, bonita, de olhos azuis, educada, obediente, bem-comportada¹⁶⁶.

Além dos contos, a temática da infância também figurou noutro gênero textual significativo da época, a crônica, que, como bem demonstrou Margarida de Souza Neves¹⁶⁷, é uma possibilidade de trabalho para o historiador preocupado com questões urbanas, que permite buscar o povo nas ruas, ter acesso às cidades e não à

¹⁶⁶ Coelho destacou dimensões preconceituosas de Guimarães, que ela considerou Autor digno de atenção histórica mas sem interesse literário e cultural para a criança da época atual. COELHO, Nelly Novaes - **Dicionário Crítico de Literatura Infantil-Juvenil**. São Paulo/Brasília, Quíron/INL, 1984.

¹⁶⁷NEVES, Margarida de Souza - "O Povo na Rua - Um 'Conto de Duas Cidades'", in: PECHMAN, Robert N. (Org.) - **Olhares sobre a Cidade**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1993, pp 135/155.

cidade. Através da última perspectiva (a cidade no singular), corre-se o risco de encontrar apenas a voz da classe dominante, que tentava disciplinarizar o espaço urbano de acordo com seus interesses, tornando-o homogêneo, eliminando conflitos, em nome do progresso e da ordem, excluindo moradores e trabalhadores pobres. Por outro lado, também havia cronistas que assumiram a existência do outro, tirando-o do anonimato, apresentando-o na sua luta e resistência no espaço urbano. Outros cronistas, por vezes, desempenharam o duplo papel.

Neves, ao trabalhar a crônica, concebeu o espaço urbano como múltiplo, diverso, elemento de disputa dos grupos sociais divergentes. A cidade se faz na ação dos múltiplos sujeitos, e nesse sentido, ela (sua arquitetura, suas ruas, sua população) representa documento histórico para os historiadores, está repleta de significações.

Foi pensando nisso que busquei numa crônica o outro sujeito que apareceu desqualificado no espaço urbano, que teve suas práticas desvalorizadas por médicos, higienistas, poder público, propaganda, vozes muitas vezes consoantes com o discurso dominante que pensava na mulher ideal, na criança ideal, na família, enfim, idealizada.

Há um texto de Alcântara Machado que mesclou elementos de crônica e conto, recuperando aquele outro indesejado e expondo as diferenças vividas no social¹⁶⁸. Através da personagem Lisetta, ele falou da criança pobre, de sua mãe. O bonde, veículo importante da vida urbana nas décadas de '20 a 50, foi um lugar escolhido por Alcântara Machado para apresentar o conflito social. Lisetta entrou no bonde com sua mãe, dona Mariana, e deu de cara com um ursinho felpudo, namorou o brinquedo que estava nas mãos de outra menina, também acompanhada pela mãe, que usava pulseiras de ouro e meias de seda, índices da desigualdade. O ursinho também era um desses índices - felpudo, podia virar a cabeça, movimentar o rabo. Lisetta estava fascinada por aquele ursinho, desejava tocá-lo. Quanto mais a menina rica percebia o desejo de Lisetta, mais expunha o brinquedo, numa intencional vontade de provocar a menina pobre. Lisetta queria tocá-lo com as mãos, mas a outra menina se recusava a dividir seu brinquedo, a menina pobre chorava, apelava para a mãe e esta, não querendo ver a humilhação da filha, brigava com ela, dava-lhe beliscões, pedia desculpas à mãe da outra menina, que não se sensibilizava com o choro de Lisetta, ao contrário, tinha atitudes de indiferença, como se pensasse que aquele era um brinquedo reservado para uma filha como a sua, não para a outra. Quando Lisetta chegou em casa, tomou um safanão da mãe, depois um tabefe. Em seguida, seu irmão chegou do trabalho e trouxe para ela um urso pequerrucho e de

lata; seus outros irmãos se aproximaram para ver o brinquedo mas Lisetta saiu correndo e se trancou em seu quarto para brincar sozinha com o urso de lata.

Essa história trouxe a experiência de imigrantes italianos pobres em São Paulo, representada pela família de Lisetta. Constituída a partir de personagens pobres, assumiu suas perspectivas. O universo de tensões entre ricos e pobres foi colocado: as duas meninas não eram iguais e a mais privilegiada usava poder para se afirmar em relação à outra, expondo-lhe brinquedo e encantos mas não lhe permitindo compartilhar o objeto. A ação da mãe de Lisetta sugeriu inicialmente que ela assumiu a repressão da menina porque achava que aquilo não devia pertencer-lhe, mas pode ser mais adequadamente entendida como luta pela dignidade sua e da filha por não desejar que ela se expusesse e se humilhasse¹⁶⁹.

Alcântara Machado assumiu a perspectiva da menina pobre, trabalhando um presente que era de conflito, mas projetando um futuro em que as relações pudessem ser mais igualitárias. A imagem da infância foi apresentada na diferença contra perspectivas da propaganda e de outros materiais em que a criança aparecia no universo de homogeneização das experiências.

Pode-se identificar nas revistas aqui discutidas que, no lar, a harmonia era dada pelos cuidados e orientações científicas adequadas; fora dele, isso foi abordado a partir da escolaridade, que começava nos maternais, passando pelos parques infantis e atingindo o primeiro grau. Nessa perspectiva, os pais deveriam estar atentos para a frequência à escola que, por sua vez, recebia crianças das mais diversas condições.

Vida Doméstica se referiu à Conferência Nacional de Proteção à Infância de 1933, publicando trecho que comentava a fala de Lucilia Ribeiro:

"O lar deve ser para a criança, uma fonte de alegria; ali deve receber o primeiro toque para a formação do seu caracter. Entre carinhos, mas também justas e severas reprehensões, é que a verdadeira mãe, segundo Christo, forma os tenros corações de seus filhinhos; se guia-lhes os passos ainda vacillantes e incertos, guia-lhes também a alma 'thesouro divino' que Deus, Suprema auctoridade, depositou-lhe nas mãos. Os paes devem ser os constantes orientadores de seus filhos; devem fazer da criança, por uma instrucção sabia e

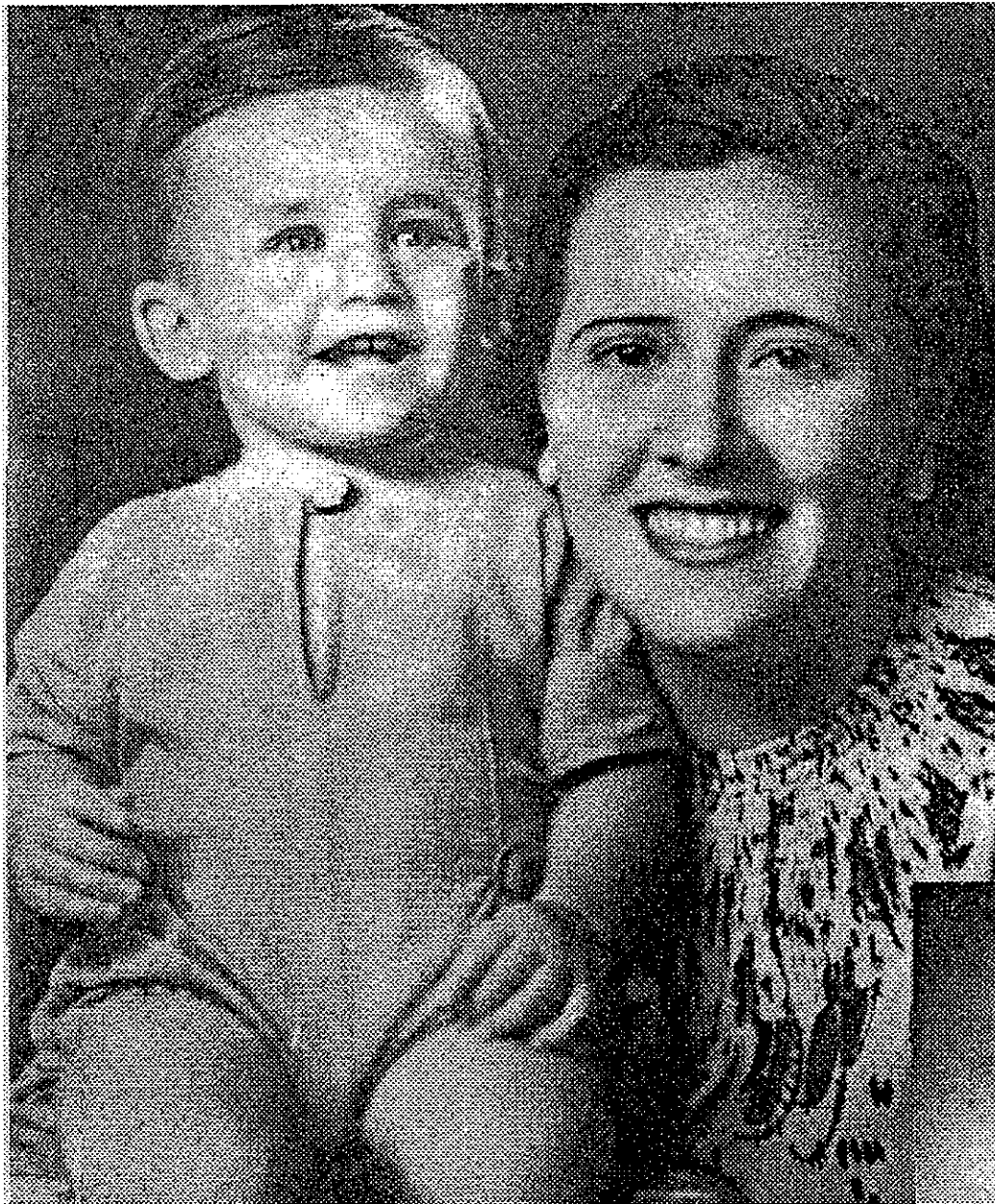
¹⁶⁸ALCÂNTARA MACHADO, Antonio de - "Lisetta", in: **Novelas Paulistanas**. São Paulo/Belo Horizonte, EDUSP/Itatiaia, 1988, pp 100/108 (1a. ed.: 1927).

¹⁶⁹Beneficiei-me de discussões no PEC de História da PUC, primeiro semestre de 1998, sobre esse assunto, reformulando minha interpretação inicial.

críteriosa, um ente capaz de apreciar a Virtude, a fim de nos seus actos, pratica-los".¹⁷⁰

Esse trecho é muito representativo em relação às imagens de infância veiculadas pelos periódicos comentados. Ele contém a expressão "*verdadeira mãe*", qualificando a quem se referia, situando-a em relação a Cristo. Atribui aos pais uma permanente função orientadora, em nome de Deus, e coloca como fruto da correta orientação a prática da Virtude, devidamente sacralizada.

Ao mesmo tempo, havia cortiços, abandonos, trabalho infantil: a outra face da criança idealizada, higienizada e bela, que, embora tendo a existência admitida, aparecia pouco em *Vida Doméstica* e *Fon-Fon!*.



Infância, 10/1936

¹⁷⁰ *Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, 215, fev de 1936.

Nunca
demasiado
cedo para
se proteger

com



CONCENTRADO - ECONOMICO - EFFICAZ
LIMPA e dá BRILHO aos DENTES

O Cruzeiro, 1931

CRIANÇAS NA PROPAGANDA

"Consumir é viver

Conviver é sumir"

(Paulinho da Viola e Marcus Vinícius de Andrade, Consumir é Viver)

Esses versos de Marcus Vinícius de Andrade, musicados por Paulinho da Viola, apresentaram o horizonte do consumo como expressão de vida e, ao mesmo tempo, como exterminador de convívios, da própria vida. Daí, as relações de mercado aparecerem como única perspectiva de sociabilidade existente, eliminando por completo outras dimensões de convívio entre as pessoas. Seu irônico jogo de palavras conduziu parodicamente a inverter significados explícitos e concluir que o consumo faz sumir e que o viver está no convívio.

São versos do final dos anos 60, marcados pelo universo dos *hippies*, da Contra-Cultura, dos combates à ditadura no Brasil e das críticas ao consumismo nas sociedades industriais¹. Sua dimensão crítica inspira a reflexão sobre como o mundo da propaganda, ao se impor noutros momentos históricos, modificou estilos de vida e comportamentos, ao mesmo tempo em que foi elaborado a partir de hábitos e costumes da população, como se verifica em imagens da infância veiculadas pela propaganda impressa no Brasil dos anos 30 a 50.

*"As crianças são o sorriso de Deus na terra. Mas, uma criança só é feliz, bem cuidada, e só é bem cuidada com talco Lady, um produto de pureza absoluta."*²

Esse argumento evocou uma dimensão divinizada da infância, vestígio de Deus na Terra, associando a felicidade diretamente ao sagrado. A pureza do produto, conseqüentemente, foi aproximada da criança e de Deus, justificativa para a sua aquisição e o seu uso. O paralelismo entre esses universos de pureza teve por desfecho o incentivo ao consumo, evidenciando que a criança fez parte tematicamente da propaganda, assim como esta produção publicitária participou da sua formação e da construção de imagens de infância. Ela era, portanto, destinatária (através dos adultos), assunto e justificativa de parte do material publicitário disponível no Brasil.

¹ Um livro muito representativo desse campo político e cultural é: MARCUSE, Herbert – **A Ideologia da Sociedade Industrial**. Tradução de Giasone Rebuá. Rio de Janeiro, Zahar, 1979. (Atualidade).

² **Fon-Fon!**, Rio de Janeiro, 20 abr 1940, p 40.

Os anúncios na Imprensa brasileira dos anos 30, 40 e 50 se desdobravam em diferentes gêneros - classificados, tipográficos, próximos de editoriais e ilustrados com diferentes tipos de gravuras e fotografias³.

As revistas **O Cruzeiro** e **Manchete**, importantes semanários brasileiros desse período e fartamente ocupadas com materiais publicitários, tinham por público-alvo as camadas médias da população, veiculando anúncios dos mesmos produtos e serviços. **O Cruzeiro** atingia frações de renda mais baixa daquelas camadas, como se verifica nos anúncios de cursos técnicos e nas pesquisas de mercado dos anos 50 e 60. **Manchete** se diferenciava por evitar um tom sensacionalista mais próprio à outra publicação, explorando um estilo sóbrio e ponderado, calcado no modelo francês do semanário **Paris-Match**⁴.

Nos anos '50, ficou evidente a formação de um mercado de consumo de bens industriais no Brasil e que não se restringia a minorias privilegiadas, abrangendo setores populares. Isso se manifestava no plano da propaganda pela inclusão ou ampliação da presença de personagens como crianças e idosos⁵.

O noticiário desses periódicos – como, de resto, na grande Imprensa brasileira em geral – era muito influenciado pelo capital publicitário, na medida em que este tinha grande importância na manutenção financeira das publicações. Ao mesmo tempo, o consumo almejado abrangia tanto os produtos indicados como a própria mercadoria periódico, fortalecendo um contexto geral de consumo.

Essa publicidade construiu, ao longo dos anos, certo espaço público que, cada vez mais, interferia na vida privada, atribuindo aos objetos qualidades afetivas que lhes davam vida, o que encontrava ressonância no social. Diante da impessoalidade própria à sociedade urbana e industrial, em que a população tinha (e tem) pouco convívio direto, a publicidade funcionava (e funciona) como patamar de identificação e diferenciação⁶. O consumo de determinados produtos, nesse contexto, passou a significar índice de prestígio, diferenciando e, ao mesmo tempo, sugerindo a universalização da possibilidade de tal prestígio.

³ RAMOS, Ricardo – **Do Reclame à Comunicação**. São Paulo, Atual, 1987.

Ramos acrescenta àqueles tipos de anúncios as diferenças de “tamanhos e disposições (...) de página, de meia, um terço, um quarto ou menos, os espelhados com matéria redicional ou intercalados, os horizontais, rodapés, negativos, os centrais reduzidos ou axadrezados”.

⁴ SODRÉ, Nelson Werneck – **História da Imprensa no Brasil**. Edição Citada.

FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes – **“Liberdade é uma Calça Velha, Azul e Desbotada” – Publicidade, Cultura de Consumo e Comportamento Político no Brasil (1954-1964)**. São Paulo, HUCITEC/História Social-USP, 1998.

⁵ FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes – Obra Citada, Edição Citada.

⁶ FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes – **“Liberdade é uma Calça Velha, Azul e Desbotada”**. Edição Citada.

A propaganda, ao mesmo tempo que se articulava com problemas gerais de políticas públicas, cultura e periodismo – questões como censura, incentivos temáticos, projetos gerais, possibilidades técnicas e comerciais da produção –, manteve um projeto próprio no que se referia ao universo do consumo, percorrendo questões de saúde, alimentação, vestimenta, beleza, modernidade, louvor do mundo industrial, sob o signo do consumo como solução universal para todos os males. Ao mesmo tempo, esse consumo possuía também uma face, talvez inconsciente e involuntária, de direito ao prazer, acenando com a possibilidade de diferentes camadas sociais tomarem conhecimento de bens e serviços, ansiando pelo acesso ao seu mundo.

O vínculo entre criança, mãe e família foi intensamente alimentado no mundo da publicidade brasileira dos anos 30 a 50, servindo de mote para a apresentação e a justificativa dos mais diversos produtos.

A propaganda não estava alheia às discussões que ocorriam sobre a infância; até contribuía para elas no sentido de forjar imagens ideais de criança, assumindo em diversos momentos um tom mais leve de trabalhar temas. Através do humor, ela construía estratégias de convencimento da população.

Uma propaganda de **O Estado de São Paulo** argumentou:

"Então vai ter um filho?

Lindo!

Não é com o senhor, não!

É com sua mulher claro!

E hoje a conversa é séria;

Sua casa está preparada para receber o anjinho querido?

Bom, isso, para dizer a verdade é com sua parteira, e se é

parteira de fato e precavida, vai exigir o uso de Lysoform".⁷

A parteira aqui foi reconhecida como autoridade no momento do nascimento, demonstrando sua presença significativa nos campos de Saúde e Higiene. Na verdade, o Lysoform foi também indicado noutras ocasiões para homens usarem depois de se barbearem, para fumantes fazerem gargarejos, para limpeza de geladeira e despensa, a fim de acabar com percevejos e pulgas e, no caso do bebê, para desodorizar suas roupas. Aconselhou-se ainda o uso de embalagem grande que rendia mais e era econômica. A grandiosidade do produto foi assim destacada:

"Lysoform é como o corcovado! não há outro. Acima dele só o Cristo e imitação não presta."⁸

⁷ **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 22 jan 1935.

O texto sugeriu que havia outros produtos no mercado tentando se assemelhar a Lysoform. O apelo ao Corcovado serviu como índice de monumentalidade, patrimônio da cidade: assim como aquele lugar era referência fundamental para os moradores da cidade do Rio de Janeiro, o produto o era para as famílias; por outro lado, o Corcovado representava um símbolo sagrado, portanto inquestionável, assim como o produto devia ser. Houve um forte apelo a símbolos, imagens, crenças e a criança foi sacralizada, comparada a anjinho querido, um ser que e devia preservar, venerar.

Noutra propaganda, ocorreu apelo aos adultos para que pensassem pelas crianças, apresentando desenho de três garotos brincando com trenzinho. O brinquedo aqui foi caracterizado como algo que alienava para a vida, não exigia pensamento. O pai que pensasse pelo filho garantiria para ele um futuro tranquilo, sem problemas. Para isso, o Plano de Seguros Sul América era eficaz, apontando diversas formas de pagamento como elemento positivo na sua aquisição. Noutra momento, o seguro foi apresentado como garantindo felicidade e tornando a criança notável, afirmando-se que, mesmo sem ainda ler, ela tinha garantido futuro de " *homem notável*".

A propaganda aqui mexeu com um valor julgado fundamental, o da leitura, colocando no produto uma profunda eficácia para sustentar um futuro feliz. Ler era muito importante para qualquer pessoa tornar-se autônoma e responsável por seu destino mas enquanto isso não ocorresse, possuir o seguro Sul América já se constituía numa garantia.

A orfandade, tema tão freqüente em revistas e diferentes vozes da sociedade civil, apelando para a compaixão em relação a crianças sem pais, que viviam em abrigos, desprotegidas de assistência material e espiritual, necessitando da generosidade de adultos estranhos para terem mínimas condições de existência digna, foi transformada na propaganda que tratava de seguros de vida, em que os pequenos apareceram ao lado da mãe, felizes porque assistidas por aquela garantia. A situação de possível desamparo e sofrimento, portanto, seria afastada através do apelo àquele produto⁹

O mundo da pobreza e das etnias não-brancas esteve pouco presente na propaganda brasileira desse período, exceto como signo do que se devia corrigir (deixar de ser pobre, alcançar sucesso), na identificação com a cor de produtos (café e chocolate, por exemplo) e em contextos de fantasia (crianças vestidas como índios). A

⁸ Idem, Idem.

⁹ **Vida Doméstica**, Rio de Janeiro, ago 1938.

cidade industrial funcionou como tecido principal das experiências apresentadas, que podiam ser deslocadas também para o campo em nome de uma vida mais confortável e moderna.

Como já assinalado em relação às políticas públicas voltadas para a infância, 1930 não foi inaugural no que se referia a imagens de infância na publicidade. Alguns produtos – leite condensado e leite em pó, por exemplo – já estavam se consolidando no mercado desde o início do século XX e ampliaram ainda mais seu círculo de influências nos anos 30 e 40.

Se houve uma postura médica de combate aos curandeiros, ela também se fez presente quando se tratava de propagandas de remédios e produtos similares, que foram condenadas por profissionais de Saúde na medida em que fomentavam a automedicação e dispensavam a consulta, transformando rádio e bondes em “consultórios médicos clandestinos”¹⁰. Os médicos admitiam propagandas elaboradas para seus pares, veiculadas em periódicos especializados ou como folhetos e materiais similares dirigidos àqueles profissionais, assinalando a diferença que observavam entre produtos nacionais, anunciados em via pública, rádios e outros veículos semelhantes, e os estrangeiros, que percorriam aquele circuito da especialização. Isso não impediu o grande sucesso popular no Brasil de anúncios de remédios, incluindo clássicos do gênero, como os *jingles* de “Pílulas de Vida do Dr. Ross”¹¹. Ao mesmo tempo, as peças publicitárias associavam os interesses do capital nacional e do capital internacional¹².

Cabe lembrar que essa postura médica não serviu de barreira a propagandas de maternidades, consultórios, laboratórios de análises clínicas, médicos especialistas e outras instâncias desse campo de saber, numa escala editorial menor que a das grandes empresas, na forma freqüente de “tijolinhos” (pequenos anúncios, reduzidos a poucas informações – endereço, nome, etc.). Ao mesmo tempo, o médico apareceu em publicidades de múltiplos itens de consumo como autoridade, demonstrando uma aliança entre a propaganda e esse profissional e figurando mesmo em determinados anúncios como chancela individualizada, que indicava o nome do profissional junto com nome e endereço da criança por ele atendida e que dele recebera a recomendação do produto. Certas peças publicitárias até incluíam mencionar que seus

¹⁰ TEMPORÃO, José Gomes- **A Propaganda de Medicamentos e o Mito da Saúde**. Rio de Janeiro, Graal, 1986.

Esse Autor cita artigo do Dr. Galvão Flores, publicado na **Revista Brasileira de Medicina** (Rio de Janeiro, 1947), exemplo expressivo das ressalvas médicas contra a propaganda popular de certos remédios – p 31.

¹¹ Idem, Idem.

¹² FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes – “**Liberdade é uma Calça Velha, Azul e Desbotada**” Edição Citada.

objetos eram aconselhados por médicos do mundo todo, dupla legitimação do profissional e do universo¹³. Outra estratégia paralela a essa foi recomendar o produto anunciado e sugerir a ida ao médico, garantindo que ele também o indicaria.

Em contraponto às reservas médicas, algumas propagandas valorizaram o conselho de amigas no uso de determinados produtos. Foi o caso do Vinho Reconstituente Silva Araújo, em cuja publicidade figuraram tanto o conselho da amiga como a indicação do médico, vozes que tinham a intenção de funcionar harmonicamente¹⁴.

A presença de médicos como personalidades públicas em propaganda se relacionou com o fortalecimento de sua atuação na cena social, tanto cuidando de corpos como atingindo mesmo o universo das almas, afastando (ou, ao menos, dividindo vantajosamente a cena com) benzedores, curandeiros, padres¹⁵

Uma dimensão da propaganda era perpetuar imagens da criança ideal. Nesse sentido, ela fazia parte de um poder que se construía e desejava falar sobre mulheres, homens e crianças. Ao elaborar a imagem do futuro cidadão como saudável, forte e robusto, tentava-se romper com um presente vivido principalmente pelas crianças pobres, em especial o da fragilidade e da ausência de higiene e sucesso, destruindo uma imagem que não se queria cristalizar como memória. Assim procedendo, deixava-se de considerar experiências significativas do presente e do passado, expressas em tradições culturais, como se essas diferentes temporalidades não fossem marcadas por tensões, conflitos e importantes construções sociais¹⁶.

Muitas peças publicitárias produzidas no Rio de Janeiro durante o período considerado alcançaram circulação nacional. Também noutras cidades brasileiras - com destaque para São Paulo, em grande expansão urbana e industrial naquelas décadas -, foram elaborados materiais similares, que circularam além de um espaço local¹⁷. O crescimento paulistano possuía uma dimensão cosmopolita, lançando produtos no mercado nacional (e mesmo estrangeiro), bem como recebendo-os

¹³ *Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, jan 1941.

¹⁴ *Idem*, *Idem*, 253, abr 1939, p 121.

"Era uma pilha de nervos! Além de fraca, eu estava nervosíssima. Cada semana, era um novo remédio e eu sempre na mesma. Afinal, por insistência de minha amiga, comecei a tomar o Vinho Reconstituente Silva Araújo. Foi uma salvação!" (declaração atribuída a telefonista do Rio de Janeiro).

Esse procedimento textual apoiou-se na referência a personagem supostamente real, garantindo maior confiabilidade ao produto.

¹⁵ CRESPO, Jorge - *A História do Corpo*. Lisboa/Rio de Janeiro, DIFEL/Bertrand Brasil, 1990 (Memória e Sociedade).

¹⁶Cf., a partir de outras fontes e temas:

PAOLI, Maria Célia - "Memória, História e Cidadania: O Direito ao Passado", in: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.) - *O Direito à Memória - Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo, DPH/SMC, 1992, pp 25/28.

¹⁷KLINTOWITZ, Jacob - *Arte do Comércio*. Edição Citada.

dessas diversas fontes. Daí, a razão de, ao abordar a propaganda e falar de São Paulo e Rio de Janeiro, trabalhar-se com faces de imagens da infância em todo o Brasil e mesmo noutras partes do mundo. Apesar disso, também havia modalidades de divulgação publicitária com forte impacto na paisagem de cada cidade.

A popularidade do Biotônico Fontoura, por exemplo, não resultou somente de anúncios em grandes revistas, rádio e, depois, televisão. Existiu anúncio luminoso, registrado em fotografia de 1943, que estava instalado em prédio da cidade de São Paulo, numa de suas regiões de maior circulação à época: a parte alta da Avenida São João, em frente ao Edifício Martinelli.



Acervo do Museu da Imagem e do Som s/d.

Um anúncio de Café e Açúcar União, por sua vez, expunha duas crianças de costas: uma menina negra e um garoto branco. Incluía, ainda, o símbolo do produto - duas mãos se dando. A propaganda era veiculada em bondes que circulavam pela cidade. Apelar para crianças de sexos e cores diferentes significou remeter para idéias de união e totalidade, união entre homem e mulher, café preto e açúcar branco como elementos complementares, e, através da faixa etária escolhida, para a idéia de fraternidade assexuada.

Os exemplos de Biotônico Fontoura e Café e Açúcar União se misturavam à paisagem urbana de São Paulo, como se crescessem e se movimentassem junto com a cidade. Nessa dinâmica, a infância apareceu na condição de suporte argumentativo a favor do produto (Café e Açúcar União) e também como participante da cidade que crescia junto com ela, evocando valores positivos como união e solidariedade, junto com sua própria condição etária, anúncio de um futuro harmonioso, que representava

um rompimento em relação ao passado de possíveis problemas - mortalidade infantil, ignorância, conflitos.

As imagens visuais não eram tratadas na propaganda como meras substituições da palavra escrita, uma vez que representavam uma cultura do olhar, que educava no sentido do consumo, da admiração da riqueza, da modernidade como espetáculo. A ilustração, o desenho, portanto, não se constituíam em simples confirmadores da mensagem verbal, representando uma outra leitura que queria atingir a população. Daí, edifícios, bondes e demais suportes poderem ser entendidos como propagadores dessa nova leitura, através de cartazes, *out-doors* e imagens diversas, integrando a constituição do social. Nas propagandas, textos e ícones eram linguagens diferentes, que se complementavam para transmitir suas mensagens, num diálogo entre a visualidade e o verbal.

Os anos 40 e 50 foram o período de auge da revista **O Cruzeiro**, que veiculou uma série de imagens da infância, bem como do surgimento do semanário **Manchete**, concorrendo com o anterior, e do início da televisão no país¹⁸.

O Cruzeiro caracterizou-se por se dirigir ao consumo da própria família, com uma série de artigos e seções que colocavam problemas a ela referentes, apresentando conselhos para as mulheres em seções especiais sobre assuntos designados como femininos - figurinos, receitas culinárias, sugestões para decoração, etc.. Além disso, introduziu no Brasil, a partir dos anos 40, um modelo de revista com grandes reportagens fotográficas.

Manchete iniciou a circulação na década de 50 e ficava mais restrita ao campo das fotografias, menos voltada para o modelo familiar¹⁹.

A propaganda, nesse contexto, apareceu como mito da vida moderna, apresentando-se enquanto solução mágica para tudo, com os produtos veiculados

¹⁸SODRÉ, Nelson Werneck - **História da Imprensa no Brasil**. Edição Citada.

RAMOS, Ricardo - **Do reclame à comunicação**. São Paulo, Atual, 1987.

FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes - "**Liberdade é uma Calça Velha, Azul e Desbotada**" - **Publicidade, Cultura de Consumo e Comportamento Político no Brasil (1954-1964)**. Edição Citada. Sobre o estudo da propaganda em perspectiva histórica, consultar:

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi - "Propaganda e História: Antigos Problemas, Novas Questões". **Projeto História**. São Paulo, PUC/SP, 14: 89/112, fev 1997.

¹⁹Muitos exemplos da propaganda impressa brasileira do período aqui considerado foram reunidos na coletânea de reproduções fotográficas **100 anos de Propaganda**, abrangendo desde fins do século XIX até o último quartel do século XX (anos '80), ajudando a localizar produtos, mercados consumidores, destinatários da mensagem (mulher como dona de casa) e diferentes tipos de imagens - fotografia, desenho, pintura. Da mesma forma, **A Arte do Comércio** trabalhou com fotografia, material que associou o crescimento da cidade à propaganda, com a preocupação de apresentar a visualidade da época e o **design** como artes plásticas. Essas duas publicações incluíram anúncios de vários jornais e revistas do Rio de Janeiro e de São Paulo, explorando muito a paisagem das cidades, seja através da propaganda ou da arquitetura, e oferecendo pistas para a pesquisa com fontes publicitárias.

100 Anos de Propaganda. São Paulo, Abril Cultural, 1980.

KLINTOWITZ, Jacob - Obra citada, Edição Citada.

trazendo alegria, felicidade, sucesso, e apresentando a família - inclusive a criança - como realizadora desse projeto porque consumidora.

Nos anos 50, a publicidade ainda usava textos longos para transmitir as suas mensagens, o que suscitou debates entre profissionais dos meios de comunicação, denunciando o excesso de anúncios e, neles, a extensa parte escrita. Se os anúncios eram fundamentais em *Vida Doméstica*, por exemplo, a revista também publicou reportagem condenando o excesso de reclames nas rádios - mas não nas publicações -, que poderiam perder audiência devido à exaustão causada pelas propagandas²⁰.

Apesar disso, o texto na publicidade foi fundamental, mesmo quando reduzido, porque participava intensamente das mensagens veiculadas.

Essa questão remete ao universo da cultura letrada na cidade, que abrangia diferentes suportes - Imprensa, propaganda, cartazes, etc. -, com a linguagem da publicidade marcando espaços das mais diferentes formas em periódicos, folhetos, grande Imprensa, popularizando-se, criando novos mercados e patrocinando edições²¹.

Nesse contexto, a propaganda sofreu certa rejeição pela cultura letrada (principalmente, das revistas acadêmicas), que se negava inicialmente a ver tal produção como séria. Assim, o espaço reservado à publicidade na Imprensa começou pequeno no século XIX. Com o crescimento da cidade e de seu comércio - principalmente a partir das últimas décadas do século XIX -, surgiram anúncios de rua e em transportes como bonde, onde os passageiros ocupavam os olhares com reclames, tema presente em lembranças de moradores da cidade, dando início à popularização dessa linguagem e da Imprensa, que atingiam diferentes grupos sociais. Esse material trouxe novos códigos de leitura e o mercado de anúncios se ampliou, sofisticando a linguagem, utilizando charges, desenhos e fotos, com homens de letras assumindo tal espaço como possibilidade de trabalho, tendência que já se observava no Rio de Janeiro desde os anos 10 do século XX²².

Os anos 50 representaram período significativo no crescimento da publicidade em diferentes veículos, diferenciando-se em termos da linguagem visual à medida que ampliou a exploração de recursos como fotografia e cor.

²⁰*Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, jan 1928.

²¹CRUZ, Heloisa de Faria - *Na Cidade, Sobre a Cidade - Cultura Letrada, Periodismo e Vida Urbana - São Paulo, 1890/1915*. Tese de Doutorado em História Social, FFLCH/USP. São Paulo, digitado, 1984.

Embora Cruz aborde período diferente do que é aqui trabalhado, suas reflexões transcendem rígidos limites cronológicos e ajudam a compreender procedimentos de Imprensa e Publicidade até meados do século XX.

²²CRUZ, Heloisa de Faria - *Na Cidade, Sobre a Cidade*. Edição Citada.

Os anúncios ainda não tinham a criança como público preferencial; elas apareceram tematicamente e, de forma indireta, enquanto consumidoras, com muitos produtos procurando atingir toda a família, associados a diversas gerações. A criança preferida como personagem ou referência publicitária em revistas, logicamente, era aquela cuja família tinha acesso ao consumo. A indústria alimentícia também marcava a sua presença na publicidade, descrevendo seus produtos como ricos em vitaminas e adequados para colaborar com uma infância saudável e uma família feliz. Um tema recorrente na propaganda do período, como noutras instâncias sociais anteriormente indicadas, foi esse da saúde na infância, valorizando a robustez infantil como sinônimo de vida saudável. As propagandas de jornais e revistas anunciavam uma série de produtos destinados à formação do corpo forte como elemento fundamental do ser criança, em especial, remédios e alimentos.

**Nunca mais dirão do Chiquinho:
"COITADO, parece um esqueleto...!"**

A Aveia Quaker Oats de grão inteiro, é uma refeição "SUPER"

Tinha tanta pena do nosso Chiquinho. Era tão nervoso e franzino. Um dia comecei a dar-lhe Aveia Quaker Oats todas as manhãs. Que diferença! Ganhou vários kilos de peso.

Na verdade, a Aveia Quaker Oats é de grande valor para as crianças desnutridas. É rica em todos os elementos que a natureza exige para desenvolver um corpo sã e fortalecer os ossos e os músculos. É uma grande ajuda para aumentar o peso e a estatura dos meninos que estão crescendo. Enriquece o sangue, dá energia, e faz desaparecer o nervosismo e a fadiga. Também é boa para os adultos. Não deixe, portanto, de dar a Aveia Quaker Oats a toda a família.



A Aveia Quaker Oats é três vezes mais rica em Vitamina (Vitamina B1) que o milho porcinato e cinco vezes mais rica em ferro, tão necessário para enriquecer o sangue. É três vezes mais rica em fibra, necessário para digestão e saúde. É três vezes mais rica em cálcio, necessário para dentes e ossos fortes. A Aveia Quaker Oats é de grão inteiro e produz uma massa muito leve e cremosa.

A Aveia Quaker Oats é o melhor alimento para crianças. Cada lata de tamanho regular contém 20 porções.



QUAKER OATS

Seleções 1942

A indicação do leite para a criança foi uma constante, absorvendo a discussão sobre a importância do leite materno. Alguns produtos anunciados se revelavam apropriados para as crianças privadas daquele tipo de alimento, destacando seu valor nutritivo ou ainda, em alguns casos, com o argumento de que o produto industrializado lembrava o *"puríssimo leite de vaca"*, demonstrando que o leite animal já era assimilado como produto de boa qualidade.²³

As mulheres eram referências importantes nas propagandas, os anunciantes dos produtos de beleza, eletrodomésticos e indústria farmacêutica se dirigiam a elas, tratando-as como responsáveis pela saúde e pelo abastecimento geral das crianças e da família. Não se abandonou, contudo, a saúde da própria mulher, prevendo a necessidade da alimentação materna. As propagandas de Malzbier, por exemplo, insistiam no uso do produto como forma de gerar um filho saudável e robusto graças ao consumo daquela mercadoria.²⁴

Em muitas ocasiões, diferentes artigos foram apresentados nas publicidades por médicos, enfermeiras e outros especialistas, que reafirmavam sua qualidade. Tais personagens representavam autoridade, que garantia o consumo do produto.

A oralidade apareceu, assim, indiretamente nos anúncios impressos através de conversa com o público leitor, sugerindo a compra de determinados produtos ou ainda utilizando diálogo entre personagens que expressavam sentimentos de admiração, alegria e surpresa, dentre outros. Reproduzir situações vividas no cotidiano das relações entre adultos e crianças, homens e mulheres, configurava o poder de convencimento sobre o público consumidor²⁵.

Foi em 1950 que se inaugurou, em São Paulo, a TV Tupi. Nessa época e durante muitos anos, existiram comerciais de televisão ao vivo. A Escola Superior de Propaganda e Marketing, por sua vez, foi fundada em São Paulo no ano seguinte, demonstrando a crescente importância da área e a necessidade de formar profissionais que a ela se dedicassem a partir de novas bases²⁶.

²³ *Infância*, São Paulo, fev 1936.

Idem, Idem fev 1937.

²⁴ Idem, Idem, dez 1936.

Outra propaganda que se refere ao consumo do leite diz respeito ao uso de rolhas metálicas para frascos de leite., aprovadas pelo Departamento de Fiscalização do Leite do Rio de Janeiro e São Paulo.

Infância, Julho de 1937.

²⁵ Temporão salientou o caráter extensamente informativo de publicidades impressas na Segunda década do século XX:

TEMPORÃO, José Gomes – *A Propaganda de Medicamentos e o Mito da Saúde*. Edição Citada, pp 45/s.

²⁶ RAMOS, Ricardo - *Do reclame à comunicação*, Edição Citada.

Essa foi também uma fase de popularização dos eletrodomésticos e industrialização de múltiplos produtos destinados ao consumo familiar, tendência que se configurava desde a década anterior²⁷.

A ampliação do mercado consumidor brasileiro nos anos 50 criou também novas técnicas de venda, mais promoções e o crediário se expandiu, colocando para as empresas necessidades de incrementar a publicidade. Nesse mesmo período, observam-se chamadas constantes de pé de página da revista **Vida Doméstica** para instituir o uso do cheque no Brasil como elemento de progresso, com a intenção de criar o hábito de sua utilização.

Isso sugere grande capacidade instituinte da propaganda e da Imprensa na introdução de novos serviços ou produtos. Exemplo paralelo pode ser citado na revista **O Cruzeiro** dos anos 40: propaganda de máquina de lavar aconselhava a dona-de-casa a comprar barra de sabão e ralá-la para preparar o molho da lavagem, evidenciando a inexistência ou insuficiência no mercado brasileiro de sabão em pó e a força da publicidade na implantação do uso daquele eletrodoméstico.

Tratava-se, ainda, de período marcado pelo crescimento industrial brasileiro em ramos como a indústria automobilística, que tinha um peso fundamental na medida em que incentivava a expansão de outros setores industriais que lhe eram complementares - auto-peças, acessórios, etc.

Nas duas décadas anteriores, políticas públicas enfatizaram a implementação de bases, no Brasil, para o que se considerava uma sociedade moderna, urbana e industrial, o que incluía tanto o apoio a atividades econômicas nesses espaços como uma legislação que servia de argumento para demonstrar novas atitudes governamentais e empresariais em relação ao trabalho e controle sobre a livre organização e manifestação de setores da sociedade. A valorização do moderno se deu, no Brasil, ao menos desde os anos 20, explicitamente nas áreas artísticas mas também em campos sócio-culturais muito diversificados, da Educação à Pesquisa Científica e Tecnológica, abrangendo argumentos de racionalização do social²⁸.

²⁷SILVA, Marcos A. da - **Prazer e Poder do Amigo da Onça**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

Figueiredo enfatizou tal expansão especialmente a partir de 1954, que escolheu como marco inicial de periodização:

FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes - "**Liberdade é uma Calça Velha, Azul e Desbotada**" - **Publicidade, Cultura de Consumo e Comportamento Político no Brasil (1954-1964)**. Edição Citada.

²⁸Linhas historiográficas a partir dos anos '70 criticaram tais argumentos modernizadores, analisando-os como estratégias de dominação:

CHAUÍ, Marilena - "Apontamentos para uma Crítica da Ação Integralista Brasileira", in: CHAUÍ, Marilena e FRANCO, Maria Sílvia Carvalho - **Ideologia e Mobilização Popular**. São Paulo, Paz e Terra/CEDEC, 1978.

DE DECCA, Edgar - **1930 - O Silêncio dos Vencidos**. Edição Citada.

MUNAKATA, Kazumi - **A Legislação Trabalhista no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

ANTONACCI, Maria Antonieta M. - **Vitória da Razão?**. Edição Citada.

A propaganda esteve articulada, portanto, a um setor industrial que se expandia e investia no crescimento de seu mercado, construindo o espetáculo da produção e do consumo sem limites.

O material publicitário brasileiro daquele período evidencia a importância da indústria alimentícia como anunciante. As propagandas em que a criança apareceu como alvo e justificativa do consumo colocavam a alimentação enquanto fonte de saúde, destacando crescimento e robustez como elementos fundamentais para a infância.

A criança apareceu nesse tipo de propaganda desde o início do século XX, havendo tradição de anúncios que participaram da construção de sua imagem no país. É o caso da Nestlé, empresa de origem suíça, que distribuiu seus produtos no Brasil desde 1876 e passou a produzi-los no país em 1921, em Araras, SP. O primeiro produto fabricado no Brasil foi o Leite Moça, seguido de outros.

Sua propaganda divulgou explicitamente toda a sofisticação técnica de uma empresa multinacional, encontrando campo propício num meio social marcado por carências alimentares e mortalidade infantil., embora tenha atingido inicialmente um público consumidor de nível social médio ou alto. No caso da alimentação infantil que tinha no aleitamento materno uma referência fundamental, a Nestlé evitava um confronto com essa perspectiva, procurando se reapropriar dessa discussão para apresentar produtos que se apareciam ou se aproximavam do leite materno, complementando-o e reforçando-o. Seus produtos e anúncios foram articulados a momentos significativos da vida de crianças naquele período, como os concursos de robustez infantil, desdobrando-sena própria imagem de crianças em sua propaganda.

A expansão da empresa no Brasil se definiu através da fabricação de novos produtos e abertura de outras fábricas até o final do século XX.²⁹

A Farinha Láctea Nestlé, primeiro produto anunciado pela empresa, teve destacada praticidade no preparo da comida, economia de tempo e dinheiro e seu caráter de alimento rico em vitaminas, garantia de crescimento saudável para as crianças. Reclame de 1909 trouxe em seus dizeres:

"Sempre foi e ainda é o alimento mais poderoso e mais nutritivo para crianças e convalescentes"³⁰,

construindo imagem de teor nutritivo tão elevado a ponto de funcionar como remédio³¹. Noutro anúncio de 1917, figurou desenho de menina com dedo da mão

²⁹ Nós Somos Nestlé do Brasil. Sem Local, Nestlé, Sem Data.

³⁰ Nestlé: Setenta Anos de Brasil. São Paulo, Assessoria de Imprensa da Nestlé, 1991.
Nós Somos a Nestlé do Brasil. Edição Citada.

direita na boca; segurando uma boneca com a mão esquerda; situada no centro do quadro e com uma embalagem do produto de cada lado de seu corpo; acima dessa imagem, como primeira chamada da propaganda os dizeres: "Não me falem de política"; abaixo, num quadrado, argumentou-se:

"Mas vejão que não falte para mim e para minha boneca a Farinha Láctea Nestlé. Gosto tanto della, e me dou tão bem...Com o emprego da FARINHA LÁCTEA NESTLÉ CRIAR-SE-HÃO MENINOS SADIOS E BEM DESENVOLVIDOS.

À VENDA EM TODA A PARTE. ³²

Como foi escrito no estilo de uma conversa, anúncio explorou certa oralidade: hipoteticamente, foi uma criança que recomendou ao adulto os cuidados que sua condição infantil merecia, gostar e se dar bem com o produto foram atributos para compra que a própria menina indicou. Ocorreu a dimensão da brincadeira, própria ao universo infantil, que precisava ser respeitada pelo adulto; brincar era ser saudável; em contrapartida, criar crianças fortes era condição fundamental que o adulto precisava assumir. O próprio desenho da menina lembrava também imagem de boneca, através de roupas, chapéu, pernas, sapatos, como se a criança e seu brinquedo tivessem identidades extremamente próximas - mãe e filha ou duas bonecas, por exemplo.

No entanto, quando se fala de publicidade, a consideração de várias temporalidades é necessária para avaliar as especificidades na constituição daquela linguagem e pensar em algumas de suas redefinições, articuladas a outras experiências da sociedade: nem sempre a propaganda desse tipo de produto se apoiou na imagem de criança.

Noutro anúncio de 1919, um desenho apresentou dois homens: um situado em plano maior, forte e musculoso, com os peitorais destacados, de lado para público leitor, descalço, usando *shorts* e sem camisa; o outro, à frente daquele, também de lado para público leitor, caracterizado como baixo, usando casaca, calças, sapatos e óculos, exibindo corpo raquítico se comparado ao primeiro. Toda essa vestimenta escondeu seu físico, ao contrário do outro personagem, caracterizado como saudável

As propagandas aqui analisadas foram extraídas de cópias de Folhetos Publicitários da Nestlé, fornecidas pela empresa.

³¹Comentando a publicidade de cosméticos, Denise Sant'Anna assinalou que eles eram caracterizados como produtos de higiene e saúde até os anos 30, evidenciando a importância da saúde como fator para o consumo de diferentes produtos.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de - "Cuidados de Si e Embelezamento Feminino: Fragmentos para uma História do Corpo no Brasil", in: SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de (Org.) - **Políticas do Corpo**. Edição Citada.

esportista. A sofisticação dos trajes não apareceu como atributo positivo na medida em que era preciso expor o físico³³. Os únicos escritos foram registrados acima do desenho, contendo o nome do produto, Farinha Láctea Nestlé e a legenda: "*Força e Vigor*".

A imagem mereceu mais investimentos de significações que o texto; o homem alto exibiu os atributos supostamente oferecidos pelo produto, numa iconografia masculina onde força e vigor foram expressos através de músculos, altura, sugerindo-se que toda criança alimentada com o artigo adquiriria as qualidades físicas ali expostas. Esse anúncio também assumiu que o produto não era dirigido apenas ao consumo infantil, afirmando-se como parte da força adulta. Ocorreu uma imagem oculta da criança como destinatária e pré-figuração daqueles futuros possíveis – força ou debilidade.

Há outro reclame, de 1928, que se dirigiu diretamente às mães, responsabilizadas pela saúde das crianças. Um desenho apresentou mulher usando avental e salto alto, com um prato quente nas mãos, dirigindo-se ao filho pequeno, que lhe estendia os braços; ao lado do garoto, também olhando para a mãe, apareceu menina segurando com a mão esquerda uma boneca; junto deles, estava embalagem daquele produto, com o texto assim se expressando:

*"A alegria no lar depende da saúde das crianças. Mães empreguem a boa Farinha Láctea Nestlé que contém todos os alimentos necessários ao desenvolvimento normal de seus filhinhos. Dirijam-se à Cia Nestlé Caixa Postal 760 Rio. Que lhes enviará gratuitamente amostras e brochuras!"*³⁴

Um único alimento continha, de acordo com o anúncio, tudo que facilitava a vida no lar e garantiria a saúde e a felicidade da família. Nesses termos, ele apareceu como fator de economia e alta rentabilidade e a empresa se ofereceu enquanto ponto de apoio para o máximo aproveitamento dessas possibilidades. Papéis tradicionais da mulher (mãe, cuidando dos filhos, zelosa, generosa) e da criança (na família, bem estruturada socialmente) foram repostos, situações sintonizadas com discursos médicos, jurídicos, governamentais e de Imprensa do período. Ao mesmo tempo, valorizou-se a dimensão de novo tempo, de que fazia parte o ser dona-de-casa que, graças àquele aparato técnico disponível, tinha acesso a uma qualidade de vida superior e diferente, oferecida por indústria e propaganda.

³² Cópia de Folheto Publicitário da Nestlé, fornecida pela empresa, apenas com indicação do ano de publicação (1917).

³³ Situação diferente e mesmo oposta ocorreu quando **Vida Doméstica** e **Fon-Fon!** indicaram figurinos para homens, mulheres ou crianças, enfatizando a dimensão da roupa.

Cerca de duas décadas depois, anúncio de 1955 apresentou, em primeiro plano, prato contendo o produto, com mão feminina mexendo os ingredientes da vasilha; em plano mais afastado, figurou uma sequência de três quadros, que ensinavam as mulheres a preparar o alimento adequadamente. Um texto abordou a rapidez de se fazer o alimento e outro, em menor destaque, salientou seu valor nutritivo, rico em vitaminas. Recomendou a Farinha Láctea Nestlé para crianças de mais de 6 meses, escolares, mulheres que amamentavam, convalescentes e todos que precisavam de refeições com alto valor nutritivo. Além das dimensões de economia e potencial remédio (indicado para convalescentes), esse exemplo salientou praticidade e rapidez no preparo, sugerindo a crescente importância de tempo e velocidade entre os valores sociais então vigentes, sem perder aqueles outros, consolidados há décadas na memória de seu consumo. O produto apareceu como garantia de maior eficiência e produtividade, conciliando o trabalho feminino em espaços domésticos e públicos.

FARINHA LÁCTEA NESTLÉ



DE PREPARO INSTANTÂNEO, SEM LEVAR AO FOGO!

Um gostoso mingau de Farinha Láctea Nestlé é preparado, num instante, sem precisar levar ao fogo. É de fácil digestão, sendo rico em vitaminas A, B₁, B₂, C, além de sais minerais e proteínas. A Farinha Láctea é recomendável para os bebês de mais de 6 meses, os escolares, mulheres que amamentam, convalescentes e todos os que precisam de um alimento de alto valor nutritivo.

Como preparar:

1. Coloque o leite quente...
2. Adicione a Farinha Láctea Nestlé...
3. Bata bem e pronto!

FARINHA LÁCTEA NESTLÉ
 Produto Nestlé - Produto Garantido

Acervo Nestlé 1955

Outra propaganda do mesmo produto, de 1961, usou como recurso narrativo a fotografia, inovadora em relação aos anúncios trabalhados até então. Há um menino sorridente, sentado em cadeira de bebê, de frente para mesa, coberta por toalha e

³⁴ Acervo da Nestlé, apenas com ano de publicação.

com prato sobre ela. A vasilha estava vazia e o menino, com a mão direita, segurava colher dentro do prato; seu rosto expressava alegria. Balão com texto registrou: "*não sobrou nada*".

Também aqui, a oralidade esteve presente: a criança falou, adquirindo certa autonomia que conferiu prestígio à mercadoria. Abaixo da cena, textos mais longos, ensinavam a preparar o produto, afirmando que ele facilitava a digestão. Ofereceu-se, no anúncio, outras opções de alimentos que podiam ser feitos com o artigo, como refrescos e bananas amassadas.

Nessa série apresentada, alguns elementos se mantiveram, ao longo dos anos, como atrativo para a compra da Farinha Láctea Nestlé: saúde, beleza, força e felicidade foram valores que pareceram atemporais, o que mudava eram as estratégias de anúncio e sofisticação técnica - cores, fotografias, novos recursos gráficos -, construindo mais possibilidades de consumo, sugerindo receitas, que permitiam variar o uso do alimento - além das já indicadas, vitaminas e mingaus. Ela também explorava o prazer e o gosto das crianças pelo produto, sugerindo sabor agradável.

A propaganda valorizou certos alimentos, associando-se indiretamente a campanhas institucionais (SESI, governo federal, etc.). As famílias mais pobres, por sua vez, traduziam e criavam valores em relação a esse assunto, adotando também estratégias de convencimento para seus próprios membros³⁵.

A própria Nestlé realizava concursos de Puericultura e Pediatria para profissionais de Saúde, com o objetivo de estimular produções acadêmicas relacionadas com a saúde infantil. No ano de 1953, publicou "*Estudos sobre a proteção do recém-nascido contra o tétano umbilical pela imunização ativa da gestante em Anatoxina Tetânica*". Não é o caso de discutir esse estudo em suas especificidades médicas mas o texto de apresentação assinado pela Nestlé é significativo para se perceber como essa empresa, enquanto indústria alimentícia, se dizia aliada à Ciência no combate aos problemas infantis e, ao mesmo tempo, reafirmava seu caráter de seriedade e compromisso real com profissionais da saúde no atendimento à população:

"A presente publicação é um reflexo da magnitude de uma colaboração preciosa a custa da qual se faz o progresso visível da civilização: a colaboração entre a ciência e a indústria, estimulando a investigação nos mais variados campos

³⁵ Guardo lembranças de infância (anos 50) de minha mãe procurando convencer-me e a meus irmãos a consumir alguns produtos, destacando a importância nutritiva de pão, fubá e leite, dentre outros, o que demonstra o alcance daquelas campanhas junto a donas de casa que eram mães de família.

científicos para o enriquecimento da cultura e melhoria do nível de vida da humanidade.

A instituição do "Prêmio Nestlé de Pediatria e Puericultura" bem demonstra o desejo de que tem sido sempre imbuída a Organização Nestlé para a realização deste largo ideal, fomentando e divulgando estudos relativos à Pediatria e à Nutrição, apoiada por suas tradicionais relações com a Classe Médica.

Com o intuito de divulgar as mais recentes pesquisas no campo da medicina infantil, apresentamos neste volume o trabalho que mereceu o primeiro lugar de tema livre e que se reveste de maior valor quando verificamos que este estudo já havia sido sugerido pela Organização Mundial de Saúde.

É, pois, com satisfação que, mais uma vez, oferecemos aos nossos leitores a divulgação de trabalho de real interesse, continuando no nosso firme propósito de bem servir à Pediatria brasileira".

COMPANHIA INDUSTRIAL E COMERCIAL

BRASILEIRA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NESTLÉ.³⁶

A participação da Nestlé em campanhas, eventos ou atividades governamentais, científicos e outros era também forma de propaganda da marca, consolidando-a junto a diferentes públicos.

Cabe considerar o interesse das indústrias alimentícias em criar necessidades de seus produtos no mercado e investir na propaganda. A própria Nestlé, desde o início do século XX, vendia farinha láctea e leite condensado em Pernambuco, Bahia, Santos e Rio de Janeiro. Em 1910 e 1912, houve crescimento do mercado para Amazonas e Pará. Através daquela promoção editorial, emergiu a valorização de alimentos industriais, associada ao mundo científico e aos interesses dos consumidores, no contexto de uma nova economia do cotidiano que dedicava menos tempo social para o preparo doméstico de alimentos.

Logo após a Segunda Guerra Mundial, houve vendagem significativa dos leites artificiais, com a década de 50 representando os "anos dourados" nessa direção, simultaneamente ao crescimento substantivo da população infantil.

Fazia parte das estratégias de *marketing* das indústrias alimentícias para a expansão da demanda de seus produtos Ter como aliados os profissionais da saúde.

Os médicos, por sua vez, aceitavam participar do incremento ao consumo desses produtos como forma de controle sobre seus pacientes, que passariam a procurá-los com mais freqüência, dependendo de suas orientações.

Os rótulos desses artigos foram interpretados como incentivo ao seu uso por mulheres pobres e analfabetas do terceiro mundo, com a embalagem como força de sedução para o consumo. Os Programas de Suplementação Alimentar (PSA), que tiveram início no Brasil nos anos 40, pretendiam chegar às mães pobres via distribuição gratuita do leite feita pelo governo, sempre com o apoio dos profissionais da Saúde. Essa era uma forma de promover o uso do leite artificial, proporcionando o aumento de seu consumo³⁷. Nesse sentido, as embalagens funcionavam como dimensão publicitária dos produtos, evidenciando que a propaganda não se restringia aos anúncios explícitos, englobando várias dimensões de existência e circulação das mercadorias. Ela também se articulava a quadros de carência alimentar da população, atendendo a demandas que visavam a superá-los.

A Literatura Médica, preocupada com índices de mortalidade infantil, dedicou-se a sugestões de práticas da saúde pública com o objetivo de resolver esses problemas. Através da escrita sobre a infância, ela teve nos textos a principal força de seus argumentos, concebendo a cultura letrada como privilegiada no sentido da intervenção social. Ao contrário da propaganda, que "popularizava" a linguagem, ela "sofisticava" suas mensagens, dirigindo-se a público especializado, que dominava vocabulário técnico-científico; julgava-se mesmo dona do saber sobre os corpos.

Foi argumento corrente no Brasil dos anos 30, 40 e 50 que a criança precisava possuir corpo e mente sãos; daí, a necessidade de investimentos em escolaridade, hábitos de leitura necessários para a formação do cidadão e da Nação saudáveis. Num país como o Brasil, onde os índices de analfabetismo tinham sido, até então, bastante elevados³⁸, investir na infância, alfabetizando, seria corrigir vários desvios da Nação. Esses problemas apareceram em vários materiais da Imprensa que eram destinados à Infância ou a ela relacionados e a publicidade manteve-se articulada a tais preocupações.

Propagandas da *Light* investiam na imagem do sucesso escolar como dimensão fundamental do ser criança: a boa iluminação evitaria desgaste dos olhos e

³⁶ Estudos sobre a proteção do recém-nascido contra o tétano umbilical pela imunização ativa da gestante em Anatoxina Tetânica. São Paulo, Nestlé, 1953, p 1.

³⁷ REA, Marina Ferreira - "Substitutos do Leite Materno: Passado e Presente". *Revista de Saúde Pública*. São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, 24 (3): 241-9, 1990.

³⁸ Beisiegel citou taxas de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, que atestaram queda entre 1940 e 1960, com um percentual de 56,17 % (1940), 50,48 (1950) e 39,35 (1960) daquele contingente.

garantiria um bom aproveitamento na escola. Também nesse caso, o futuro da criança foi associado à atuação em profissões prestigiadas socialmente, como Medicina, Engenharia e Direito, convidando o leitor e usuário da *Light* a romper com a idéia de problemas de vista cansada originados pela hereditariedade, sugerindo que o ambiente bem iluminado poderia superar essa questão. Essa idéia da prevenção estava associada aos cuidados com a infância. Sintomas como dor de cabeça e cansaço foram associados à má iluminação, sendo casa e lugar de trabalho privilegiados para observar cuidados com a luminosidade. A produtividade máxima em casa e no trabalho seriam, assim, garantidas pela iluminação adequada.

Essas publicidades da *Light* também apelavam para estatísticas e argumentos científicos como “autoridades” que comprovavam os argumentos. A má iluminação foi considerada inimiga do sucesso, tanto para o adulto como para a criança. No último caso, os desenhos apresentaram um ar pesado no ambiente e nas próprias figuras humanas, sendo o uso infantil de óculos tratado como algo indesejável, significando um envelhecimento precoce. Ao mesmo tempo, o argumento da necessidade da boa iluminação procurou atingir diferentes faixas etárias (crianças, jovens adultos, idosos) e ambos os sexos. As mulheres foram apresentadas costurando ou bordando, em casa, e fazendo compras, enquanto os homens figuraram em atividades profissionais, lendo jornais e livros.

Nesse contexto, o mundo moderno foi associado à prática da leitura e a outras atividades que requeriam maior uso da visão. O universo da compra e venda de mercadorias também foi associado à boa iluminação, através da valorização dos produtos, que atrairia mais e mais clientes. Por outro lado, a iluminação elétrica foi reiteradamente anunciada como barata, custando menos que barra de chocolate ou cigarro e provocando prazer e benefícios mais duradouros³⁹.

BEISIEGEL, Celso de Rui – “Educação e Sociedade no Brasil Após 1930”, in: FAUSTO, Boris (Dir.) – **O Brasil Republicano** (Economia e Cultura). Edição Citada, pp 381/416.

³⁹ Esse material sobre a *Light* foi obtido nos arquivos da Eletropaulo, que não possuem referências completas sobre parte dele.

A Cidade. Itu, 20 jan 1935.

Correio Paulistano, São Paulo, 24 set 1935.

Correio de Sorocaba. Sorocaba, 3 fev 1935

Cruzeiro do Sul. Sorocaba, 7 out 1934.

Diário da Noite, São Paulo, 3 jun 1935.

Diário Popular. São Paulo, 26 jan 1935.

Idem, **Idem**, 16 set 1935.

Diário de São Paulo. São Paulo, 15 set 1935.

O Estado de São Paulo. São Paulo, 14 ago 1935.

Idem, **Idem**, fev 1935.

Idem, **Idem**, 4 maio 1935.

Idem, **Idem**, 19 maio 1935.

Idem, **Idem**, 8 set 1935.

Fanfulla. São Paulo, 16 ago 1935.

O tema da Infância saudável foi objeto de propagandas que anunciavam alimentos, como Toddy⁴⁰, que destacou menino, vestido com blusa de mangas curtas xadrez, calças curtas, pulando cerca, em atitude de descontração e alegria. O texto privilegiou vigor e energia, realçando o valor nutritivo daquele produto.



Vida Doméstica 1949

Essas preocupações se fizeram presentes na revista **Sesinho**, que também divulgou em suas páginas concursos de robustez infantil, realizados em diversos estados do Brasil, sendo membros das Comissões Julgadoras autoridades dos locais onde os certames eram efetivados - Prefeitos, Religiosos, pessoas ligadas à direção do SESI⁴¹.

As propagandas de eletrodomésticos também colocavam com frequência a possibilidade de produzirem alimentos saudáveis para crianças, como em anúncio do liquidificador Walita⁴². Esse anúncio ampliou o campo da publicidade dos alimentos industrializados, introduzindo o eletro-doméstico como artefato produtor de alimentos em casa, signo da expansão do consumo de produtos industriais por setores sociais majoritários.

Uma propaganda como essa do Liquidificador Walita circulava em diferentes veículos (revistas, jornais), sendo, às vezes, transferida mais explicitamente para

Folha de Jundiaí, Jundiaí, 6 jan 1935.

Folha da Manhã. São Paulo, 11 jan 1935.

Idem, Idem, 10 jul 1935.

Folha da Noite. São Paulo, 26 dez 1934.

Folha do Povo. Jacareí, 13 jan 1935.

A Gazeta. São Paulo, 1 jul 1938.

Idem, Idem, set 1935.

O Liberal. Mogi das Cruzes, 20 jan 1935.

A Platéia, São Paulo, 11 maio 1935.

O Povo. Salto, 27 jan 1935.

⁴⁰Vida Doméstica, Rio de Janeiro, dez 1949.

⁴¹Brites, Olga - *Infância, Trabalho e Educação - A Revista Sesinho*. Edição Citada.

⁴²O Estado de São Paulo, São Paulo, 15 jan 1950.

outras linguagens. Foi o caso do "Ah!" do creme dental Kolynos, também presente em rádio e televisão. Isso colocava um espaço cultural da propaganda, oferecendo referenciais para o público em diferentes momentos e contextos.

Anúncios mais explícitos sobre saúde infantil destacaram remédios contra diarreias, resfriados, eczemas, assaduras e câncer⁴³.

Nas seções referentes à Puericultura, a propaganda também apareceu, indicando caminhos para força e robustez infantis. Assim, foi anunciado um produto, Ferro Arsylose, contra fastio e anemia e para aumentar o peso, apresentando menino em cuecas, ereto, corpo esbelto, mãos na cintura. Noutro exemplo, figuraram menino e menina, voltados para placa onde se escreveu "Cálcio Baby", com a menina usando laço de fita na cabeça, segurando boneca negra e ambos de costas para o público leitor, enquanto o texto afirmava:

"O recalcificante ideal para criança, à venda em todas as farmácias e drogarias".⁴⁴

O primeiro exemplo associou a saúde a uma aparência física e, portanto, a uma corporeidade. No outro caso, houve preocupação com maior abrangência de gênero, evidenciando que o problema também dizia respeito às meninas.

O tema da saúde na infância fez-se presente na propaganda brasileira ao menos desde os anos 30, mas era proveniente de períodos anteriores. Anúncio de xarope especialmente indicado para as crianças não o associou à família, como em muitos outros casos; reclame do inseticida Flit usou como estratégia do convencimento a saúde infantil, dizendo que o produto combatia as moscas, responsáveis pela diarreia infantil, provocadoras da morte de 25% de crianças antes dos 5 anos, aconselhando seu extermínio para salvar as crianças e caracterizando o produto como

"infalível contra moscas, mosquitos, traças, formigas, baratas e percevejos",

ao mesmo tempo em que não fazia mal aos homens⁴⁵.

Essa situação esteve articulada a um quadro do urbano no Brasil, marcado por doenças transmissíveis, diferenciando-se de campanhas sanitárias públicas, como as de Oswaldo Cruz, no início do século, porque associada a soluções do consumo

⁴³Idem, Idem, 8 jan 1950.

Idem, Idem, 12 jan 1950.

Idem, Idem, 20 jan 1950.

Idem, Idem, 21 jan 1950.

Idem, Idem, 14 fev 1950.

⁴⁴ *Vida Doméstica*. Rio de Janeiro, 288, mar 1948.

⁴⁵ Idem, Idem, out 1931.

privado, expresso na compra de produtos como aquele. A mortalidade infantil, portanto, foi tema reapropriado pela propaganda e devolvido na forma do consumo redentor de determinados produtos, como, dentre outros, Lysol e Johnson & Johnson. Ao mesmo tempo, essa propaganda diluiu questões presentes noutros debates sobre o assunto, como condições de moradia e higiene pública, tomando o assunto circunscrito ao espaço e à ação domésticos.

A imagem na propaganda do inseticida Flit explorou soldado de chumbo, símbolo do produto. No desenho, ele adquiriu movimento, espirrando grande e assustadora mosca. Em plano menor, duas crianças brincavam. O soldado, representando o produto, salvava, protegia, livrava as crianças do mal, da morte, permitindo que elas vivessem felizes, brincando, sem problemas.

Esse é um tema recorrente em setores da Literatura infantil, que explorava a dimensão heróica de certos personagens, opondo o Bem ao Mal, capazes de livrarem as crianças de infortúnios, demonstrando que a propaganda também dialogava com uma cultura associada às crianças, como era o caso dessa produção literária⁴⁶.

No periodismo dirigido à infância, figurou material de propaganda, construindo imagem do periódico consumido, lançando outras novidades publicadas pelo mensário para atrair público leitor. Referindo-se ao **Almanaque de Vida Infantil**, foram destacadas a qualidade do papel, as narrações em quadrinhos e em textos e as ilustrações, revelando que seu preço era um pouco mais alto que o habitual da revista, compensado pela oferta de prêmio de Natal às crianças⁴⁷.

Excetuando essas propagandas das publicações da Sociedade Gráfica Vida Doméstica, **Vida Infantil** trabalhava bem menos com outros anúncios, que eram abundantes em **Vida Doméstica**. Quando novas publicidades apareceram na primeira revista, o tema de saúde e vigor surgiu como dimensão importante da infância⁴⁸.

Até na indicação de móveis para o consumo, como "poltrona cama", a saúde dos filhos era tema importante:

*"Seu filho deve dormir sozinho!"*⁴⁹

⁴⁶ A Cia. Ed. Melhoramentos marcou presença na cena publicitária anunciando a venda de brinquedos e livros infantis, indicando preços e realçando que "As crianças gostam desses presentes". A Casa Alemã, além de anunciar roupas infantis, também indicou brinquedos e bonecas, destacando qualidade e preços. **Infância**. São Paulo, dez 1935.

Idem, Idem, dez 1936.

⁴⁷ **Vida Infantil**. Rio de Janeiro, ago 1948.

⁴⁸ É o caso do anúncio, já tantas vezes divulgado em outros veículos, do Biotônico Fontoura, destacando a energia gasta na infância com estudos e brincadeiras que precisava ser constantemente repostas, donde a eficácia atribuída àquele produto.

Vida Infantil. Rio de Janeiro, 33, jul 1950.

⁴⁹ **Vida Doméstica**, Rio de Janeiro, 382, jan 1950, p 8.

Esse anúncio continha desenho de mãe ajoelhada, cobrindo filho que dormia. A propaganda apresentou vários modelos de poltrona-cama e respectivos preços. O texto afirmou:

"Os peritos de higiene infantil condenam o hábito de crianças dormirem com adultos ou mesmo com outras crianças. Cada qual deve ter seu leito individual. Até um canto da sala de jantar pode ser improvisado em dormitório dos meninos, pois, durante o dia, a Poltrona Cama Drago é um móvel útil e ornamental que se transforma facilmente, à noite, em sólido e confortável leito. Resolva de maneira prática e econômica um assunto de tão grande importância para a saúde de seus filhos, oferecendo-lhes leitos próprios, com as famosas Poltronas Camas Drago".

Nesse caso, houve sugestão de público consumidor com padrão econômico apenas mediano ou até baixo, sem dormitórios individuais para os filhos, o que desdobrava aqueles outros argumentos da revista sobre luxo e sofisticação em modelos ideais de comportamento, adaptáveis a diferentes condições de vida. Além de saúde e praticidade, a economia e a beleza do produto foram apresentadas como atrativos na propaganda. Usaram-se argumentos que sugeriram preocupações de cunho moral, apoiadas numa noção de privacidade que apelava para a autoridade de higiene e saúde. Esses padrões de moralidade, saúde e higiene, nesse caso, foram apresentados como válidos para todos os grupos sociais, sendo associados a debates sobre a questão da promiscuidade nos lares pobres em termos de adultos e crianças dormirem no mesmo ambiente.

Outra propaganda de Flit não teve a criança como motivo, explorando várias dimensões da vida para convencer os consumidores. Mesmo nesse caso, a criança e seu bem-estar foram fortes apelos para a compra do produto, sugerindo o quanto elas precisavam ser cuidadas⁵⁰.

Dentre as possibilidades de males e doenças infantis que, naquela perspectiva, deviam ser combatidos, foram alinhados cansaço, desânimo e debilidade, que acabavam com o que deveria ser a condição natural da infância - viço, alegria, força -, donde ser sugerido o uso de tônico infantil⁵¹. A imagem de menina desanimada, braços caídos, cabeça baixa, em estado de prostração, mereceu a seguinte caracterização textual:

"São três horas e já exausta!"

⁵⁰ Idem, Idem, out 1931.

Muito cansada para fazer seus deveres e desanimada para brincar. Às três horas da tarde começa já a sentir-se nervosa irritável e exausta. Se continuar assim não terá chance na vida. Sua vitalidade, sua energia e seu estado de saúde, são minados com o veneno da eliminação incompleta. Um copo diário de ENO natural e seguro sal efervescente lhe devolveria a saúde.

Seu médico concordaria porque ele sabe que o sal de Fruta Eno, atua suavemente e não contém drogas ou saes minerais que possam afetar o delicado organismo infantil⁵².

Essa criança surgiu como que condenada a tomar o produto diariamente para tornar-se disposta, calma e com possibilidades de vencer na vida. O saber médico foi utilizado para confirmar a necessidade do uso do medicamento. O corpo infantil, então, pareceu aprisionado pelo consumo de ENO, sugerindo comportamentos que nunca deviam sofrer alterações: era preciso estar sempre bem disposto, animado para o trabalho e lazer, tranqüilo.

SÃO 3 horas E JÁ EXHAUSTA!

Muito cansada para fazer seus deveres e desanimada para brincar. Às 3 horas da tarde começa já a sentir-se nervosa, irritável e exausta. Se continuar assim não terá chance na vida. Sua vitalidade, sua energia e seu estado de saúde são minados com o veneno da eliminação incompleta. Um copo diário de ENO natural e seguro sal efervescente lhe devolveria a saúde. Seu médico concordaria porque ele sabe que o "Sal de Fruta" ENO atua suavemente e não contém drogas ou saes minerais que possam afetar o delicado organismo infantil.

ELLA PRECISA



ENO
"SAL DE FRUCTA"

O Cruzeiro 19 de Julho de 1941

⁵¹Idem, Idem, 10 out 1931.

⁵²Idem, Idem, 19 jul 1941, p 8.

Esse produto estava associado ao consumo do adulto, possibilitando pensar sobre como, nesse período, práticas e discussões acerca do ser criança no social tinham pequena autonomia, sendo o infantil visto pela ótica do adulto que determinava como a criança devia estar e o que usar. Os anúncios não trabalhavam a infância se posicionando, intervindo, como se ela mesma quase nada tivesse a dizer. Naquele exemplo, um produto de consumo adulto foi orientado para uso infantil, o que significava tratar a criança como adulto e com remédio para adultos.

Na mesma direção de indicar remédios usados em comum por adultos e crianças, o anúncio de Candiolina Bayer apresentou o produto como uma espécie de bombom, gostoso e doce⁵³.

Além da face curativa, esses anúncios de medicamentos e similares também trabalharam com a noção de prevenção, realçando ser este o caminho mais adequado para a preservação da saúde⁵⁴. Outra dimensão reforçada nesses anúncios foi a restrição desses tratamentos a poucas doses, capazes de garantirem a cura de diferentes males, como se observa em relação ao Vick-Vaporub. Isso também significou um diálogo entre produtos e campanhas, definindo as vantagens ou desvantagens dos diferentes produtos.

Anúncios de Cafiaspirina, para consumo de adultos, incluíram crianças como parte do cotidiano dos consumidores, sugerindo a importância do medicamento para manter adultos sintonizados com certos rituais infantis – aprender a andar, nadar, etc. -, como se o remédio, através do bem-estar dos pais, fizesse parte daqueles momentos tão importantes⁵⁵.

Produtos alimentares foram apresentados na condição de remédios fortificantes ou complementos alimentares, caso de Toddy, que teve sua composição descrita – “*vitaminas, carbohidratos, proteínas, ferro, fósforo e sais minerais*”⁵⁶.

Essas questões se ampliaram nos anos 50 mas não foram exclusivas deles, apenas reapareceram de forma ampliada nessa década, considerando as novas possibilidades dos meios de comunicação que nasciam ou se expandiam.

Outros setores industriais, como o de medicamentos ou higiene pessoal, também investiam intensamente no anúncio de seus produtos. Os cuidados com a saúde e higiene foram um tema recorrente nos vários períodos indicados. Quando isto não ocorreu de maneira explícita, a imagem da infância remeteu para as idéias de

⁵³ *Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, out 1927.

⁵⁴ *Idem, Idem*, jan 1941.

⁵⁵ *Idem, Idem*, 15 out 1932.

⁵⁶ *Idem, Idem*, abr 1939.

Essa dimensão do Toddy como medicamento ou complemento alimentar apareceu até em propaganda de 1951 - *Idem, Idem*, fev 1951.

graça, beleza e brincadeira, modalidades práticas daqueles valores. Nesse caso, a infância foi motivo para anunciar produtos que não se destinavam diretamente a ela. Uma indústria importante na produção de artigos para higiene infantil foi a Johnson & Johnson, implantada no Brasil em 1933, no bairro paulistano da Moóca e, depois, na cidade de São José dos Campos. Ela construiu uma auto-imagem apoiada em eficiência, qualidade, modernidade, permanente pesquisa, segurança, atenção para com seus funcionários - dimensões da publicidade da própria marca⁵⁷.

Uma estratégia publicitária da Johnson & Johnson foi apresentar anúncio que se confundia com reportagem ou outra matéria editorial, usando fotografias e texto redigido como fala infantil, sucedido por outros que abordavam a condição materna, a presença do pai no cuidado com o filho e temas correlatos, sem uma apresentação direta dos seus produtos nas fotografias de crianças e pais sorridentes e descontraídos⁵⁸. Essas pequenas "reportagens" deram destaque textual aos produtos daquela marca, como talco e óleo, tendo sido divulgadas durante a Semana da Criança. Entre os temas presentes nos textos estava o aconselhamento na escolha de presentes por pais, outros parentes e mesmo amigos e vizinhos, evocando inclusive a importância de serem oferecidos às crianças pobres. Valores como desvelo dos pais, bom comportamento da criança, saúde desta e adequação dos produtos à delicadeza infantil foram explorados nesses materiais. A apresentação do pai como colaborador da mulher no banho da criança significou também um sintoma de modernidade em termos de divisão de tarefas e enfrentamento de dificuldades de se contar com empregadas. Ao mesmo tempo, o material projetou para a criança bem cuidada um futuro de sucesso profissional, em áreas como Medicina, Engenharia e Artes, identificando a infância ao futuro do pátria. Nem toda criança, evidentemente, trilharia esses caminhos de sucesso, reservado a muito poucos. Nesse sentido, o discurso publicitário operava com a fantasia de que o destino de poucos surgia legitimado como possibilidade para todos.

Esse apelo ao consumo de produtos para crianças em momentos como Natal e Semana da Criança assumiu a dimensão argumentativa de carinho e afeto, distribuída pontualmente, relacionando-se com determinados problemas (pobreza de uns, escasso relacionamento afetivo de outros) apenas naquelas ocasiões. O contato

⁵⁷ JOHNSON & JOHNSON - "Uma Companhia a Serviço da Saúde e do Bem-Estar". Sem Local, Sem Editora, Sem Data. No final da brochura, há síntese em inglês - "History of Johnson & Johnson Brazil".

⁵⁸ *Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, out 1948.

Esse procedimento da fala infantil identificada à empresa anunciante ou ao seu produto também figurou em propaganda de liquidificador Arno, cujo texto inicial, associado à imagem de bebê rechonchudo e com um dedo na boca, foi: "Já estou com água na boca!".

Vida Doméstica, Rio de Janeiro, mar 1953.

da propaganda com esse universo de problemas infantis foi marcado tanto pela imediatez – o evento comemorado – como pela continuidade de investimentos sobre a marca, feitos ao longo de anos ou mesmo décadas. Nesse sentido, a publicidade se diferenciou de políticas públicas (parques infantis, creches) e outras iniciativas da sociedade civil (Cruzada Pró-Infância) no nível da imediatez de objetivos – o consumo puro e simples, no caso da publicidade – mas também se articulou àquele universo através de valores como futuro da pátria e modernidade.

Em diversas publicações e não apenas nos anúncios, a casa foi apontada como lugar de tranquilidade e aconchego, alheia a conflitos. Uma imagem veiculada em propaganda da Johnson & Johnson, todavia, foi a do lar como lugar perigoso (“*Sua casa é o lugar mais perigoso do mundo*”), caracterizando os produtos daquela marca como necessários nas emergências do cotidiano, dotados de uma especificidade curativa, qualidades como maciez, pureza, absorvência, impermeabilidade, adesão instantânea à pele, oferecendo, ainda, como brinde para os interessados um “*Guia de Pronto-Socorro*”⁵⁹.

Uma preocupação fundamental nos anúncios do produto *Band-Aid* era a prevenção contra o risco de infecção. Nesses termos, os produtos da Johnson & Johnson reafirmavam o cuidado com a saúde numa escala industrial, o que significava ter recursos modernos e seguros à mão, dispensando o apelo permanente ao médico e sem renunciar à voz da cientificidade. Algumas dessas peças publicitárias até registravam choro, dor e tristeza das crianças devidos aos acidentes domésticos, situações contornadas e modificadas, todavia, pelo uso daqueles produtos⁶⁰.

Band-Aid era caracterizado em propagandas como destinado ao uso de toda a família, sendo registrada a sua aplicação em corpos de homens e mulheres adultos e crianças de ambos os sexos. Utilizando principalmente desenhos, essas publicidades ora recortaram partes feridas do corpo (dedos de mãos e pés, rosto, braço, calcanhar, joelho), ora apresentaram porções maiores do corpo – cabeça e tronco, por exemplo. Produto e publicidade estiveram ligados, portanto, aos cuidados com o corpo, situado numa dinâmica da vida moderna que se caracterizava por agilidade e uso adequado do tempo, interligando partes com aparência menor (uma bolha, um arranhão) ao todo da saúde, apoiando-se mesmo numa retórica do medo diante das potenciais ameaças representadas por aqueles pequenos acontecimentos⁶¹. Todas as figuras humanas apresentadas nessas propagandas do

⁵⁹ *Seleções do Reader's Digest*. Rio de Janeiro, nov 1951.

⁶⁰ *Idem, Idem*, mar 1951.

Idem, Idem, nov 1953.

⁶¹ Além dos exemplos citados nas notas 35 e 36, ver também:

produto eram brancas e o próprio *Band-Aid* era fabricado num tom rosado claro, suposta cor da pele – branca, todavia... Isso se articula com a escassa presença de etnias não-brancas na publicidade, aqui desdobrada em pequena – ou nenhuma – produção destinada ao consumo desses grupos.



Seleções, Novembro de 1953, Acervo J&J.

A linha de produtos infantis da Johnson & Johnson englobava sabonete, óleo, creme, talco e fraldas. Sua publicidade impressa colocou mãe e filho como personagens permanentes, juntos, na maioria dos casos, ou apenas o último. A composição fotográfica trabalhou com blocos formados por mulher e criança, ora como uma espécie de “L” definido pelo corpo infantil deitado e o corpo da mãe que dele cuidava, prolongado na imagem do produto anunciado (talco), ora como círculo configurado pelo abraço da mãe no filho, com o corpo materno como uma espécie de alavanca, sustentando o nenê ou ainda com o tronco feminino estabelecendo paralelo

Seleções do *Reader's Digest*. Rio de Janeiro, abr 1950.

Idem, Idem, ago 1950.

Idem, Idem, jan 1951.

Idem, Idem, abr 1951.

Idem, Idem, jul 1954.

com a embalagem de talco, produto mais anunciado nessa série⁶². Qualidades indicadas nesses produtos foram proteção, leveza, “*conselho de médicos, maternidades, enfermeiras*”, suavidade, pureza, defesa contra irritações da pele infantil, delicadeza, geradoras de conforto para o bebê e tranquilidade para a mãe.

A propaganda de Óleo e Talco Johnson apelou também para diálogo entre mãe e bebê, com o último expressando a voz da empresa, demonstrando profundo conhecimento de seu próprio corpo, numa referência à empresa como conhecedora dos corpos infantis. Essa argumentação estava sintonizada com uma linguagem médica sobre a especificidade do físico infantil, diferenciado do adulto, complexo, que exigia estudos, saberes e produtos apropriados. Tal propaganda se apoiou em situação ficcional, uma vez que bebês não falam, expressando desejos, necessidades e saberes diretamente relacionados ao consumo daqueles produtos. Ao mesmo tempo, a Johnson & Johnson apareceu como orientadora e professora, assumindo o lugar do especialista que restaurava a saúde, a beleza e uma identidade angelical do bebê, como se observa especialmente no diálogo final entre os personagens:

“Mamãe – Veja só! Cada dia que passa toda mamãe aprende uma coisa nova sobre os bebês.

Bebê – Pois não há o que a Johnson não saiba sobre eles, mamãe!

E logo que você fizer com que a minha pele fique novamente suave e gostosa, pode tratar de pregar as minhas asinhas bem aqui!” (a imagem apresentou criança apontando as costas)⁶³.

As propagandas da Johnson & Johnson exploravam sentimentos de amor e dedicação da mãe em relação ao filho, num vínculo de perfeita harmonia, interrompido ou abalado pelo choro da criança e restaurado pelo uso do produto. As imagens fotográficas utilizadas enfatizavam essa harmonia através de expressões faciais e corporais dos personagens, em situações de brincadeira e carinho da mãe em relação ao filho. Essas publicidades exploravam uma retórica da desmedida, onde o uso de determinados produtos era caracterizado como solução para grandes problemas, como se observa no trecho:

“Muitas vezes, o bebezinho chorão não tem culpa e bem desejaria atender ao apelo da voz materna... Mas sua pele delicada arde de brotoejas, que não o deixam dormir. Se isto

Idem, Idem, jul 1953.

⁶² Apenas uma das propagandas citadas na nota 37 foi dedicada ao Óleo Johnson, apresentando um rosto de criança a chorar e, após a explicação para aquele estado (“*dor causada por pele irritada pela urina*”), a indicação do referido produto.

*ocorre com o seu bebê, mãezinha, aproveite a "Semana da Criança" para começar nova vida presenteando o seu filhinho com uma lata de talco puro e um vidro de óleo especial para crianças.*⁶⁴

As propagandas de produtos de beleza e higiene exploravam certo erotismo entre homem e mulher e apontavam possibilidades de sucesso nas relações afetivas para quem os usasse (ou fracasso para quem ainda não os utilizava), bem como sugeriam que a mulher estava ocupando novos espaços sociais (ambientes de trabalho, por exemplo). Aquele erotismo se manifestava através das imagens de pares, da proximidade entre seus corpos, do realce de detalhes corporais como boca e cabelos, aproximando-se de certa codificação presente na imagem cinematográfica, nos quadros da moralidade própria à época. Um erotismo indireto e mesmo sutil também foi esboçado mesmo ao redor de crianças, como em publicidade divulgada por *O Cruzeiro*, onde figuravam dois bebês de sexos diferentes: o menino olhava a menina e o balão acima dele continha a frase "*Mas que bonitinha!*", ao que ela respondeu:

"Eu só uso Talco Johnson".

Os corpos infantis – principalmente, quando bebês – eram os únicos que apareciam nus ou em trajes muito sumários (fraldas, por exemplo) naquelas situações, estabelecendo outro horizonte para esse erotismo indireto.

⁶³ *Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, 355, out 1947, p 100.

⁶⁴ *Idem*, *Idem*, 367, out 1949.

Esse tema publicitário (consumo associado a controle do choro infantil) figurou em anúncios de outros produtos. A criança teria seus problemas resolvidos, por exemplo, a partir do consumo de Aveia Quaker Oats, que faria com que a ela parasse de chorar, demonstrando que uma dificuldade das mães no cuidado com os filhos era o choro infantil, que incomodava, aborrecia. A partir daquele consumo, o choro faria parte do passado da criança, que passava a possuir um presente e futuro de tranquilidade, da mãe que educava. Assim, a propaganda também aparecia como auxiliar da mulher na tarefa de educação dos filhos, facilitando o seu cotidiano.



“O Talco que Mamãe usa não é tão macio como o meu!”

“Imagine só a Mamãe usando em mim o talco aspero que ella usa! Eu ficava com a pelle irritada e com asaduras! Agora que usamos Talco Johnson para Crianças, tenho a pelle sempre fofinha e sem asaduras!”

A creança é a primeira a notar a diferença existente entre os talcos. Se as creanças podem falar, dizem que alguns são asperos — contém partículas grossas — irritam a pelle delicada do seu bebê.

Para a pelle fofinha do seu bebê, a Sra. deve usar somente o Talco Johnson para Crianças. Esfregue um pouco de Talco Johnson para Crianças entre os dedos e note como é liso, macio e suave. Fabricado com talco fino e importado da Itália, o Talco Johnson é preparado especialmente para crianças e é absolutamente isento de ingre-

dientes químicos irritantes. Delicado e sempre uniforme, assegura a perfeita lubrificação e uerço da pelle, protegendo-a e evitando as asaduras.

A Sra. terá o seu precioso bebê sempre são, zumbente e confortado com o uso frequente do Talco Johnson para Crianças.

Muitas senhoras preferem o Talco Johnson para Crianças também como o ideal para o seu uso pessoal.

Mais dois produtos indispensáveis ao bem estar do bebê — Sabonete Johnson e Óleo Johnson para Crianças. Especificamente feitos são de soma porção insuperável.



AGORA em DOIS tamanhos

TALCO JOHNSON para Crianças



AMOSTRA GRATIS

Quarta-feira, 12 de maio, 1940, 10h 30m para receber a amostra de Talco Johnson para Crianças. JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL, Avenida do Estado, 111 - Rio de Janeiro - C. 200 - 210

Nome: _____
 Endereço: _____
 Cidade: _____
 Estado: _____

Fon Fon, 27/04/1940

Da mesma empresa, as escovas de dentes Tek tiveram realçadas a durabilidade, a eficácia, o uso por toda a família, ser preferida pela maioria. Slogans como “Dura, dura, dura” e “Siga a maioria” embasaram essas peças publicitárias, também associadas à beleza dos dentes que se desdobrava em beleza das pessoas, questão ainda associada a sofisticação⁶⁵.

⁶⁵ Seleções do Reader's Digest. Rio de Janeiro, abr 1950.

Idem, Idem, abr 1951.

Idem, Idem, jul 1953.

Idem, Idem, nov 1953.

Idem, Idem, jul 1954.

A publicidade de Modess, da Johnson & Johnson, trabalhou quase exclusivamente com a mulher adulta e a adolescente, destinatárias do produto. A criança figurou, todavia, como beneficiária do bem-estar que a adulta – mãe – desfrutava ao usar aquele artigo, num contexto de festa infantil em que se salientou a alegria da mulher, “*mesmo naqueles dias*”⁶⁶. Nesses casos, utilizaram-se prioritariamente os argumentos de modernidade, conforto, higiene, orientação da filha adolescente, bem-estar, praticidade (produto descartável), além da distribuição de amostras grátis para leitoras que encaminhassem cupom preenchido com dados pessoais – nome e endereço, o que mostra a associação entre Imprensa e Indústria.

Na perspectiva de trabalhar imagens idealizadas de mulher, a propaganda aproveitou valores significativos para a atuação feminina e os devolveu, aconselhando procedimentos. O “Regulador Gesteira”, por exemplo, atuaria no sentido de evitar aborrecimentos, acalmar, tomando a mulher um sujeito social bem-humorado e disposta para o trabalho doméstico⁶⁷. O cotidiano do lar não era questionado em suas atividades estafantes; atribuíam-se ao descontrole emocional o agravamento dos problemas. No mesmo sentido, problemas sociais mais amplos eram silenciados, com a publicidade apropriando-se de uma privacidade doméstica e feminina para realçar a facilidade da solução – o produto resolvia...

A insistência da propaganda em relação ao trabalho doméstico não deixou de apresentar outros horizontes para o universo feminino. A possibilidade de trabalho fora do lar foi apresentada em outras situações e mesmo a hipótese de se trabalhar como garota-propaganda foi explorada em artigo de revista, que destacou normas de contratação desse tipo de profissional, destacando a possibilidade de pessoas da família ou noivo da candidata acompanharem sessões de foto, numa atitude que sugeriu a confiabilidade nessa profissão, desfazendo possíveis comentários de que tal atividade não fosse coisa de família.⁶⁸

No exemplo de novembro de 1953, belo sorriso feminino apareceu refletido em espelho de um estojo de pó compacto, preso por uma mão feminina requintadamente enluvada.

⁶⁶ **Seleções do Reader's Digest**. Rio de Janeiro, jul 1953.

Outros exemplos de anúncios desse produto, sem apelo à imagem da criança, são:

Seleções do Reader's Digest. Rio de Janeiro, abr 1950.

Idem, Idem, ago 1950 (dois anúncios).

Idem, Idem, jan 1951.

Idem, Idem, abr 1951.

Idem, Idem, nov 1951.

Idem, Idem, nov 1953.

Idem, Idem, jul 1954.

⁶⁷ **Fon-Fon!**, Rio de Janeiro, jan 1938.

⁶⁸ **Cigarra**, Rio de Janeiro, jan 1944.

Em nome do trabalho feminino, certos medicamentos foram recomendados para atenderem às novas necessidades da mulher, anunciando que o organismo deve funcionar com precisão:

A mulher foi também responsabilizada pela saúde dela, dos filhos e até do marido – saúde de toda a família, portanto -, observando cotidianamente o comportamento de todos e atuando como uma espécie de enfermeira do lar, aliada ao universo dos saberes modernos, dentre os quais, a propaganda. Havia certa assimetria na relação da mulher com o marido em situações de doença: ele podia se irritar com os problemas da mulher mas o contrário não era legitimado, antes ocorrendo certa orientação para a mulher contribuir na cura dos males que afligiam o marido⁶⁹. Os anúncios, ao apresentarem a mulher como responsável pela saúde no lar, admitiam que os homens eram maus enfermeiros, acusando aquelas por serem imprudentes quando adoeciam, sugerindo o que as mulheres deviam evitar para não exporem os maridos a situações para as quais eles não estavam preparados⁷⁰.

A propaganda não se restringia a um ou outro caminho exclusivo de consumo, antes pluralizava as suas possibilidades. É assim que incentivava as mulheres a costurarem em casa, apresentando máquinas de costura, e também indicava lojas de roupas prontas, especialmente, para crianças (Lojas Mappin, Casa Alemã, etc.), eventualmente interligando essas faces do consumo: costurando em casa, a mulher podia economizar e comprar outros produtos. Tanto numa situação como na outra, apelou-se para valores como zelo, atenção e carinho da mãe para com os filhos, transformando tudo isso no ato de consumir.

O apelo ao consumo não provinha apenas da propaganda formal. No caso de crianças, tal dimensão aparecia intensamente no contexto de festas de Natal e Dia das Crianças, o pai surgia como provedor, a pobreza era enfrentada através da caridade e a cidade era o local privilegiado de acesso a múltiplos bens.

O discurso publicitário também convivía com outros materiais da Imprensa que agiam como limites ao consumo desenfreado, recomendando brinquedos simples e baratos, associados à idade e à Psicologia da criança⁷¹.

“Hoje em dia, as mulheres concorrem com os homens nos mais diversos ramos de atividades: são caixeiros, datilógrafas, jornalistas e até aviadoras! Nessas condições, é indispensável que o organismo feminino funcione.”

Vida Doméstica. Rio de Janeiro, abr 1939.

Nessa perspectiva, para a mulher “funcionar bem” profissionalmente, ela devia Ter uma relação de dependência com o remédio.

⁶⁹ *“Diga Isto ao seu Marido”.* **Fon-Fon!**, Rio de Janeiro, 16 mar 1942, p 16:

“Quando seu marido estiver sem apetite e se sentir indisposto ou adoentado, com empachamento, peso, dor e outros desarranjos do estômago, a língua suja, mau gosto na boca de manhã ou durante o dia, peso, calor e dor de cabeça, tonturas, nervosismo, certas coceiras e irritações da pele, mal estar depois de comer, preguiça e moleza geral, dores, cólicas e outras perturbações do ventre, muita sede e queentura na garganta, ânsias e vontades de vomitar, mau hálito, indigestão, arrotos, gases diga-lhe que todos esses sofrimentos são causados por substâncias infectadas e fermentações tóxicas no estômago e intestinos e que use Ventre Livre sem demora.”

⁷⁰ *Idem, Idem*, 3 maio 1930.

⁷¹ *Idem, Idem*, 7 out 1929.

A publicidade de revistas e jornais permite refletir sobre os temas que abordam e também sobre problemas gerais: a saúde como valor fundamental, as expectativas (destinos que se desejava ou receava) reservadas para a infância, a configuração social de que esta fazia parte, a dimensão do conflito.

Há diferentes usos da criança pela publicidade como destinatária dos produtos, motivadora da compra, espécie de símbolo da família que traduzia idéias de energia, de vitalidade, do novo.

Numa propaganda de **O Cruzeiro**, o produto apresentado foi um tônico dirigido especialmente à infância (Tônico Infantil), embora a mãe aparecesse como efetiva compradora do mesmo. O desenho apresentou menino sentado em frente à escrivaninha, com livros sobre a mesa e um abajur ao seu lado. O personagem usava óculos grandes, relógio e segurava livro de "Ciência Atômica". Dentre os vários outros livros sobre a escrivaninha, o que foi posto por cima de todos era dedicado à *Metafísica*.

Ao lado dessa cena, há uma chamada que diz:

*"A leitura da criança não é a mesma do adulto e também o fortificante"*⁷².

Texto e desenho apontaram universos diferenciados do adulto e da criança. Uma faixa preta separou essa primeira situação da seguinte, com os dizeres:

"Para as crianças do Brasil."

A outra cena colocou menino deitado de bruços, pernas cruzadas para o alto, lendo um periódico denominado **Revista Infantil**, uma mão segurando a revista e a outra apoiando o rosto.

Assim, também o Tônico Infantil foi apresentado como produto reservado exclusivamente à criança, com texto que destacava:

"O único de fórmula especial para as crianças".

O vidro do produto foi exposto no canto direito e final da página.

Um outro texto assim se referiu ao produto:

"Hoje, ninguém mais ignora esta verdade: a criança quando enfraquecida necessita de um tônico próprio para sua idade e que contenha em sua composição todos os elementos favoráveis ao período de crescimento. É assim o Tônico Infantil, completo em sua fórmula especial, de gosto

⁷² **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 9 set. 1950, p 14.

agradabilíssimo, um preparado científico que, de fato, torna as crianças mais saudáveis mais fortes e alegres".⁷³

Nesse caso, ocorreu um destaque para adultos e crianças que viviam experiências diferenciadas, num dia-a-dia em que a seriedade do mundo adulto - leituras complexas, uso de óculos, estudar diante de escrivaninha, iluminada por abajur - foi contraposta a um mundo infantil marcado pela descontração, o garoto deitado de bruços no chão, pernas cruzadas, lendo revista apropriada ao seu universo. Deduziu-se que, assim como a leitura adequada era saudável para a mente, o corpo era apropriadamente fortificado pelo tônico infantil. O mundo adulto foi caracterizado pelo domínio do tempo (uso do relógio), prioridade da visão e seu desgaste com o passar dos anos (uso de óculos) e preocupação com Ciência e Alta Cultura (títulos sobre "Ciência Atômica" e "Metafísica"). No texto final, em coerência com o conjunto da mensagem, a criança ganhou especificidade, que se desdobrou no consumo do produto anunciado.

Embora esse texto aponte diversidades vividas por adultos e crianças, as últimas eram consumidoras na unidade familiar, dependentes da vontade dos outros.

Noutra peça publicitária desse mesmo produto, a escolaridade foi valorizada como dimensão do sucesso na vida, destacando o uso do Tônico Infantil como garantia para o preparo e a boa disposição nas tarefas escolares. No decorrer dos anos, seu caráter saboroso, diferente de outros remédios mais antigos, foi também realçado, evidenciando que a criança nem percebia que se tratava de remédio⁷⁴. Destacaram-se, ainda, estudos e pesquisas como elementos comprobatórios da eficácia do produto⁷⁵.

Paralelamente, o alimento foi também apresentado como atraente, levando a criança ao prazer no ato de comer, eliminando qualquer conflito entre mãe e filho nesse campo, julgado fundamental na infância.

A propaganda, nessa situação, esteve sintonizada com diferentes discursos médicos e educacionais sobre a importância da alimentação, apresentando soluções mágicas que dispensavam a mediação de múltiplos profissionais para resolver a questão⁷⁶. Essas publicidades de alimentos, em alguns casos, exploraram a dimensão da criança brincando.

Os anúncios, às vezes, ocuparam página inteira de publicação, com textos longos, intenso uso de desenho que se assumia como ilustração e poucas

⁷³ **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 9 set 1950, p 14.

⁷⁴ **Fon-Fon!**, Rio de Janeiro, 4 mar 1950.

Idem, Idem, 9 de setembro de 1950.

⁷⁵ Idem, Idem, 16 abr 1938.

fotografias⁷⁷. Eles dialogavam entre si, expressando conflitos, criando situações de aventura, audácia, coragem e grandes realizações, inclusive para produtos como chicletes - que não passavam de açúcar...

Um personagem que apresentou propaganda dos Chicletes Adams, Zezinho, apareceu em diversas circunstâncias publicitárias através dos quadrinhos como recurso narrativo. Os chicletes foram caracterizados como guloseima usada na infância, companheira de vários momentos da vida da criança: praticando esporte ou torcendo pelo clube preferido, a criança devia saboreá-los, sendo eles, ainda, eficazes para a saúde porque protegiam e aliviavam a garganta, refrescavam e perfumavam o hálito.

O personagem Zezinho figurou no mensário, destacando os chicletes por serem saborosos, refrescantes e purificadores da garganta - quem quisesse ser um vencedor, devia usá-los, sendo também indicados para os diferentes momentos da vida das crianças, no recreio, durante o estudo, nos intervalos entre uma aula e outra, sempre lembrado como aquele que proporcionava alegria e sucesso: o consumidor da goma de mascar, por exemplo, seria o primeiro nos estudos⁷⁸.

Ocorreu uma situação em que Zezinho foi cavaleiro andante, que deveria salvar a filha de El-Rei em perigo. A narrativa destacou o caráter aventureiro da vida do garoto, que tinha nos Chicletes Adams o companheiro que o ajudava a solucionar problemas. Ela realçou força, coragem, audácia. Os Chicletes Adams e a armadura, usados pelo garoto, eram dois instrumentos de força do personagem⁷⁹. Zezinho se apresentou àquela moça como seu defensor, ao lado dos Chicletes Adams, cujo nome estava escrito em negrito. Graças ao produto, o personagem possuía dentes alvos, brilhantes e hálito perfumado, a que nem as princesas resistiam.

O recurso narrativo explorou sentimentos e desejos, necessidades de viver situações de risco que tornavam o sucesso mais grandioso, lidavam com fantasias e utilizavam elementos ficcionais semelhantes a contos de fadas - nos quais, a mulher depositava no homem a salvação e esse se realizava como protetor, salvador - ,

⁷⁶ Idem, Idem, 18 maio 1940. A referência do anúncio era Maizena Duryea.

⁷⁷ A fotografia foi utilizada na Imprensa brasileira, inclusive em publicidade, desde fins do século XIX: SODRÉ, Nelson Werneck - **História da Imprensa no Brasil**. Edição Citada.

AMARAL, Aracy - **Artes Plásticas na Semana de '22**. São Paulo, Perspectiva/EDUSP, 1972 (Debates - 27).

Mais recentemente, o tema foi retomado em:

SUTTI, Paulo - **O Reclame - A Transição da Reprodutibilidade Persuasiva**. Dissertação de Mestrado em História, defendida na PUC/SP. São Paulo, digitado, 1996.

⁷⁸ **Vida Infantil**. Rio de Janeiro, 1º fev 1953.

Idem, Idem, abr 1953.

A aparição de anúncios de Chicletes Adams numa revista infantil demonstra um vínculo direto da propaganda com a criança como consumidora, comprando mesmo o produto.

aventuras de cinema ou histórias em quadrinhos. Ao mesmo tempo, esse recurso narrativo se coadunava com experiências tradicionais nos papéis de gênero, associada a capacidade sedutora do personagem (força, valentia) que se transferia para o produto.

Zezinho apareceu também como cantor, sorridente, com gravata borboleta, segurando microfone. O personagem estava sempre confiante no seu sucesso, apesar da concorrência de outro cantor, o "Fraco Simata", situação paródica, lembrando o famoso cantor Frank Sinatra, ídolo internacional à época⁸⁰. O nome desse cantor também sugeriu que quem era fraco se matava, em contraposição à força do Zezinho, derivada dos chicletes. Nessa situação, um homem comum, em situação infantil, podia alcançar e superar o prestígio estelar de um grande nome do *show-business* internacional. Ao mesmo tempo, a força de situação era masculina, com as mulheres confirmando o poder conquistado. Isso também foi associado à conquista de mercados por produtos em escala internacional, processo em que a propaganda desempenhava papel de grande importância.

Fraco Simata era o favorito, aplaudido pelas mulheres, mas Zezinho confiou na sua técnica: o Chiclete Adams, que mantinha os dentes alvos e brilhantes.

Quando Zezinho começou a cantar, as garotas abandonaram o Fraco Simata e desmaiaram. No final, triunfante, Zezinho foi carregado em triunfo pelas mulheres e segurou em destaque a caixa de Chicletes Adams. A propaganda explorou o lúdico, a brincadeira e o texto concluiu afirmando:

"Quem com chicletes canta, as derrotas espanta!"

O mesmo personagem surgiu em outros momentos, vivendo situações de aventuras diferenciadas, que exploravam temas similares de audácia, força, coragem, persistência e vitória, marca do personagem, graças ao uso dos Chicletes Adams, marca anunciada. Zezinho Escafandrista, por exemplo, mergulhava para encontrar uma nave afundada em fins do século XVIII⁸¹.

⁷⁹O *Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 9 set 1950.

⁸⁰Idem, Idem, out 1950.

⁸¹Idem, Idem, 11 nov 1950.

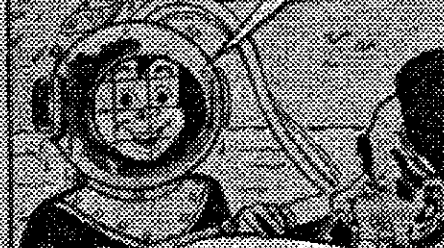
Zézinho

Escafandrista

VAI SER DADA A BUSCA EM IMPORTANTE NAVE AFUNDADA EM TENS DO SECULO XVII

M ESTOU COM OS MEUS INSEMIAS VES "CHICLETES" PARA RESFRECAR CONFINAMENTE MINHA BOCA NO FUNDO DO MAR

QUAL AGUA, QUAL NADA! SER PARA SABOREAR MAS UM DE MEUS DELICIOSOS "CHICLETES"



E UMA EMPREITADA PERGOSA O MAR NA REGIÃO E BRAVO. NÃO SE PODE VER A TONA MUITAS VEZES

LE JA VIETOU... SERA QUE VAI TER AGUA?

DEPOIS DE MUITAS HORAS DE BUSCA ZEZINHO APROXIMA-SE DO NAVIO

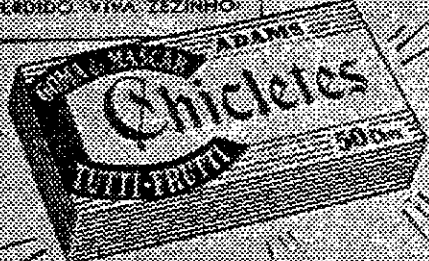
E VIVA "CHICLETES" TAMBEM! COMPANHEIRO DE EMERGENCIAS VITÓRIAS!



Aproveite a experiência de Zézinho em qualquer situação, "Chicletes" é a melhor solução

FINALMENTE ZEZINHO ENCONTROU O NAVIO PERDIDO VIVA ZEZINHO

Nada como "Chicletes" para refrescar a boca!



Para você variar, saiba que há:
 "CHICLETES" TUTILFRUTTI
 "CHICLETES" HORTELA

SÓ ADAMS FABRICA A DELICIOSA GOMA DE MASCAR DA MARCA "CHICLETES"

O Cruzeiro, 11/11/1950.

Uma força da propaganda para garantir a venda de diferentes artigos foi a repetição dos mesmos anúncios, personagens ou produtos, variando a mensagem, como no caso de Chicletes Adams. Além disso, esse mesmo exemplo sugeriu uma inserção num mercado consumidor de jovens ao colocar em cena namoros, tipos físicos mais crescidos e vestimentas de adolescentes. Observa-se ainda que, embora se tentasse especificar infância e juventude, diferenciando-as e fornecendo-lhes uma identidade, persistiram hábitos já instituídos: Zezinho não foi totalmente separado do adulto (imagem corporal e vestimentas de homem maduro), pelo contrário, a imagem de infância e juventude dos anos 50 ainda não era aquela que se implementou a partir dos anos 60, aprofundando-se nas décadas seguintes.

O exemplo do Tônico Infantil apresentou outra situação em anúncio de página inteira, onde apareceu foto de mãe e filho abraçados, sorridentes. O menino vestia macacão sem mangas, curto, com omato de pena na cabeça, ele e a mãe seguravam arcos nas mãos (mãe na direita, criança na esquerda). O produto foi apresentado acima da foto dos personagens, em balão cortado pelo destacado vidro da mercadoria. O primeiro texto apontou:

*"Mães carinhosas e previdentes confirmam com orgulho para as crianças do Brasil só o Tônico Infantil."*⁸²

A propaganda sugeriu imagem de força e beleza, expressa na foto dos personagens (mãe jovem, bonita, filho também atraente), transmitindo à idéia de luta presente numa condição primitiva de homem, de caráter guerreiro - arco nas mãos dos personagens -, num clima lúdico. Ao mesmo tempo, esses vieses de fantasia e aventura foram mais próprios ao universo infantil de consumo ou de personagens a ele associados, expressando-se num contexto teatralizado.

Apesar desse produto ser dirigido especificamente à infância, grande parte de outros anúncios destacava a utilidade das mercadorias para toda a família, podendo ser usadas por filhos, pais, avós. Foi mais nesse contexto de consumo familiar que a criança se fez presente.

Assim, foram anunciados produtos como Vinho Reconstituente Silva Araújo, Talco Williams, Papel Higiênico Finesse, Pasta Dental Philips, Biotônico Fontoura, Pudim Royal, etc..

⁸² O *Cruzeiro*, Rio de Janeiro, nºs 51 a 55, 7 out a 4 nov 1950, pp 53, 100, 59, 27 e 63.

Uma face dessa situação foi uma propaganda de seguro de vida, com chamada inicial que argumentou "*Não jogue com o futuro de seus filhos*", frase impressa sobre quadro preto. Um bebê cortou esse quadro, de bruços, olhando para o alto, alegre, em cima de um espaço reservado para jogo, lembrando mesa de roleta. Nos campos de jogo, com números, as peças foram representadas por fichas. O texto afirmou:

*"Nenhum pai poupa sacrifícios pela felicidade de seus filhos. Ainda assim, muitos pais jogam com essa felicidade, porque asseguram o presente, sem pensar no futuro. Não jogue com o futuro de seus filhos. Garanta-o, em qualquer hipótese, através do seguro de vida, que lhes permitirá a educação e o encarecimento, aconteça o que acontecer. Para sua própria tranquilidade, procure conhecer os planos de seguro de vida da Sul América. Um agente está à sua disposição para mostrar, sem compromisso, qual o plano mais adequado a seu caso e à proteção futura de seus filhos."*⁸⁵

Nessa propaganda, a infância foi utilizada para "obrigar" os pais que pretendiam ser responsáveis a fazerem o seguro. A criança necessitava, nessa perspectiva, do investimento familiar no presente para ter um futuro garantido, seguro. Essa era uma responsabilidade paterna, que não devia colocar em risco as perspectivas de vida das crianças. Nesse contexto argumentativo, pensar no futuro foi articulado à constituição da família nuclear que vivia na cidade, sozinha, sem os vínculos tradicionais do parentesco ampliado e da ajuda mútua.

Houve uma mudança significativa dessa concepção do ser criança a partir dos anos '70 e '80, quando ela passou a aparecer expressando desejos, valores específicos do universo infantil, questionando os adultos, intervindo no poder de compra dos consumidores, constituindo-se, ela mesma, em agente de consumo, figurando na condição de sujeitos dos comerciais. A experiência infantil foi, desde então, abordada enquanto positiva, decisiva na opinião dos adultos, como se ganhasse voz e espaço. Explorou-se uma linguagem específica da infância, que não imitava explicitamente o adulto mas era determinada por adultos (publicitários e empresários), incentivando aquela faixa etária a se tornar consumidora direta ou fator central na decisão de compra⁸⁶.

⁸⁵Idem, Idem, 27, 21 abr 1951, p 12.

⁸⁶Essa situação é diferente da Literatura Infantil de Resistência, surgida no mesmo período e com inserção política própria naquela conjuntura:

A infância também apareceu no mundo do consumo para apresentar eletrodomésticos, a praticidade de seu uso no lar e a possibilidade de serem manuseados pelas próprias crianças. Assim, máquinas de lavar roupas foram introduzidas, reforçando a possibilidade do trabalho infantil no lar, facilitado pelo uso de aparelhos modernos, que simplificavam as tarefas domésticas, quase como se fossem brincadeiras, figurando menina de avental, segurando vestido de boneca. Outro desenho trouxe menina passando enceradeira em assoalho⁸⁷. Nessas situações, associou-se brincadeira a trabalho doméstico e socialização feminina, mesclando ambigüamente papéis de crianças e adultos.

Outra imagem de criança foi utilizada para a venda de imóveis, apresentando menina sorridente, dentro d'água, sugerindo lazer e alegria das crianças para os que comprassem o bem anunciado. Esse uso da infância em propaganda de imóveis esteve relacionado com os debates dos anos 30 a 50 sobre moradia, espaços de lazer e vida saudável, apresentando a criança como álibi para a compra do produto apresentado⁸⁸.

A felicidade e o lazer na infância foram valorizados em diversas situações na propaganda, através de situações humorísticas ou mesmo quando a doença criava situações de interrupção daquela condição infantil, que devia ser buscada em diferentes situações, livros, alimentos, brinquedos, eletrodomésticos, roupas. Foi nesse contexto de alegria e descontração que as crianças foram fotografadas com suas fantasias de carnaval ou quando se aconselharam produtos apropriados para estas ocasiões⁸⁹. Procurando cobrir todos os momentos da vida da criança, a propaganda esteve presente, sugerindo através do consumo procedimentos adequados, produtos apropriados, fazendo parte de um dia a dia que devia sempre ser lembrado através das marcas que se devia consumir, acompanhando o sujeito em todas as situações vividas.

A criança apareceu ainda como argumento para poupança, uma vez que sua imagem incentivaria adultos a pouparem:

"Eu me chamo Zé Fortuna. Sou forte, sadio e alegre porque tive uma infância tranquila e caminhei pela minha vida com passos seguros, porque houve quem pensasse em mim.

PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha - **E as Palavras Têm Segredos - Imagens de Criança na Literatura Infantil Brasileira de Resistência (1970/1990)**. Tese de Doutorado em História Social, apresentada à FFLCH/USP. São Paulo, Datiloscrito, 1997.

No caso da publicidade, dimensões retóricas daquela linguagem são patentes.

⁸⁷O Estado de São Paulo, São Paulo, 22 jan 1950.

⁸⁸Idem, Idem, 29 jan 1950.

⁸⁹Infância. São Paulo, fevereiro 1936.

Como vocês estão vendo, eu conduzo o Cofre da Sorte e da Previdência.

Garante futuro, ajuda a escolher carreira, serei um cidadão útil à sociedade, à família, à Pátria.

*Cofre da Sorte e da Previdência fornecerá caderneta de depósitos.*⁹⁰

Na ilustração desse exemplo, figurou caricatura de criança, cujo peito era uma espécie de cofre, onde havia uma flor, com menino colocando a mão ali. Posteriormente, com o título "O exemplo da formiga - Uma lição que devemos ensinar aos nossos filhos!", o mesmo assunto foi abordado nos seguintes termos:

*"Abra hoje mesmo em nossa conta bancária uma Conta Corrente Infantil em nome de seus filhos e retire, na hora, o Cofre Forte Miniatura, onde eles, guardando suas economias, não só constituirão um pecúlio para o futuro, como também formarão em seu espírito o sentido da utilidade e conveniência da economia sistemática."*⁹¹

São textos publicitários longos, que demonstram um grande investimento no tema. Na última peça, também foi introduzido desenho de homem vestindo terno, usando gravata, com a mão direita estendida para o cofre. Ao seu lado, uma menina também sorridente dirigia a mão direita com moeda para o mesmo recipiente.

Um texto diferente sobre o mesmo assunto disse:

"Sem economizar ninguém se torna rico. Economizando poucos serão pobres."

Esse tipo de propaganda explorou valores considerados fundamentais para a família, como ser criança saudável, alegre, cidadão útil à Pátria e à família, valores presentes na sociedade e que seriam garantias de futuro próspero. A pobreza não combinava com esses atributos do bom cidadão, por isso, devia ser combatida e resolvida através da "economia sistemática", a ser aprendida pelas crianças. Nesses termos, a cidadania adulta se confundia com estar no mercado como consumidor e a infância foi usada como forte referência para esse intuito.

Esses exemplos diziam respeito não apenas à criança isoladamente porque participavam da construção de identidades ideais de Família e Lar, convidando a situar

⁹⁰O Estado de São Paulo, São Paulo, 15 jan 1950.

Vicente Guimarães escreveu livreto sobre a poupança infantil:

GUIMARÃES, Vicente - *Tranqüilidade*. Belo Horizonte, Caixa Econômica Federal de Minas Gerais, 1937.

⁹¹O Estado de São Paulo, São Paulo, 17 fev 1950.

as imagens de infância também naqueles universos, ao revelar estruturas familiares como ideal de época.

A família surgiu ainda nas propagandas que pretenderam vender produtos ou atitudes presentes em diferentes gerações, passando de uma para outra. O Biotônico Fontoura, por exemplo, foi apresentado como "Beneficiando três gerações", apresentando três mulheres - avó, filha e neta - alegres, sorrindo, olhando para o alto, numa mesma direção⁹². Referindo-se a férias familiares, procurou-se igualmente vender o produto Alpargatas⁹³. Ainda nessa direção, um anúncio de refrigerador Frigidaire utilizou imagem de mulher em avental, sorridente, servindo homens em cena campestre e doméstica, na qual também figuravam cavalo, menina brincando com boneca, ao lado da mãe, e menino brincando com aquele animal, perto do grupo masculino. O texto colocou a refrigeração doméstica no sertão como possibilidade, o que significava que o conforto das grandes cidades chegava ao interior⁹⁴. Ao mesmo tempo, o campo foi apresentado como lugar de lazer e descanso, ocupado por gente privilegiada, como se a vida se modernizasse e campo e cidade pudessem viver uma relação de harmonia oferecida pela possibilidade do consumo. Dimensões anteriormente ressaltadas pela propaganda daquele produto foram durabilidade por toda a vida, luxo, universalidade (preferida em todo o mundo)⁹⁵.



Vida Doméstica, 10/1952

⁹²Vida Doméstica, Rio de Janeiro, out 1952.

⁹³O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 6 dez 1953.

⁹⁴Idem, Idem, 17 dez 1955.

⁹⁵Vida Doméstica, Rio de Janeiro, 283, out 1941, p 31.

A necessidade da refrigeração elétrica foi justificada para manter os alimentos saudáveis, evitando assim problemas de saúde, como diarreias. O leite foi o alvo principal do anúncio, que incluiu desenho de rosto e parte superior de corpo de bebê segurando a mamadeira com as mãos.

Idem, Idem, jan 1928.

uma lógica de substituição, como se, diante da dificuldade de se possuir um carro de uma daquelas marcas, a propriedade do refrigerador Frigidaire fosse dotada de prestígio e prazer semelhantes⁹⁶.

Quando a propaganda não apresentou explicitamente cenas de família, a questão das gerações apareceu como sinônimo de qualidade do produto, associada a sua universalidade, que também significava autoridade qualitativa do estrangeiro, a ser imitado pelos nativos: o nacional tinha que estar em pé de igualdade com supostos padrões internacionais. Assim, Maizena figurou em anúncio com texto curto: "*Há cem anos alimentando gerações*". O produto foi representado no centro da cena, na forma de pudim sobre prato, havendo ao seu redor crianças de diversas nacionalidades ou etnias - chinês, francês, americano, espanhol, inglês, brasileiro, africano, mexicano⁹⁷. Nesse exemplo, as gerações foram identificadas a toda a humanidade, como se o artigo agradasse às pessoas dos mais diversos lugares do mundo e isso fosse um motivo a mais para ser adotado pelos consumidores brasileiros.



O Tico-Tico, 10/1955

⁹⁶ Fon-Fon!, Rio de Janeiro, fev 1942.

⁹⁷ O Tico-Tico, Rio de Janeiro, out 1955.

Em peça publicitária anterior sobre o mesmo produto, foram colocadas duas crianças em cena, a menina de fraldas, em pé, medindo estatura de garoto maior que ela, apoiado sobre vários livros, enquanto o texto relacionava o crescimento infantil ao consumo de Maizena. O menino era robusto, apresentando mesmo barriga e bochechas. O produto foi destacado através da embalagem, desenhada em escala avantajada, como se fosse tão grande quanto as crianças. Dessa forma, o vigor infantil seria dado pelo consumo daquele alimento, secundado pelo uso de livros (à sua maneira, também fazem crescer!), num contexto lúdico⁹⁸.



Esse apelo ao lúdico foi freqüente na publicidade que trabalhou imagens da infância, articulando uma representação com pretensões realistas do universo infantil, que incluía fortemente jogos e brincadeiras, ao recurso narrativo dirigido ao adulto, leitor e consumidor, reforçando dimensões do riso de acolhimento⁹⁹. Assim, surgiram cachorros em fuga com produto anunciado, perseguido por criança, e menino brincando de dentista com uma menina, que era a paciente na relação¹⁰⁰. Mesmo nessas situações, a referência maior para o universo infantil apresentado era a do mundo adulto, como na profissão de dentista.

⁹⁸O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 22 nov 1945.

⁹⁹ Cf. DUPRÉEL, E. – “Le Problème Sociologique du Rire”, Edição Citada.

¹⁰⁰ Vida Doméstica, Rio de Janeiro, 8 jan 1944.

Fora do contexto publicitário, uma referência a remédio funcionou como evidência de ignorância de uma moça que, num exame, não conseguia traduzir texto de língua inglesa e, submetida a pergunta sobre Literatura Inglesa – qual a principal obra de Walter Scott –, respondeu “Emulsão de Scott”¹. Houve uma forte crítica que contrapôs propaganda à Cultura Erudita, sendo a primeira coisa vulgar, de senso comum. A personagem da narrativa, Josette, foi caracterizada como fútil, que só queria ir a bailes e cinemas. O texto funcionou, portanto, como uma espécie de anti-propaganda, sendo a mulher ligada ao universo da publicidade e alheia ao saber erudito.

Em contrapartida, a autoridade de intelectuais foi explorada na legitimação de determinados produtos anunciados, como foi o caso do livro *Guia das Mães*, do Dr. Wittrock, cuja publicidade apareceu em seções de revistas dedicadas aos cuidados com os filhos, merecendo recomendação do escritor Coelho Neto:

*“Este livro à cabeceira das mães, será um escudo de proteção para os filhos.”*²

Evidentemente, o livro indicado era produto especial, resultante da escrita de um cientista, legitimada por um representante da Alta Literatura. Isso não significa esquecer que a propaganda brasileira foi produzida em larga escala por literatos, como Emílio de Menezes e Monteiro Lobato³.

Em relação aos materiais publicitários brasileiros dos anos 30 a 50, é importante destacar que o desejo de venda, expresso pelos profissionais de propaganda e seus clientes, precisava ter como contrapartida alguma vontade e possibilidade de compra por parte dos consumidores. Nesse sentido, as imagens de Infância ali exploradas tanto faziam parte de um imaginário empresarial dominante como se relacionavam de diferentes formas com o imaginário da população que consumia ou desejava consumir: a publicidade podia potencializar desejos dos consumidores mas não os inventava a partir de nada, sob pena de perder o seu caráter de relação social efetiva.

Observa-se, quanto às camadas populares, o consumo de produtos que, tendo-se iniciado em esferas privilegiadas, expandiu-se rapidamente para aqueles primeiros setores. É o caso mais recente de televisão a cores, video-games e video-cassete, que, hoje, são usados até em favelas e cortiços. A propaganda, através dessa aparente igualdade, alimenta um mito de felicidade, identificada com objetos e

¹ Idem, Idem, 6 ago 1932.

² Idem, Idem, 145, abr 1930, p 155.

³ VELLOSO, Mônica Pimenta - *Modernismo no Rio de Janeiro – Turunas e Quixotes*. Edição Citada. TEMPORÃO, José Gomes – *A Propaganda de Medicamentos e o Mito da Saúde*. Edição Citada.

signos de conforto, numa equalização de destinos que mascara a ausência de democracia e a impossibilidade de encontrar uma efetiva igualdade⁴.

Entre os anos 30 e 50, observou-se processo semelhante em relação, primeiramente, ao rádio e, em seguida, à própria televisão em preto e branco, abrangendo um crescente leque de eletro-domésticos e itens que, anteriormente, fizeram parte de produção doméstica – roupas, alimentos, adereços decorativos, etc..

Os anos 50 foram, portanto, especialmente significativos no que se refere a novo universo de propaganda no Brasil. As crianças apareceram nas grandes revistas e noutros veículos não somente como objeto de propaganda. A revista **O Cruzeiro**, por exemplo, preservou calendário cristão, que divulgava determinadas imagens da família, com a mulher como mãe que realizava sacrifícios e renúncias. Na mesma direção, publicava reportagens sobre meninas que eram anjos de procissão e pais empenhados em garantir e preparar as roupas das mesmas. Além dessas referências, houve reportagens que discutiram a educação infantil através do lazer, refletindo sobre espaços públicos reservados para jogos e brincadeiras, bem como artigos que enfatizavam abrigos destinados à Infância, a Campanha Nacional de Redenção à Criança, etc.

Isso demonstra a elaboração de outras imagens sobre as crianças - além das visuais e textuais impressas - veiculadas pelos meios de comunicação.

Na revista **O Cruzeiro**, houve referências a programa da Rádio Tupi, "O Clube Papai Noel", que completava dezesseis anos de existência naquela ocasião (1953). A reportagem apresentou o programa como o mais constante, querido e antigo no campo infantil⁵. Ela enfatizou, portanto, a dimensão da tradição no universo da comunicação de massas, ligada ao caráter de novidade desse tipo de veículo e de sua programação. Essa duração, que quase se confundiu com a História do rádio no Brasil, evidenciou a forte presença da programação infantil nos veículos de comunicação, extrapolando um viés exclusivo do período natalino, sem perder essa importante referência do calendário cristão⁶.

Ao mesmo tempo em que os anos 50 representaram uma ampliação das propagandas no Brasil, começaram a ocorrer reações contra o excesso de anúncios,

⁴ BAUDRILLARD, Jean – **A Sociedade de Consumo**. Tradução de Artur Morão. Rio de Janeiro/Lisboa, Elfos/Edições 70, 1995 (Ciência e Sociedade – 3).

O Autor indica a igualdade dos homens "diante do valor de uso dos objetos e dos bens", realçando a desigualdade a divisão em relação ao valor de troca.

⁵ **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 48, 1953.

⁶ Sobre a dialética entre tradição e novidade na comunicação de massa, consultar: MORIN, Edgar – **Comunicação de Massa no século XX**.

com sugestões para que se tornassem mais ágeis. Houve seções em revistas dedicadas ao debate sobre esse assunto, como em **Manchete**, que comentou:

"Como reduzir os textos comerciais no rádio?"

Um assunto.

A tragédia do ouvinte não é tanto a novela mórbida: nem a falta de imaginação dos produtores de programas humorísticos; nem mesmo a praga de transmissão de auditório com distribuição de prêmios e animadores de estupidez alvar. O que se torna realmente intolerável no rádio (é que leva o público a trocar o receptor pelo aparelho de televisão, pela eletrola long-play, pelo cineminha particular de 9 e 16 mm) é, sem dúvida, o excesso de anúncios, o abuso do texto comercial entre dois números musicais. O rádio cansa. Um, dois, três minutos de pomadas para calos, tônicos capilares, leite condensado e sabão para barba são capazes de levar, pela repetição insistente, uma pessoa muito calma à apoplexia fatal!"⁷.

O debate continuou afirmando a necessidade de sobrevivência econômica do rádio através dos comerciais mas também salientando o compromisso que deveria existir no sentido de manter um nível artístico elevado, com programas culturais, recreativos, apontando a queda de IBOPE do rádio pelo excesso de anúncios. Apelou ainda, como o fez o radialista Fernando Lobo, para que os anunciantes entregassem a publicidade de seus produtos às emissoras que, assim, tornariam os textos mais curtos e menos cansativos.

Pode-se observar que a questão dos anúncios abrangia também o debate em torno da sua existência para uma compreensão múltipla da publicidade enquanto veiculadora de imagens. O texto permite igualmente verificar uma disputa de mercado para a produção de anúncios: por um lado, profissionais de rádio reivindicavam o monopólio dessa tarefa por conhecerem a linguagem, os recursos e as necessidades do veículo; por outro, sugeriam que profissionais externos ao mesmo (possivelmente, das próprias empresas anunciantes, quando não das agências de publicidade) estavam assumindo aquela função. Tal disputa insinuou a crescente importância desse mercado como universo capaz de gerar novo campo de especialistas e mais riquezas pelo incentivo ao consumo.

Se, no rádio, a presença dos anúncios foi intensa e chegou a incomodar, na fase inicial da televisão brasileira (anos 50 e '60), o comercial ao vivo predominou,

⁷**Manchete**, Rio de Janeiro, 31, 22 nov 1952, p 34.

com resultados muito diferentes daqueles obtidos através de computação e vídeo, que abundariam três décadas depois⁸. A produção de comerciais filmados ainda era muito cara para os padrões de mercado da época, donde a predominância de anúncios ao vivo e animações, etapa em que houve uma presença inicialmente pequena dos aparelhos de televisão nos lares.

A TV Cultura de São Paulo, em 1990, produziu um programa comemorativo dos 40 Anos da Televisão no Brasil, abordando a publicidade nesse veículo. A retrospectiva começou nos anos 50, entrevistando apresentadoras de comerciais ao vivo daquele período (Idalina de Oliveira, Meyre Nogueira, Ana Paula), além de publicitários e desenhistas importantes para o universo da propaganda daquela década e das posteriores.

O diálogo com aquelas Apresentadoras privilegiou questões como o texto e a sua memorização, recursos técnicos, câmara, cenário e problemas das gravações, além dos produtos anunciados, destacando-se eletrodomésticos, brinquedos e bebidas. O que se salientou no programa foram os momentos de ruptura nos comerciais brasileiros. Idalina de Oliveira assinalou a presença de crianças e animais na publicidade em vídeo como elemento inovador em relação à Garota-Propaganda ao vivo.

Na perspectiva do programa, a publicidade de televisão, nos anos 50, foi marcada por improvisação e precariedade técnica, diferentemente dos anos 80, quando passou-se a trabalhar com informática, incluindo a computação gráfica. O improvisado, todavia, também significava um tipo específico de técnica, uma produção em ato que não renunciava a determinadas regras de aparência física das apresentadoras – beleza, expressões corporais e faciais, trajes – e orientações textuais ou temáticas.

Salientou-se também que a criança ainda não era o público preferencial da propaganda de televisão naquela primeira década, o que ocorreria com a consolidação do veículo e as modificações do mercado consumidor, em período posterior. Sua presença como alvo principal da propaganda provocaria rupturas no universo dos comerciais para televisão.

Um anúncio televisivo daquele período, em preto e branco, dispôs duas meninas, dubladas por vozes femininas adultas, que se encontravam como se fossem comadres e consumiam juntas Farinha Láctea Nestlé. Ambas eram gordinhas, indicando a valorização do tema da robustez. Esse exemplo mostrou como as crianças

⁸ Até o final do século XX, ainda existem comerciais ao vivo na televisão, feitos especialmente em programas de auditório – Fausto Silva (Globo) e Hebe Camargo (SBT), dentre outros -, bem como em alguns programas de estúdio com apresentador, caso de Ana Maria Braga (Record) – vínculos em 1999.

ocuparam espaço na televisão, com grande apelo afetivo para a vida em família, dando continuidade a temas e valores presentes na publicidade impressa de décadas anteriores. Ao mesmo tempo, ele revelou quanto, apesar da presença infantil como consumidora, padrões de décadas anteriores ainda persistiam, expressando imagens de crianças em papéis de adultos, mesmo que sob o signo de certa paródia, mesclando inovação (crianças como protagonistas) e tradicionalismo (vozes e ações adultas).

A utilização de cores pela televisão, a partir dos anos 70, conferiu novos horizontes comerciais à publicidade naquele veículo.

Antes da presença em massa de crianças como atores na propaganda televisiva, utilizou-se bonecos de animação. Foi o caso de vinheta anunciando a TV Excelsior e de vários comerciais, como um da FENIT, em que se apresentou um desenho de animação com uma família se dirigindo à exposição.

Essas propagandas ainda atuaram no sentido de educar institucionalmente a população. Também para isso, foram utilizadas crianças, visando a sensibilizar os espectadores em geral. Nos anos '70, a Seagram, fabricante de bebidas alcóolicas, lançou publicidade contra o abuso no consumo das mesmas, apresentando rosto de bela criança, que passava de expressão triste e angustiada (possível visão do pai embriagado) à expressão de alegria (provável orgulho pelo pai em condições normais), enquanto o texto realçava a responsabilidade dos pais perante os filhos e a possibilidade de se consumir álcool moderadamente, dele obtendo apenas prazer.⁹ Nesse caso, enfatizou-se uma imagem de proteção à criança, com a empresa figurando como responsável em relação aos seus produtos, reforçando-se o prestígio dos mesmos. A infância foi usada, portanto, como alibi para a promoção do anunciante, através da força muito significativa da imagem na mensagem, ao explorar o silêncio e as expressões faciais e corporais de seus personagens. Ao mesmo tempo, ela assumiu um caráter diferenciado ao recomendar o uso moderado do produto que anunciava, aparecendo a criança como alvo desse cuidado, na medida em que o excesso de bebida a prejudicava gravemente.

A criança, embora aparecendo na publicidade impressa das décadas de 30 e 40 - e mesmo antes -, teve presença ainda mais significativa na propaganda a partir dos anos 50¹⁰.

⁹Esses exemplos da Seagram, da FENIT e da TV Excelsior foram extraídos do referido programa da TV Cultura, que não indicou maiores referências (datas, produtores) sobre sua veiculação.

¹⁰Essa afirmação é feita partir de uma amostragem da revista **O Cruzeiro**, nos anos 30, 40 e 50, visando a verificar mudanças e persistências no que se referia à forma de abordar a infância.

Anúncio da "Casa Daguerre", que vendia aparelhos fotográficos, filmes e material de "photogravura" publicado em **O Cruzeiro**, incluiu desenho de menina, que expunha ao público leitor o aparelho fotográfico¹¹. Na mesma revista, duas décadas depois, a Kodak Brasileira S.A., através de foto de bebê do sexo masculino, anunciou o seu produto. A criança foi apresentada bem à vontade, de calção, camiseta. Era um menino robusto, branco, que brincava alegremente com bumbo.

O texto assim se referiu ao produto:

"Cores tão vivas e brilhantes como se estivessem à luz do sol Kodacolor. Um filme Kodak agora revelado no Brasil. O mau tempo, a falta de luz, não impedem hoje em dia que você tire maravilhosas fotografias coloridas. No inverno, ou no verão, você obterá sempre os melhores resultados com Kodacolor - seja em interiores (com flash), seja em exteriores (locais sombrios ou luminosos).

*Kodacolor é um filme do tipo negativo - positivo, que oferece cópias perfeitas e ampliações nítidas, em qualquer tamanho"*¹².

Este anúncio indicou a criança bela e saudável como alguém que devia ser fotografado, ao mesmo tempo em que esses atributos confirmavam a qualidade do produto a ser vendido. Nos dois exemplos, não houve referências textuais explícitas à infância, texto e imagem foram linguagens que operavam com referenciais diferentes, que se associavam para transmitir a mensagem. Ao mesmo tempo, isso estava em consonância com as seções de revistas dedicadas à publicação de fotos de crianças.



O Cruzeiro, 10/10/1931

¹¹O **Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 10 out 1931, p 43.

¹²Idem, Idem, 11 jun 1959.

Entre um período e outro, ocorreram mudanças significativas: em 1959, utilizou-se a própria fotografia como recurso narrativo da propaganda, o que não ocorreu naquele exemplo de 1931, em que a criança apresentou o produto; o desenho da menina não continha a mesma dimensão da beleza e descontração encontrados na foto de 1959, onde coube um clima de brincadeira expresso na postura do menino sentado, sem dirigir seu olhar para o público leitor. No caso daquela de 1931, a menina permaneceu de pé, com postura mais rígida, apresentando o produto, com expressão facial mais séria. Havia um texto ao lado dessa propaganda referente ao concurso do instantâneo fotográfico, promovido pela revista **O Cruzeiro**, considerando-se um dos critérios para selecionar as fotos exatamente o do movimento (critério do instantâneo), o que a propaganda não abordou em seu próprio fazer.

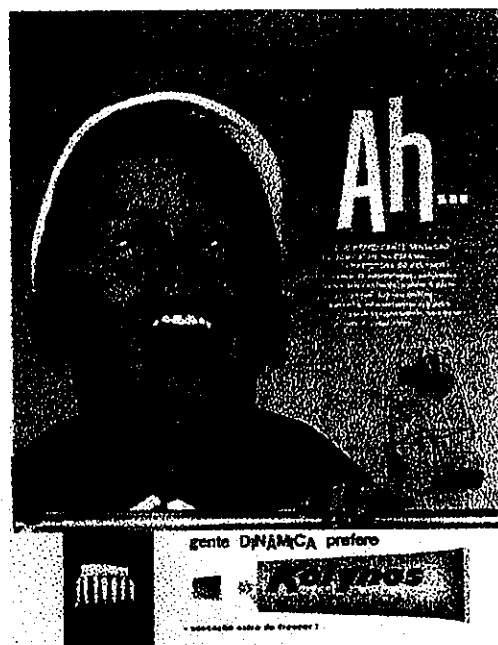


O Cruzeiro, 11/07/1959

Há propaganda em capa interna de **O Cruzeiro**, quando a utilização da cor não era habitual nas páginas da revista, que apresentou foto colorida de menino loiro, com boné branco, sorriso aberto. O produto anunciado era creme dental Kolynos. O texto destacou:

*“Ah... Que refrescante sensação de bem estar na espuma protetora de Kolynos. Gente de espírito moço, que precisa causar boa impressão, prefere Kolynos... porque Kolynos contém elementos antienzimáticos que agem milagrosamente para evitar a cárie e o mau hálito! Gente dinâmica prefere Kolynos, sensação extra de frescor”.*¹³

A propaganda usou a imagem do menino para sugerir mocidade, dinamismo, que *“causa boa impressão”*. Ela agiu como se o uso do produto tivesse o efeito milagroso – noção mesclada a vocabulário técnico - de tornar as pessoas belas, saudáveis, jovens. O efeito da propaganda operou no nível psicológico, numa estratégia de identificação que foi muito além do produto em si. O didatismo publicitário anterior, quando se elogiava as dimensões de saúde e beleza provenientes do uso de determinado produto, foi suplantado por uma prática de envolvimento sensorial ainda maior do consumidor. Além do investimento gráfico nessa peça publicitária, expresso no uso de fotografia colorida do modelo, do creme dental e da escova, ela também se caracterizou pela articulação entre expressão facial da criança satisfeita e a interjeição *“Ah...”*, que se desdobraria posteriormente em anúncios de rádio e televisão¹⁴.



O Cruzeiro, 11/07/1959

¹³Idem, Idem, 39, 11 jul 1959, p 70.

¹⁴ Ramos considerou esse anúncio um marco na História da Publicidade brasileira:

RAMOS, Ricardo – *Do Reclame à Comunicação: Pequena História da Propaganda no Brasil*. Edição Citada.

Ver também:

FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moaraes – *“Liberdade é Uma Calça Velha, Azul e Desbotada”*. Edição Citada.

Outro anúncio mostrou retrato de menina ajoelhada em banco, olhando sorridente para a mãe que estava de pé, debruçada sobre a filha, usando avental, calçados de saltos altos, com o rosto oculto. A mulher tirava a camiseta da filha. A propaganda referiu-se a banco de plástico Goyana, que significava praticidade no serviço doméstico, dotado de resistência e oferecendo satisfação também às crianças. A menina apareceu expressando ainda a dimensão da travessura infantil. O uso do banco, nessa perspectiva, parecia tornar mais fáceis e harmoniosas as relações familiares. A mulher era a compradora do produto mas a criança serviu de motivo para o consumo¹⁵.



O Cruzeiro, 11/07/1959

Em 1929, 1930 e 1931, foram reservadas páginas de O Cruzeiro para pequenos anúncios dos mais diferentes produtos e serviços: hotéis, hospitais, médicos, peças e filmes. Nos anos 50, a propaganda em maior escala ocupou número crescente de páginas da revista, utilizando recursos mais sofisticados. Nos pequenos anúncios dos anos 30, o desenho era a técnica mais empregada, com textos curtos ou

até sem texto. Nesse estilo, destacou-se uma série de propagandas para a infância sobre alimentação e remédios, nem sempre originalmente dirigidos à criança, como no anúncio do Sal de Frutas Eno.

Se, por um lado, as propagandas enfatizavam aspectos positivos do ser criança, por outro, apontavam indiretamente problemas que a infância enfrentava, como altos índices de mortalidade, desnutrição e desânimo.

O **Cruzeiro** publicou reportagem que discutiu dificuldades da população pobre brasileira. Seu título ("*O Brasil no mundial da fome*") indicou o conteúdo trabalhado, comparando o país aos lugares mais pobres do mundo. As fotos escolhidas para a reportagem mostraram a família trabalhadora, pais e duas crianças. Numa situação, apareceram pai e mãe sentados, com as crianças no colo; noutra, a mãe estava na frente de casa humilde, com uma filha no colo, em pé, e outra criança diante da porta de entrada da residência, um pouco mais à frente da mãe e olhando para o público leitor. No canto esquerdo da primeira página, onde apareceu a família, um pequeno texto afirmou:

*"Eis a família, salário mínimo no Rio, em versão melhorada de subúrbio. O dono da casa com 6 mil cruzeiros, não pode enfrentar as despesas de aluguel, armazém e feira. Falta dinheiro para o leite das crianças".*¹⁶

A alimentação infantil, portanto, foi motivo de denúncia das condições de vida da classe trabalhadora, abordando-se o leite como item básico na dieta daquela faixa etária. O apelo à condição infantil, nesse sentido, foi fundamental para sensibilizar o leitor.

Discutiu-se ainda a inflação como algo que vinha de longa data, desde o Império, donde o elevado custo de vida não ser novidade dos anos 50. O artigo criticou governantes que não se sensibilizaram com o problema, sendo o salário mínimo apontado como medida demagógica, que servia de paliativo e não transformava o quadro de miséria em que viviam os trabalhadores.

Nessa perspectiva, medidas como congelamento de preços e solicitação aos trabalhadores para que poupassem foram consideradas ineficazes, por ser o salário mínimo um dos responsáveis pelo aumento excessivo do custo de vida. Daí, a má qualidade de vida afetar a família e, nela, as crianças.

Matérias dessa natureza, que tomavam como exemplo a vida de um trabalhador e divulgavam seus ganhos e gastos, indicando quanto custavam aluguel,

¹⁵ **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 11 jul 1959.

¹⁶ **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 25, abr 1959, p 4.

armazém, feira, gás, apareceram pouco em **O Cruzeiro**. Sua publicação sugere que a situação social como que exigia da revista certa satisfação aos leitores em relação àquela temática. A propaganda, por sua vez absorveu tensões presentes no social, devolvendo-as através de soluções milagrosas, que supostamente “transformavam” a vida dos sujeitos.

Dimensões de progresso e modernidade foram fortes instrumentos quando os profissionais de propaganda falaram a respeito de seu campo de atuação. A própria Associação Brasileira de Propaganda, fazendo publicidade de sua área em período anterior, destacou que ela estava sintonizada com os países civilizados de todo o mundo, marcada por sofisticação e fina elaboração, sendo seus profissionais estudiosos que atendiam às exigências do comércio e da indústria, recorrendo a métodos racionalizados, apelando para a Psicologia e contribuindo para a melhoria das Artes Gráficas através de seus excelentes desenhistas:

“Propaganda moderna não é grita de camelô, não é esândalo, não é mentira dourada, Propaganda é a coordenação das atitudes públicas de uma indústria e a divulgação dos serviços que presta, baseada em fatos e dados positivos, visando determinada reação de parte da opinião pública”¹⁷.

Essa fala atribuiu à propaganda dimensões de modernidade, certa erudição, uma profunda diferenciação de coisas vulgares, mentirosas e despreparadas, como a ação dos camelôs. Por outro lado, a propaganda foi anunciada como ação pública, formadora de opinião pública, comprometida com a verdade, participante ativa da produção de riquezas.

A revista **Propaganda** produziu materiais significativos sobre a questão da publicidade no Brasil. Seu primeiro número surgiu em 1937, apresentando-se como órgão especializado para atender a demandas na área de publicidade. Em edição de 1956, houve referências às primeiras edições da revista, que teria passado por uma série de dificuldades, superadas pelo esforço empreendedor de diretores como Júlio Cosi e Orígenes Lessa.

Na primeira fase de **Propaganda**, foram publicados 14 números. Na fase seguinte, uma matéria apresentou “Propaganda de ontem e hoje”, registrando que o número de março de 1956 representava uma nova fase da publicação e que seu primeiro diretor, Júlio Cosi, cedera o título que pertencia à etapa anterior da revista.

No artigo “A propaganda e o futuro do Brasil”, de Orígenes Lessa, o anúncio foi identificado como elemento de progresso do Brasil. A propaganda, nesta

¹⁷ **Vida Doméstica**, Rio de Janeiro, 239, fev 1938, p 7.

perspectiva, seria responsável pelo avanço econômico, desenvolvendo a indústria, ampliando mercados, oferecendo trabalho, ajudando, portanto, a elevar o padrão de vida das pessoas¹⁸.

Para destacar o valor da propaganda, Lessa afirmou que ela criava hábitos e novas necessidades, exemplificando com o liquidificador, produto que foi ocupando espaço na vida das pessoas, até ser totalmente incorporado aos hábitos da família. Com relação ao refrigerador, registrou que primeiro houve um trabalho publicitário no sentido de convencer as pessoas da necessidade de refrigeração, antes de impor marcas. Para ele, a propaganda "*educa, civiliza*", mobilizando as pessoas em relação a questões como a importância de conservação dos alimentos, da saúde e comodidade e tornando o público mais exigente. Garantir o espaço da propaganda, portanto, fez parte do debate entre profissionais da área nos anos 50.

Propaganda ofereceu um quadro estatístico de anúncios publicados em revistas de maior circulação no Brasil. Estes dados referiam-se ao mês de dezembro de 1956, destacando entre os produtos alimentícios anunciados os das marcas Nestlé, Toddy, Maizena Duryea, Aymoré, de bebidas (Coca-Cola, Antártica, Brahma, Crush, etc.) e de produtos farmacêuticos, como os da linha Johnson & Johnson, Biotônico Fontoura, Silva Araújo e Alka Seltzer.

Além desses, listou outras mercadorias como carros, caminhões, tratores, pneus, móveis, tapeçarias, decorações, gasolina, lubrificante, Toilete e Toucador (este último era o item que possuía maior número de produtos anunciados), vestuário e calçados, aparelhos e utensílios domésticos. Registrou como anunciantes as revistas **O Cruzeiro**, **Seleções**, **Manchete**, **Revista do Globo**, **Jornal das Moças**, **Grande Hotel**, **Cinelândia**, **Querida**, **Radiolândia**, **Revista do Rádio**, **Capricho** e **Vida Doméstica**. A revista **O Cruzeiro** foi considerada a primeira em número de anúncios.

Naquela edição de **Propaganda**, o semanário **O Cruzeiro** marcou presença com o seguinte comentário sobre a revista especializada em publicidade:

"Propaganda e Progresso começam do mesmo modo.

Nesta impressionante oficina de trabalho que é São Paulo, propaganda e progresso começam do mesmo modo, e andam sempre juntos... A revista "O Cruzeiro", que a esse progresso tem dedicado as mais entusiásticas reportagens, não poderia faltar à festa da propaganda... que é o lançamento de "Propaganda". É mais um bom e firme aliado, um aliado

¹⁸ **Propaganda**. São Paulo, Propaganda: 18/19, mar 1956.

Sobre a atuação de Lessa na Agência Thompson, ver:

BARRETO, Roberto Menna – **Criatividade em Propaganda**. São Paulo, Summus, 1982.

paulista, nesse esforço pelo aprimoramento das técnicas de vender pelo impresso. Estamos juntos, jogando no mesmo "team", a serviço de uma mesma bandeira: o progresso de São Paulo e do Brasil.

O Cruzeiro. A maior e melhor revista da América Latina".¹⁹

O mesmo periódico ainda se manifestou através de depoimento de João Serpa, seu gerente de propaganda:

"Paradoxalmente, a inflação vem contribuindo para a expansão do mercado dos bens de consumo no país.

A inflação salarial dá aos assalariados a falsa impressão de que possuem meios elevados. Associada a esta temos a inflação creditícia, incrementada pela propaganda varejista, que gera no espírito do consumidor o desejo de possuir aquilo que, antes do crédito, ele não pensava em adquirir. Por outro lado penso que os industriais continuarão a vencer as dificuldades de ordem cambial. Por esta razão, e a despeito dos fatores adversos, acredito na expansão do mercado dos bens de consumo".²⁰

Na fala de Serpa, o crescimento da propaganda estava associado à expansão da indústria e ao incentivo ao consumo.

Se o mundo do consumo era algo que trazia rápidas novidades, seja em termos de alimentos, brinquedos, remédios ou produtos de beleza, ele também marcava as diferenças sociais pois delimitava quais os amplos setores da população que estavam socialmente excluídos do universo do consumo por não terem acesso a determinados produtos.

Antônio Cândido, comentando a crônica como possibilidade de pesquisa, atribuiu-lhe uma simplicidade própria à condição de gênero "menor", sem grande eloquência, que lhe permitia fazer a crítica social, indo fundo nas questões²¹. Analisando "Carta a uma Senhora", de Carlos Drummond de Andrade, onde uma menina pobre imaginava os presentes que desejaria oferecer à mãe no "Dia das Mães", Antonio Cândido observou que a propaganda transformava os objetos em bens ideais. Ele elogiou a crônica como gênero que expunha os dramas de uma sociedade de consumo num mundo de pessoas extremamente pobres:

¹⁹ **Propaganda.** Edição Citada, p 39.

²⁰ *Idem, Idem,* p 13.

*"Mammy, o braço dói de escrever e tinha um liquidificador de 3 velocidades, sempre quis que a Sra. não tomasse trabalho de espremer laranja, a máquina de tricô faz 500 pontos, a Sra. sòzinha faz muito mais. Um secador de cabelo para Mammy! gritei, com capacete de plástico mas passei adiante, a Sra. não é desses luxos, e a poltrona anatômica me tentou, é um estouro, mas eu sabia que minha Mãezinha nunca tem tempo de sentar. Mais o quê? Ah sim, o colar de pérolas acetinadas, caixa de talco plástico perolado, par de meias, etc."*²²

O texto de Drummond dispôs uma enorme infinidade de produtos para serem consumidos pelas mulheres mas muitos deles surgiram como inacessíveis para as pobres, que não tinham condições financeiras de consumi-los e, ao mesmo tempo, encontravam-se exauridas pelo mundo do trabalho. A criança-personagem revelou, através de seus desejos, as desigualdades, demonstrando enorme sensibilidade para perceber estas diferenças e expô-las no social. O dia das mães, nesse texto, revelou o amor da filha mas criticou a propaganda como mercadoria que desconsiderava os despossuídos ou até aprofundava sua imagem de auto-exclusão.

Já Joselito Matos, através do conto "A Bonequinha Triste", valorizou a memória da infância através de brinquedos que, na sociedade de consumo, eram considerados ultrapassados. Apresentou a história de bonequinha atirada na rua, suja, afirmando ter ela sido esquecida por outra de carne e osso que, por sua vez, a desprezara provavelmente quando ganhou uma outra boneca nova, de louça,

*"que fechava os olhinhos e dizia 'mamãe'".*²³

Através da fala da boneca de pano, o escritor narrou a sua história. A boneca disse que foi oferecida como presente no aniversário da menina Liana, quando seus cabelos eram louros e o pano de que era feita, forte e resistente. Naquela ocasião, trataram-na com todo o carinho. Assim, falou de um convívio alegre e cheio de cuidados até que, num certo dia, a garota esqueceu de guardá-la na caixa de papelão. Foi pega por um rato pois tinha um chocolate preso no pano (a menina tentara alimentá-la com o chocolate, ela não o comeu e o alimento ficou impregnado em sua roupa), donde o rato ter roído quase todo o seu rosto. A partir daí, foi abandonada, passou a ser considerada feia para aquela menina. Numa briga desta última com o

²¹ CÂNDIDO, Antonio - "À Guisa de Introdução - A Vida ao Rés-do-Chão", in: (Vários Autores) - *A Crônica - O Gênero, sua Fixação e suas Transformações no Brasil*. Campinas/Rio de Janeiro, EDUNICAMP/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, pp 11/22.

²² ANDRADE, Carlos Drummond de - "Carta a uma Senhora", *apud*: CÂNDIDO, Antônio - *Obra Citada*, Edição Citada, p 18.

²³ *Vida Infantil*. Rio de Janeiro, jun 1948, pp 57/58.

irmão, a boneca perdeu a cabeleira e o menino resolveu um dia fazer uma operação no brinquedo, que perdeu um olho, indo parar numa lata de lixo, até que um cachorro vira-lata, à procura de um osso, atirou-a no asfalto. Apareceu então um moço que prometeu levá-la para sua casa e deixá-la nova mas ela respondeu que não adiantava porque gostaria que Liana a tivesse guardado, afirmando que proporcionava alegria às crianças e elas as jogavam fora, concluindo:

"...Todas nós, quando velhas e estragadas, deveríamos ser guardadas para mais tarde avivar-lhe as recordações da infância. Também a nossa vingança é que, com os nossos farrapos, vão-se as lembranças da época mais feliz das suas vidas! Não seria bom seu moço, que um dia, no futuro, elas nos tomassem nos braços e recordassem o tempo em que tudo era alegria e sonho!"

A criança de que tratou essa história também era aquela cuja família tinha condições de consumo. O texto não trabalhou explicitamente as diferenças sociais, o conflito foi apresentado simbolicamente através do descarte daquela boneca e houve uma crítica ao consumo. Os brinquedos foram identificados como depositários de uma memória que era importante preservar, a boneca possuía o significado social de carregar consigo sentimentos, sonhos, desejos, esperanças, donde desfazer-se dela ser ato de eliminação de possibilidades. O presente era o do consumo e Joselito projetou para o futuro um controle desse comportamento que apagasse lembranças e destruísse experiências. As crianças foram apresentadas, então, como descuidadas em relação ao seu próprio passado.

Ainda na perspectiva de valorização de brinquedos velhos, em "O presente de Natal", contou-se a história de dois meninos pobres que brincavam com ferros velhos tirados do lixo, formando com eles uma locomotiva. Um dia, um deles, ganhou do padrinho uma locomotiva elétrica e desprezou o brinquedo anterior, que se espatifou. No entanto, na cidade não havia luz elétrica; daí, a nova locomotiva não andava. Ao mesmo tempo, o conto revelou que o ferro velho lhe dera muitas alegrias²⁴. Mais uma vez, surgiu o tema de que o novo nem sempre era o melhor, evocando a imagem de que as crianças devem preservar os velhos brinquedos, muitas vezes improvisados. Pode-se pensar que, indiretamente, nesses casos, houve uma crítica à sociedade de consumo, que rapidamente se desfazia de objetos para substituí-los por novos. Ao mesmo tempo, valorizaram-se as tradições, como a transfiguração de sobras, transformadas em brinquedos pelas próprias crianças, e a possibilidade de se ser feliz

²⁴ **Vida Infantil**. Rio de Janeiro, dez 1950.

dentro dos limites técnicos do mundo onde se vivia. Vale salientar que essa narrativa foi divulgada numa edição natalina do periódico em que circulou.

Diante dessas várias perspectivas publicitárias e sobre a publicidade, considero adequado afirmar que esse campo não se reduz à apresentação dos produtos, sendo também uma representação dos sujeitos que os consomem. Nesse sentido, a propaganda contribui de forma significativa para elaborar imagens da infância e da família. Atua, ainda, como elemento importante na elaboração daquilo que se deseja para o social, englobando elementos de exibição pública. No produto, através da publicidade, depositam-se valores que expressam desejos, configurando um destino que será identificado a "prazer" e "felicidade". Ao mesmo tempo, com essa expectativa, ela também cria frustrações em quem está excluído do acesso ao consumo.

Essas aspirações e desejos vão além do imediatamente palpável, tanto do ângulo discursivo publicitário como do ponto de vista de quem consome. Os produtos chegam ao consumidor como alheios a um processo de trabalho na geração da mercadoria e de seu anúncio.

Na propaganda, o novo é contraposto ao velho, superando-o, prometendo futuro de sucesso, sem renunciar a certa autoridade da tradição, capaz de legitimar determinados produtos.

A propaganda também atua no sentido de interferir em todas as dimensões do viver dos sujeitos, assumindo o caráter de um discurso totalizante (saúde, higiene pessoal, alimentação, lazer, vestimenta, escolaridade, habitação), estando sintonizada com outras propostas que cada período sugere para o social.

No entanto, na medida em que não se constitui em mero reflexo de outras experiências, a propaganda cria margens de autonomia, contribuindo para a formação de determinados hábitos e participando ativamente do imaginário social.

A posse de objetos na sociedade se constitui em sintoma de poder e parte de outras relações: a corrente de ouro de uma moça mais abastada a diferencia de uma empregada doméstica que apenas usa uma tiara de plástico nos cabelos; a posse de uma máquina de lavar por uma favelada não se equipara plenamente à mesma propriedade por uma senhora moradora de bairros nobres, inclusive porque a última deve contar com empregadas para manipular aquele objeto e tem acesso a bens e serviços bastante diversificados (clubes, assistência médica privada, etc.), enquanto a outra põe sua máquina para funcionar depois de trabalhar noutros lugares.

O acesso ampliado ao consumo, portanto, faz parte da cultura de quem é rico e tem poder. Na cidade, esse processo atinge seu máximo funcionamento:

*"O discurso da cidade é a própria concorrência: móveis, desejos, estímulos, erotização incessante, a informação, a solicitação publicitária (...), a concentração urbana suscita a eclosão ilimitada das necessidades"*²⁵

No universo da publicidade brasileira dos anos 30, 40 e 50 do século XX, os usos da criança como justificativa ou destino da compra de mercadorias fez-se crescentemente presente, demonstrando como já se estava num mundo em que consumir foi transformado em viver desde a mais tenra infância.

²⁵ BAUDRILLARD, Jean – *A Sociedade de Consumo*. Edição Citada, pp 64/65.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

"Eu era feliz e não sabia".

(Ataulfo Alves)

"Finalizar" é sempre um momento difícil no trabalho do Historiador. O peso daquela palavra pode, muitas vezes, sugerir certezas. Ao invés disso, "terminar" uma pesquisa representa muito mais dúvidas, outros projetos, novas perspectivas. E é assim que pretendo apontar caminhos.

As imagens de infância produzidas no social são múltiplas. Elas nos chegam através de diferentes olhares que refletem sobre a criança. Mesmo quando essas visões provêm de sujeitos diversificados, podemos perceber que o diálogo existe em torno de questões que são fundamentais. É o caso do desejo de diminuir os índices de mortalidade infantil e de constituir homens produtivos e saudáveis para um futuro promissor, que uniu Imprensa, médicos, poder público, instituições privadas. Na criança e por ela, tensões e conflitos foram e são diluídos e expostos.

A intensidade do uso da criança nesse processo de construção de imagens, muitas vezes, afirma uma perspectiva conservadora, condenando práticas e experiências populares, moralizando, oferecendo direções para se viver na família, na escola, na instituição, sugerindo trajetórias de "avanço" e "progresso", de acordo com propostas burguesas simbolizadas naquela figura. Nesse percurso, há um forte apelo emocional, envolvendo uma relação do mundo adulto com o que se foi e com o que se quer ou não ser.

No final dos anos 80 do século XX, uma matéria do jornal *Folha de São Paulo*, sobre greve de professores, usou o título "*Filho de Líder Grevista Sente Falta das Aulas*", apresentando fotografia de risonha criança, brincando em *playground* do prédio onde morava, de cabeça para baixo, numa clara intenção editorial de condenar o movimento docente, utilizando a imagem infantil, representativa desse mundo supostamente virado às avessas. Houve um apelo sentimental aos grevistas, lançando mão da criança para declarar a inconveniência do movimento social, como se o descaso para com professorado e Educação não prejudicasse a mesma infância permanentemente. A escola, na matéria jornalística, foi apresentada como oposta a desperdício e ócio, ao risco de expor a criança à cultura televisiva de baixa qualidade (Bozo, Xuxa, Angélica, ali citados). A brincadeira no tempo livre, desprovido de orientação e controle, foi associada à inatividade, à perda de tempo¹.

¹ *Folha de São Paulo*. São Paulo, 24 maio 1989, p C-6.

A construção de Infância e Família idealizadas (saudáveis, regradas, instruídas, com acesso à Educação formal, em harmonia com os valores instituídos) também expõe condições de vida precárias, representadas em habitação, alimentação e, numa perspectiva moralizante, interfere em práticas e costumes da população pobre, atingindo inclusive projetos de desmontar redes de solidariedade.

Creches, parques infantis, serviços de saúde eficazes e acesso ao consumo transformaram-se também em direitos, reivindicados pelos próprios trabalhadores. Muitas vezes, falas de poder público, instituições privadas e Imprensa esforçaram-se no sentido de apresentar imagens de avanço, progresso, eficácia e resultados efetivos. Noutras situações, problemas apareceram, como falta de material, pessoal e verbas.

Alguns dos objetivos anunciados foram efetivamente alcançados, especialmente, no caso da mortalidade infantil. No período de 1935 a 1960, houve uma queda real de seus índices no estado de São Paulo, que voltaram a subir nos anos 60 e 70². Ao mesmo tempo, outros problemas da experiência infantil (alimentação, escolaridade, habitação) ainda persistem ou até se aprofundam, como pode ser observado nos elevados índices de analfabetismo e dificuldades de acesso ao ensino público. Até o final do século XX, continuam a ser discutidos sérias deficiências em instituições dedicadas a asilamento e reeducação da criança, cuja violência tem por contrapartidas denúncias de maus tratos, fugas e rebeliões.

Uma perspectiva política nos anos 30, 40 e 50 era a de educar a nação, identificando o corpo da criança a ela. Apresentar a criança bela e saudável era expor corpos fortes nos concursos de robustez infantil, na aparência das crianças expostas em fotografias calculadamente produzidas para exibição pública da infância desejada como modelo para todo o Brasil. Corrigir desvios representou também intervir em espaços públicos, valorizando instituições de atendimento à criança – asilos, parques infantis, Cruzada Pró-Infância, etc.. Famílias “desestruturadas” expunham seus filhos, na perspectiva de diferentes sujeitos, à experiência de mendicância e delinqüência. A culpabilização dos pais foi freqüente nessas situações.

O forte investimento do estado em políticas públicas voltadas para a infância, nos anos 30 e 40, esteve pautado nos argumentos de racionalidade e cientificidade, contra práticas anteriores identificadas como inadequadas, ineficazes e prejudiciais. Isso significou construir uma imagem inaugural de tais políticas. Reivindicações por creches, escolas, serviços de saúde que atendessem à infância e outras instituições eram provenientes de debates anteriores, desenvolvidos por médicos, educadores,

Imprensa e setores dos movimentos sociais. O Estado precisou assumir o processo de transformações e apareceu como uma espécie de "vanguarda" nos anos 30 a 50, admitindo incorporar alguns daqueles sujeitos em sua implantação (médicos, educadores, juristas) e apresentando outros como simples beneficiários de seus gestos, como foi o caso dos pobres.

Imagens de anjos e demônios acompanharam essa infância: tanto era descrita como futuro da nação como temida na condição criança transgressora e criminosa ou de futuro adulto delinqüente. A criança apareceu publicamente, portanto, como possibilidade de futuro risonho e produtivo mas também, por vezes, como futuro ameaçador, feio, desnutrido, criminoso. No último caso, a criança devia ser retirada da família e tutelada por instituições de recolhimento. Registrar essas dimensões da infância era designá-las como exemplo da criança desejada através daquela face positiva.

Diversas instituições eram valorizadas em sua função preventiva contra morte, criminalidade e a favor de saúde e escolaridade – Cruzada Pró-Infância, parques infantis, etc..

Nenhum daqueles discursos se reduziu a repetir o outro, embora houvesse articulações e disputas entre eles, chegando a aliar-se, como foi o caso da Imprensa dando espaço significativo a médicos, intelectuais e outros profissionais de Saúde, Cultura e Educação (Olinto Oliveira, Mário de Andrade e Fernando de Azevedo, por exemplo), além das possibilidades oferecidas a autoridades governamentais em diferentes meios de comunicação.

Crianças e famílias foram representadas publicamente como sujeitos que aderiam aos projetos disponíveis, identificando-se com seus termos, desejando os cuidados que lhes eram oferecidos. É evidente que os serviços públicos eram e são, via de regra, desejados por aquela clientela, que se aliava ou não às estratégias institucionais. Com o trabalho feminino fora do lar como realidade em expansão, a família necessitava de aliados no cuidado com crianças, idosos e doentes³. Ao mesmo tempo, ocorria e ocorre certo sentimento de culpa em mulheres que deixam crianças em creches ou velhos em asilos, sentimento ligado a imagens negativas daquelas instituições, principalmente, nos casos das entidades dedicadas ao asilamento.

² ORTIZ, Luis Patrício – “Evolução da Mortalidade Infantil no Estado de São Paulo Segundo Sexo, Idade e Causas de Morte”. São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, digitado, sem data, pp 93/135.

³Cf., a partir de referenciais europeus do século XIX:

IGNATIEFF, Michael – “Instituições Totais e Classes Trabalhadoras: Um Balanço Crítico”. Tradução de Eliana Leite Meireles. *Revista Brasileira de História* (Instituições). São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 7 (14): 185/193, mar/ago 1987.

Minha ênfase nos anos 30 e 40, ao analisar papéis das instituições públicas e privadas na constituição de imagens da infância e de políticas destinadas a essa faixa etária da população brasileira, se deveu ao peso estratégico de sua atuação naquele período. Ao mesmo tempo, os anos 50 foram o cenário privilegiado para o estudo da propaganda, tendo em vista a expansão do setor no período e os próprios debates entre os profissionais da área sobre seus caminhos. Isso não significa um abandono dessa produção em momentos anteriores da experiência social brasileira nem implicou numa concepção seqüencial dos temas abordados. Evito pensar os períodos históricos marcados rigidamente por décadas e minha experiência foi mesmo de partir da propaganda nos anos 50 para refletir sobre políticas públicas e privadas nas duas décadas anteriores. A questão fundamental que se configurou para mim foi perceber como esses diferentes interesses se cruzaram, evitando tanto uma concepção estável do tempo, sob o signo da mesmice, como uma noção progressiva do tempo, na expectativa de permanente mudança.

Paulo Duarte questionou o Estado Novo como período em que a atuação governamental não tinha a eficácia por ele identificada nos anos 30. Ele valorizou enfaticamente a atuação de Mário de Andrade à frente do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, atribuindo-lhe competência e originalidade. Nessa perspectiva, a saída de Mário de Andrade da direção daquele órgão representou ruptura de um projeto, transformado em ações burocratizadas, distantes do clima de debates e férteis discussões intelectuais que antes vigorara⁴.

A partir dessa análise de Paulo Duarte - Autor profundamente engajado em seu objeto de análise pois participou do Departamento de Cultura dirigido por Mário de Andrade e foi amigo pessoal deste -, é possível entender que os parques infantis na cidade de São Paulo tiveram um perfil próprio à gestão de Fábio Prado e à presença marioandradina no Departamento de Cultura.

Ainda hoje, essas questões referentes à infância são recolocadas socialmente no Brasil, envolvendo problemas de criminalidade, ausência de escolaridade e baixa expectativa de vida (a série televisiva da Rede Globo sobre seca, no ano de 1999, expõe crianças desnutridas e doentes e famílias que perderam muitos filhos). Persiste forte apelo sentimental à solidariedade quando se fala da infância, embora horizontes ideológicos fortemente individualistas cresçam muito no final do século XX. Instituições de apoio à infância continuam a atuar, enfrentando dificuldades – é o caso da Cruzada Pró-Infância – ou, na esfera pública, sofrendo efeitos das mudanças de políticas ou perdendo recursos básicos.

⁴ DUARTE, Paulo – **Mário de Andrade por Ele Mesmo**. Edição Citada.

Outros horizontes de formulação de imagens de infância apresentam a família em condições de acesso ao consumo de múltiplos bens e serviços – escola, moradia, lazer, serviços de saúde mais sofisticados, leitura de jornais e revistas. A condição infantil, dessa forma, está vinculada a disputas por espaço na cidade e direito ao consumo, permitindo pensar a infância como momento em que múltiplas questões sociais se fazem perceptíveis para os sujeitos daquela faixa etária.

A crítica à rua como espaço de sociabilidade⁵, tão presente na experiência brasileira dos anos 30, 40 e 50, contribuiu para eliminação de universos de convívio e sociabilidade entre diferentes grupos sociais, culminando, a partir dos anos 80, numa crescente tendência à privatização do espaço público, como se observa em propagandas de condomínios fechados, que muito freqüentemente, apelam para o argumento da “segurança dos filhos”, reforçando um isolamento ainda maior entre grupos sociais, que configura novas modalidades de *apartheid* e inclui experiências infantis.

O que se observa na passagem do século XX para o século XXI é um afastamento do Estado em relação ao compromisso com políticas voltadas para o bem-estar social, expresso no Brasil dos dois governos de Fernando Henrique Cardoso através do anúncio de desmonte da tradição varguista, descrita como paternalista e dispendiosa.

Uma perspectiva crítica precisa estar presente nas duas temporalidades, tanto na situação da hegemonia varguista como nos quadros da hegemonia do governo de Fernando Henrique Cardoso. Não se trata, portanto, de “reabilitar” um nem outro, embora o agravamento dos quadros sociais no presente me coloquem diante da questão poeticamente colocada por Ataulfo Alves: éramos felizes e não o sabíamos?

Certamente, o verso de Ataulfo Alves é uma metáfora geral sobre a infância como período risonho e franco da vida humana. Em História, não existem períodos dessa natureza, principalmente, quando é observada a situação da criança pobre. Hoje (fim do século XX), ela tem tudo para dizer que é infeliz e já sabe disso.

⁵ AZEVEDO, Gislane Campos – “De Sebastianas e Geovannis”. Edição Citada.

FONTES CITADAS

Instituições Pesquisadas.

- 1 - Arquivo do DOT/SME (São Paulo, SP).
- 2 - Arquivo Histórico da Cidade (Rio de Janeiro, RJ).
- 3 - Arquivo Histórico do Estado de São Paulo (São Paulo, SP).
- 4 - Arquivo Histórico Municipal Washington Luís (São Paulo, SP).
- 5 - Banco de Teses da FFLCH/USP (São Paulo, SP).
- 6 - Biblioteca da Cruzada Pró-Infância (São Paulo, SP).
- 7 - Biblioteca da Faculdade de Educação da USP (São Paulo, SP).
- 8 - Biblioteca da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da USP (São Paulo, SP).
- 9 - Biblioteca da Faculdade de Medicina da USP (São Paulo, SP).
- 10 - Biblioteca da Fundação Carlos Chagas (São Paulo, SP).
- 11 - Biblioteca Infantil Monteiro Lobato (São Paulo, SP).
- 12 - Biblioteca do Instituto de Ciências Humanas da UFRJ (Rio de Janeiro, RJ).
- 13 - Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da USP (São Paulo, SP).
- 14 - Biblioteca Municipal Mário de Andrade (São Paulo, SP).
- 15 - Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro, RJ).
- 16 - Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (São Paulo, SP).
- 17 - Central de Documentação Casemiro Reis Filho da PUC/SP (São Paulo, SP).
- 18 - Centro Técnico de Preservação da Memória (São Paulo, SP).

I - Documentação de Época.

A = Oficial.

ANDRADE FILHO, Odilon, BARROS FILHO, Sebastião e HIRTH, Maria Bernadette Pereira – **Creches – Organização e Funcionamento**. Rio de Janeiro, DNCR, 1956 (Coleção DNCR).

Boletim 2, Citado no Processo 77201. São Paulo, Depto. de Cultura da Prefeitura Municipal, 1935.

DANTE, Costa – **A Infância e a Recreação**. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde/DNCR/Imprensa Nacional, 1942.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E RECREIO - **Relatório Anual de 1938**. São Paulo, Datiloscrito, 1938.

Datiloscrito, Sem Data.

- **Relatório Anual de 1943**. São Paulo,

Datiloscrito, sem data.

- **Relatório Anual de 1945**. São Paulo,

DOT – A Experiência da Prefeitura Municipal de São Paulo em Educação Pré-Escolar. São Paulo, DOT, datiloscrito, sem data.

GUSMÃO, Saul de – Relatório do Juízo de Menores Apresentado pelo Bacharel Saul de Gusmão ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça e dos Negócios Interiores, Dr. Alexandre Marcondes Filho. Rio de Janeiro, 1943.

LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA – A Criança Sadia. Rio de Janeiro, LBA, 1958 (Série Popular – 2).

Legislação de Parques Infantis. São Paulo, Departamento de Cultura, sem data.

MIRANDA, Nicanor - Origem e Propagação dos Parques Infantis. São Paulo, Departamento de Cultura, 1941.

- **O Valor Social dos Parques Infantis.** [São Paulo], datiloscrito, 1936.

- "O Papel Supremo das Mães". **Revista do Arquivo Municipal.** São Paulo, Departamento de Cultura, 23 (208/209): 207/211.

PASCAL, Humberto - "Organização do Serviço de Assistência ao Parto e de Higiene Pré-Natal dos Distritos Rurais e Pequenas Cidades do Interior", in: São Paulo na Conferência Nacional de Proteção à Infância. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1934, pp 413/446.

PIMENTA, Leonardo Antonio – Crianças de Hoje, Cidadãos de Amanhã. Conferência Pronunciada na Semana da Criança em Grão-Magol (1944). Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado, 1945.

PIZA, Wladimir de Toledo – O Livro das Mãezinhas. 7ª ed.. São Paulo, Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social, 1962.

Problemas Comuns da Infância. Rio de Janeiro, DNCr, 1956 (Coleção DNCr – 149).

O que são os Parques e Recantos Infantis de São Paulo. São Paulo, Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, 1949.

Revista do Arquivo Municipal. São Paulo, Departamento de Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo.

RIBEIRO, Leonídio – A Criança e o Crime. Conferência realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa (5.5.1937). Rio de Janeiro, Faculdades de Medicina e de Direito, sem data (Cadernos da Seara Nova, Estudos Pedagógicos).

São Paulo na Conferência Nacional de Proteção À Infância. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1934.

SCHWARTZMAN, Simon (Org.) - Estado Novo, um Auto-Retrato. Brasília, CPDOC-FGV/EDUNB, 1983 (Temas Brasileiros - 24).

SERVIÇO NACIONAL DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA – **Sífilis**. Rio de Janeiro, SNES, 1958.

SILVA, Martins e – **Fiscalização dos Estabelecimentos Industriais**. Primeiro Relatório Apresentado pelo Inspetor, Dr. Martins e Silva, em maio de 1938. Sem Local, sem Editora, 1938.

VII Congresso Brasileiro de Higiene. São Paulo, Sem, Indicação de Editora, dezembro de 1948.

B = Outras.

ALCÂNTARA MACHADO, Antonio de - "Lisetta", in: **Novelas Paulistas**. São Paulo/Belo Horizonte, EDUSP/Itatiaia, 1988, pp 100/108 (1a. ed.: 1927).

ALMEIDA JUNIOR, A. de – "Formação de Hábitos Sadios nas Crianças". **Annaes do Terceiro Congresso Brasileiro de Hygiene Realizado em São Paulo (Novembro de 1926)**. São Paulo, São Paulo Editora, 1929.

AZEVEDO, Fernando de – **A Evolução do Esporte no Brasil – Praças de Jogos para Crianças – Congresso de Educação Physica**. São Paulo, Melhoramentos, 1930.

100 Anos de Propaganda. São Paulo, Abril Cultural, 1980.

A Cidade. Itu.

Cigarra, Rio de Janeiro.

CLARK, Oscar – **Jardins de Infância e Escolas Hospitais do Distrito Federal**. São Paulo, Livraria Acadêmica/Saraiva & Cia. Editores, 1943.

Correio Paulistano, São Paulo.

Correio de Sorocaba. Sorocaba.

COUTO, Miguel – **No Brasil Só Há Um Problema Nacional: A Educação do Povo**. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, 1927.

A Cruzada pela Educação e Saúde da Criança. São Paulo, Cruzada Pró-Infância, 1, Setembro de 1933.

O Cruzeiro. Rio de Janeiro, anos 50.

Cruzeiro do Sul. Sorocaba.

Diário da Noite, São Paulo.

Diário Popular. São Paulo.

Diário de São Paulo. São Paulo.

DUARTE, Paulo – Mário de Andrade Por Ele Mesmo. São Paulo, HUCITEC/SCCT/CEC, 1977.

O Estado de São Paulo. São Paulo.

Fanfulla. São Paulo.

Folha de Jundiaí, Jundiaí.

Folha da Manhã. São Paulo.

Folha da Noite. São Paulo.

Folha do Povo. Jacareí.

Fon-Fon! Rio de Janeiro, 1930/1950.

A Gazeta. São Paulo.

GUIMARÃES, Vicente - Tranqüilidade. Belo Horizonte, Caixa Econômica Federal de Minas Gerais, 1937.

Infância, São Paulo, Cruzada Pró-Infância, anos 30.

JOHNSON & JOHNSON – “Uma Companhia a Serviço da Saúde e do Bem-Estar”. Sem Local, Sem Editora, Sem Data.

KLINTOWITZ, Jacob - Arte do Comércio - São Paulo. São Paulo, SENAC, 1989, 3 volumes.

O Liberal. Mogi das Cruzes.

As Lições de Laurito e Pedrinho. São Paulo, Departamento de Saúde do Estado de São Paulo/ SPES, 1945 (reedição em 1946).

LOBATO, Monteiro - "Velha Praga" e "Urupês", in: Urupês 11a. ed.. São Paulo, Brasiliense, 1961, pp 269/276 e 277/292 (1a. ed.: 1918).

- "Jeca Tatu", in: **Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital.** 10a. ed.. São Paulo, Brasiliense, 1961, pp 329/340 (1a. ed.: 1918).

Manchete. Rio de Janeiro.

McNAIR, C. E. W. - Leni e seus Filhos. Sem Local, Sem Editora (Departamento da Criança?), 1954.

Nestlé: Setenta Anos de Brasil. São Paulo, Assessoria de Imprensa da Nestlé, 1991.

Nós Somos a Nestlé do Brasil. S//Local, S//Editora, S/Data.

PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael - **A Classe Operária no Brasil - Condições de Vida e de Trabalho, Relações com os Empresários e o Estado.** São Paulo, Brasiliense, 1981.

A Platéia, São Paulo.

O Povo. Salto.

Propaganda. Rio de Janeiro.

ROCHA, José Martinho da - **História da Puericultura e Pediatria no Brasil.** Rio de Janeiro, sem indicação de Editora, 1947.

Seleções do Reader's Digest. Rio de Janeiro, anos 50.

VARGAS, Getúlio - **A Nova Política do Brasil - Da Aliança Liberal às Realizações do Primeiro Ano de Governo.** Rio de Janeiro, José Olympio, 1930/1931.

Vida Doméstica. Rio de Janeiro, 1930/1950

Vida Infantil. Rio de Janeiro, anos 40.

II - Teses, Dissertações e Relatórios de Pesquisa.

D'ÂNGELO, Newton - **Escolas sem Professores - O Rádio Educativo nas Décadas de 1920 a 1940.** Dissertação de Mestrado em História, PUC/SP. São Paulo, Digitado, 1994.

AZEVEDO, Gislane Campos - **"De Sebastianas e Geovannis" - O Universo do Menor nos Processos dos Juizes de Órfãos da Cidade de São Paulo (1871/1917).** Dissertação de Mestrado em História, PUC/SP. São Paulo, Digitado, 1995.

BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues - **"Ser Forte para Fazer a Nação Forte"- A Educação Física no Brasil** Dissertação de Mestrado em História Social, FFLCH/USP. São Paulo, Digitado, 1991.

BRITES, Olga - **Infância, Trabalho e Educação - A Revista Sesinho (1947/1960).** Dissertação de Mestrado em História, PUC/SP. São Paulo, Digitado, 1992.

CARVALHO, Antonio Carlos Duarte de - **Curandeirismo e Medicina: Práticas Populares e Políticas Estatais de Saúde em São Paulo nas décadas de '30, '40 e '50.** Dissertação de Mestrado em História, UNESP/Assis. Assis, Digitado, 1995.

CASTRO, Paulo Carvalho e - **Contribuição para o Estudo da Administração dos Serviços Locais de Higiene Infantil na Capital do Estado de São Paulo.** Tese de Livre-Docência, Faculdade de Higiene e Saúde Pública/USP, datiloscrito, 1958.

CRUZ, Heloisa de Faria - **Na Cidade, Sobre a Cidade - Cultura Letrada, Periodismo e Vida Urbana - São Paulo, 1890/1915**. Tese de Doutorado em História Social, FFLCH/USP. São Paulo, digitado, 1984.

FARIA, Ana Lúcia Goulart - **Direito à Infância - Mário de Andrade e os Parques Infantis para as Crianças de Família. Operária na Cidade de São Paulo**. Tese de Doutorado em Educação, FE/USP. São Paulo, Digitado, 1993.

FERNANDES, Alice Neves, et al. - **Uma Releitura do Passado ou "Os Tempos se Seguem e Parafrazeiam-se"**. Relatório de Pesquisa. São Paulo, Datiloscrito (Instituto de Saúde), 1989.

FONSECA, Cristina de Oliveira - **Modelando a Cera Virgem - A Saúde da Criança na Política Social de Vargas**. Dissertação de Mestrado em História, UFFI. Niterói, digitado, 1990.

KUHLMANN JR., Moysés - **Educação Pré-Escolar no Brasil (1899/1922) - Exposições e Congressos Patrocinando a "Assistência Científica"**. Dissertação de Mestrado em Educação, PUC/SP. São Paulo, Digitado, 1990.

LIMA, Sandra - **Espelho de Mulher**. Tese de Doutorado em História Social, FFLCH/USP. São Paulo, datiloscrito, 1990.

LOUREGA, Maria José Menezes - **O Menor sob o Olhar Vigilante do Adulto - Marginalidade do Menor em Curitiba (1909/1927)**. Dissertação de Mestrado em História, PUC/SP. São paulo, digitado, 1990.

MATTE, Cecília Hanna - **Dimensões da Educação Paulista nos Anos '20**. Dissertação de Mestrado em Filosofia da Educação, PUC/SP. São Paulo, digitado, 1991.

MAYER, Regina M. Proserpi - **Metrópole e Urbanismo - São Paulo, Anos '50**. Tese de Doutorado em, FAU/USP. São Paulo, digitado, 1991.

NOVAES, H. Maria Dutilh - **A Puericultura em questão** -Dissertação de Mestrado em Medicina Preventiva, Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. São Paulo, Datiloscrito, 1978.

OLIVEIRA, Rita de Cássia Alves - **Colonizadores do Futuro - Cultura, Estado e o Departamento de Cultura do Município de São Paulo (1935/1938)**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, apresentada à PUC/SP. São Paulo, digitado, sem data.

ORTIZ, Luís Patrício - "Evolução da Mortalidade Infantil no Estado de São Paulo Segundo Sexo, Idade e Causas de Morte". São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, digitado, sem data, pp 93/135.

DE PAULA, David Ferreira - **A Infância e o Poder - A Recreação no Parque Infantil e sua Implicação Social**. Dissertação de Mestrado em História, UNESP-Assis. Assis, Digitado, 1993.

PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha - **E as Palavras Têm Segredos - Imagens de Criança na Literatura Infantil Brasileira de Resistência (1970/1990)**. Tese de Doutorado em História Social, FFLCH/USP. São Paulo, Datiloscrito, 1997.

PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco - **Políticas Sociais e Corporativismo no Brasil: O Departamento Nacional da Criança no Estado Novo**. Tese de Doutorado em História, UFFI. Niterói, digitado, 1992.

ROSA, Zita de Paula - **O Tico-Tico - Mito da Formação Sadia**. Tese de Doutorado em História social, FFLCH/USP. São Paulo, digitado, 1991.

SILVA, Regina Helena Alves da - **São Paulo - A Invenção da Metrópole**. Tese de Doutorado em História Social, FFLCH/USP. São Paulo, Digitado, 1997.

SUTTI, Paulo - **O Reclame - A Transição da Reprodutibilidade Persuasiva**. Dissertação de Mestrado em História, defendida na PUC/SP. São Paulo, digitado, 1996.

THIELEN, Eduardo Vilela - **Imagens da Saúde no Brasil**. Dissertação de Mestrado em História, PUC/SP. São Paulo, digitado, 1992.

III - Livros.

AMARAL, Aracy - **Artes Plásticas na Semana de '22**. São Paulo, Perspectiva/EDUSP, 1972 (Debates - 27).

ANTONACCI, Maria Antonieta - **Vitória da Razão?** São Paulo, Marco Zero/CNPq, 1993 (Onde Está a República?).

BACZO, Bronislaw - "Imaginação Social", in: **Anthropos-Homem**. Porto, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, sem data, pp 296/332 . (Enciclopédia Einaudi - 5).

BAHIA, Juarez - **História da Imprensa Brasileira**. São Paulo, Ática, 1990 (2 vols.).

BARTHES, Roland - **A Câmara Clara**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1996.

- **O Óbvio e o Obtuso**. Tradução de Isabel Pascoal. Lisboa, Edições 70, 1984.

BARRETO, Roberto Menna - **Criatividade em Propaganda**. São Paulo, Summus, 1982.

BASSANEZI, Carla - **Reverendo as Mulheres - Revistas Femininas e Relações Homem-Mulher (1945/1964)**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.

- "Mulheres dos Anos Dourados", in: DEL PRIORE, Mary (Org.) - **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo, Contexto/UNESP, 1997, pp 607/639.

BAUDRILLARD, Jean – **A Sociedade de Consumo**. Tradução de Artur Morão. Rio de Janeiro/Lisboa, Elfos/Edições 70, 1995 (Ciência e Sociedade – 3).

BEGUIN, François - "As Maquinarias Inglesas do Conforto", Tradução de Jorge Haijime Oseki, *in*: **Espaço e Debates**. São Paulo, XI (34): 39/54, 1991.

BENJAMIN, Walter - "Experiência", *in*: **A Criança, o Brinquedo, a Educação**. Tradução de Marcus Vinícius Mazzari. São Paulo, Summus, 1984, pp 23/25.

– "Sobre o Conceito de História", *in*: **Magia e Técnica, Arte e Política**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo, Brasiliense, 1985, pp 222/232.

BERTUCCI, Liane Maria – **Saúde: Arma Revolucionária**. Campinas, CMU/UNICAMP, 1997.

BLOCH, Marc – **Introdução à História**. Tradução de Maria M. Miguel e Rui Gracio. Lisboa, Europa-América, 1965.

BOLTANSKI, Luc – **As Classes Sociais e o Corpo**. Tradução de Regina A. Machado. Rio de Janeiro, Graal, 1989.

BONDUKI, Nabil Georges – "Habitação Popular :Contribuição para o Estudo da Evolução Urbana de São Paulo" *in*: VALLADARES, Licia do Prado (Org.) - **Repensando a Habitação no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, pp 135/168.

BORNHEIM, Gerd, et al. – **Cultura Brasileira – Tradição/Contradição**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar/FUNARTE, 1987, pp 31/58.

BOSI, Alfredo - **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo, Cultrix, 1978.

CÂNDIDO, Antonio - "À Guisa de Introdução - A Vida ao Rés-do-Chão", *in*: (Vários Autores) - **A Crônica - O Gênero, sua Fixação e suas Transformações no Brasil**. Campinas/Rio de Janeiro, EDUNICAMP/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, pp 11/22.

CAPELATO, Maria Helena R. – **Multidões em Cena – Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo**. Campinas, Papyrus/FAPESP, 1998 (Textos do Tempo).

CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia – **O Bravo Matutino (Imprensa e Ideologia no Jornal "O Estado de São Paulo")**. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980.

CHALHOUB, Sidney – **Cidade Febril – Cortiços e Epidemias na Corte Imperial**. São Paulo, Cia. das Letras, 1996.

CHAUÍ, Marilena - "O Discurso Competente", *in*: **Cultura e Democracia - O Discurso Competente e Outras Falas**. São Paulo, Moderna, 1982.

- "Apontamentos para uma Crítica da Ação Integralista Brasileira", in: CHAUI, Marilena e FRANCO, Maria Sylvia Carvalho - **Ideologia e Mobilização Popular**. São Paulo, Paz e Terra/CEDEC, 1978.
- COELHO, Nelly Novaes – **Dicionário Crítico de Literatura Infantil-Juvenil**. São Paulo/Brasília, Quíron/INL, 1984.
- COSTA, Jurandir Freire – **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- CRESPO, Jorge – **A História do Corpo**. Lisboa, DIFEL, 1990 (Memória e Sociedade).
- CRUZ, Heloísa de Faria - "Mercado e Polícia", in: **Trabalhadores em Serviços: Dominação e Resistência**. São Paulo, Marco Zero/CNPq, 1990, pp 59/71 (Onde Está a República?).
- DARMON, Pierre – **Médicos e Assassinos na "Belle Époque" – A Medicalização do Crime**. Tradução de Regina Grisse de Agostinho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- DE DECCA, Edgar - **1930 - O Silêncio dos Vencidos**. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo - **A Vida Fora das Fábricas**. São Paulo, Paz e Terra, 1987 (Oficinas da História).
- DIAS, Maria Odila Silva - **Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX**. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- DURKHEIM, Émile - **As Regras do Método Sociológico**. Tradução de Margarida Garrido Esteves. Lisboa, Presença, sem data.
- ENGELS, Friedrich – **A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra**. Tradução de de Anália C. Torres. Porto, Afrontamento, 1975 (O Saco de Lacraus – 4).
- FAUSTO, Boris (Dir.) – **O Brasil Republicano (Economia e Cultura)**.
- FENELON, Dea Ribeiro – "Políticas Culturais e Patrimônio Histórico", in: CUNHA, Maria Clementina Pereira da – **O Direito à Memória – Patrimônio Histórico e Cidadania**. São Paulo, DPH, 1992, pp 29/33.
- FIGUEIREDO, Ana Cristina Camargo Moraes Figueiredo – **"Liberdade É Uma Calça Velha, Azul e Desbotada" – Publicidade, Cultura de Consumo e Comportamento Político no Brasil (1954/1964)**. São Paulo, HUCITEC/História Social-USP, 1998.
- FOUCAULT, Michel - "Verdade e Poder", in: **Microfísica do Poder**. Organização e Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro, Graal, 1979, pp 1/14.
- **Vigiar e Punir - O Nascimento das Prisões**. Tradução de Lígia M. Pondé Vassallo. Petrópolis, Vozes, 1977.

- **A Vontade de Saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Graal, 1980 (História da Sexualidade – 1).

FREITAS, Marcos César (Org.) – **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo, Cortez, 1997.

FREUD, Sigmund - "Cinco Lições de Psicanálise". Tradução de Durval Marcondes e J. Barbosa Correa, *in*: **Cinco Lições de Psicanálise e Outros Textos**. São Paulo, Abril Cultural, 1978, pp 1/36 (Os Pensadores).

GARCIA, Nelson Jahr - **Estado Novo: Ideologia e Propaganda Política**. São Paulo, Loyola, 1982.

GOULART, Silvana - **Sob a Verdade Oficial - Ideologia, Propaganda e Censura no Estado Novo**. São Paulo, Marco Zero/CNPq, 1990 (Onde Está a República?

HAHNER, June E. – **Pobreza e Política – Os Pobres Urbanos no Brasil – 1870/1920**. Tradução de Cecy Ramires Maduro. Brasília, EDUNB, 1993.

(Textos Coligidos e Anotados por...) - **A Mulher no Brasil**. Tradução de Eduardo F. Alves. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978 (Retratos do Brasil – 112).

IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul de - **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 7a. ed.. São Paulo, Cortez, 1990.

IBÁÑEZ, Jesús - **Por una Sociología de la Vida Cotidiana**. Madrid, Siglo Veintiuno, 1994.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida - **A Pré-Escola em São Paulo (1877 a 1940)**. São Paulo, Loyola, 1988.

KOSSOY, Boris - **Fotografia e História**. São Paulo, Ática, 1989.

KUHLMANN JR., Moysés – **Infância e Educação Infantil – Uma Abordagem Histórica**. Porto Alegre, Mediação, 1998.

LEITE, Miriam Moreira - **Outra Face do Feminismo**. São Paulo, Ática, 1984.

LENHARO, Alcir - **Sacralização da Política**. Campinas, Papyrus/UNICAMP, 1986.

LIMA, Mayumi Souza – **A Cidade e a Criança**. São Paulo, Nobel, 1989.

LOPES, José Sérgio Leite (Coord.) – **Cultura & Identidade Operária – Aspectos da Cultura das Classes Trabalhadoras**. Rio de Janeiro, Marco Zero/UFRJ/Museu Nacional, sem data.

MACHADO, Arlindo - **A Ilusão Especular**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

MACIEL, Laura Antunes - **Memórias da Saúde Pública**. Edição coordenada por Maria da Penha Vasconcelos. São Paulo, HUCITEC/ABRASCO, 1995.

MALUF, Marina e MOTT, Maria Lúcia - "Recônditos do Mundo Feminino", *in*: SEVCENKO, Nicolau (Org.) - **República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo, Cia. das Letras, 1998, 367/421.

MARCÍLIO, Maria Luiza - **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo, HUCITEC, 1998.

MARCUSE, Herbert - **A Ideologia da Sociedade Industrial**. Tradução de Giasone Rebuá. Rio de Janeiro, Zahar, 1979 (Atualidade).

DA MATTA, Roberto - **A Casa e a Rua**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1991.

METZ, Christian - "Além da Analogia, a Imagem", *in*: METZ, Christian, et al. - **A Análise das Imagens**. Tradução de Luiz Costa Lima e Priscilla Vianna de Siqueira. Petrópolis, Vozes, 1972 (Novas Perspectivas em Comunicação - 8).

MORIN, Edgar - **Comunicação de Massa no século XX**.

MOURA, Esmeralda Blanco B. de - **Mulheres e Menores no Trabalho Industrial - Os Fatores Sexo e Idade na Dinâmica do Capital**. Petrópolis, Vozes, 1982.

MOURA, Gerson - **Tio Sam Chega ao Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1984 (Tudo é História - 91).

MUNAKATA, Kazumi - **A Legislação Trabalhista no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

NEVES, Margarida de Souza - "O Povo na Rua - Um Conto de Duas Cidades", *in*: PECHMAN, Robert N (Org) - **Olhares sobre a Cidade**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1993, pp 135/155.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi, VELLOSO, Mônica Pimenta e GOMES, Ângela Maria Castro - **Estado Novo - Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

PAOLI, Maria Célia - "Os Trabalhadores Urbanos na Fala dos Outros - Tempo, Espaço e Classe na História Operária Brasileira", *in*: - LOPES, José Sérgio Leite (Coord.) - **Cultura & Identidade Operária - Aspectos da Cultura da Classe Trabalhadora**. Rio de Janeiro, UFRJ/Marco Zero, sem data, pp 53/101.

- "Memória, História e Cidadania: O Direito ao Passado", *in*: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.) - **O Direito à Memória - Patrimônio Histórico e Cidadania**. São Paulo, DPH/SMC, 1992, pp 25/28.

PASSERINI, Maria Luisa - **Torino Operaia e Fascismo**. Roma/Bari, Laterza, 1984.

PATARRA, Neide L. - "Dinâmica Populacional e Urbanização no Brasil: O Período Pós-30", *in*: FAUSTO, Boris (Dir.) - **Economia e Cultura (1930/1964)**. São

Paulo, DIFEL, 1984, pp 247/268 (História Geral da Civilização Brasileira – III – O Brasil Republicano – 4).

PERROT, Michelle - "Os Atores", in: PERROT, Michelle (Org.) - **Da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial**. Tradução de Denise Bottmann e Bernardo Joffily. São Paulo, Cia. das Letras, 1991, pp 89/304 (História da Vida Privada - 4).

PORTER, Roy – "História do Corpo", in: BURKE, Peter (Org.) – **A Escrita da História – Novas Perspectivas**. São Paulo, EDUNESP, 1992, pp 291/326.

PRIORE, Mary Del - **Ao Sul do Corpo - Condição Feminina, Maternidade e Mentalidades no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro/Brasília, José Olympio/EdUnB, 1993.

DEL PRIORE, Mary (Org.) – **História da Criança no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1991.

RAGO, Margareth - **Do Cabaré ao Lar A Utopia da Cidade Disciplinar (Brasil, 1890/1930)**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

RAMOS, Ricardo - **Do reclame à comunicação**. São Paulo, Atual, 1987.

REIS, Maria Cândida Delgado - **Tessitura de Destinos. Mulher e Educação – São Paulo, 1910/1910/1930**. São Paulo, EDUC, 1993 (Hipótese).

RIBEIRO, José Hamilton – **Jornalistas – 1937/1997. História da Imprensa de São Paulo Vista pelos que Batalham - 60 Anos da Fundação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo**. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa – **Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista – 1870/1930**. São Paulo/Campinas, HUCITEC/Ed. da UNICAMP, 1988.

- **História sem Fim...** São Paulo, EDUNESP, 1993.

RIZZINI, Irene – **O Século Perdido: Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil**. Rio de Janeiro, Petrobrás/Ministério da Cultura/Universidade Santa Úrsula/Amais, 1997.

RIZZINI, Irene e WICK, Flavio Braune – **O Que o Rio Tem Feito Por Suas Crianças?** Rio de Janeiro, A 4 Mãos,/Fundação Ford/IBASE, 1990.

ROLNIK, Raquel – "São Paulo, Início da Industrialização: O Espaço e a Política", in: KOWARICK, Lúcio (coord.) - **As Lutas Sociais e a Cidade - São Paulo, Passado e Presente**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, pp 75/94.

– "História Urbana: História na Cidade?", in: FERNANDES, Ana e GOMES, Marco Aurélio^a de F. (Orgs.) – **Cidade & Cidades – Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX**. Salvador, UFBA, sem data, pp 27/29.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de - "Cuidados de Si e Embelezamento do Corpo Feminino - Fragmentos para uma História do Corpo no Brasil", in: SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de (Org.) - **Políticas do Corpo**. São Paulo, Estação Liberdade, 1995, pp 121/139.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos - **Nem Tudo Era Italiano: São Paulo e Pobreza (1890 - 1915)**. São Paulo, Anablume/FAPESP, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz - **O Espetáculo das Raças - Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil - 1870/1930**. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bosquet e COSTA, Vanda Maria Ribeiro - **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra/EDUSP, 1984, (Estudos Brasileiros - 81).

SILVA, Marcos A. da - **Caricata República - Zé Povo e o Brasil**. São Paulo, Marco Zero/CNPq, 1990 (Onde Está a República?).

- **História - O Prazer em Ensino e Pesquisa**. São Paulo, Brasiliense, 1995.

- **Prazer e Poder do Amigo da Onça**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

SILVA, Marinete dos Santos - **A Educação Brasileira no Estado Novo (1937/1945)**. São Paulo/Rio de Janeiro, Editorial Livramento/Livraria Panorama, 1980.

SILVA, Zélia Lopes da - **A Domesticação dos Trabalhadores nos Anos '30**. São Paulo, Marco Zero/CNPq, 1990.

SINGER, Paul, CAMPOS, Oswaldo e OLIVEIRA, Elizabeth Machado de - **Prevenir e Curar - O Controle Social Através dos Serviços de Saúde**. Seleção e Coordenação de Fernando Lopes de Almeida e Francisco Rego Chaves Fernandes. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1981.

SODRÉ, Nelson Werneck - **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro, Graal, 1977.

TEMPORÃO, José Gomes- **A Propaganda de Medicamentos e o Mito da Saúde**. Rio de Janeiro, Graal, 1986.

SOUZA, Laura de Mello e - **O Diabo e a Terra de Santa Cruz - Feitiçaria e Religiosidade Popular no Brasil Colonial**. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.

THOMPSON, E. P. - **A Miséria da Teoria**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

VELLOSO, Pimenta Mônica - **Modernismo no Rio de Janeiro - Turunas e Quixotes**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

- **As Tradições Populares na Belle Époque Carioca**. Rio de Janeiro, Ministério da Cultura , FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1988.

VESENTINI, Carlos Alberto - **A Teia do Fato.- Uma Proposta de Estudo sobre a Memória Histórica**. São Paulo, HUCITEC/USP, 1997.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo, PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha e KHOURY, Yara Maria Aun – **A Pesquisa em História**. São Paulo, Ática, 1989 (Princípios – 159).

VIGARELLO, Georges – “Panóplias Corretoras: Balizas para uma História”, in: SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de (Org.) – **Políticas do Corpo – Elementos para uma História das Práticas Corporais**. São Paulo, Estação Liberdade, 1995, pp 21/38.

WILLIAMS, Raymond – **O Campo e a Cidade na História e na Literatura**, Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo, Cia. Das Letras, 1989.

- **Marxismo e Literatura**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

IV - Periódicos (Artigos e Edições Especiais).

BEGUIN, François - "As Maquinarias Inglesas do Conforto", Tradução de Jorge Hajime Oseki, in: **Espaço e Debates**. São Paulo, XI (34): 39/54, 1991.

BRESCIANI, Maria Stella – “Lógica e Dissonância. Sociedade de Trabalho. Lei, Ciência, Disciplina e Resistência Operária”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 6 (11): 7/44, set 1985 / fev 1986.

CAPELATO, Maria Helena - "Propaganda Política e Construção da Identidade Nacional Coletiva". **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH/Contexto, 31/32: 328/352, 1996.

CHALHOUB, Sidney – “Classes Perigosas”, in: **Trabalhadores – Classes Perigosas**. Campinas/São Paulo, Associação Cultural do Arquivo Edgar Leuenroth (UNICAMP/ IFCH)/SMC (São Paulo), 1990, pp 2/21.

FENELON, Dea Ribeiro - "Cultura e História Social - Historiografia e Pesquisa". **Projeto História**. São Paulo, PUC/SP, 10: 73/90, 1993.

- “Um Olhar Sobre o Passado Para Garantir o Futuro do País”. Resenha de História Social da Criança Abandonada, de Maria Luiza Marcílio (São Paulo, Hucitec, 1998). **Jornal da Tarde**. São Paulo, 2 (Caderno de Sábado), 16 jan 1999.

“Filho de Líder Sente Falta das Aulas”. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 24 maio 1989, p C-6.

GRANGEIRO, Cândido Domingues - "As Artes de um Negócio: no Mundo da Técnica Fotográfica do Século XIX". **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH/Humanitas, 35: 185/205, 1998.

DE GRAZIA, Victoria - "La Taylkorisation des Loisirs Ouvriers: Les Institutions Sociales de l'Industrie dans l'Italie Fasciste", Tradução de Claudine Mulard, in: MURARD, Lion e ZYLBERMAN, Patrick (Orgs.) - **Recherches (Le Soldat du Travail)**. Paris, Recherches, 32/33: 209/248, 1978.

IGNATIEFF, Michael - "Instituições Totais e Classes Trabalhadoras: Um Balanço Crítico". Tradução de Eliana Leite Meireles. **Revista Brasileira de História (Instituições)**. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 7 (14): 185/193, mar/ago 1987.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida - "Recuperando a História da Educação Infantil em São Paulo". **Escola Municipal**. São Paulo, Secretaria Municipal de Educação, 18 (13): 6/10, 1985.

"Meninas Fazem Carreira em Casa de Família". **Folha de São Paulo**. São Paulo, 3 (Caderno 4), 12 out 1998.

OLIVEIRA, Sueli Tereza - "Escolarização Profissional Feminina em São Paulo nos anos de 1910, 1920 e 1930". **Projeto História**. São Paulo, PUC/SP, 11: 57/67, nov 1994.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos - "Dos Parques Infantis às Escolas Municipais de Educação Infantil: Um Caminho de Cinquenta Anos". **Escola Municipal**. São Paulo, SME, 18 (13): 11/18.

PAULO, Heloísa Helena de Jesus - "O DIP e a Juventude - Ideologia e Propaganda Estatal (1939/1945)". **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 14: 99/113, mar/ago 1987.

RABINBACH, Anson - "L'Esthétique de la Production sous le IIIe. Reich", in: MURARD, Lion e ZYLBERMAN, Patrick (Orgs.) - **Recherches (Le Soldat du Travail)**. Edição Citada, pp 137/171.

REA, Marina Ferreira - "Substitutos do Leite Materno: Passado e Presente". **Revista de Saúde Pública**. São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, 24 (3): 241-9, 1990.

REIS, Maria Candida Delgado - "Crescer, Multiplicar, Civilizar - Destino de Mulher nas Orientações Educacionais Disciplinares (São Paulo, Anos '20 e '30)". **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 9 (19): 81/113, set 1989 / fev 1990.

ROBERTO NETTO, Luiz - "Por Debaixo dos Panos - A Máquina Policial e o Problema da Infância Desvalida na Cidade de São Paulo (1910/1930)". **Revista Brasileira de História (Família e Grupos de Convívio)**. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 9 (17): 129/141, set 1988/fev 1989.

ROLNIK, Raquel - "História Urbana: História na Cidade?", in: FERNANDES, Ana e GOMES, Maco Aurélio A. de F. (Orgs.) - **Cidade & História - Modernização**

das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX. Salvador, UFBA, sem data, pp 27/29.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de - "Propaganda e História: Antigos Problemas, Novas Questões". **Projeto História.** São Paulo, PUC/SP, 14: 89/112, 1997.

SCHPUN, Mônica Raisa - "Carlota Pereira de Queiroz - Uma Mulher na Política". **Revista Brasileira de História** (Biografia, biografias). São Paulo, ANPUH/UNIJUÍ, 33: 167/200, 1997.

SILVA, Marcos A. da - "O Trabalho da Linguagem". **Revista Brasileira de História.** São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 6 (11): 45/61, set 1985 / fev 1986.

SILVA, Vicente Paulo da - "Dia das Crianças Trabalhadoras". **Folha de São Paulo.** São Paulo, 3, 12 out 1998.

STORCH, Robert - "O Policiamento do Cotidiano na Cidade Vitoriana". Tradução de Denise Botmann. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 5 (8/9): 7/33, set 1984 / abr 1985.

Suplemento de Saúde. São Paulo, Cruzada Pró-Infância, fev 1981.

VIEIRA, Livia Maria Fraga - "Mal Necessário: Creches no Departamento Nacional da Criança (1940/1970)". **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 67: 3/16, nov 1988.